



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ÉDINA DE FÁTIMA DE ALMEIDA

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE
ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS DE UMA
UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ QUANTO AO
RÓTICO RETROFLEXO**

Londrina
2024

ÉDINA DE FÁTIMA DE ALMEIDA

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE
ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS DE UMA
UNIVERSIDADE DO NORTE DO PARANÁ QUANTO
AO RÓTICO RETROFLEXO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Dirce Aparecida Kailer

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

A446c Almeida, Édina de Fátima de.
Crenças e atitudes linguísticas de estudantes do curso de letras de uma universidade do norte do paraná quanto ao rótico retroflexo / Édina de Fátima de Almeida. - Londrina, 2024.
215 f. : il.

Orientador: Dircel Aparecida Kailer Kailer.
Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Variante retroflexa - Tese. 2. Crenças e atitudes linguísticas - Tese. 3. Sociolinguística - Tese. 4. Professores de português - Tese. I. Kailer, Dircel Aparecida Kailer. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

ÉDINA DE FÁTIMA DE ALMEIDA

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE ESTUDANTES DO
CURSO DE LETRAS DE UMA UNIVERSIDADE DO NORTE DO
PARANÁ QUANTO AO RÓTICO RETROFLEXO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dircel Aparecida
Kailer
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^a. Dr^a. Jacqueline Ortelan Maia
Botassini
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof^a. Dr^a Gislaine Aparecida de Carvalho
Universidade Estadual de Mato Grosso -
UNEMAT

Prof^a. Dr^a. Cláudia Cristina Ferreira
Universidade Estadual de Cascavel –
Unoeste

Prof. Dr. Marcelo Silveira
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 09 de agosto de 2024

AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de uma longa jornada, de muito crescimento e do apoio inestimável de diversas pessoas.

Primeiramente, agradeço à Prof^a. Dr^a. Jacqueline Ortelan Maia Botassini por compartilhar comigo seus conhecimentos e o seu amor pelas crenças e atitudes e me auxiliar de maneira tão gentil desde o SEDATA.

À Profa. Dra. Cláudia Cristina Ferreira por aceitar fazer parte de minha defesa trazendo seus conhecimentos, alegrias e leveza de sempre.

À Profa. Dra. Gislaine Aparecida de Carvalho por prontamente aceitar compartilhar seus conhecimentos possibilitando o aprimoramento da minha tese.

Ao Prof. Dr. Marcelo Silveira que conhece meus percursos até aqui e que sempre me incentivou a dar o meu melhor.

Ao Prof. Dr. Francisco Moreno-Fernández que partilhou seus conhecimentos, direcionando teoricamente muitos aspectos da minha tese.

À professora Prof^a. Dr^a. Clarice Cristina Corbari por disponibilizar um espaço em sua rotina para me auxiliar com seus apontamentos. Obrigada por sua graciosidade ao me incentivar a continuar meu trajeto.

Agradeço à minha mãe querida, Neura Aparecida Kailer, por me ensinar a nunca desistir, por ter lutado sempre pelos seus sonhos e por me inspirar a buscar aquilo que almejo.

À Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer, pela constante orientação, conselhos, carinho e pela paciência e importantes correções e sugestões. Além da confiança em mim depositada e, principalmente, pelos conhecimentos repassados durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. E, em meio as momentos mais difíceis vividos nestes quatro anos, nunca me deixou desistir.

Também queria deixar meus agradecimentos aos meus irmãos por serem sempre gentis e me apoiarem nos caminhos que busquei trilhar. Vocês são grandes homens que amo e respeito muito.

Ao meu esposo pelo apoio necessário para que eu conseguisse realizar este estudo e por sempre estar ao meu lado nos momentos bons e ruins, pelo amor cotidiano e por ser minha fonte de equilíbrio.

À “Luz da minha vida” que sempre me deu forças com seu abraço carinhoso e seu sorriso maravilhoso. Obrigado por ser tão especial, caridoso e se fazer presente em todos os momentos especiais da minha vida.

Também agradeço aos meus sobrinhos, que, mesmo estando longe sempre estiveram em meus pensamentos, amo todos vocês.

[...] as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes (Calvet, 2002, p. 12)

ALMEIDA, Édina de Fatima de. **Crenças e atitudes linguísticas de estudantes do Curso de Letras de uma universidade do Norte do Paraná quanto ao Rótico Retroflexo**. 2024. 215 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

RESUMO

O presente estudo, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov, 1972) e das Crenças e Atitudes Linguísticas (Lambert; Lambert, 1972; Botassini, 2013), tem como objetivo geral, verificar as crenças e atitudes linguísticas de graduandos (um grupo de universitários do curso do primeiro e do quarto ano do curso de Letras-Português do norte-paranaense), em relação à variante retroflexa, “r caipira”. Além disso, temos como objetivos específicos: a) Verificar quais são as variantes róticas predominantes no falar dos informantes juízes do primeiro e do quarto ano do curso de Letras; b) Analisar a quais variantes (tepe, retroflexa e glotal) estão indexados/indicializados mais significados sociais positivos em destaque por cada um dos dois grupos; c) Averiguar se há preconceito linguístico quanto ao uso da variante retroflexa, o “r caipira”, na avaliação dos informantes juízes. No intuito de atingir os objetivos propostos, foram realizadas três coletas de dados junto a 56 alunos, sendo 28 do primeiro ano e 28 do quarto ano do curso de Letras de uma universidade pública do Norte do Paraná. A primeira consistiu em uma entrevista; a segunda, na leitura de um texto e de uma lista de palavras para averiguação das variantes róticas usadas pelos alunos das duas turmas; a terceira referia-se a um experimento de percepção sobre a fala de três locutores a partir da leitura de um texto; a última tratava-se de um questionário de avaliação a partir das respostas abertas sobre as afirmativas de crenças e atitudes linguísticas referentes à variação fonético-fonológica, especialmente, sobre o “r caipira”. De acordo com os principais resultados, observou-se que a variante retroflexa predomina no falar dos participantes da região norte-paranaense, que, no experimento de percepção, o locutor do tepe foi quem teve mais avaliações negativas, seguido do locutor da retroflexa e, por último do glotal e que no questionário de avaliação foi possível perceber as crenças e atitudes de preconceito de alguns futuros professores de língua portuguesa quanto à variante retroflexa. Atribuímos a diferença dos resultados do teste de percepção e do questionário de avaliação à nova configuração do caipira, ao politicamente correto e ao fato de os participantes serem graduandos de Letras, futuros professores de língua portuguesa que deverão ser os defensores de um ensino livre de preconceitos.

Palavras-chave: Variante retroflexa; crenças e atitudes linguísticas; sociolinguística; professores de português.

ALMEIDA, Édina de Fatima de. **Beliefs and linguistic attitudes of students in the language course of a University in Northern Paraná regarding the retroflex rhotic**. 2024. 215 pp. Dissertation (Ph.D. in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2024.

ABSTRACT

This study, based on the theoretical and methodological assumptions of Variationist Sociolinguistics (Labov, 1972) and Linguistic Beliefs and Attitudes (Lambert; Lambert, 1972; Botassini, 2013), aims to investigate the linguistic beliefs and attitudes of judge informants (a group of first-year and fourth-year university students in the Portuguese Language course from Northern Paraná) towards the retroflex variant, the "caipira R." Additionally, the specific objectives are: a) to identify the predominant rhotic variants in the speech of the judge informants in the first and fourth years of the Language course; b) to analyze which variants (tap, retroflex, and glottal) are associated with more positive social meanings highlighted by each of the two groups; c) to ascertain whether there is linguistic prejudice regarding the use of the retroflex variant, the "caipira R," in the evaluation of the judge informants. To achieve these objectives, three data collections were conducted with 56 students, 28 from the first year and 28 from the fourth year of the Language course at a public university in Northern Paraná. The first data collection consisted of an interview; the second involved reading a text and a list of words to investigate the rhotic variants used by the students from both classes; the third referred to a perception experiment on the speech of three speakers reading a text; the final stage involved an evaluation questionnaire based on open-ended responses regarding linguistic beliefs and attitudes related to phonetic-phonological variation, especially the "caipira R." According to the main results, it was observed that the retroflex variant predominates in the speech of participants from Northern Paraná. In the perception experiment, the speaker using the tap received the most negative evaluations, followed by the retroflex speaker, and lastly, the glottal speaker. The evaluation questionnaire revealed the beliefs and prejudiced attitudes of some future Portuguese language teachers towards the retroflex variant. The difference in results between the perception test and the evaluation questionnaire is attributed to the new configuration of the caipira variant, political correctness, and the fact that the participants are Language undergraduates and future Portuguese language teachers, who should be advocates of a prejudice-free education.

Keywords: Retroflex variant; linguistic beliefs and attitudes; sociolinguistics; portuguese teachers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Róticos em coda silábica – Mato Grosso do Sul (cf. dados do ALMS)	84
Figura 2 - Região e apagamento do rótico em coda final (verbos), percentuais – ALiB Capitais do Nordeste	85
Figura 3 - Região e apagamento do rótico em coda final (não verbos),percentuais – ALiB Capitais do Nordeste	86
Figura 4 - Ficha de identificação dos informantes	116
Figura 5 - Lista de palavras	117
Figura 6 - Texto: Foco na Firmeza	118
Figura 7 - Questionário I	119
Figura 8 - Questionário II	121
Figura 9 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante tepe pelo primeiro ano	157
Figura 10 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante tepe pelo quarto ano	158
Figura 11 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante retroflexo pelo primeiro ano.....	159
Figura 12 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante retroflexo pelo quarto ano	160
Figura 13 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante glotal pelo primeiro ano.....	162
Figura 14 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante glotal pelo quarto ano	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocorrência do r-fraco versus r-forte conforme o contexto inserido no PB	66
Quadro 2 - Descrição dos róticos do PB	68
Quadro 3 - Variantes róticas mais mencionadas no PB, conforme Reinecke (2006).....	69
Quadro 4 - Róticos presentes no PB.....	70
Quadro 5 - Apagamento do R final no PB	83
Quadro 6 - Hipóteses da origem da variante retroflexa no PB	97
Quadro 7 - Perfil dos informantes do primeiro ano do curso de Letras	124
Quadro 8 - Perfil dos informantes do quarto ano do curso de Letras	125

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Percentual geral da percepção dos alunos do primeiro ano quanto às características positivas relacionadas aos três locutores 137
- Gráfico 2** - Percentual geral da percepção dos alunos do primeiro ano quanto às características negativas relacionadas aos três locutores 141
- Gráfico 3** - Percentual geral da percepção dos alunos do quarto ano quanto às características positivas relacionadas aos três locutores 146
- Gráfico 4** - Percentual geral da percepção dos alunos do quarto ano quanto às características negativas relacionadas aos três locutores 150

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1** - Foto Panorâmica de Londrina – Paraná..... 127
- Imagem 2** - Foto Panorâmica da Universidade Estadual de Londrina (UEL) 129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocorrências das variantes róticas por região	72
Tabela 2 - Variantes do /r/ nos atlas linguísticos brasileiros	81
Tabela 3 - Percepção dos informantes Juízes do primeiro ano quanto às afirmações sobre características positivas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).....	134
Tabela 4 - Percepção dos informantes Juízes do primeiro ano quanto às afirmações sobre características negativas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).....	138
Tabela 5 - Percepção dos informantes Juízes do quarto ano quanto às afirmações sobre as características positivas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).....	142
Tabela 6 - Percepção dos informantes Juízes do quarto ano quanto às afirmações sobre as características negativas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL))	147
Tabela 7 - Avaliação dos três locutores pelos alunos do primeiro ano quanto à pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade? ..	152
Tabela 8 - Avaliação dos três locutores pelos alunos do quarto ano quanto à pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade? ..	153
Tabela 9 - Avaliação dos alunos do primeiro ano dos três locutores conforme a pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual profissão?	154
Tabela 10 - Avaliação dos alunos do quarto ano dos três locutores conforme a pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual profissão?	155

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição da variante retroflexa, o “r caipira” nos estados brasileiros	104
Mapa 2 - Estados de origem de nossos informantes juízes	123
Mapa 3 - Localização do CLCH no Campus Universitário.....	129

LISTA DE SÍMBOLOS DO ALFABETO FONÉTICO

Símbolos do IPA (International Phonetic Alphabet), utilizados em nossas transcrições, bem como exemplos dos nossos dados em que ocorrem estes símbolos.

Consoantes

[ɲ]	Fricativa alveopalatal desvozeada
[t̟]	Tepe alveolar vozeado
[ɹ]	Vibrante alveolar vozeada
[ʋ]	Uvular
[ʁ]	Fricativa glotal desvozeada
[ɸ]	Fricativa alveopalatal desvozeada
[ɸ̣]	Fricativa alveopalatal vozeada
[ɹ̠]	Retroflexo alveolar vozeada
[t͡ɸ]	Africada alveopalatal desvozeada
[t͡ɸ̣]	Africada alveopalatal vozeada
[ʔ]	Zero fonético
[t̟̠]	Tepe fricativizado
[ɹ̠̠]	Retroflexo fricativizado
/n/	Nasal alveolar vozeada
/d/	Oclusiva alveolar vozeada
/p/	Oclusiva bilabial desvozeada
/b/	Oclusiva bilabial desvozeada
/t/	Oclusiva alveolar desvozeada
/l/	Lateral alveolar vozeada
/m/	Nasal bilabial vozeada
/g/	Oclusiva velar vozeada
/f/	Fricativa labiodental desvozeada
/v/	Fricativa labiodental vozeada
/s/	Fricativa alveolar desvozeada
/z/	Fricativa alveolar vozeada
/k/	Oclusiva velar desvozeada

Vogais

[a]	Vogal central aberta baixa
[æ̟]	Vogal média baixa anterior não arredondada
[ɪ̟]	Vogal média alta anterior não arredondada
[ɪ̠]	Vogal alta anterior não arredondada
[ɐ̞]	Vogal média baixa posterior arredondada
[o]	Vogal média alta posterior arredondada
[ɯ]	Vogal alta posterior arredondada
[ɰ]	Glide posterior ¹

¹ Utilizamos este símbolo para indicar vocalização do l e do m precedidos de vogais, como por exemplo: talco, esperavam, ou seja, com qualidade vocálica de u.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFeBG	Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara
ALAC	Atlas Linguístico do Acre
ALAM	Atlas Linguístico do Amazonas
ALECE	Atlas Linguístico do Ceará
ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALES	Atlas Linguístico do Espírito Santo
ALF	Atlas Linguístico da França
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALiMA	Atlas Linguístico do Maranhão
ALiMAT	Atlas Linguístico de Mato Grosso
ALIPA	Atlas Linguístico do Pará
ALiPI	Atlas Linguístico do Piauí
ALiPTG	Atlas Geolinguístico do Litoral Potiguar
ALiRN	Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte
ALiRO	Atlas Linguístico de Rondônia
ALiSon-Rio	Projeto Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Rio de Janeiro
ALiSPA	Atlas Geo-Sociolinguístico do Pará
ALMS	Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALS I	Atlas Linguístico de Sergipe
ALS II	Atlas Linguístico de Sergipe II
ALSFS	Atlas Linguístico de São Francisco do Sul
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
GO	Goiás
MicroAFERJ	Projeto Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MG	Minas Gerais
PB	Português Brasileiro
QFF	Questionário Fonético-Fonológico

QL	Questionário Lexical
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
RJ	Rio de Janeiro
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
PB	Português Brasileiro
GO	Goiás
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – SOCIOLINGUÍSTICA	26
1.1 A LÍNGUA SOB O OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO	26
1.1.1 Estudos Variacionistas – Primeira Onda	29
1.1.2 Estudos Etnográficos – Segunda Onda.....	30
1.1.3 Variação como Prática Social – Segunda Onda	32
1.2 INDEXILIZAÇÃO E REGISTRAMENTO	34
1.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	36
CAPÍTULO 2 - CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS	37
2.1 CRENÇAS	37
2.2 ATITUDES LINGUÍSTICAS	39
2.2.1 Componentes da Atitude Linguística	43
2.3 IDENTIDADE LINGUÍSTICA	46
2.3.1 Lealdade Linguística.....	48
2.3.2 Prestígio Linguístico	48
2.3.3 Preconceito Linguístico.....	49
2.3.4 Estigma.....	50
2.3.5 Indicadores	51
2.3.6 Marcadores.....	52
2.3.7 Esteriótipos.....	52
2.4 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS E A SOCIOLINGUÍSTICA	55
2.5 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS - CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E CONSCIÊNCIA SOCIOLINGUÍSTICA	55
2.6 COMUNIDADE LINGUÍSTICA, COMUNIDADE DE FALA, COMUNIDADE DE PRÁTICA.....	57
2.7 REDES SOCIAIS	59
2.8 AVALIAÇÃO E PERCEPÇÃO LINGUÍSTICA	60
2.9 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	63

CAPÍTULO 3 - RÓTICOS	64
3.1 RÓTICOS	64
3.2 AS REALIZAÇÕES DOS FONEMAS /R/	64
3.3 CARACTERIZAÇÃO FONOLÓGICA DOS RÓTICOS	65
3.4 CARACTERIZAÇÃO FONÉTICA DOS RÓTICOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)	67
3.4.1 Alguns estudos sobre róticos do Português Brasileiro (PB)	73
3.4.2 Estudos dialetológicos, geolinguísticos e sociolinguísticos dos róticos do português brasileiro (PB)	74
3.5 ESTUDOS VARIACIONISTAS DOS RÓTICOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO (PB)	76
3.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	88
CAPÍTULO 4 - O FALAR CAIPIRA	90
4.1 O Caipira	90
4.2 O Falar Caipira	91
4.2.1 Variante Retroflexa, “O R caipira”	94
4.3 Estigma quanto ao uso da variante retroflexa	98
4.4 A vitalidade da variante retroflexa, “O R caipira”	101
4.5 Alguns Estudos de crenças e atitudes linguística quanto ao uso da variante retroflexa, “O R caipira”	105
4.6 Algumas Considerações	113
CAPÍTULO 5 – PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	114
5.1 NATUREZA DA PESQUISA	114
5.2 ABORDAGEM	115
5.3 MÉTODOS	115
5.3.1 Primeira Etapa de Coleta de Dados	116
5.3.2 Segunda Etapa de Coleta de Dados	118
5.3.3 Terceira Etapa de Coleta de Dados	121
5.4 PERFIL DOS INFORMANTES	122
5.5 LONDRINA	127
5.6 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)	129
5.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	131

CAPÍTULO 6 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	132
6.1 RÓTICOS EM CODA SILÁBICA NO FALAR DOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS.....	132
6.2 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS A RESPEITO DO QUESTIONÁRIO COM BASE NA TÉCNICA MATCHED GUISE (LAMBERT; LAMBERT, 1972).....	133
6.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS A RESPEITO DAS PERCEPÇÕES DOS INFORMANTES JUÍZES QUANTO AO USO DAS VARIANTES TEPE, RETROFLEXA E GLOTA.....	156
6.3.1 Locutor da Variante Tepe na Percepção dos Informantes Juízes do Primeiro Ano e do Quarto Ano.....	157
6.3.2 Locutor da Variante Retroflexa na Percepção dos Informantes Juízes do Primeiro Ano e do Quarto Ano.....	159
6.3.3 Locutor da Variante Glotal na Percepção dos Informantes Juízes do Primeiro Ano e do Quarto Ano.....	162
6.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS QUALITATIVOS SOBRE AS CRENÇAS E ATITUDES DOS INFORMANTES JUÍZES QUANTO À VARIANTE RETROFLEXA.....	165
6.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS	197

o homem é apenas metade de si mesmo; a
outra metade é a sua expressão
(Câmara Jr., 2001, p. 164)

INTRODUÇÃO

Quando vivemos em comunidade, geralmente, somos julgados positiva ou negativamente pelas escolhas materiais ou pessoais que fazemos, pelas coisas que dizemos e pela forma como as dizemos. Essas atitudes são geralmente baseadas em crenças a respeito das pessoas com as quais convivemos. Conforme López Morales (2004), “nem todas as crenças levam à aparição de atitudes, mas a maioria delas pode produzi-las”. Nesse sentido, para não sofrer o preconceito, tendemos a nos apropriar daquilo que julgamos de prestígio, vestimentas, comportamentos e atitudes sociais, inclusive nossas escolhas linguísticas, por exemplo. Se acreditamos que determinada variante é marcada, a tendência é evitá-la em contextos formais e, se por outro lado, pensamos que apresenta prestígio, tendemos a usá-la em nossas falas mais monitoradas.

Sobre isso, Bem (1973, p. 12) afirma que “as crenças e atitudes humanas se fundamentam em quatro atividades do homem: pensar, sentir, comportar-se e interagir com os outros, que correspondem ao cognitivo, ao emocional, comportamental e social” conforme vemos na citação a seguir:

Quase todo grupo ao qual pertencemos, desde nossas famílias até nossa sociedade como um todo, têm um conjunto de crenças explícitas ou implícitas, atitudes e comportamentos que são considerados apropriados por seus membros. Qualquer membro de um grupo que se afasta dessas normas arrisca-se ao isolamento e à desaprovação social; em outras palavras, os grupos regulam as crenças, atitudes e comportamentos através do uso da recompensa e punição social. Existe uma segunda maneira, e mais sutil, através da qual os grupos podem nos influenciar: fornecendo-nos um quadro de referência pelo qual comparamos e avaliamos nossas reações às coisas, isto é, de grupos que às vezes nos fornecem óculos através dos quais olhamos para o mundo (Bem, 1973, p. 136-137).

A partir do que Bem (1973) ilustra na citação anterior e ancorados em Hall (1990) e Eckert (2000), podemos compreender que moldamos nossas identidades pautados nas crenças, atitudes e comportamentos que norteiam nossas vidas desde as relações mais íntimas até as relações em sociedade. Essa identificação pode ocorrer, por exemplo, por meio da linguagem, através dela podemos, por exemplo, fazer escolhas conscientemente ou não de variantes linguísticas que possuem determinados significados sociais nas diferentes comunidades de práticas das quais fazemos parte.

Sendo assim, considerando que a variante retroflexa do Português Brasileiro carrega o estigma de ser o “r caipira” tomamo-na como nosso objeto de estudo no falar, na percepção e na avaliação de universitários do primeiro e do quarto do curso de Letras de uma universidade pública de Londrina, que atuaram como informantes juízes neste estudo. Para tanto, norteamo-nos nas seguintes perguntas: 1.^a) O locutor que usa a referida variante é avaliado negativamente pelos informantes juízes? 2.^a) Os informantes juízes, usuários da variante retroflexa, avaliam mais positiva ou negativamente a sua variedade linguística em relação a dos demais? 3.^a) Os universitários, futuros professores de Língua Portuguesa (LP), por estudarem em Londrina e serem em sua maioria, desta região, reconhecem o estigma da variante retroflexa como o “r caipira”?

A partir dessas perguntas, levantamos as seguintes hipóteses: 1.^a) Os informantes juízes das duas turmas, futuros professores de LP, serão leais no uso de sua variante de origem, seja ela posterior (glotal e velar) ou anterior (tepe e retroflexa); 2.^a) Os graduandos, usuários da variante retroflexa, ao avaliarem os três locutores, atribuirão características de maior prestígio ao locutor que usa uma variante semelhante a sua; 3.^a) Por já serem universitários no último ano do curso, os alunos do 4º ano apresentarão mais avaliações positivas em relação às diferentes variantes; 4.^a) Eles reconhecem o estigma sofrido pela variante retroflexa, o “r caipira”, mas têm orgulho dessa marca identitária.

Neste sentido, temos como objetivo geral, na presente tese, verificar as crenças e atitudes linguísticas de graduandos, do primeiro e do quarto ano do curso de Letras de uma universidade pública do norte-paranaense, em relação à variante retroflexa, o “r caipira”.

Para atingir o objetivo geral, propomos os seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar quais são as variantes róticas predominantes no falar dos informantes juízes do primeiro e do quarto ano do curso de Letras;
- b) Analisar à quais variantes (tepe, retroflexa e glotal) são indexados/indicializados mais significados sociais positivos em destaque por cada um dos grupos;
- c) Averiguar se há preconceito linguístico quanto ao uso da variante retroflexa, o “r caipira”, na avaliação dos informantes juízes.

Como professora da educação básica, presenciei muitas situações em que alunos vindos de outras regiões sofriam constrangimento devido ao uso de sua variedade linguística, sendo os róticos as variantes que mais chamavam a atenção. Nesse sentido, entendi a importância de os professores estarem preparados para intervir nesses casos.

Portanto, a presente pesquisa sobre as crenças e as atitudes linguísticas de alunos universitários do curso de letras, os informantes juizes, quanto ao uso da variante retroflexa, o “r caipira”, justifica-se academicamente porque é de suma importância averiguar como esses futuros professores de LP usam e avaliam a referida variante para que haja um ensino de Língua Portuguesa livre de preconceito linguístico.

Esta tese está organizada em seis capítulos. No primeiro, abordamos Sociolinguística e suas respectivas ondas e sua interface com Crenças, Atitudes e Percepção Linguísticas e tratamos de consciência linguística, comunidade de fala, comunidade de prática e rede social.

No segundo capítulo, abordamos as crenças e atitudes linguísticas, destacando os componentes das atitudes e identidade linguística; na sequência, descrevemos a lealdade, prestígio linguístico, e o preconceito linguístico; trazemos também o conceito de estigma, de indicadores, de marcadores e, por fim, de estereótipos.

No terceiro capítulo, caracterizamos, fonológica e foneticamente, os róticos do Português Brasileiro (PB) e trazemos alguns estudos dialetológicos e sociolinguísticos sobre o uso dessa variável no PB.

No quarto capítulo, abordamos as características atribuídas ao “caipira” e ao “falar caipira”, dando ênfase à variante retroflexa, bem como à sua vitalidade e ao estigma de “r caipira” atribuído a ela.

O capítulo cinco incumbe-se de apresentar os pressupostos teórico-metodológicos, detalhando a amostra, definindo o *corpus*, descrevendo o perfil dos participantes; apresentamos a técnica *Matched Guise*, de Lambert (1967), que é utilizada para coleta e análise dos dados.

No sexto e último capítulo, descrevemos e analisamos os dados e, a partir dos resultados obtidos na análise quantitativa e qualitativa, tecemos as considerações finais. Nelas retomamos as hipóteses e os objetivos pré-definidos e buscamos responder às perguntas elaboradas no início desta tese. Finalizamo-la

crentes de sua contribuição tanto para os estudos da área quanto para combater o preconceito linguístico arraigado em nossa sociedade há muito tempo quanto ao uso da variante retroflexa no falar brasileiro.

CAPÍTULO 1 SOCIOLINGUÍSTICA

Neste capítulo, abordamos a Sociolinguística Variacionista e os pressupostos teórico-metodológicos das três ondas.

1.1 A LÍNGUA SOB O OLHAR SOCIOLINGUÍSTICO

É consenso que a língua seja um todo homogêneo composta por um conjunto de variações linguísticas. Isso nos remete ao princípio básico da variedade na uniformidade, nas palavras de Jakobson (1967, p.185), “[...] o princípio das invariantes nas variações”. Cumpre-nos, a partir disso, compreender o que está envolvido nas variações e/ou mudanças linguísticas e quais são as forças atuantes nesse processo.

Rompendo com as teorias anteriores com o propósito de levar em consideração os aspectos sociais da língua, surge, no século XX, conforme Paulston e Tucker (2003), a Sociolinguística, primeiramente, no estudo “Sociolinguistics in India” (Hodson, 1939), consolidando-se em um congresso na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) que teve, entre outros, participantes Willian Bright, Dell Hymes, Willian Labov, John Gumperz, Einar Haugen, Jonh Fisher e José Pedro Rona que juntos deram a origem ao livro “Sociolinguistics”. No texto introdutório da referida obra, Bright afirma que a Sociolinguística deve “demonstrar a covariação sistemática das variações linguísticas e sociais. Ou seja, relacionar as variações linguísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade” (Bright, 1974 *apud* Alkmim, 2001, p. 28). Considerando que o objeto de estudo da Sociolinguística é a diversidade linguística, o referido autor, nas palavras de Alkmim, correlaciona à diversidade linguística: a) Identidade social do emissor ou falante; b) Identidade social do receptor ou ouvinte; c) O contexto social; d) O julgamento social, ou seja, as atitudes linguísticas. (Alkmim, 2001, p. 28-29).

A Sociolinguística Variacionista objetiva, segundo Cezario e Votre (2008, p.141), identificar “os principais fatores que motivam a variação linguística” e compreender a importância de cada um deles “na configuração do quadro que se apresenta variável.” Busca-se, portanto, com os estudos sociolinguísticos, “o grau de

estabilidade de um fenômeno, se está em seu início, ou se completou uma trajetória que aponta para mudança.” (Cezario; Votre, 2008, p. 141). Ou seja, é possível, dentro dessa proposta, verificar se estamos diante de um processo de variação estável ou se identificamos uma mudança linguística. A primeira refere-se a coexistência, ao mesmo tempo, de duas ou mais variantes. Já a segunda acontece quando uma variante está amplamente difundida (mudança em progresso) ou quando a variante inovadora já se instalou na comunidade, efetivando-se a mudança completa.

Um dos principais axiomas da Sociolinguística Variacionista, segundo Paiva e Duarte (2003, p.13), é o de que “as línguas humanas estão em constante mudança, que se propaga de forma gradativa e implica períodos mais ou menos longos de variação em diversos eixos sociais”. Pautando-se no Princípio do Uniformitarismo, de que “o presente é a chave do passado” (Labov, 1996), a Sociolinguística Variacionista entende que a mudança linguística pode ser observada sincronicamente por conta da natureza uniforme dos mesmos mecanismos que atuaram no passado e que, provavelmente, são aqueles que atuam no presente. Nesse sentido, rompe-se com as dicotomias saussureanas sincrônico e diacrônico e prioriza-se a sincronia nos estudos variacionistas.

É *mister* lembrar que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 188), “nem toda variação e heterogeneidade na estrutura da língua envolve mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade”. Sobre isso Almeida (2018) observa que, para a mudança ocorrer, ela precisa generalizar-se e adquirir significado social.

A variação e a mudança linguística sofrem influência de muitas variáveis. Elas podem acontecer em decorrência do tempo, da região, da classe social, da cultura, do sexo, da faixa etária, da escolaridade, do estilo de produção da fala, do gênero textual, entre outras variáveis.

Para que seja possível identificar como os processos de variação e ou mudança linguística ocorrem, difundem-se, encaixam-se e são avaliadas socialmente, é necessário, segundo Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.17), analisar cinco princípios centrais, quais sejam: o Problema dos Fatores Condicionantes (mudanças e condicionantes possíveis); o Problema da Transição (os estágios intervenientes entre dois estados da língua); o Problema do Encaixamento (o entrelaçamento das mudanças com outras que ocorrem na estrutura linguística e na estrutura social, além do encaixamento histórico (tempo real/sincrônico/fontes históricas); o Problema da

Avaliação (os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua) e o Problema da Implementação (razões para mudanças ocorrerem em certa língua numa dada época).

Desses cinco princípios expostos pelos referidos autores, cumpre-nos destacar o Problema da Avaliação, uma vez que um dos aspectos centrais de análise da presente tese é o significado social atrelado ao uso das variantes tepe, retroflexa e glotal na avaliação dos informantes juízes do primeiro e do quarto ano do curso de Letras.

Consoante Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975]), é possível que as avaliações dos ouvintes/falantes contribuam para propagação ou para a interrupção no uso de uma variante sociolinguística. Neste sentido, cabe à Teoria da Mudança identificar os “correlatos subjetivos” demonstrados pelos ouvintes/falantes em relação à variedade linguística compartilhada em determinada comunidade de fala.

Nesta tese, com base em Garcia (2018, p.34), compreendemos “avaliação linguística” como os valores atribuídos pelos indivíduos a diferentes variantes linguísticas usadas por eles e por outrem. A avaliação reflete as crenças que esses indivíduos têm a respeito de algo e se concretiza pelas atitudes linguísticas que possuem. Ao delimitar espaços e grupos sociais diferenciando-os dos demais, valorizando ou estigmatizando diferentes variantes, o falante traça suas identidades e externa suas avaliações e crenças.

Podemos compreender, portanto, que, ao postularem esse princípio da avaliação, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975]) já concebiam a agentividade do falante/ouvinte em suas avaliações/atitudes subjetivas e o significado social como aspectos essenciais na avaliação sociolinguística. Todavia, essa agentividade não foi explorada nos estudos de primeira e da segunda onda, conforme vemos a seguir.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1975]) partem do pressuposto de que a comunidade é o foco de estudo e de que a variação e a mudança são inerentes à língua, portanto é possível sistematizá-las e descrevê-las. Para isso, o olhar está voltado ao condicionamento da variação e mudança linguística considerando as macrocategorias sociais em comunidades de fala, conforme mencionamos anteriormente, que, segundo Labov (2008 [1972]), constitui-se de um grupo de pessoas compartilhando as mesmas normas subjetivas quanto ao uso da língua, visando, portanto, apreender padrões sociolinguísticos reais e regulares. No entanto, a explicação para a variação e mudança linguística sucita que outros fatores também

sejam contemplados, como, por exemplo, o significado social das variantes na construção estilística das identidades das pessoas em determinadas comunidades de práticas, na qual elas se agrupam por interesses e empreendimento em comum (Eckert e Mcconnel-Ginet, 2010, p.102).

Conforme Eckert (2005; 2012) observou a partir dos estudos sociolinguísticos dos últimos 50 anos, esses diferentes olhares para variação e mudança linguística podem ser divididos em: primeira onda - voltada para Teoria da Variação e Mudança; segunda onda - com foco nos Estudos Etnográficos ; terceira onda - interessada na Variação como Prática Social. A autora enfatiza que não há uma ordenação cronológica e que essas três ondas constituem um todo, sem que uma se sobreponha à outra (Eckert, 2005), como vemos a seguir.

1.1.1 Estudos Variacionistas - Primeira Onda

O estudo de Labov sobre a estratificação social do inglês de Nova Iorque (1966) foi o precursor da primeira onda sociolinguística e, conforme Eckert (2012, p. 87), influenciou outros estudos (Wolfram, 1969; Cedergren, 1973; Trudgill, 1974; Modaresi-Thrani, 1978) que verificaram uma correlação entre a estratificação socioeconômica e o uso de formas linguísticas. Nesses estudos, depreendeu-se que as formas não padrão, estigmatizadas, são mais frequentes nas classes socioeconômicas mais baixas, diferenciando-se conforme a região e a etnia. Eles observavam também que a variedade linguística reflete o *status* social de seu falante.

Os sociolinguistas variacionistas da primeira onda usavam/usam de artifícios metodológicos para captar a língua o mais próximo possível de sua forma natural, vernacular. Nesse sentido, é estabelecida uma metodologia que vai desde a delimitação da variável em estudo até os procedimentos de coleta e análise dos dados (Kailer, 2008). Reconhecendo que a variação é inerente à língua, os estudos de primeira onda tinham/têm como foco examinar a língua em seu contexto social e real de comunicação, demonstrando a regularidade e a sistematicidade da variação, ou seja, que não existe um “caos” linguístico. (Tarallo, 1985). Para isso, são estabelecidos, portanto, padrões regulares de variação linguística a partir de fatores linguísticos, sociais (sexo, escolaridade, classe econômica, faixa etária) e estilísticos (o estilo aqui é compreendido pelo grau de monitoramento da fala, ou seja, que vai do menos ao mais monitorado durante a entrevista, o relato e a leitura de um texto).

Dessa forma, era/é possível verificar a variação linguística tanto na fala de várias pessoas quanto na fala de um único indivíduo. Essas variáveis sociais, segundo Oushiro (2015, p. 22), mesmo que tenham sistematizado a variação “são tomadas pelo pesquisador como instrumentos impostos de cima para baixo para descrever processos de mudança mais amplos.” e, muitas vezes, “passaram a se confundir com identidades dos falantes, sem levar em conta sua relevância para os próprios indivíduos em seu cotidiano.” (Oushiro, 2015, p. 22).

Cabe destacar que a metodologia da primeira onda, com base nas variáveis linguísticas e sociais, estratifica os falantes em células sociais, de modo a possibilitar a reaplicabilidade de estudos, a constituição de bancos de dados linguísticos e resultados quantitativos refinados baseados em técnicas estatísticas e de regressão logística ajustadas para os estudos de variação linguística.

As principais características da primeira onda sociolinguísticas podem ser, conforme Eckert (2005, p. 3),² resumidas da seguinte maneira:

- Amplos estudos de comunidades geograficamente definidas;
- A hierarquia socioeconômica como um mapa do espaço social;
- Variáveis como marcadores de categorias sociais primárias que conduzem traços de prestígio/estigma;
- Estilo como atenção prestada à fala e controlado por orientação relativa ao prestígio/estigma.

Em suma, é importante dizer ainda, sobre a primeira onda, que os padrões regulares e sistemáticos observados entre covariação social e linguística remeteram a atenção dos pesquisadores para as relações sociais que subjazem às categorias sociais primárias. Fato que, segundo Freitag, Martins e Tavares (2012), conduziu ao surgimento da segunda onda, com base em estudos etnográficos.

1.1.2 Estudos Etnográficos – Segunda Onda

As pesquisas de segunda onda como as de Labov (1972), em Martha's Vineyard e Nova Iorque; de Milroy (1980), em Belfast; de Rickford (1986), na Guiana;

² • Large survey studies of geographically defined communities
 • The socioeconomic hierarchy as a map of social space
 • Variables as markers of primary social categories and carrying class-based prestige/stigma
 • Style as attention paid to speech, and controlled by orientation to prestige/stigma

de Eckert (1989, 2000), em Detroit, entre outras - ainda mantém o caráter quantitativo e a imposição dos padrões sociolinguísticos de cima para baixo da primeira onda, mas, diferentemente desta, são de base etnográfica, estudam grupos menores, observam-nos por mais tempo, focalizam categorias sociodemográficas mais abstratas no intuito de averiguar o valor que variantes vernaculares assumem localmente.

Essas pesquisas voltam-se para as atitudes linguísticas e buscam compreender a correlação entre a linguagem e a identidade social. Elas estudam como a variedade linguística impacta nas interações sociais e no *status* social de cada indivíduo, pois variantes em desuso ou estigmatizadas para alguns grupos podem ter prestígio em outros.

Rickford (1986), por exemplo, comprovou que o vernáculo, mesmo sendo estigmatizado em nível global, pode ter valor positivo em nível local, conforme sua associação a valores e práticas locais. Outro exemplo refere-se ao estudo de Labov (1996) em Martha's Vineyard, voltado para o significado social da variação. Nele Labov verifica que a pronúncia de /ay/ é usada como um recurso indexical em uma disputa ideológica local. Para Silverstein (2003), esse movimento exemplifica o funcionamento da "ordem indexical", ou seja, uma característica exclusiva de um morador da ilha passa a ser utilizada estilisticamente, em Martha's Vineyard, para indexicar um tipo específico de vineyardense, ou seja, aquele que se identifica com a ilha e quer permanecer nela, enfatizando, dessa forma, "um aspecto particular da identidade da ilha".

Outro aspecto importante sobre os estudos de segunda onda refere-se à proposta de Milroy (1987) em relação à categorização dos informantes conforme suas características etnográficas para que, a partir disso, o pesquisador eleja o/s grupo/s a ser/em estudado/s. Ademais, a referida autora traz uma nova concepção de comunidade de fala, as redes que se estabelecem por meio das relações sociais entre as pessoas.

Cabe ressaltar que o estilo na segunda onda, diferentemente do que acontece na primeira na qual ele se referia ao nível de atenção dos informantes à própria fala, importa o significado de diferenciação social que "se define a partir de objetivos sociais locais, grupal ou individualmente atualizados a cada momento de enunciação" (Mendes, 2017, p. 105).

Os trabalhos de segunda onda preocupavam-se, portanto, em estudar a estigmatização e as identidades sociais; para isso, focavam na ideologia linguística, analisando as crenças, os estereótipos e os valores das variedades linguísticas nas relações de poder (Eckert, 2012).

Sendo assim, podemos resumir as principais características da segunda onda, conforme Eckert (2005, p. 15)³, da seguinte maneira:

- Estudos etnográficos de comunidades definidas geograficamente;
- As categorias locais como *links* para as demográficas;
- Variáveis como categorias de indexação localmente definidas;
- Estilo como atos de afiliação.

É importante dizer que os resultados dessas pesquisas de segunda onda ainda apresentam conexão com a primeira, pelo seu caráter quantitativo e pela imposição dos padrões sociolinguísticos de cima para baixo. No entanto, mostram que as variáveis linguísticas indexam características e não categorias sociais dando “base teórica para um enfoque metodológico inteiramente novo para o estudo da variação na terceira onda” (Eckert, 2020, p. 274-278).

1.1.3 Variação como Prática Social – Terceira Onda

De acordo com Eckert (2005, 2008, 2012), ancorada em Bucholtz e Hall (2005), Bucholtz (2010), Irvine (2001), contrapondo-se aos estudos com base em macrocategorias sociais, os estudos de terceira onda, com base etnográfica, privilegiam grupos menores dentro de suas comunidades de práticas para estudar o papel agentivo dos falantes na constituição de identidades e do significado social da variação linguística. Diferentemente da primeira e da segunda onda que tinham como foco o dialeto, a terceira centra-se, segundo Eckert (2012) ancorada em Hebdige (1984), no estilo, que é visto como o principal ponto de criação de significados sociais, em que os falantes, conforme seus papéis sociais, combinam e recombina variantes em um processo constante de *bricolagem*⁴. Nesta perspectiva, o estudo do papel da variação não se refere apenas à distribuição de variáveis em estilos, mas compreende

³Ethnographic studies of geographically defined communities

- Local categories as links to demographics
- Variables as indexing locally-defined categories
- Style as acts of affiliation

⁴Bricolagem é o processo de combinar e recombina elementos no intuito de formar novos significados ou modificar significados anteriores. (Hebdige, 1984)

o *locus* em análise como parte importante na construção do significado social, pois as identidades tanto do falante quanto da comunidade estão em constante transformação.

Essa tendência busca encontrar significado social na prática estilística, reconhecendo que a construção de uma persona ou identidade, fundamental para a posição do indivíduo na sociedade, depende de uma atividade linguística permeada pela forma como o sujeito maneja os estilos. “O estilo aqui é visto como uma prática, um ato de linguagem capaz de representar quem somos, quem não somos e quem desejamos ser” (Veloso, 2014, p.1.744).

Sob esse enfoque, discute-se a interpretação que vinha sendo dada até então ao encaixamento social da variação linguística, ou seja, para os estudos de terceira onda, importa como o falante se posiciona socialmente por meio de suas práticas estilísticas e não apenas em relação ao uso de determinadas variantes conforme o contexto mais ou menos formal/monitorado, como se apregoava na primeira e na segunda onda. Objetiva-se estudar, portanto, não apenas a mudança linguística, mas como a linguagem e outros elementos semióticos, mediados por ideologias e crenças, comunicam informações sociais sobre a identidade do falante e seu posicionamento discursivo no contexto de interação social.

Sobre a indexicalização dos signos, é importante salientar, conforme Silverstein (2003), que, em fase inicial, um grupo pode se destacar, e um traço específico da fala desse grupo pode atrair a atenção. Uma vez reconhecido, esse aspecto pode ser destacado de seu contexto linguístico e começar a indexar pertencimento a esse grupo. Essa variante linguística pode então ser utilizada para influenciar ideologicamente percepções sobre o referido grupo, evocando noções de identidade, características ou atitudes associadas a ele. Tal índice pode ser utilizado por pessoas que não pertencem ao grupo para reforçar estereótipos associados a ele. Um exemplo disso é o uso da variante retroflexa, objeto de nosso estudo, no falar brasileiro, que é, muitas vezes, usada como estereótipo do falar caipira.

As características da terceira onda sociolinguística podem ser resumidas, conforme Eckert (2000, p.30):

- Estudos etnográficos das práticas das comunidades;
- Categorias locais resultantes da construção de posições comuns;
- Indexação de variáveis a posições, atitudes, características;
- Estilo como construção da persona.

Os estudos de terceira onda sociolinguística são, portanto, de cunho etnográfico, pautados em comunidades de práticas e buscam destacar a agentividade dos falantes que continuamente constroem diferentes estilos linguísticos consoante os papéis sociais e as identidades que assumem nos contextos sociais ou nas comunidades de práticas em que estão inseridos.

1.2 INDEXILIZAÇÃO E REGISTRAMENTO

Considerando a discussão proposta por Pierce (2005) sobre indicialidade/indexicalidade, segundo a qual o índice é a conexão casual ou por associação abstrata entre um signo e determinado significante amparado pelo princípio da contiguidade, ou seja, uma associação temporal entre eventos, compreendemos que uma variante linguística pode remeter a muitos significados sociais que se associam a ela de forma indicial. Sendo assim, quando uma pessoa fala, por exemplo, po[“]ta abe[“]ta, é possível que, ao ouvir a produção da variante retroflexa na coda silábica, alguém indexicalize/indicialize a origem dessa pessoa ao interior ou ao ser “caipira”, mas essencialmente não há nada de interiorano ou caipira na referida variante, o que existe é a ligação semiótica, por coocorrência, de um significado não referencial a uma forma linguística (Mendes, 2008). O significado de uma variante linguística, portanto, pode não estar atrelado ao seu significado denotacional, mas ao significado atribuído a ela pela associação da referida variante aos contextos onde é usada. Essa visão ampliada do conceito de indexicalidade/indicialidade de Pierce é compreendida por Silverstein (2009) como o “princípio de contextualização” dos signos linguísticos e outros signos que compõem o significado das formas de signos que ocorrem.

Segundo o referido autor, “A indicialidade é revelada no modo que, gradativamente, os signos linguísticos e outros signos indicam os seus usuários as condições envolventes específicas nas quais eles os utilizam.” (Silverstein, 2009, p. 756)⁵. Esse mesmo autor ressalta que, para os estudos sociolinguísticos, como, por exemplo, a presente pesquisa sobre avaliação e percepção, a noção de indicialidade é importante para compreendermos a relação entre as categorias micro e

⁵ Indexicality is revealed in the way that, by degrees, linguistic and other signs point the users of these signs to the specific enveloping conditions in which they use them.” (Silverstein, 2009, p. 756) (p.41)(Tradução nossa)

macrossociais de análise de qualquer processo sociolinguístico (Silverstein, 2003). No caso das variantes linguísticas, objeto de estudo nesta tese, podemos observar, entre outros significados sociais, especificamente sobre a retroflexa, que ela indicia noções micro e macrossociais como, por exemplo, “caipira”, “honesto”, “trabalhador”, da região norte-paranaense. Cabe mencionar, que essas noções não são exclusivas da variante retroflexa, conforme apresentaremos na análise.

Para Eckert (2008), os significados sociais das variáveis não são precisos ou fixos, ou seja, constituem um campo indicial de significados ideologicamente relacionados que podem ser acionados em determinados contextos de usos da variável. Esse campo indicial é fluido e pode ser alterado quando se ampliam “as ligações ideológicas”. A variação constitui um sistema indicial que incorpora a ideologia na linguagem e esse mesmo sistema, com a ideologia incorporada na linguagem, integra a construção e a transmissão de ideologias (Eckert, 2008, p. 454). Isso significa que, a partir da fala, é possível depreender vários significados e identidades sociais, que estão ligados a estruturas sociais mais amplas e dinâmicas de poder.

Em outras palavras, a variação linguística tem um papel importante na construção e na manutenção de diferentes ideologias, ao associar determinadas variantes linguísticas a significados sociais específicos, influenciando assim como os indivíduos são percebidos e como percebem a si mesmos e aos outros. Essa interconexão entre linguagem e movimento ideológico revela que as escolhas linguísticas, além de estarem relacionadas a um determinado valor indicial preexistente ou a uma categoria macrossocial já estabelecida, têm como base os contextos interacionais e desempenham um papel significativo na construção e na manutenção de identidades e hierarquias sociais (Sene, 2022).

É por meio das ideologias que os falantes identificam os diferentes significados das variantes linguísticas e as associam a grupos e identidades sociais. Retomando o exemplo da variante retroflexa, podemos compreender que ela pode indicializar diferentes significados sociais, como ser do interior, ser caipira, ter baixa escolaridade, podendo ocorrer independentemente do contexto de interação como algo próprio do falante, ou seja, pode estar impregnado na identidade do falante. Segundo Agha (2003), podemos dizer que, nesse caso, está acontecendo o registro/registro de “processos através dos quais um repertório linguístico torna-se diferenciável em uma língua como um registro de formas socialmente reconhecida”

(Agha, 2003, p. 231)⁶. Isso acontece em práticas comunicativas nas quais os falantes fazendo usos metalinguísticos e relacionam determinadas variantes linguísticas a possíveis significados sociais e culturais.

Para Agha (2003), “um registro existe como um objeto limitado apenas em um grau estabelecido por processos sócio-históricos de registramento, processos pelos quais suas formas e valores se tornam diferenciáveis do resto da linguagem” (Agha, 2003, p. 168)⁷. Para esse autor, portanto, o registramento é o processo pelo qual algumas formas linguísticas associam-se a determinados contextos sociais, comunidades e valores culturais. Processo esse que torna determinado uso linguístico reconhecido e diferenciado dos demais por meio dos valores sociais a ele atrelado. Podemos exemplificar, mais uma vez, com os róticos ou sibilantes em coda silábica, determinadas lexias, que muitas vezes apresentam variantes associadas a características como ser “caipira”, “mineiro”, “gaúcho”, “carioca”, ou seja, cada registro representa um falar em particular.

1.3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, tratamos brevemente do percurso dos estudos da Sociolinguística Variacionista que leva em consideração aspectos sociais no uso da língua, apresenta como objeto de estudo a diversidade linguística, objetivando identificar contextos linguísticos e sociais que motivam a variação e a mudança linguística. Ainda, neste capítulo, trouxemos as três ondas da sociolinguística que têm diferentes olhares para a variação e mudança linguística, olhares que não são excludentes, mas se complementam. Destacamos o foco na descrição estrutural da língua na primeira e na segunda onda, como as relações ideológicas de poder interferem no uso variável da língua, conforme os pressupostos da terceira onda e, por fim, ainda nesta onda, também abordamos os conceitos de indexicalização e registramento.

No capítulo seguinte, abordamos o arcabouço teórico-metodológico das crenças e atitudes linguísticas, bem como da percepção e da avaliação linguística.

⁶ "processes through which a linguistic repertoire becomes differentiable within a language as a socially recognized register of forms" (Agha, 2003, p. 231).

⁷ "A register exists as a bounded object only to a degree set by sociohistorical processes of enregisterment, processes whereby its forms and values become differentiable from the rest of language for a given population of speakers" (Agha, 2003, p. 168).

CAPÍTULO 2

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS

Recentemente observamos um crescente número de estudos sobre crenças e atitudes linguísticas. Nesta tese, fazemos essa abordagem utilizando referências “gerais” da área da Linguística Aplicada e da Psicologia Social e alguns estudos de crenças e atitudes que nos ancoram. Assumimos a abordagem mentalista que vê que a atitude é composta pelas crenças, tratamos dos conceitos sobre crença, em seguida, sobre atitudes linguísticas, abordamos a relação entre elas e a Sociolinguística, por fim, conceituamos teoricamente percepção e avaliação linguística. Como veremos a seguir, as crenças podem influenciar nossas atitudes e ou elas podem se influenciar mutuamente ou ainda divergem mutuamente.

2.1 CRENÇAS

As crenças são, frequentemente, utilizadas em diversas áreas do conhecimento, apresentando assim diferentes definições, tais como: fé religiosa; convicção íntima; opinião formada; credence; superstição; entre outros (Houaiss, 2009; Ferreira, 2009; Botassini, 2013; Lourenço, 2015).

Lambert e Lambert (1972) acreditam que as crenças são componentes das atitudes no âmbito cognitivo próximo da memória, juízo e/ou raciocínio. Para os referidos psicólogos, as crenças de cada indivíduo são construídas a partir de uma realidade social e são partilhadas por todos os membros dessa comunidade (Silva-Poreli, 2010). A ideia de que crenças apresentam-se no eixo cognitivo também é concebida por Bem (1973). Ele a vê como um produto da experiência carregado de crenças anteriores vindas do subconsciente. Para o referido autor, todo sistema de crença humano é pautado no raciocínio dedutivo, ou seja, é estruturado a partir de duas premissas básicas das quais se obtêm, por inferência, uma conclusão.

As crenças constituem a base de nossa estrutura conceitual, pois elas são geradas por meio de observações diretas e informações apreendidas de fontes externas. A partir de processos de inferências, que cada indivíduo aprende ou formula, surgem diversas crenças pessoais em relação ao objeto e dessa associação do objeto a vários atributos. Portanto, essas crenças pessoais servem como base informacional e, em última instância, determinam as atitudes, as intenções e o comportamento de

cada indivíduo. A partir de algumas crenças que não representem detalhadamente o objeto, podem surgir os estereótipos (Deprez e Persoons, 1987).

As crenças, mais do que conceito cognitivo, são ideias em nossas mentes surgidas a partir de nossas vivências, nossos costumes, tradições, modo cultural de pensar e refletir sobre as nossas interações socio-culturais, ou seja, apresentando um componente cognitivo e um componente de ação ou conduta (Barcelos, 2004; Fishbein, 1965; Peirce, 2005). Além disso, podem ser definidas como “opinião adotada com fé e convicção baseada em pressuposições e elementos afetivos que se mostram influências importantes para o modo como os indivíduos aprendem com as experiências” (Félix, 1998, p. 26).

São muitos os termos usados para fazer referência ou definir as crenças, como por exemplo: atitudes, valores, julgamentos, axiomas, opiniões, ideologia, percepções, conceituações, sistema conceitual, pré-conceituações, disposições, teorias implícitas, teorias explícitas, teorias pessoais, processo mental interno, teorias populares, conhecimento prático pessoal, perspectiva, construções pessoais, epistemologias, modos pessoais de entender, filosofias instrucionais, emoções, sentimentos, avaliações subjetivas, entidades de espírito, lembranças de experiências pessoais, pressuposições sobre a existência de entidades e mundos alternativos, entre outros (Botassini, 2013; Félix, 1998; Gimenez, 1994; Pajares, 1992;).

López Morales (2004) também faz referência a uma suposta cognição na constituição das crenças, mas acrescenta um integrante afetivo. Dessa forma, elas são compostas pelas percepções, pelos conhecimentos, pelos estereótipos (cognitivo), pelas emoções e pelos sentimentos (afetivo) de cada indivíduo.

Para Barcelos (2007), desde que o homem começou a pensar, este acreditou que as crenças são “ideias, opiniões e pressupostos”, que não são estáticas, sendo, portanto, caracterizadas a partir de uma visão sociocultural, ou seja:

[...] uma forma de pensamento, como construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos; co-construídas em nossas experiências e resultantes de um processo interativo de interpretação e (re)significação. Como tal, crenças são sociais (mas também individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais. (Barcelos, 2007, p. 113).

Conform essa citação de Barcelos (2007), podemos compreender que as crenças são paradoxais por serem sociais e individuais e refletem as nossas vivências. Além disso, segundo a referida a autora, elas se amparam tanto em fatos

ocorridos no passado como em opiniões de pessoas influentes ou meios de comunicação da atualidade. Ela também entende que as crenças são construídas dentro de uma perspectiva social e de um contexto de interação.

Já na visão de Labov (2008), as crenças são “um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhados por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (Labov, 2008, p.176).

Yero (2010) diferencia “fatos” de “crenças”, explicando que o primeiro são declarações que fazem parte do consenso da realidade, apresentam pouca dúvida da veracidade e não possuem evidências de contradição, obtendo assim enorme apoio, sem que haja raramente questionamentos. Já se apresentarem uma situação complexa, tiverem grande número de perspectivas possíveis, e grande envolvimento de diversas pessoas, menor serão as probabilidades de serem considerados fatos. Em relação às crenças, Yero (2010), destaca que são definidas como “[...] julgamentos e avaliações que fazemos sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo que nos rodeia. As crenças são generalizações a respeito das coisas, tais como causalidade ou o significado de ações específicas” (Yero, 2010, p. 28).

Botassini (2013, p.59), declara que “as crenças determinam o comportamento dos indivíduos, no sentido de que são elas que detêm os valores, os julgamentos, as opiniões que uma pessoa tem sobre os outros, sobre o mundo e sobre si mesma”.

Em suma, as crenças que as pessoas ou grupos possuem guiarão seus comportamentos e atitudes e poderão propiciar o surgimento de estereótipos, conforme vemos a seguir.

2.2 ATITUDES LINGUÍSTICAS

Assim como outras áreas, a Sociolinguística também tem se dedicado aos estudos das atitudes linguísticas de determinados grupos ou comunidades de fala no intuito de compreender determinados usos da linguagem. Neste estudo, embasamo-nos em alguns estudos que investigam atitudes linguísticas sobre a língua e seus falantes e de que modo essas percepções poderiam favorecer ou desfavorecer a mudança linguística, como por exemplo, Bisinoto, 2007; Botassini, 2013; Corbari, 2013; López Morales, 1993; Moreno Fernández, 1998, Sabadin, 2014, entre outros).

A definição de atitudes linguísticas está associada a diversos campos do conhecimento. Segundo Botassini (2013), o limite entre os significados de “atitude” e “comportamento”, “atitude”, “postura” e “posicionamento”, que em grande parte são consideradas sinônimas, dependem do contexto em que se encontram para apresentar uma definição. Os dicionários Houaiss (2001) e Ferreira (2009), por exemplo, apresentam conceitos como: porte; postura; modo de proceder ou agir; comportamento; procedimento; maneira de agir em relação a pessoas, objetos e situações; conduta etc.

Dentre as variedades de trabalhos que se debruçaram sobre a questão das atitudes, mais uma vez, encontramos respaldo nos precursores dos estudos nessa área, os psicólogos Lambert e Lambert (1972), que definem atitude como:

[...] uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (ou emoções) e as tendências para reagir.

[...] As atitudes desempenham uma função essencial na determinação do nosso comportamento; por exemplo, afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias à sombra das quais vivemos (Lambert; Lambert, 1972, p. 78; 83).

Como podemos observar a partir da citação anterior, no que concerne a atitudes linguísticas, cabe destacar que elas agem na determinação dos comportamentos dos indivíduos, afetando os julgamentos e as percepções de uns com relação aos outros, além de exercerem influência sobre os grupos com os quais as pessoas associam-se, bem como sobre outros fatores (Lambert; Lambert, 1972, p. 83).

Na conceituação do psicólogo Bem (1973, p. 29), as atitudes são as preferências ou aversões que temos em relação a situações, objetos, grupos ou quaisquer aspectos do nosso cotidiano, incluindo ideias abstratas e posicionamentos sociopolíticos quem podem nos influenciar. Além disso, elas também repousam, na visão desse autor, em bases emocionais e cognitivas. (Bem, 1973, p. 29).

Dessa forma, verificamos que as nossas atitudes linguísticas são alicerçadas por aspectos mentais, socioculturais e políticos e podem gerar prestígio ou preconceito linguístico. Para compreendermos mais aprofundadamente essas diferentes bases das atitudes, ancoramo-nos em López Morales (2004) e Moreno

Fernández (1998), que destacam a existência de duas linhas teóricas divergentes: a **mentalista** e a **comportamentalista**.

Conforme este autor, a concepção comportamentalista "interpreta a atitude como uma conduta, como uma reação ou resposta a um estímulo, isto é, a uma língua, uma situação ou a características sociolinguísticas determinadas"⁸(Moreno Fernández, 1998, p.182). Já a concepção mentalista, que embasa a presente pesquisa, compreende a atitude como "um estado interno do indivíduo, uma disposição mental em relação a situações ou fatos sociolinguísticos concretos"⁹, ou seja, a atitude seria algo entre um estímulo e o comportamento ou ação individual. (Moreno Fernández, 1998, p.182).

Moreno Fernández (1998, p. 180) apresenta as principais propostas quanto à estrutura componencial das atitudes à luz da Psicossociologia na visão de Fishbein (1965), Lambert (1967) e Rokeach (1968). Segundo o referido autor, o primeiro entende que a atitude é formada pela crença, pela valoração e pela conduta, todas no mesmo nível. Nesse sentido, a atitude linguística de um falante é o resultado da soma de suas crenças, de seu conhecimento, de seus afetos e de seu comportamento em relação a uma língua ou a uma interação sociolinguística. Já Fishbein (1965) defende que as atitudes formam-se por um único componente de natureza afetiva e baseiam-se no valor subjetivo e sentimental em relação a um objeto. Por fim, Rokeach (1968) afirma que atitude se refere a um conjunto de crenças dependente do que se acredita a respeito de um objeto sociolinguístico.

Moreno Fernández (1998, p.179) afirma, ainda, que as atitudes linguísticas são uma manifestação da atitude social dos indivíduos, estão relacionadas com a identidade dos grupos e com as próprias línguas e com o *status* de seus usuários. Ao mencionar a atitude em relação à língua, o autor destaca que está se referindo tanto à língua quanto ao uso dela, ou seja, às diferentes "variedades linguísticas: "atitudes em relação a diferentes estilos, diferentes socioletos, diferentes dialetos ou diferentes línguas naturais."

Além disso, pautado em Giles *et al.* (1979), o autor destaca que existem duas hipóteses sobre isso, a primeira refere-se "à hipótese do valor inerente" em que,

⁸ La concepción conductista interpreta la actitud como una conducta, como una reacción o respuesta a un estímulo, esto es, a una lengua, una situación o unas características sociolingüísticas determinadas".

⁹ a actitud se entiende como un estado interno del individuo, una disposición mental hacia unas condiciones o unos hechos sociolingüísticos concretos

ao se comparar, por exemplo, duas variedades linguísticas, uma é melhor ou mais atraente que a outra. Isso, segundo os autores, mostra como as atitudes linguísticas podem ser influenciadas pelas percepções sociais, culturais e históricas ao atribuírem valores diferentes a diferentes variedades linguísticas. A segunda “hipótese da norma imposta” compreende que “uma mesma variedade pode ser passível de atitudes positivas ou negativas dependendo da avaliação que se faz do grupo social que a utiliza”. (Moreno Fernández, 1998, p. 180-181).

A partir disso, podemos perceber que a atitude linguística está intrinsicamente relacionada ao julgamento social que se faz não apenas da língua, ou da variedade linguística em si, mas também do grupo ou do usuário de determinada língua ou variedade.

Trazendo para nosso objeto de estudo, a variante retroflexa, podemos descartar a primeira hipótese se considerarmos que a variante retroflexa usada, por exemplo, no inglês americano parece não ter a mesma valoração que tem a variante retroflexa no falar brasileiro, ou seja, de “r caipira”. Por outro lado, a segunda hipótese parece contemplar nosso objeto de estudo, pois a variante retroflexa no PB, geralmente, é estereotipada por algumas pessoas de diferentes grupos sociais como uma das marcas do falar caipira, de pessoas de regiões interioranas e menos escolarizadas.

Bisinoto (2007), considerando que é difícil definir a atitude linguística, propõe que utilizemos o termo “atitude sociolinguística”, pois atitude linguística e atitude social são complementares em relação ao modo de agir e reagir dos indivíduos, ou seja, elas fundem-se. De acordo com a referida autora:

As avaliações manifestas e encobertas, subjetivas e objetivas, mais ou menos conscientes, relativas à linguagem dos homens numa sociedade plural, tem a propriedade de fundar e governar tanto as relações de poder quanto o prestígio ou o desprestígio das formas linguísticas, estabelecendo seletividades, evidenciando preconceitos. (Bisinoto, 2007, p. 24).

As atitudes dos usuários das variedades de prestígio e desprestigiadas diferem bastante. Os primeiros se sentem seguros por fazer uso de uma “variedade superior” e alguns, até de maneira consciente, apresentam uma arrogância linguística, conforme Sabadin (2014), porque não precisam se esforçar para adquirir a língua de prestígio, uma vez que a sua variedade é a preferida pela classe dominante. Por outro lado, os falantes das variedades desprestigiadas, por sofrerem estigma ou preconceito

linguístico e pela insegurança linguística, podem tentar encobertar, consciente ou inconscientemente, a variedade que usam.

Sobre esse assunto, Moreno Fernández (1998, p.179) enfatiza que as atitudes têm papel decisivo no processo de variação e mudança linguística que acontece nas comunidades de fala. Uma atitude favorável ou positiva, segundo o autor, pode fazer que uma mudança linguística ocorra mais rapidamente e que, em certos contextos, predomine o uso de uma língua em detrimento de outra. Por outro lado, “Uma atitude desfavorável ou negativa pode levar ao abandono e esquecimento de uma língua ou impedir a propagação de uma variante ou uma mudança linguística”.

Para interagir em um sistema social de forma ativa e constituir sua identidade, é necessário que a pessoa domine uma língua, revelando-se, conforme Coseriu (1987, p.19), “[...] como pertencente a uma comunidade determinada historicamente, ou, pelo menos, como alguém que assume temporariamente a tradição idiomática desta ou daquela língua.” (Coseriu, 1987, p.19).

É importante, retomando mais uma vez Moreno Fernández (1981), mencionar que, se o falante faz uso de uma língua ou variedade prestigiada, a tendência é que ele tenha atitude favorável em relação à sua variedade. No entanto, se a sua língua ou variedade linguística for minoritária e não lhe possibilitar ascensão social, econômica, mobilidade ou interação com diferentes grupos, é possível que ele tenha atitudes negativas sobre sua língua ou variedade, o que não significa que sua língua seja totalmente desvalorizada ou não tenha prestígio algum (Moreno Fernández, 1998, p.181).

2.2.1 Componentes da Atitude Linguística

Conforme já conceituamos, anteriormente, pautados em Lopez Morales (1993) e Moreno Fernández (1998), há duas concepções de atitudes linguísticas: a comportamentalista e a mentalista. Os seguidores da concepção comportamentalista veem na atitude um único elemento, geralmente, o afetivo ou de avaliação. Já para os estudiosos que seguem a concepção mentalista, “as atitudes implicam uma avaliação (**componente afetivo**), um saber ou crença (**componente cognitivo**) e uma conduta (**componente conativo**)”. (Moreno Fernández, 1998, p. 183).

Cabe destacar que os estudiosos que compreendem a atitude como uma entidade complexa (tendo um componente afetivo, cognitivo e conativo), discordam

quanto à determinação de como se relacionam esses conceitos entre si e com a atitude. Sendo, portanto, necessário descrever a estrutura componencial das atitudes, conforme alerta Moreno Fernández (1998, p.183).

• **Componente cognitivo**

O componente cognitivo refere-se à representação cognitiva de um determinado objeto, pois não é possível termos uma atitude em relação a um objeto se não o conhecermos. Sendo assim, nossas atitudes dependem das nossas crenças, pensamentos, conhecimentos em relação a determinado objeto social. (Botassini, 2013, p. 57).

Na visão de Rodrigues (1972), é importante que haja a representação cognitiva de um determinado objeto social para que possamos ter uma carga afetiva favorável ou não em relação a ele e que atitudes de preconceito resultam de cognições negativas em relação a determinados grupos: “Pessoas que não gostam de índios consideram-nos selvagens, ameaçadores, ignorantes, hostis, infradotados intelectualmente, bestiais etc.” (Rodrigues, 1972, p. 398).

Ainda dentro da perspectiva mentalista, Gómez Molina (1998, p 31) ressalta que o componente cognitivo é de maior importância em relação aos demais, porque atrela a consciência sociolinguística aos conhecimentos e pré-julgamentos dos falantes, como consciência linguística, crenças, estereótipos, expectativas sociais (prestígio, ascensão), grau de bilinguismo, características da personalidade, por exemplo, entre outros.

• **O componente afetivo**

Rodrigues (1972), com base em Fishbein (1965), alerta que as crenças e os comportamentos associados a uma atitude podem ser usados apenas para medir uma atitude, não a integrando. A esse respeito, Rodrigues (1972) justifica que as crenças que uma pessoa possui não precisam ser carregadas de conotação afetiva, mesmo que despertem afeto positivo ou negativo em relação a um objeto e que predisponham à ação.

Para Fishbein (1965), citado por Moreno Fernández (1998), a atitude não está atrelada às crenças. A primeira, segundo ele, é formada pelo componente de

natureza afetiva, fundamentada em valores subjetivos e sentimentais em relação a um objeto, já a segunda, é formada pelos componentes cognoscitivo e conativo.

Gómez Molina (1998) reitera que o componente afetivo tem base em juízos de valor em relação às características da fala, como: variedade dialetal, sotaque, associação com os traços de identidade, etnicidade, lealdade, valor simbólico, orgulho, e o sentimento de solidariedade com a comunidade onde está inserido.

• O componente comportamental ou conativo

Conforme Rodrigues (1972, p. 400), “as atitudes possuem um componente ativo, instigador de comportamentos coerentes com as cognições e os afetos relativos aos objetos atitudinais”. O referido autor destaca, ainda, que há “tendência à reação”, uma vez que as pessoas nem sempre apresentam comportamentos condizentes com suas cognições e afetos, pois as atitudes geralmente não são “expressas em comportamento ostensivo”.

Para Lambert e Lambert (1972, p. 79), as atitudes são pautadas no julgamento que as pessoas fazem do outro, como se ele é liberal, compreensivo, preconceituoso ou não, para então terem um comportamento apropriado ao seu interlocutor.

Gómez Molina (1998, p.31) comunga da visão de Lambert e Lambert (1972), ao afirmar que o componente conativo reflete a intenção de conduta, pois o plano de ação está atrelado a determinados contextos e circunstâncias. Segundo essa visão, a pessoa tende a atuar e reagir de maneira diferente em contextos como rua, casa, trabalho.

Além desses autores, trazemos a visão de Botassini (2013, p. 57) que também entende o componente comportamental ou conativo “como conduta, reação ou tendência à reação diante de um objeto social”.

Podemos dizer, de modo geral, que a concepção mentalista é composta por elementos afetivos, cognitivos e conativos que se relacionam entre si e com a atitude linguística. Os componentes afetivos envolvem fatores subjetivos e sentimentais em relação a um objeto, ou seja, a avaliação. Já o cognitivo é aquele que atrela a consciência sociolinguística aos conhecimentos e pré-julgamentos do falante,

como, por exemplo, a relação entre ter ou não prestígio, e, por último, o conativo que se refere ao julgamento do outro e a conduta.

Apresentaremos, na subseção seguinte, alguns conceitos de identidade linguística, lealdade linguística, prestígio linguístico, preconceito, estigma e estereótipo, marcadores e indicadores que são importantes para o estudo de crenças e atitudes, assim como para a interpretação dos resultados de nossa pesquisa.

2.3 IDENTIDADE LINGUÍSTICA

A identidade, segundo Moreno Fernández (1998, p. 180), possibilita a diferenciação de “um grupo do outro, uma etnia de outra, um povo de outro”. Para Botassini (2013, p. 62), é possível definir objetiva ou subjetivamente a identidade. Segundo a autora, de forma objetiva, “a identidade se caracterizaria pelas instituições que a constituem e por suas peculiaridades culturais.” Já de forma subjetiva, “a identidade de um grupo pode ser reconhecida pelo sentimento de comunidade compartilhado por seus membros e pela forma como se diferenciam de outros grupos.” (Botassini, 2013, p. 62).

Pautados em McNamara (1997), Schneider e Uflacker (2008, p. 33) e Botassini (2013), podemos compreender que a identidade é o significado emocional de um indivíduo gerado a partir do reconhecimento de que ele pertence a um grupo ou mais grupos sociais específicos. O vínculo de pertencimento, as crenças e as identidades sociais podem se revelar por meio das atitudes linguísticas que se concretizam no uso da linguagem.

Uma identidade tem seu valor na dissimilitude de outras identidades, ou seja, ela vale o que outras não valem em determinados contextos de relações socioculturais. Comungam dessa ideia Botassini (2013), Silva (2000) e Woodward (2015). A esse respeito, Silva (2000, p. 81) assevera que “identidade e diferença compartilham a característica de serem o resultado de atos de criação linguística” e que “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais”, estando, portanto, conectadas com relações de poder. Esse poder se manifesta por meio da normalização no âmbito da identidade e da diferença, para Silva (2000, p. 83), normalizar é eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e

hierarquizadas. Além disso, segundo o referido autor, normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras só podem ser avaliadas de forma negativa.

As relações de poder e de força entre os grupos mostram suas posições nos estratos sociais e têm importante papel no uso da linguagem, na manutenção da diversidade linguística e na construção das identidades. Essas relações de poder podem influenciar na inclusão ou exclusão de determinados grupos, fato que muitas vezes leva uma pessoa a negar ou camuflar a sua própria identidade na tentativa de se aproximar de outras identidades que julga serem de prestígio, como usar variantes linguísticas de grupos prestigiados socioculturalmente. No primeiro caso, ela se mantém fiel aos traços de sua comunidade, no segundo, ela os nega e assume a identidade do grupo com o qual quer se identificar (Fishman, 1966; Botassini, 2013).

Tarallo (1997, p.14), ao abordar o assunto, conceitua identidade linguística, entendendo que as atitudes são “armas usadas pelos residentes para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade, de grupo social separado”. Conforme essa definição, no momento em que o indivíduo se posiciona de maneira positiva ou negativa perante uma variedade, ele se reveste de uma identidade que o diferencia de um grupo, etnia ou povo.

Corbari (2013) reitera a importância do papel do contexto em que os falantes estão inseridos na (trans)formação de suas identidades, já que tudo que cerca o falante influencia demasiadamente a (re)construção de sua identidade. Além disso, é preciso considerar as características de cada falante, porque estas características variam de indivíduo para indivíduo.

Nessa mesma linha, Rajagopalan (1998, p. 41-42) enfatiza o papel da língua na construção identitária, segundo o autor,

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isto significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa.

Conforme o referido autor, podemos compreender que tanto a identidade da língua quanto do indivíduo implicam-se mutuamente, o que significa dizer que as duas identidades estão em construção constante.

Ainda, retomando Moreno Fernández (1998, p. 180), é possível definir a identidade de maneira objetiva ou subjetiva. De acordo com a primeira, a identidade poderia ser caracterizada por instituições que a constituem e por suas peculiaridades culturais, e, conforme a segunda, de modo subjetivo, a identidade de um grupo pode ser reconhecida pelo pertencimento à uma comunidade compartilhada por seus membros e pela forma como se diferenciam de outros grupos.

2.3.1 Lealdade Linguística

Bergamaschi (2006, p.61) destaca que o termo lealdade linguística foi introduzido por Weinreich (1953) em sua obra sobre línguas em contato. O referido autor, no dizer de Bergamaschi, salienta que lealdade linguística possui dois sentidos, um de mostrar “a preocupação em manter a língua livre de interferências por influência da língua próxima a ela” e o outro de apresentar o “esforço em utilizá-la em todas as situações possíveis”. Weinreich destaca ainda que, “mesmo que, em muitos casos, ambas as posturas coincidam, trata-se de atitudes distintas.”

Sobre isso, Appel e Muysken (1996) afirmam que o fato de uma pessoa negar a sua língua por reconhecer que ela não possui prestígio e que usá-la dificultaria a sua ascensão social, não significa que não tenha apreço por ela.

Como podemos ver, a lealdade linguística envolve a relação emocional, identitária e prática de indivíduos e de grupos com algumas línguas ou variedades linguísticas que escolhem usar ou valorizar em detrimento de outras em diferentes contextos de interação.

2.3.2 Prestígio Linguístico

O prestígio linguístico pode ser tanto uma conduta quanto uma atitude, segundo Moreno Fernández (1998, p.189), pois ele pode ser possuído e ostentado ou ser concedido ou atribuído. Sendo assim, o referido autor define prestígio como “um processo de concessão, de estima e respeito aos indivíduos ou aos grupos que reúnem certas características e que leva à imitação das condutas e crenças desses indivíduos ou grupos” (Moreno Fernández, 1998, p. 189).

Botassini (2013) também confirma que as normas de prestígio variam de um grupo social a outro, que são determinadas por questões sociais, culturais,

econômicas, políticas, históricas, religiosas, linguísticas com as quais os indivíduos podem se identificar ou se diferenciar. A mencionada autora ainda acrescenta que a norma linguística de prestígio é a única mais ou menos fixa, tornando-se historicamente objeto privilegiado de estudo, representando o grupo dominante de uma sociedade que pode ser constituído por pessoas mais escolarizadas e com alto poder aquisitivo.

Como vimos, o prestígio linguístico está intrinsicamente ligado à língua ou à variedade linguística das pessoas ou grupos detentores de poder social, econômico, político, cultural, religioso, intelectual dentro de uma comunidade. A junção de poderes, principalmente socioeconômicos e políticos, são determinantes para que uma língua ou uma variedade linguística tenha mais prestígio do que outras. Essa consideração e respeito podem influenciar na adoção de certas variedades, levando à imitação das condutas linguísticas de grupos considerados de alto *status* socioeconômico.

2.3.3 Preconceito Linguístico

Segundo Ferreira (2009), o conceito de preconceito é: “1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. Superstição, credice; prejuízo. 4. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc.” (Ferreira, 2004).

Bergamachi (2006, p.60), por sua vez, define preconceito como “um fenômeno intergrupar, dirigido às pessoas, grupos de pessoas ou instituições sociais, implicando uma predisposição negativa”. O preconceito pode desconsiderar, conforme a autora, “a individualidade, atribuindo aos membros de determinado grupo características estigmatizantes com as quais o grupo, e não o indivíduo, é caracterizado”. Elas podem ser físicas, referindo-se, por exemplo, à etnia e possuir “relevância na distribuição dos lugares sociais, da mesma forma que um tal sistema social pressupõe agentes que operem as desigualdades do sistema.” (Bergamachi, 2006, p. 60).

Para Botassini (2015, p. 124) o termo preconceito linguístico “refere-se à atitude negativa frente a determinado grupo linguístico sem razão aparente.

Normalmente está voltado a grupos linguísticos que detêm pouco ou nenhum prestígio social”, ou seja, para minorias linguísticas ou a grupos linguísticos “que representam falares diferentes do falar daquele que avalia preconceituosamente o outro”.

Bergamaschi (2006, p. 46), salienta que “O estigma vai além do preconceito, é mais forte e mais inibidor”, Botassini (2013) corrobora com a referida autora e acrescenta que o preconceito linguístico e estigma linguístico representam uma avaliação negativa, entretanto, apresentam graus diferentes, sendo o preconceito linguístico um “estigma amenizado”, conforme vemos a seguir.

2.3.4 Estigma

Podemos observar registros em diversos dicionários da palavra estigma com sentido tanto denotativo, ou seja, a palavra estigma aparece como sendo “marca, sinal, cicatriz”, quanto conotativo, no qual a palavra remete-se a “rótulo”, “aquilo que é considerado indigno, desonroso” (Borba, 2004; Ferreira, 2009; Houaiss, 2009).

Goffman (1988, p. 11) destaca que:

[...] o termo estigma, marca ou impressão é, desde os gregos, empregado como indicativo de uma degenerescência. Era uma marca oficial gravada com cortes ou fogo nas costas ou no rosto das pessoas. Os sinais avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao estigma: um, de natureza sagrada, onde o estigma era sinal corporal de graça divina; o outro era uma alusão médica de distúrbio físico. Com o desenvolvimento dos estudos de patologia social, a palavra voltou a ser relacionada à degradação.

Com o passar do tempo, o termo estigma assumiu outras conotações e passou a ser empregado também como marca negativa, de depreciação que pode se referir à imagem ou à linguagem de determinados membros de uma comunidade. Muitas vezes, pessoas ou grupos que se vestem, falam ou possuem comportamentos que destoam daquele considerado de prestígio são estigmatizados, penalizados e relegados à margem da sociedade.

De acordo com Calvet (2002, p. 77), a ilegitimidade das formas estigmatizadas, rejeitadas ocorre em referência a uma forma tida como legítima em nome de critérios de prestígio. Ou seja, aquelas que não são legítimas são marcadas como inferiores, não são aceitas socialmente, por isso seus usuários, muitas vezes, tentam escondê-las. Pensando em marcas linguísticas, conforme Botassini (2013, p.

67), elas podem ser escondidas, mas não apagadas, pois não se apaga uma cicatriz, uma identidade linguística, uma hora ela se “revelará”.

Diz-se ‘esconder’ e não ‘apagar’, porque, assim como não é possível apagar uma cicatriz, não é possível apagar a identidade linguística. Pode-se ocultá-la, mas, em algum momento, ela se revelará, como uma cicatriz que se tenta esconder por baixo da roupa, mas que um movimento descuidado pode fazer aparecer. (Botassini, 2013, p. 67).

A esse respeito Fenner (2013, p. 42) salienta que, ao abordar estigma, Goffman (1963) “afirma que todas as sociedades definem categorias em relação aos atributos considerados naturais, normais e comuns do ser humano, conformando a identidade social virtual dos indivíduos”. No entanto, segundo a referida autora, “os indivíduos têm também uma identidade social real, podendo possuir atributos que frustram essas expectativas sociais do que é ser normal, o que acarreta (ou pode acarretar) a sua estigmatização”. Na visão de Fenner (2013), “O estigma é, portanto, uma discrepância entre a identidade social virtual e a real”. Corbari (2012, p.118), por sua vez, destaca, em relação à linguagem, que “o estigma relacionado a uma língua ou variedade linguística pode levar os falantes a pararem de usá-la, colaborando para a substituição da língua ou variedade desprestigiada por uma de maior prestígio”.

Podemos compreender, portanto, que estigma é uma marca, característica considerada negativa que desqualifica, desmerece, menospreza, deprecia e desvaloriza uma pessoa ou grupo aos olhos da sociedade. Essa marca pode ser física, social ou simbólica e, geralmente, resulta em discriminação, preconceito e exclusão social. Isso pode estar associado a grupos sociais específicos, como de algumas etnias, determinada orientação sexual, certas religiões ou *status* socioeconômico.

As informações provenientes das avaliações sociais que resultam em preconceito ou estigma linguístico podem ser classificadas em três categorias, quais sejam: indicadores, marcadores e estereótipos. (Labov, 1974).

2.3.5 Indicadores

Segundo Labov (2001, p. 196), os indicadores são variações linguísticas que geralmente não são percebidas pelos falantes, pois sua significação social está “abaixo do nível de consciência dos falantes”. Apesar de refletirem características

regionais, sociais, entre outras, por não serem conscientes, geralmente, não estão sujeitas a estigma ou a prestígio.

Conforme Soriano (2016, p.14), pelo fato de os falantes buscarem, mesmo que de forma inconsciente, fazer uso das variantes de maior prestígio quando estão monitorando sua fala, é difícil traçar padrões de variação, inclusive na fala de um mesmo indivíduo, dessas variáveis que geralmente não possuem significação social.

2.3.6 Marcadores

Os marcadores são variações linguísticas que os falantes utilizam de forma consciente ou semiconsciente e que têm associações sociais claras. Eles podem ser usados para marcar a identidade de um falante, seja em termos de classe social, região, etnia ou outros fatores (Labov, 2001). Eles revelam, segundo Soriano (2016), que as variações que estão relacionadas com a estratificação social são reconhecidas pela comunidade e podem variar inclusive na fala de um mesmo indivíduo. Eles podem ter valor positivo ou negativo em uma determinada comunidade e são passíveis de ajustes em seu uso conforme a formalidade do contexto social de interação.

2.3.7 Estereótipos

Segundo Hall (2006), o que explica a formação do sentimento de identidade e lealdade é o fato de a nação não ser “apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural”, ou seja, “uma comunidade simbólica”. Hall (2006, p. 48-50) acrescenta ainda que as culturas nacionais, além de instituições culturais, são constituídas de símbolos e representações, elas são “um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”.

A partir dessas representações, quer seja de nós mesmos ou dos outros, de acordo com Corbari (2012, 117), é que se formam os estereótipos que nascem “do processo de elaboração de generalizações, as quais, em princípio, são extremamente úteis para a organização de nosso mundo conceptual”. Elas, conforme Bem (1973, p. 17-18), “nem sempre são verdadeiras em todos os casos além daquele conjunto de

experiências nas quais se baseiam. Quando um indivíduo considera tais generalizações como se fossem verdades universais, geralmente as denominamos de estereótipos”.

Bem considera os estereótipos crenças supergeneralizadas que são formadas a partir de um número limitado de experiências e é a partir delas que “todos nós nos baseamos até um certo ponto em estereótipos para ‘empacotar’ nossos mundos perceptual e conceptual” (Bem, 1973, p. 21). Esse empacotamento ocorre conforme os indivíduos definem-se a si mesmos em relação ao mundo onde vivem. Assim, a partir dos valores positivos e negativos que reconhecem, eles se agrupam socialmente. O empacotamento ou, no dizer de Goffman (1963), a categorização é importante para conviver em sociedade, mas, conforme alerta o referido autor, essa mesma categorização está na base da estigmatização, pois ela também caracteriza ,de um ponto de vista discrepante e negativo, os “atributos considerados naturais, normais e comuns do indivíduo”.

Segundo Leite (2011), Amossy e Pierrot (2001) também destacam que os estereótipos facilitam a integração social do indivíduo, quando este adere a uma opinião ou ideia já instituída e replica os modelos estereotipados identificando-se, dessa forma, com uma coletividade. Sendo assim, o indivíduo relega o seu próprio julgamento e adota aquele do grupo ao qual quer se integrar.

Sobre a categorização, Hewstone e Giles (1997, p.271) apresentam três aspectos essenciais no processo de estereotipização, quais sejam:

- (i) outros indivíduos são categorizados, geralmente, com base em características facilmente identificáveis, como sexo, etnicidade, estilo de fala;
- (ii) um conjunto de traços, papéis, emoções, habilidades, interesses etc. é atribuído a todos (ou à maioria) dos membros dessa categoria. Os indivíduos pertencentes ao grupo estereotipado são considerados similares entre si e diferentes de outros grupos, quanto a esse conjunto de atributos;
- III) O conjunto de atributos é atribuído a qualquer membro individual dessa categoria¹⁰ (Hewstone e Giles, 1997, p. 271).

Cumprido destacar que, segundo os referidos autores, por meio da categorização dos estereótipos é possível “reduzir a complexidade de informações

¹⁰ Other individuals are categorized, usually on the basis of easily identifiable characteristics such as sex, ethnicity, speech style. 2. A set of traits, roles, emotions, abilities, interests, etc., is attributed to all (or most) members of that category. Individuals belonging to the stereotyped group are assumed to be similar to each other, and different from other groups, on this set of attributes. 3. The set of attributes is attributed to any individual member of that category. (Hewstone; Giles, 1997, p. 271)

novas; facilitar a rápida identificação de estímulos, além de predizer e guiar comportamentos” (Hewstone; Giles, 1997, p. 271). Eles alertam, ainda, que é necessário observar o que se quer estudar, se for a imagem exterior compartilhada, então precisamos nos atentar para os estereótipos sociais, aqueles compartilhados pelo grupo; se nosso interesse for prever o comportamento do indivíduo em uma determinada situação, então, devemos averiguar os estereótipos individuais. Hewstone e Giles (1997, p. 271) afirmam que, “além da identidade social, o estereótipo reforça a autoestima, definida como a avaliação que o sujeito faz de sua própria persona”. Ou seja, se o estereótipo for negativo, ele “se vincula a questões relacionadas ao preconceito e à tensão entre grupos sociais”, se ele for “positivo, relaciona-se às questões de identidade social.” (Hewstone; Giles, 1997, p. 271).

Estereótipo, preconceito e estigma, apesar de serem muito próximos, apresentam, segundo Botassini (2013, p. 69-70), algumas distinções:

- (i) as noções de preconceito linguístico e de estigma têm, realmente, significados muito próximos, diferenciando-se, sobretudo, pela questão do grau da avaliação negativa: quanto mais negativa, quanto mais ligada à aversão, tanto mais próxima de estigma;
- (ii) preconceito linguístico e estigma estão mais vinculados às atitudes linguísticas, seja no sentido de produzi-las ou de recebê-las;
- (iii) a depender do contexto ou dos objetivos do trabalho, preconceito e estigma podem ser usados como sinônimos;
- (iv) a noção de estereótipo sugere um vínculo mais estreito com as crenças linguísticas, incluindo-se aí os conhecimentos e as emoções que determinado objeto linguístico pode suscitar;
- (v) estereótipo, embora esteja contextualmente vinculado a preconceito e a estigma, não possui o mesmo sentido deles e, portanto, não deve ser usado como forma sinônima.

Destacamos que, nesta pesquisa, temos o mesmo entendimento de Botassini (2013) a respeito de estereótipo, preconceito e estigma. Ou seja, entendemos o estigma como uma avaliação mais negativa do que o preconceito, mas usados como sinônimos, e que o estereótipo não se vincula aos outros dois e se relaciona estreitamente com as crenças.

Por fim, pautados em Leite (2011), cumpre destacar a relevância do estudo dos traços estereotipados para a compreensão da variação e da mudança linguística, pois estas são condicionadas por fatores sociais, estilísticos e, primordialmente, pelos fatores avaliativos que têm papel essencial na manutenção ou no desaparecimento de determinadas variantes linguísticas.

Um exemplo disso é o objeto de estudo desta tese, a variante retroflexa, estereotipada como o “r caipira”, conforme podemos observar a partir das respostas dos participantes desta pesquisa e em outros estudos como, por exemplo, Aguilera e Silva (2012; 2015), Botassini (2013), Brandão (2007) e Leite (2011).

2.4 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS E A SOCIOLINGUÍSTICA

Conforme vimos anteriormente, a Psicologia Social introduziu os estudos sobre crenças e atitudes linguísticas nos anos 60, fornecendo subsídios para o estudo dos papéis sociais em relação à crença, à identidade e à atitude linguística de um indivíduo. No entanto, outras áreas têm se beneficiado de suas contribuições, como a Sociologia da Linguagem, a Etnografia e a Sociolinguística.

Segundo Fishman (1974, p. 25), a Sociologia da Linguagem se dedica a diversos “tópicos relacionados com a organização social do comportamento linguístico”, que inclui tanto o uso da língua quanto as atitudes linguísticas manifestadas por meio das reações em relação à língua e a seus usuários.

Já a Etnografia da Comunicação, segundo Hymes (1964), estuda os diferentes significados e formas culturais da comunicação, possibilitando, por meio de seus conceitos, a verificação e a compreensão dos processos comunicativos.

De acordo com Giles, Ryan e Sebastian (1982), em qualquer sociedade há variedades de língua e de estilos que coexistem, competem e contrastam. Nesse sentido, a Sociolinguística, por meio de seu arcabouço teórico-metodológico, é “capaz de examinar a relação entre língua e sociedade a partir de perspectivas políticas, demográficas, econômicas, lingüísticas, entre outras” (Silva, 2004, p. 46). Ela investiga a língua em uso correlacionando os fatores sociais e linguísticos bem como as crenças e as atitudes dos falantes-ouvintes quanto ao prestígio ou ao estigma de uma variante linguística. Essa correlação é importante para compreender a variação e a mudança linguística (Labov, 2008 [1972]; Moreno Fernández, 1998).

2.5 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS - A CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA E CONSCIÊNCIA SOCIOLINGUÍSTICA

As crenças e atitudes linguísticas têm papel importante na formação da consciência linguística, pois, conforme destaca Dias (2014, p. 93), elas amparam os

falantes nas alterações de códigos e uso de diferentes línguas, além de ajudar os pesquisadores em suas investigações sobre o uso e aprendizado de uma ou mais línguas.

Silva (2012, p. 85) acrescenta a importância de o falante ter consciência linguística, ou seja, ter a capacidade de conhecer, assim como de distinguir, as “diferenças que englobam a língua, ou variedades que o rodeiam”. Barbosa (2002, p. 22), por sua vez, assegura, citando Scherfer (1982), que a consciência linguística “está ligada à língua, pelo poder de objetivação que esta comporta e pelas categorias de descrição que coloca à disposição”, já que é “pela língua que expressões de forma fixa, de caráter comum e estereotipado podem ser transmitidas eficazmente”.

Outro ponto abordado por Silva (2012) é a relação da escolha de uma variante ao invés de outra; para a autora, este fato pressupõe ao menos duas hipóteses: “a primeira é a de que o falante conhece a existência das duas variedades” e a segunda “remete à consciência sociolinguística”, ou seja, o falante deve conhecer qual a variante de prestígio para que possa ascender socialmente (López Morales, 2004).

Segundo a referida autora, a consciência linguística regulamenta posicionamentos linguísticos utilizados por falantes de uma língua, ou de um dialeto e, em algumas situações, “os levam a manifestar atitudes como: segurança, insegurança linguística e hipercorreção, ligadas diretamente à língua ou ao dialeto; estereotipação e estigmatização direcionados aos falantes; prestígio ou desprestígio dirigidos concomitantemente aos dois”.

Para Moreno Fernandez (1998), as atitudes linguísticas são o reflexo das atitudes psicossociais, não sendo tarefa fácil delimitar onde se inicia a atitude em relação a uma variedade linguística e onde termina a atitude quanto ao grupo social ou aos indivíduos que fazem uso dessa variedade. Segundo o referido autor, a atitude linguística é a consciência sociolinguística¹¹, pois “os indivíduos forjam atitudes quaisquer que sejam porque têm consciência de uma série de fatos lingüísticos e sociolingüísticos que se referem a eles ou lhes afetam” (Moreno Fernández, 1998, p. 181).

¹¹ Apesar de a consciência linguística e a consciência sociolinguística referirem-se à consciência do indivíduo quanto ao uso da língua em relação a fatores sociais, entendemos que estarepresenta melhor a referida relação.

Apesar de alguns autores compreenderem a consciência linguística e sociolinguística de forma semelhante, entendemos que a primeira refere-se às questões estruturais e funcionais de uma língua (fonológica, morfológica, sintática e semântica) e a segunda, por sua vez, relaciona esse conhecimento aos diferentes fatores e contextos sociais que podem influenciar o uso de uma ou de outra variante linguística, bem como o significado dessas escolhas ou usos linguísticos.

2.6 COMUNIDADE DE FALA, COMUNIDADE LINGUÍSTICA E COMUNIDADE DE PRÁTICA

É importante que compreendamos as características das comunidades linguísticas, de fala e de prática, o que elas têm em comum, o que as diferencia, bem como o papel do indivíduo nessas comunidades para que possamos refletir sobre a atitude de cada indivíduo no processo de variação e/ou mudança linguística e a relação existente entre identidade, língua, cultura e sociedade.

Segundo Bergamaschi (2006, p. 58), as comunidades linguísticas “compartilham o conhecimento do sistema de sons, de gramática e vocabulário de uma língua.” Ela alerta que, em uma comunidade linguística, podem existir várias comunidades de fala, que apresentam pessoas que compartilham de “suposições sobre a razão de falar, modos de polidez, tópicos de interesse e maneiras de responder aos outros”.

Para Gumperz (1968, p. 381), a comunidade linguística é “qualquer agregação humana caracterizada pela integração regular e frequente por meio de um conjunto comum de signos verbais e separado de agregações semelhantes por diferenças significativas no uso da língua”¹².

Essa definição esclarece que, na comunidade, há uma relação regular entre o uso da língua e a estrutura social. Antes de fazer uma avaliação das informações sociais de um enunciado ou da intenção do falante, é necessário conhecer as normas sociais que determinam se as variantes linguísticas são ou não adequadas a cada indivíduo (Bergamaschi, 2006). Dessa forma, podemos compreender o quanto essas normas estão sujeitas às relações de poder socioeconômico e ideológico dos grupos em interação.

¹² “any human aggregate characterized by regular and frequent interaction by means of a shared body of verbal signs and set off from similar aggregates by significant differences in language usage” (Gumperz, 1968, p. 381).

Dubois (1991) salienta que a comunidade linguística refere-se a um grupo de pessoas que fazem uso da mesma língua ou do mesmo dialeto, em um determinado momento, para se comunicar entre si. Apesar de haver essa comunicação entre os membros de uma determinada comunidade linguística, ela não é homogênea, pois se compõe por vários grupos que apresentam diferentes variantes linguísticas.

Já a comunidade fala, segundo Labov (2008 [1972]), é aquela que compartilha normas e atitudes sociais em relação a uma língua ou a uma variedade linguística. No dizer do referido autor,

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos da língua, mas sim pela participação em um conjunto de normas compartilhadas. Essas normas podem ser observadas em tipos claros de comportamentos avaliativos explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante à níveis particulares de uso (Labov, 2008 [1972], p. 150).

Conforme podemos observar, para Labov (2008[1972]), há homogeneidade na comunidade de fala enquanto a heterogeneidade prevalece nos níveis particulares de usos da língua. Ou seja, apesar de as pessoas compartilharem as mesmas normas em relação à linguagem, elas não falam da mesma forma, pois cada indivíduo possui traços linguísticos que estão em constante variação a depender dos fatores sociais e contextos de interação.

Guy (2001), por sua vez, salienta que, embora muitos teóricos já tenham definido comunidade de fala, ele apresenta sua definição a partir de três critérios que caracterizam essa comunidade como sendo um grupo de falantes que compartilham uma língua em comum que é diversa em alguns traços que a difere de outras comunidades; os membros dessa comunidade interagem entre si mais intensamente do que com membros externos a ela e compartilham normas e atitudes diante de determinados usos da linguagem (Guy, 2001, p. 32). Além disso, o autor adverte que adotamos características linguísticas de pessoas ou grupos com as quais nos identificamos e tendemos a falar como aquelas pessoas com quem temos mais interação. Por outro lado, não adotamos as características linguísticas de outros grupos ou pessoas de que não gostamos ou com as quais não nos indentificamos, ou dos quais queremos nos distanciar.

Nessa mesma direção, Severo (1998) enfatiza, citando Wardhaugh (2002), que o indivíduo pode fazer parte de diversas comunidades de fala, identificando-se com elas a partir das circunstâncias, visto que há uma relação entre o processo identificatório e a comunidade de fala, pois esta é considerada fluída e dinâmica.

A comunidade de prática, conforme Eckert e McConnell-Ginet (2010), constitui-se por um grupo de pessoas que se reúnem em torno de um engajamento mútuo com o intuito e de fazer alguma coisa ou em torno de um aprendizado. Ou seja, as comunidades de práticas podem ser formadas por grupos de pessoas que compartilham um objetivo em comum. Essas pessoas, mesmo fazendo parte das mesmas macro categorias (sexo, faixa etária, nível de escolaridade, região), por participar de práticas diversas, podem apresentar repertório linguístico que se aproxima da fala das pessoas com as quais têm mais interação social nas referidas comunidades.

Segundo Holmes e Meyerhoff (1999), Wenger (1998) identifica três dimensões importantes de uma Comunidade Prática: a primeira é o engajamento mútuo; a segunda é um empreendimento negociado em conjunto; a terceira é um repertório compartilhado de recursos negociáveis acumulados ao longo do tempo. (Wenger, 1998, p. 76 *apud* Holmes; Meyerhoff, 1999, p.175).

É importante destacar, pautados em Eckert e McConnell-Ginet (2010) que as comunidades de práticas podem apresentar tamanhos variados e fluxo de participação e atuação de seus membros ora intenso ora difuso. Como as pessoas geralmente participam de muitas comunidades de práticas, seja no trabalho, nas ações religiosas, de lazer ou culturais, elas possuem diversas identidades baseadas nessas convivências, o que reflete também na constituição variável de seu repertório linguístico, pois uma variante linguística pode ter prestígio em uma comunidade de prática e ser estigmatizada em outra.

2.7 REDES SOCIAIS

Não é recente a preocupação com a influência das relações sociais no uso da linguagem, segundo Milroy (2002), é possível identificar isso em Gauchat (1905), sobre o estudo da variação na língua vernacular de Charmey. Sendo assim, conhecer as redes sociais dos falantes ajuda na compreensão da variação e mudança

linguística, pois, ainda que se enquadrando nas mesmas macrocategorias (sexo, faixa etária, escolaridade, entre outras), fazem diferentes usos da língua nos diversos contextos de interação. Segundo Milroy (2002, 2004), essas redes se estabelecem por meio das interações que acontecem cotidianamente na vida das pessoas, podendo ser mais estreita ou mais distantes, a depender do tipo de vínculo.

Conforme a autora, essas redes podem ser de primeira ou de segunda ordem. As relações de primeira ordem acontecem entre os familiares e amigos e as de segunda, entre as pessoas com as quais estão constantemente em contato, como, por exemplo, no trabalho, no esporte, na religião, sem ter necessariamente vínculo emocional ou intimidade. Tanto uma quanto a outra, conforme a referida autora, possibilitam ao indivíduo o sentimento de pertencimento e identificação social com as características da comunidade de fala, iniciando-se na primeira e ampliando-se na segunda. Sendo assim, as pessoas que se relacionam com mais frequência e proximidade com determinadas redes sociais farão uso das variantes linguísticas predominantes nessas redes (Milroy, 2002).

Por fim, um estudo de redes sociais deve considerar a relação entre a densidade das redes e os vínculos (de primeira ou segunda ordem) entre os indivíduos e a representatividade deles nessas relações (tem ou não influência). Se as redes forem mais densas, a comunidade será mais multiplexa e menos suscetível às interferências externas, inclusive em relação à variação e à mudança linguística, pois há maior identificação local e preservação do vernáculo. Já as redes menos densas são mais vulneráveis a essas interferências, mais abertas, recebem maior influência da cultura dominante e, dessa forma, são mais propícias ao uso das variantes de prestígio e à adoção das formas padronizadas. (Milroy, 2002).

2.8 AVALIAÇÃO E PERCEPÇÃO LINGUÍSTICA

Geralmente identificamos com facilidade um parente, um amigo próximo, um colega ou uma pessoa pública apenas ao ouvirmos sua voz. Mesmo em se tratando de uma pessoa desconhecida, esse estímulo auditivo possibilita, muitas vezes, termos impressões como, por exemplo, se ela está triste ou feliz, se é homem ou mulher, se é criança ou idoso, se tem pouca ou muita escolaridade e se é de uma região próxima ou distante. Para além dessas inferências, “no âmbito da sociedade, as diferenças advindas de distintos grupos sociais encontram-se refletidas na variação da linguagem e nas atitudes dos indivíduos diante dessa variação” (Giles; Ryan;

Sebastian, 1982, p. 7). Conforme Preston (2003), as características sociais vinculadas a determinados grupos são transferidas às variantes linguísticas das pessoas que a eles pertencem. Sendo assim, muitas vezes, a pessoa pode ser estereotipada social e pessoalmente devido às características de sua fala. As atitudes em relação a algumas variantes linguísticas, portanto, refletem o poder que determinados grupos sociais detêm na comunidade (Giles; Ryan; Sebastian, 1982). Isso tem chamado a atenção de muitos estudiosos, como Campbell-kibler (2006), Mendes (2017), Oushiro (2015), Podesva *et al.* (2002), que, por meio de estudos de percepção e avaliação linguística, buscam identificar padrões gerais de comportamento e de identidades sociais para compreender a relação entre o uso de determinadas variantes linguísticas e os significados sociais por elas indexados.

O termo percepção tem diferentes acepções; na Sociolinguística, por exemplo, pode ser usado para se referir a crenças ou ideologias sobre determinados assuntos (Campbell-Kibler, 2010). De forma semelhante, a Dialetoлогия Perceptual (Preston, 1989) também se refere às ideologias que ancoram a compreensão da diversidade linguística regional, ou seja, os estudos dialetológicos de percepção investigam como falantes interpretam e reagem às diferenças linguísticas revelando os processos cognitivos e sociais envolvidos na percepção da variação linguística.

Com base em Oushiro (2015), é importante ressaltar o conceito de avaliação e de percepção linguística adotado nesta tese. O primeiro refere-se ao emprego que o ouvinte faz, de forma consciente, da metalinguagem para se referir a variantes presentes em sua própria fala ou de outras pessoas. O segundo refere-se às inferências que o ouvinte faz a respeito da fala de outra pessoa, ocorrendo de forma consciente ou não e, por isso, pode não receber comentário metalinguístico. Tanto a percepção quanto a avaliação diferem de produção linguística, pois o que a pessoa diz ou como reage objetiva ou subjetivamente a determinadas variantes nem sempre coincide com o uso que faz ou não dessas variantes. Os estudos de percepção e de avaliação sociolinguística são relevantes porque retomam o significado social da variação linguística. Conforme Labov observou em Martha's Vineyard, o estudo das variantes linguísticas dentro das práticas sociais ultrapassa as oposições de variantes estigmatizadas ou prestigiadas e fornecem subsídios para os trabalhos de produção (Eckert, 2005; 2012; Campbell-kibler, 2009).

Uma das técnicas usadas para as pesquisas de percepção e avaliação é a técnica Matched-Guise proposta por Lambert *et al.* (1960). O propósito

fundamental dela é capturar as reações subjetivas e implícitas dos ouvintes em relação a diferentes línguas ou variedades linguísticas. Em seguida, são comparadas as respostas de diversos grupos de ouvintes a estímulos que variam em algum aspecto - seja a própria língua ou um elemento linguístico particular.

É importante destacar ainda, pautados em Eckert (2004; 2008), que a percepção e a atitude linguística estão atreladas à construção de estilo. Este, por sua vez, é concebido como uma prática que possibilita a manifestação do significado social. É por meio da combinação de diversos recursos linguísticos ou não linguísticos, ou seja, da bricolagem, que se compõe o estilo para criar novos significados ou atualizar os já existentes. O uso das diferentes variantes linguísticas e dos recursos semióticos possibilita a construção de *personae* (identidades) às quais estão indexados os significados sociais. Essas variantes linguísticas, portanto, dotam-se de significado social por meio dessas práticas estilísticas que, nesta pesquisa, podemos observar quando os informantes juízes, alunos do primeiro e do quarto ano do curso de Letras, ouvem e reagem à fala dos três locutores que apresentam diferentes variantes róticas em coda silábica (Locutor 1 - tepe, Locutor 2 - retroflexa e Locutor 3 - glotal), avaliando-os “em direção a uma diferenciação social baseada em identidades sociais, construídas e percebidas com base em uma série de símbolos ou signos” (Oushiro, 2015, p. 22). Por meio dos resultados, conforme apresentaremos na análise, buscamos identificar os significados sociais indexicalizados pelas variantes róticas usadas como estímulos sonoros.

Cabe ressaltar que os informantes juízes interpretam e avaliam os falares de maneira particular baseados em suas experiências socioculturais e cognitivas, o que configura um campo indexical fluido e relativo. Este, por sua vez, define as identidades sociais atribuídas pelos informantes juízes aos locutores por meio da percepção e da avaliação de seus respectivos falares. Fato que nos leva a hipotetizar que o significado social presente no campo indexical se consolida por meio do processo de bricolagem, as identidades atribuídas aos locutores que usam a variante retroflexa como caipira e do interior ou dos locutores das variáveis glotal e tepe como culto e morador de grandes centros, pois, conforme alguns autores (Levon, 2006, 2007; Mendes, 2018; Sene, 2022), a percepção sociolinguística dos ouvintes pode ser afetada pelos estímulos sonoros, ou seja, variantes linguísticas experimentalmente organizadas. É importante lembrar, consoante Mendes (2018),

que os falantes/ouvintes nem sempre têm consciência dos significados sociais que essas variantes podem apontar.

2.9 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, abordamos as crenças e as atitudes linguísticas especificando as concepções mentalistas e condutistas, destacando que, nesta tese, optamos pela primeira, que aborda os elementos afetivo, cognitivo e comportamental. Vimos o papel das crenças e atitudes linguísticas na manutenção da lealdade linguística, na produção de prestígio, de preconceito e de estigma linguístico. Falamos também sobre comunidade linguística e comunidade de fala, bem como o papel das crenças e das atitudes linguísticas na constituição da identidade, no processo de variação e mudança linguística em uma determinada cultura e sociedade.

CAPÍTULO 3

RÓTICOS

No presente capítulo, abordamos a descrição fonética e fonológica dos róticos bem como a distribuição das variantes róticas no falar brasileiro e alguns estudos de cunho variacionista sobre o referido segmento em coda silábica no PB.

3.1 RÓTICOS

Uma das pesquisas pioneiras, no âmbito dos estudos dos róticos em coda silábica no PB, foi realizada por Callou, Moraes e Leite (1996), que analisaram as ocorrências do fonema /r/ nas cidades de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, confirmando o elevado grau de polimorfismo do fonema /r/, em posição de coda silábica, caracterizando a variação linguística presente no falar do PB. Além desse estudo, também se destacam os trabalhos realizados por Monaretto (2000), na região Sul do Brasil, que assim como Callou *et al.*, constata que, nessa posição, o fonema /r/ sofre maior variação, caracterizando assim as diferentes regiões brasileiras.

Partindo das constatações dos estudos mencionados, buscamos, entre outros objetivos, averiguar se é possível identificar a referida diversidade no falar de graduandos do curso de Letras da Universidade Estadual de Londrina (UEL), futuros professores de língua portuguesa, quanto ao uso do referido segmento.

Para isso, neste capítulo, são apresentados alguns estudos tanto de cunho experimental quanto variacionista e dialetológico realizados por autores brasileiros acerca dos róticos.

3.2 AS REALIZAÇÕES DOS FONEMAS /r/

Dentro dos estudos de fonética e fonologia, o tema róticos tem sido estudado por inúmeros linguistas, Hora (2006, p. 93), por exemplo, declara que “Os róticos, no PB e nas demais línguas do mundo, têm um comportamento extremamente variável, apresentando uma multiplicidade de variantes”. Podendo ser realizado como vibrante múltipla, tepe, aproximante alveolar ou retroflexa, velar, glotal e uvular, ou ainda, como zero fonético em alguns contextos linguísticos (Aguilera; Kailer, 2012).

Malmberg (1954) declara que as vibrantes “são articuladas de tal modo que o órgão articulante – que nesse caso é ou a ponta da língua ou a úvula – provoca uma série de oclusões muito breves, separadas por pequenos elementos vocálicos”. Ele também salienta que a posteriorização do erre ocorreu de maneira quase simultânea em muitas línguas da “Europa e noutros lugares” como podemos observar no trecho em que o autor mostra que há duas diferentes “espécies de R” (anterior ou apical e o posterior ou uvular) conforme o órgão articulatório:

[...] O primeiro é pronunciado de tal forma que a ponta da língua, tocando os alvéolos, é empurrada para frente pela corrente de ar. Graças à sua elasticidade, a língua regressa à primeira posição, e o mesmo movimento vai-se repetindo quatro ou cinco vezes seguidas num r múltiplo. É a este r que freqüentemente se chama r “rolado”. O r apical vibrante é, por assim dizer, a forma primitiva deste fonema, na Europa e noutros lugares. Já não é a ponta da língua, mas a úvula que vibra e produz os contactos repetidos com a parte posterior do dorso da língua. Este r posterior vibrante [...] está tão espalhado na França como noutros países. [...]. Os dois tipos de r – anterior e posterior – são, o mais das vezes, duas variantes (regionais ou individuais) do mesmo fonema. Em português, francês, inglês ou alemão não se pode mudar o sentido de uma palavra só porque se substitui um r apical por um r uvular. (Malmberg, 1954, p.82-86).

Oliveira (2006, p. 27) também menciona a variabilidade fonética dos erres como um dos principais fatores que contribui para a complexidade fonológica do rótico: “cerca de 75% das línguas no mundo possuem algum tipo de ‘r’, sendo que 18% apresentam contrastes com dois ou mais desses segmentos”.

3.3 CARACTERIZAÇÃO FONOLÓGICA DOS RÓTICOS

É comum, na literatura da área, o uso dos termos ‘r-forte’ e ‘r-fraco’ para retratar a oposição fonológica existente em contexto intervocálico, e também para definir as diversas realizações fonéticas dos róticos nos demais contextos em que ocorre a neutralização dessa oposição.

Um dos autores brasileiros mais mencionados a respeito desse assunto é Câmara Jr., que apresenta duas propostas para o número de fonemas róticos em posição intervocálica. A primeira, em 1953, defende que a oposição encontrada no contexto intervocálico se daria não pelo contraste fonético em si, mas por tratar-se de consoantes iguais, entre as quais incide a fronteira silábica. Nessa visão, o autor demonstra não acreditar na existência de dois fonemas pois, segundo ele, não se percebia dois elementos na posição intervocálica, a não ser em delimitação vocabular.

A primeira solução fonêmica, que para logo ocorre, é distinguir dois fonemas vibrantes em português, que apenas contrastem em posição intervocálica, e em posição inicial se reduzem a um arquifonema representado pelo tipo 'forte'. [...] Um exame fonêmico mais detido, porém, dá-nos outra orientação [...]. (Câmara Jr., 1953,105-106).

Posteriormente, em 1970, Câmara Jr., ao rever esse argumento, apresenta uma segunda proposta, na qual declara serem duas as consoantes vibrantes, um /r/ forte e um /r/ fraco, que se opõem apenas em posição intervocálica, tendo seu contraste neutralizado nas demais posições, como podemos constatar em:

Assim, em português o /r/ forte (seja múltiplo, ou velar, ou uvular, ou fricativo) é um fonema oposto ao /r/ brando (um único golpe vibratório da ponta da língua junto aos dentes superiores), porque com ele se distingue *erra*, de *era*, ou *ferro*, de *fero*, ou *carro*, de *caro*, ou *corre*, de *core*, e assim por diante (Câmara Jr. 2008, p. 27, grifo nosso) .

Cristófaros-Silva (2012) corrobora a descrição feita por Câmara Jr. (2008), declarando que há o contraste fonêmico em posição intervocálica entre o “r-forte” e o “r-fraco” em todos os dialetos do português (“caro/carro”), visto que este contraste pode manifestar-se pelo número de vibrações da língua na articulação do segmento consonantal, ou seja, em “caro” vibrante simples e em “carro” vibrante múltipla. A referida autora também assevera que a variação linguística ocorre de maneira muito ampla nos demais contextos em que o “r-forte” se realiza.

No Quadro 1, podemos observar, a partir de Câmara Jr. (1977), que os róticos apresentam diferenças articulatórias dependendo da posição que ocupam na palavra, seja ela, pré-vocálica, intervocálica ou pós-vocálica.

Quadro 1- Ocorrência do r-fraco *versus* r-forte conforme o contexto inserido no PB.

Posição	Ocorrência	Exemplos
Início de palavra	ocorre apenas /r/ forte	rato, roupa
Início de sílaba não intervocálica	apenas /r/ forte	enrascada, Israel
Final de sílaba	variação não contrastiva entre /r/ forte e /r/ fraco	mar, no dialeto carioca e no dialeto gaúcho.
Início de sílaba, quando em posição intervocálica	oposição entre /r/ forte e /r/ fraco	erra e era; carro e caro
Segunda posição em grupos	apenas /r/ fraco	trato, fraco

Fonte: Adaptado de Câmara Jr. (2008).

Nota-se, no Quadro 1, que o r-forte não ocorre em contexto de segunda posição em grupos, enquanto o r-fraco não ocorre em início de palavra e em início de sílaba não intervocálica.

Para Bisol (2010), apesar de as modalidades articulatórias do erre serem dependentes do dialeto e do contexto linguístico, em algumas posições a ocorrência é bem definida, como na posição pré-vocálica em que há ocorrência da vibrante forte e isso independe da realização fonética, como se pode notar nos exemplos rato e honra (Almeida, 2018, p. 53). A referida autora ainda salienta que, em posição pós-vocálica, é o contexto em que ocorre maior variação. Brescancini e Monaretto (2008, p. 52) acrescenta que o “contexto linguístico interfere na modalidade articulatória: na posição pré-vocálica (rato, honra) predomina a fricativa velar; em segunda posição de grupo consonantal (prato), aparece comumente o tepe” e destaca que, “em posição pós-vocálica, ocorre tanto um como outro, assim como as formas retroflexas, aspirado e o apagamento”.

A partir das afirmações apresentadas anteriormente, faz-se necessário uma breve revisão das realizações róticas no PB.

3.4 CARACTERIZAÇÃO FONÉTICA DOS RÓTICOS DO PB

É possível observarmos que foneticamente os róticos formam um grupo heterogêneo, como salientado anteriormente, apresentam grande variação de produção, envolvendo desde ponto e modo articulatórios, até presença ou ausência de sonoridade.

Com isso, apresentamos, nesta seção, as realizações fonéticas dos róticos e o modo de articulação de cada um no PB, assim como o modo de articulação das variantes róticas que estão relacionadas ao tipo de obstrução da corrente de ar causada pelos articuladores durante a sua produção, representados na Quadro 2 a seguir:

Quadro 2- Descrição dos róticos do PB

Vibrante	<p>Para Bisol (2010, p. 211), “o som vibrante ocorre por pequenas oclusões produzidas pela língua ou pela tremulação da úvula através da ação da corrente de ar. Os movimentos vibráteis são feitos pela ponta ou pelo dorso da língua, que bate repetidamente contra a arcada dentária superior, contra os alvéolos ou ainda contra o véu palatino”.</p> <p>No PB, é possível identificarmos, conforme Reinecke(2006) entre outros autores, as vibrantes alveolar e uvular.</p>
Aproximante	<p>Seara (2011, p. 55) salienta que a aproximante é “articulada com uma constrição que é maior do que a requerida para uma vogal, mas não radical o suficiente para produzir turbulência da corrente de ar. São produzidas com a cavidade nasal bloqueada pelo véu do palato, impedindo a passagem de ar pelas narinas”.</p> <p>De acordo com Ferraz (2005), é possível ocorrer em contexto de coda silábica no PB tanto a aproximante retroflexa quanto a alveolar.</p>
Tepe	<p>Classificado entre as consoantes líquidas e róticas. Para Cristóforo-Silva (2012, p. 34), o tepe ocorre quando “o articulador ativo toca rapidamente o articulador passivo, ocorrendo uma rápida obstrução da passagem da corrente de ar através da boca”.</p>
Retroflexo¹³	<p>Segundo Cristóforo-Silva (2012), o retroflexo apresenta o palato duro como articulador passivo e a ponta da língua como articulador ativo. A produção dessa variante geralmente se dá com o levantamento e encurvamento da ponta da língua em direção do palato duro.</p> <p>Ferraz (2005) entre outros autores, observa que no PB podem ocorrer tanto o flap retroflexo quanto a aproximante retroflexa dependendo do número de sílaba das palavras.</p>
Fricativas	<p>Crystal (2000, p. 123) declara que as fricativas são realizadas “quando dois órgãos se aproximam tanto que o ar que passa entre eles produz uma fricção audível”, podendo esses sons serem surdos ou sonoros. Dessa forma, os róticos fricativos também são produzidos por um estreitamento do canal fonador.</p> <p>Reinecke (2006), entre outros autores, observam que, no PB, há fricativas velares, glotais e uvulares.</p>
Retroflexo Fricativizado¹⁴	<p>Não encontramos, na literatura, a descrição do retroflexo fricativizado. Conforme nossa análise de oitiva, ele se inicia como uma aproximante retroflexa e é finalizado com uma nítida fricativização. Pensamos, <i>a priori</i>, que poderia se tratar da variante espirantizada descrita por Reinecke (2006), como um som que ocorre “na passagem das zonas</p>

¹³ A primeira menção à variante retroflexa, como “r caipira”, foi feita por Amadeu Amaral (1972), em sua obra “O Dialeto Caipira”, referindo-se ao /r/ falado no interior do estado de São Paulo.

¹⁴ Ao buscarmos uma nomenclatura para o som da variante retroflexa fricativizada, não encontramos muitos estudos sobre o assunto, então optamos por classificá-la conforme oitivamente a percebemos. Como também não encontramos um símbolo fonético para representá-la, optamos por utilizar o mesmo símbolo da variante com o acréscimo do **diacrítico**[ʁ], que, conforme o IPA (Alfabeto Fonético Internacional), representa “aspiração”. Sendo assim, a variante retroflexa fricativizada será por nós representada com o

	articulatórias anteriores para as posteriores, chegamos, após a vibrante alveolar espirantizada, à zona velar” (Reinecke, 2006, p.159).
Tepe Fricativizado	Como ocorreu com a variante retroflexa fricativizada, também não encontramos, na literatura, a descrição do tepe fricativizado. Acreditamos se tratar da mesma variante classificada por Reinecke (2006) como tepe alveolar espirantizado: “temos uma aspiração ou fricção adicional. Essa variante compartilha com o tepe descrito acima o estouro. Porém, a energia antes do estouro, no tepe espirantizado, não diminui tanto quanto no tepe alveolar sem espirantização, e tampouco apresenta sua energia tão concentrada no momento do desbloqueio. A impressão auditiva é de que o desbloqueamento, ou a batida do tepe e a fricção aconteçam simultaneamente [...]” (Reinecke, 2006, p.38).

Fonte: Adaptado de Almeida (2018, p.67)

Podemos verificar, no Quadro 3 proposto por Reinecke (2006), as variantes róticas mais mencionadas na literatura da área.

Quadro 3 - Variantes róticas mais mencionadas no PB, conforme Reinecke

	ALVEOLAR	RETROFLEXA	VELAR	UVULAR	FARINGAL/ GLOTAL
VIBRANTE	1. [r]			6. [R]	
TEPE	2. [ʀ]	3a. [ʀʲ]			
FRICATIVA SURDA			5a. [x]	7a. [ʁ]	8. [χ]
FRICATIVA SONORA			5b. [ɣ]	7b. [ʁ̥]	
APROXIMANTE	4. [ɹ]	3b. [ʀ̥]			

Fonte: Adaptação de Reinecke (2006, p.36)

Os estudos de Cristófar-Silva (2012) ratificam as informações apresentadas nos quadros anteriores; segundo a referida autora, os sons do /r/, em coda silábica, podem ser realizados como [x, ɣ, χ, ʁ, h, ħ, r, r̥, ɹ, ɹ̥]. No Quadro 4, Cristófar-Silva (2012) apresenta a diversidade dos róticos que ocorrem no PB.

símbolo fonético [ʀ̥], assim como a variante tepe fricativizada, que também se fez presente em nosso estudo, será representada pelo símbolo fonético [ʀ̥ʲ].

Quadro 4- Róticos presentes no PB

Símbolo fonético	Classificação	Forma ortográfica	Representação fonética	Observações
	Fricativa velar desvozeada	Rata Marra Mar carta	['xata] ['maxa] ['max] ['kaxta]	Pronúncia típica do dialeto carioca. Ocorre fricção audível na região velar. Ocorre em início de sílaba que seja precedida por silêncio e, portanto, encontra-se em início de palavra: "rata"; em início de sílaba que seja precedida por vogal: "marra" e em início de sílaba que seja precedida por consoante: "Israel". Em alguns dialetos ocorre em final de sílaba quando seguido por consoante desvozeada: "carta" e em final de sílaba que coincide com final de palavra: "mar".
	Fricativa velar vozeada	carga	['kayga]	Pronúncia típica do dialeto carioca. Ocorre fricção audível na região velar. Ocorre em final de sílaba seguida de consoante vozeada.
	Fricativa glotal desvozeada	Rata Marra Mar carta	['ʔata] ['maʔa] ['maʔ] ['kaʔta]	Pronúncia típica do dialeto de Belo Horizonte. Não ocorre fricção audível no trato vocal. Ocorre em início de sílaba que seja precedida por silêncio e, portanto, encontra-se em início de palavra: "rata"; em início de sílaba que seja precedida por vogal: "marra" e início de sílaba que seja precedida por consoante: "Israel". Em alguns dialetos, ocorre em final de sílaba quando seguido por consoante desvozeada: "carta" e em final de sílaba que coincide com final de palavra: "mar".

	Fricativa glotal vozeada	carga	['kaŋga]	Pronúncia típica do dialeto de Belo Horizonte. Não ocorre fricção audível no trato vocal. Ocorre em final de sílaba seguida de consoante vozeada.
	Tepe alveolar vozeada	Cara Prata Mar carta	['kaʁa] ['pʁata] ['maʁ] ['kaʁta]	Uniforme em posição intervocálica e seguindo consoante em todos os dialetos do português brasileiro, podendo ocorrer com articulação alveolar ou dental. Em alguns dialetos, ocorre em final de sílaba em meio de palavra: “carta” ou em final de sílaba que coincide com final de palavra: “mar”.
	Vibrante alveolar vozeada	Rata marra	['ɾata] ['maɾa]	Ocorre em alguns dialetos (ou mesmo idioletos) do português brasileiro. Pronúncia típica do português europeu e ocorre em certas variantes do português brasileiro (em certos dialetos do português paulista). Ocorre em início de sílaba que seja precedida por silêncio: “rata”; em início de sílaba que seja precedida por vogal: “marra” e em início de sílaba que seja precedida por consoante: “Israel”.
ɹ	Retroflexa alveolar vozeada	mar	['maɹ]	Pronúncia típica do dialeto caipira do r em final de sílaba: mar, carta. Adota-se também o símbolo [ɹ].

Fonte: Adaptação de Cristófar-Silva (2012, p.38-39)

Cristófar-Silva (2012) destaca a importância da distinção do vozeamento e desvozeamento de algumas variantes róticas, pois o vozeamento pode ser um fator importante na caracterização da variante rótica conforme a região. A autora, conforme já o fez Callou *et al.* (1996), relaciona a perda do vozeamento no

processo de posteriorização e de apagamento, em coda silábica, de algumas variantes róticas em determinadas regiões.

É sabido que as variantes apresentadas anteriormente não se realizam em todos os contextos, muito menos em todos os dialetos. Assim como o presente trabalho, existem diversos estudos que buscam, através de pesquisas, apontar as variantes presentes em diferentes localidades, assim como os contextos linguísticos em que uma ou outra variedade pode vir a ocorrer. Reinecke (2006) elenca alguns estudos para mostrar a distribuição dos róticos nas diferentes regiões brasileiras, como podemos constatar na Tabela 1.

Tabela 1- Ocorrências das variantes róticas por região.

VARIANTE:	REGIÃO DE OCORRÊNCIA:	CONFIRMADO, ENTRE OUTROS, POR:
1. VIBRANTE ALVEOLAR [r]	Mais comum no Sul e em SP.	Cagliari (1981), Monaretto (1997), Silva e Albano (1999)
2. TEPE ALVEOLAR [r]	Todo o Brasil na posição intervocálica e mais comum em coda e ataque silábico em algumas regiões brasileiras como PR, SP, RG, SC, MT, MS, GO.	Quanto à posição intervocálica - todos os estudos da área . Em coda: Oushiro (2015); Almeida (2018); Almeida e Kailer (2020). Em ataque silábico: Brescancini e Monaretto (2008).
3A. E 3B. RETROFLEXAS (TEPE [r] E APROXIMANTE [ɹ])	Em ataque silábico - Mais no interior, nos estados MG, MS, GO, SP, PR, parcialmente em MT, SC, RS, BA, PB, SG, CE, e MA.	Noll (1999), Monaretto (1997), Silva (2012), Almeida (2018) e Almeida e Kailer (2020).
4. APROXIMANTE ALVEOLAR [ɹ]	Especialmente em regiões de contato linguístico entre o PB e o italiano ou o alemão, no Sul.	Silva e Albano (1999), Silva <i>et al.</i> (2001), Spessato (2001), Margotti (2004) e Almeida e Kailer (2020).
5A. E 5B FRICATIVAS VELARES (SURDA [X] E SONORA [ʁ])	Em ataque silábico: provavelmente no Brasil todo, com predominância da variante surda. Em coda: Norte, Nordeste, Sudeste e em algumas localidades da	Para a diferença entre surda e sonora, ver Noll (1999), Brescancini e Monaretto (2008), Almeida (2018), Almeida e Kailer (2020).

	Região Sul (no estado de SC).	
6. VIBRANTE UVULAR	Rio de Janeiro.	Callou, Moraes, Leite (1998).
7A. E 7B. FRICATIVAS UVULARES (SURDA [χ] E SONORA [ʁ])	Em alternância e com distinção não muito clara das variantes (surda [χ] e sonora [ʁ]).	Noll (1999), Silva e Albano (1999) e Silva <i>et al.</i> (2001).
8. FRICATIVA FARINGAL/ GLOTAL SURDA [h].	Em ataque silábico: provavelmente no Brasil todo, porém menos predominante na Região Sul. Em coda silábica: principalmente nas regiões, Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em algumas localidades da Região Sul (no estado de SC).	Noll (1999), Silva e Albano (1999), Silva <i>et al.</i> (2001), Brescancini e Monaretto (2008), Almeida (2018) e Almeida e Kailer (2020).

Fonte: Adaptado de Reinecke (2006, p. 37)

Além das informações elencadas nos quadros anteriores, devemos também abordar os contextos linguísticos e extralinguísticos que podem influenciar no uso de uma ou de outra variante rótica no PB. Considerando que nosso foco está voltado para os róticos em coda silábica, os estudos apresentados a seguir tratam desse segmento nesse contexto.

3.4.1 Alguns Estudos Sobre os Róticos do Português Brasileiro

No Brasil, estudos sobre os róticos apresentam data a partir da primeira metade do século XX, podem ser divididos em dois momentos, os que não seguem uma orientação Variacionista (apenas relatos de observações) nos quais se enquadram: Amaral (1982[1920]); Nascentes (1953[1923] 1953); Marroquim (1996[1934]); Mendonça (1936); Jucá Filho (1939); Bueno (1944); Cunha (1968); Câmara Jr.(1970); Vasconcelos (1970); Chaves de Mello (1976), Silva Neto (1976), entre outros. E, aqueles de orientação variacionistas (análise de dados de forma sistemática), nos quais se destacam estudiosos como: Marquardt (1977); Votre (1978); Cagliari (1981); Oliveira (1983); Callou (1987); Callou, Leite e Moraes (1997);

Skeete (1996); Monaretto (1992; 1997; 2000; 2002; 2009), Oliveira (2001); Brandão (1995; 1997; 2007; 2008); Monguilhot (1998); Carvalho (2009); Aguilera e Kailer (2012); Botassini (2013); Lima (2013); Almeida; Kailer (2015); Silva (2016); Almeida (2018); Almeida e Kailer (2020), entre outros.

3.4.2 Estudos Dialetológicos, Geolinguísticos e Sociolinguístico dos Róticos do Português Brasileiro

Conforme já mencionado anteriormente, Amadeu Amaral (1982[1920]) publicou “O dialeto caipira”, obra que surgiu da preocupação com o processo de dialeção do PB. Essa obra é um marco nos estudos dialetais brasileiros por utilizar métodos e técnicas bastante adiantados à época. Segundo o referido autor, a pronúncia do r inter e post-vocálico (arara, carta), possuía um valor peculiar, sendo linguo-palatal e guturalizado. Ele aborda também, nessa obra, a queda do r em final de palavras como em andar ~andá, esquecer ~esquecê e subir ~subi.

Outro autor que foi um marco nos estudos dialetológicos e que também aborda, entre outros assuntos, os róticos em coda silábica, foi Antenor Nascentes, que apresenta, em “O linguajar carioca”, alguns aspectos da fonética, da morfologia, da sintaxe e do léxico do falar carioca e propõe uma divisão dialetal dos falares brasileiros. Ele os divide em seis subfalares reunidos em dois grupos denominados do Norte (dois subfalares) e do Sul (quatro subfalares). Entre os aspectos abordados por ele, destaca-se a referência a respeito da apócope dos róticos em final de sílaba: “R-final é pronunciado levemente pela classe culta. Os pedantes exageram. Na classe inculta cai[.]”. (Nascentes, 1953 [1923], p. 51).

Marroquim, em sua obra seminal - “A língua do Nordeste”, publicada em 1934, traz a definição de dialeto e faz uma abordagem mais profunda dos aspectos fonético-fonológicos, léxicos e sintáticos do falar de Alagoas e Pernambuco. A respeito dos róticos, define a articulação interna e inicial do /r/ como um leve trill atrás da boca articulado com notável aspiração, podendo ser este som ou o [R] uvular ou o [x] velar. O autor acrescenta que esta pronúncia era comum entre pessoas escolarizadas e analfabetas, também chamou atenção para a articulação do trill alveolar que, segundo ele, seria visto como pedantismo. Na seção destinada ao Consonantismo, o estudioso trata do apagamento das consoantes finais, ratificando sobre o falar de Alagoas e de

Pernambuco o que Nascentes observou no linguajar carioca a respeito do apagamento dos róticos em final de sílaba, como podemos ver a seguir:

Na língua do povo todas as palavras terminam em vogal. Apenas o s subsiste excepcionalmente no artigo, nos numerais e demonstrativos [...]. O r e o l caem invariavelmente: lugá, corrê, andá, alugué, animá, papé, currá. Nas classes cultas, no falar descuidado e cotidiano, cai o r final quando à palavra, em meio da frase se segue outra que comece por consoante: “vou pedi licença ao professô pra sair”. De qualquer forma, mesmo nas cidades, a pronúncia vulgar faz soar levemente o r final, e não será exagero afirmar que a inclinação é para eliminá-lo no falar corrente. Só a escola e a instrução corrigem essa tendência. (Marroquim, 1996[1934], p. 61)

Jucá Filho (1939, p.22), nas palavras de Carvalho (2009), enfatizava que o fonema /r/ é “freqüentemente articulado como R *grasseyé*, uvular, dos franceses, ouve-se também em lugar do r simples, quando final”. O mencionado autor afirma que este fonema é “insonoro”, aproximando-se e até mesmo confundindo-se com o /h/ aspirado do inglês ou do alemão, assim como o /j/ castelhano ou /ch/ alemão. O autor, conforme Carvalho (2009), afirma que as variantes róticas no falar brasileiro podem, em final de palavras, realizar-se como [x] velar, [h] aspirado ou glotal, como tepe [r] e uvular [R] ou ainda, segundo Oliveira (1997), apagarem-se.

O cancelamento do (r) final e nominais é um fenômeno de cerca de 150 anos de idade [...] não sendo, portanto, tão antigo quanto o cancelamento do (r) final de verbos, nem tão incipiente quanto o cancelamento do (r')s internos (que foi apontado pela primeira vez em Juca Filho (1939) (Oliveira, 1997, p. 40 *apud* Carvalho, 2009).

Carvalho (2009) traz também o estudo de Bueno (1944) que descreve o /r/ do Norte do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro consoante Jucá Filho (1939), ou seja, articulado como o R *grasseyé*, uvular, do Francês. Além disso, Bueno (1944, p. 22-23) declara, nas palavras de Carvalho (2009, p. 25), que nos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e na cidade do Rio de Janeiro, notam-se resultados que indicam que quando as pessoas apresentam um “nível intelectual inferior”, usam o r gutural, que está se transformando em aspiração e se realiza como /h/ ou /j/ em espanhol. A partir desse relato, o estudioso afirmou que o r velar [x], o glotal [h] e o trill [R] (velar ou uvular) seriam prováveis variantes do tepe alveolar, visto que, esse segmento sofreu um processo de enfraquecimento de [R] para [x] e [h], e que estaria associado aos falantes de grupos socioeconômicos baixos e com pouca escolarização.

3.5 ESTUDOS VARIACIONISTAS DOS RÓTICOS DO PB

Um dos primeiros estudos variacionistas realizados no PB referentes ao fonema /r/ foi o de Marquardt (1977), em quatro localidades do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Lajeado, Veranópolis e Uruguaiana), com os objetivos de verificar a existência da vibrante alveolar e de buscar os fenômenos de interferência linguística da língua espanhola, visto que o Rio Grande do Sul tem o Uruguai e a Argentina, países de língua espanhola, como vizinhos. Marquardt (1977) constatou que a posteriorização do /r/ é menor do que no Rio de Janeiro e que as comunidades linguísticas estudadas são mais conservadoras.

Votre (1978) examina o apagamento da vibrante no final de palavra junto a informantes universitários e analfabetos da cidade do Rio de Janeiro. Ele verificou que, apesar de os universitários apresentarem uma proporção baixa da realização da vibrante, os analfabetos a realizaram menos ainda. O autor observa também que a supressão desse fonema estaria ocorrendo mais no momento atual do que no passado, visto que, para ele a tendência da vibrante à queda era anterior ao século XVI, como é possível constatar, no português arcaico, nas peças de Gil Vicente. Segundo o autor, é provável que esse processo tenha tido início com a classe dos verbos até afetar outras classes lexicais. O autor exemplifica isso com as falas dos negros nessas peças, nas quais os verbos apresentavam o apagamento do /r/ final como em: *trazee > trazer, quereee > querer e podê > poder*.

Callou (1987), em sua tese de doutorado, analisou o falar de 55 informantes cariocas, estudando o fonema /r/ em quatro contextos (início de palavra, intervocálico, final de sílaba e final de palavra). Os resultados obtidos pela autora referem-se à posição final de vocábulo e contemplam variantes que não estavam presentes nos demais contextos como, por exemplo, o zero fonético (apagamento) e a vibrante simples alveolar (ao encontrar vocábulos que se iniciam com vogal na sílaba seguinte). Outro fator relevante apresentado nessa pesquisa foi o uso da fricativa velar surda que ganhou destaque nos outros contextos da pesquisa, demonstrando a ocorrência da posteriorização na fala dos cariocas.

Callou, Moraes e Leite (1999) analisaram a realização das consoantes pós-vocálicas no português brasileiro em cinco capitais (Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto alegre e São Paulo). Investigaram os seguintes grupos de fatores: tipo do /r/, posição no vocábulo, tonicidade da sílaba em que se encontra o segmento,

tonicidade do vocábulo na cadeia fônica, dimensão do vocábulo, vogal antecedente, ponto e modo de articulação do segmento subsequente, classe gramatical, faixa etária, região e gênero. Das 4.334 ocorrências do fonema /r/, sem levar em consideração o contexto (posição interna ou final de palavra), as autoras identificaram sete realizações fonéticas deste fonema nas capitais, sendo: vibrante apical simples (32%), zero fonético (26%), fricativa velar (21%), fricativa laríngea (18%), vibrante múltipla (1%), aproximante retroflexa (1%) e a vibrante uvular (1%). Os autores detectaram, em sua análise, que as variantes mais recorrentes em cada uma das capitais foram as seguintes: vibrantes apicais em Porto Alegre e São Paulo; fricativa velar no Rio de Janeiro e Salvador; fricativa laríngea em Recife.

Brandão (1995, 1997), ao estudar treze comunidades do Norte e do Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, observou que as variáveis mais relevantes foram a posição na sílaba e a área geográfica. Os resultados desse estudo apontaram também que, em contexto de coda silábica interna, num total de 1.845 ocorrências, a fricativa velar é a variante mais produtiva (44%), seguida da vibrante alveolar (21%), da aproximante retroflexa (13%), do apagamento (10%) e, por último, as aspiradas (8%) e o tepe (5%).

Skeete (1996) verificou, em posição de coda silábica interna, em um universo de 9.859 ocorrências, o montante de 7.225 realizações de fricativas (velar e glotal), 2.174 de zero fonético (apagamento), 360 retroflexas, 67 vibrantes e 33 vocalizações no falar de João Pessoa, na Paraíba. Segundo o estudioso, os casos de posteriorização da vibrante múltipla anterior oscilam entre velar [x] e glotal [h] aspirada, mas esta é predominante. Os resultados apresentaram alto índice de incidência no falar dos mais jovens. O referido estudioso acrescenta, ainda, que as realizações da vibrante simples, retroflexa e a vocalização estão associadas aos falares do homem do campo, de idade mais avançada e com pouca ou nenhuma escolaridade, sendo, dessa forma, consideradas pelo estudioso como conservadoras e estigmatizadas, com tendência ao desaparecimento, por praticamente não ocorrerem no falar dos mais jovens. Em relação ao apagamento, o autor destaca também que havia predições desde o latim, como aconteceu, por exemplo, com a exclusão do rótico na passagem do latim para o português no vocábulo “*persona* > *pessoa*”.

Monguilhott (1998) verificou o uso das variantes do /r/ que predominavam entre os falares das diferentes etnias de quatro cidades de Santa

Catarina (Florianópolis, Blumenau, Lages e Chapecó). A autora controlou para a análise os fatores linguísticos e extralinguísticos em 720 ocorrências, dos dados presentes no Banco de dados VARSUL. De acordo com Monguilhott (1998), a fricativa se faz presente nos falares de Florianópolis (93%), de Blumenau (22%), de Lages (1%) e de Chapecó (1%). A variante tepe ocorre em Lages (86%), Blumenau (71%), Chapecó (70%) e Florianópolis (7%). Já a variante retroflexa, com um percentual baixo, é a mais utilizada na fala dos informantes de Chapecó (29%), de Blumenau (8%), de Lages (13%) e não ocorre em Florianópolis.

Monaretto (2000) estuda o uso do apagamento do /r/ pós-vocálico na fala de 36 informantes de três capitais do Sul do Brasil, sendo 12 de cada uma (Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR)). A autora destaca que os fatores estatisticamente selecionados foram: a classe dos verbos (e fatores correlacionados: valor morfêmico e final de palavra), a faixa etária mais jovem, a escolaridade mais baixa e a cidade de Florianópolis, sendo que, em Florianópolis, a referida variante teve 0,72 de peso relativo, em Porto Alegre, 0,48 e, em Curitiba, 0,41. Diante desses resultados, a autora salienta que Florianópolis, onde prepondera a variante posterior, é a capital com o processo de enfraquecimento da vibrante mais avançado. (Monaretto, 2000, p. 281).

Oliveira (2001) estudou o uso dos róticos em coda silábica na cidade de Itaítuba, Pará. Seus resultados apontam que o zero fonético é predominante (82%), em final absoluto de palavra, seguido da variante glotal (14%) e do retroflexo (4%). A autora conclui, nesse estudo, que o apagamento é um fenômeno muito abrangente, que o /r/ em final de vocábulo vem sendo representado por variantes fricativas e posteriores e que os verbos favorecem o cancelamento com peso relativo de 0.56.

Em um outro estudo sobre o apagamento dos róticos em coda silábica em Porto Alegre, Monaretto (2002) constatou que 81% das ocorrências foram em verbos, e 20% em palavras funcionais como preposição, conjunção, pronomes, advérbios e, somente 5% em não verbos. A referida autora enfatiza que a maior incidência de apagamento ocorreu nos infinitivos quase que categoricamente. Isso se deve, segundo a autora, às marcas da tonicidade e presença do r-final. Além disso, a autora alerta para o processo de mudança em progresso, em Porto Alegre, quanto ao apagamento dos róticos, pois ele foi mais recorrente no falar dos mais jovens e do sexo feminino.

Gregis (2002) também fez uso dos dados do Projeto VARSUL, para estudar o uso dos róticos em coda silábica no falar de 24 informantes de Porto Alegre. A autora verifica a grande incidência de apagamento do /r/ em posição final, principalmente, nos verbos. Em coda interna, a variante tepe foi predominante (85%), seguida da fricativa velar (2,3%) e da variante retroflexa (1,1%). Em relação ao apagamento a autora conclui que é pouco expressivo, excluindo os casos do vocábulo porque, obteve apenas 1.9%.

Castro (2006) investiga a presença de traços fonéticos e lexicais do dialeto caipira nos estados de Minas Gerais e Paraná, para isso, usa os dados cartografados no Esboço de Atlas Linguístico de Minas Gerais (Ribeiro *et al.*, 1977) e o Atlas Linguístico do Paraná (Aguilera, 1994). A autora investigou cinco variantes fonéticas: o r retroflexo em final de sílaba e em posição intervocálica; o rotacismo da lateral em final de sílaba e em encontro consonantal; o apagamento do /r/ em final de palavra; a iotização da lateral e a redução de proparoxítona, variantes estas que se fizeram presentes nos dois estados analisados. Sobre o /r/ retroflexo, ela constatou que ele predomina no norte-paranaense, no leste e no centro do estado, já as regiões Oeste, Sul e Sudoeste apresentam resistência ao uso da retroflexa. Sobre os róticos em coda silábica em Minas Gerais, a autora verificou que o /r/ retroflexo ocorreu em uma extensão região que vai da fronteira paulista, passando pelo Triângulo Mineiro até o Sul do Estado.

Brandão (2007) analisa trinta e três trabalhos, dentre os quais se destacam doze atlas linguísticos brasileiros, com o intuito de observar a vitalidade do /r/ retroflexo no português brasileiro. A autora observa a presença do /r/ retroflexo em diversas regiões, a partir da observação dos seguintes: Atlas Prévio dos Falares Baianos (Rossi, 1963); Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (Ribeiro *et al.* 1977); Atlas Linguístico de Sergipe (Ferreira, *et al.*, 1987); Atlas Linguístico de Sergipe II (Faraco, 2005); Esboço de um Atlas de Londrina (Aguilera, 1987); Atlas Linguístico do Paraná (Aguilera, 1994); Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil (Koch; Altenhofen; Klassmann, 2011), entre outros, e assevera que a variante retroflexa se encontra em algumas localidades do Estado, não necessariamente em todo o território.

Brandão (2008) descreveu a variação das sibilantes, dos róticos e das laterais em coda silábica no falar de 13 comunidades fluminenses das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro. A autora analisou 78 inquéritos, referentes a

dados de informantes analfabetos ou com até a quarta série do Ensino Fundamental, em três faixas etárias (de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de 56 anos em diante). Ela constatou, em relação aos róticos em coda silábica, que as variantes fricativa velar e glotal predominam na fala dos mais jovens e nas comunidades urbanas. No falar dos mais velhos e nas comunidades rurais, as variantes mais produtivas são o tepe, a vibrante alveolar e a aproximante retroflexa. Brandão (2008, p. 187) conclui que “as normas de pronúncia de grande parte do Estado do Rio de Janeiro não se identificam integralmente com as observadas na capital e seu entorno, pelo menos no que diz respeito ao R e S em coda silábica”.

Monaretto (2009), ampliando o estudo de 2000, investiga o uso da vibrante no Sul do Brasil e constata que, nas localidades que vão além das capitais, as variantes com maior frequência são: o tepe, a vibrante múltipla, a retroflexa e o zero fonético (apagamento).

Castro (2009), com base nos dados ALiB, estuda dez localidades do interior de São Paulo (Araçatuba, Andradina, Araraquara, Bauru, Botucatu, Campinas, Ibitinga, São José do Rio Preto, Sorocaba e Piracicaba) com o objetivo de verificar a ocorrência do /r/ retroflexo em coda medial e final. A autora verifica que, excluindo os casos de apagamento, a variante retroflexa corresponde a mais de 80% das 1.153 ocorrências no falar dos 40 informantes. Além disso, Castro verifica a vitalidade da variante retroflexa nas localidades onde Amaral (1982[1920]) previu vida efêmera para a variante retroflexa que ali existia.

Silveira (2010) investigou, com base nos dados do Projeto VARSUL, as variantes do /r/ em coda silábica, em Pato Branco, Londrina, Lages e Blumenau. Conforme os principais resultados, verificou a predominância da variante tepe e pouca ocorrência das vibrantes posterior e anterior nas quatro localidades. Silveira (2010) destaca que, no Paraná, a variante predominante é a retroflexa com 23% em Pato Branco e 40% em Londrina. Já em Santa Catarina, essa variante tem pouca frequência (6% em Lages e 5% em Blumenau). Sobre o apagamento, a autora verifica índice relevante nas quatro localidades (32% em Pato Branco, 33% em Londrina, 28% em Lages e 27% em Blumenau).

Leite (2010) estuda o processo de variação linguística do /r/ em posição de coda silábica medial e final no falar de 12 informantes campineiros (SP). Seus principais resultados apontam o predomínio absoluto da variante retroflexa,

pouquíssimos casos de vogal rotacizada, de vocalização do /r/ e ausência de apagamento dos róticos na amostra analisada.

Ribeiro (2011), com o intuito de verificar as variantes do /r/ que predominam em cada região, estuda as variantes róticas em nove atlas linguísticos (Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (1963); Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG (1977); Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB (1984); Atlas Linguístico de Sergipe – ALS (1987); Atlas Linguístico do Paraná – ALPR (1994); Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil - ALERS (2002); Atlas Linguístico Sonoro do Pará – ALISPA (2004); Atlas Linguístico de Sergipe II - ALS II (2005); Atlas Linguístico do Amazonas - ALAM (2006)). A autora constata, com o referido estudo, que há mais de uma variante rótica em todas as regiões investigadas.

A seguir, apresentamos a Tabela 2, a partir da proposta de Ribeiro (2011), que levanta as variantes róticas em nove atlas linguísticos e verifica que há grande diversidade dessas variantes nas regiões brasileiras.

Tabela 2- Variantes do /r/ nos atlas linguísticos brasileiros

Atlas Publicados	Variantes	Predominante	Contexto
ATLAS PRÉVIO DOS FALARES BAIANOS (APFB)	Fricativa velar; Vibrante simples alveolar; Vibrante múltipla alveolar; Vibrante retroflexa; Apagamento.	Fricativa velar	medial pós-vocálico
ESBOÇO DE UM ATLAS LINGUÍSTICO DE MINAS GERAIS (EALMG)	vibrante (fricativa) velar; vibrante alveolar sonora; vibrante retroflexa.	Vibrante velar	Interno pós-vocálico
ATLAS LINGUÍSTICO DA PARAIBA (ALP)	Vibrante aspirada; Zero fonético; Vocalização	Vibrante aspirada	medial pós-vocálico
ATLAS LINGUÍSTICO DE SERGIPE (ALS I)	Fricativa velar; Vibrante retroflexa; Vibrante múltipla alveolar.	Fricativa velar	medial pós-vocálico
ATLAS LINGUÍSTICO DO PARANÁ (ALPR)	Vibrante simples retroflexa; Vibrante simples alveolar; Vibrante múltipla retroflexa.	Vibrante simples retroflexa	medial pós-vocálico

ATLAS LINGUISTICO – ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL (ALERS)	Vibrante simples (tepe alveolar); Vibrante múltipla; Vibrante retroflexa; Fricativa velar; Vibrante uvular.	Vibrante simples (tepe alveolar)	medial pós-vocálico
ATLAS LINGUISTICO SONORO DO PARÁ (ALISPA)	Fricativa glotal surda e sonora; Apagamento; Vibrante múltipla; Vibrante simples (tepe alveolar).	Fricativa glotal	medial pós-vocálico
ATLAS LINGUISTICO DE SERGIPE II (ALS II)	Fricativa velar; Vibrante retroflexa; Vibrante simples alveolar; Fricativa laríngea surda.	Fricativa velar	medial pós-vocálico
ATLAS LINGUISTICO DO AMAZONAS (ALAM)	Fricativa glotal (aspirada); Variante apagamento; Vibrante múltipla; Fricativa velar surda e sonora; Vocalização.	Fricativa glotal (aspirada)	medial pós-vocálico

Fonte: Adaptação de Ribeiro (2011)

Aguilera e Kailer (2012), ao estudarem os róticos em quatro localidades mineiras (Unaí, Patos de Minas, Campina Verde e Poços de Caldas), concluem que, em relação ao discurso mais monitorado, a variante predominante em coda silábica interna, em Unaí, é a fricativa glotal, seguida pelo tepe e, por último, pela retroflexa. Em Campina Verde, as variantes predominantes são a retroflexa seguida da glotal; em Patos de Minas, a glotal é a variante predominante seguida de poucas ocorrências da retroflexa. Por fim, em Poços de Caldas, as autoras verificam a predominância da retroflexa e da glotal em menor proporção. Sobre o apagamento do /r/ em coda silábica externa de verbos, em contexto de fala menos monitorada, as autoras destacam que ele se sobressai independentemente da localidade ou do sexo dos informantes.

Lima (2013) estudou o uso do /r/ em coda silábica em Goiás (Goiânia, Goiatuba) e em Minas Gerais (Uberlândia). Seus resultados apontam o predomínio da aproximante retroflexa em Goiânia – GO (62,22%), em Goiatuba – GO (73,3%), e em Uberlândia - MG (74,42%).

Callou e Serra (2013) analisam o processo de variação e mudança no uso dos róticos em coda silábica em um período de 20 anos em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Tomam como amostra dados do Projeto NURC das décadas de 70 e 90. De acordo com as autoras, em Salvador, onde ocorre primordialmente a fricativa laríngea (aspirada), o apagamento ocorre significativamente. No Rio de Janeiro, onde a prevalece a fricativa velar, o apagamento ocorre moderadamente e, em Porto Alegre, onde a regra é o uso da vibrante anterior, o apagamento tem baixos índices de aplicação, restringindo-se praticamente aos verbos. Elas destacam que, na década de 70, o apagamento, em Salvador e em Porto Alegre, apresenta “uma curva de mudança em progresso, com índices altos de apagamento na primeira faixa etária”, já o Rio de Janeiro “apresenta relativa estabilidade nas três faixas” (Callou; Serra Cunha, 2015, p. 202).

Além disso, as autoras chamam a atenção para a variável sexo, pois as mulheres mais jovens apresentam, em coda silábica final, alto índice de apagamento tanto em Salvador quanto em Porto Alegre. Diante disso, elas afirmam que o apagamento do /r/ é predominante na fronteira mais baixa de palavra prosódica, o que as leva a concluir que esse processo, no referido contexto, “é gradiente, à semelhança do que foi proposto por Bisol (2010) para a harmonização vocálica, em variedades distintas” (Callou; Serra, 2013, p. 592). A partir desse resultado, elas admitem três regras sobre a aplicação da regra de apagamento dos róticos no PB, conforme o Quadro 5 a seguir:

Quadro 5- Apagamento do R final no PB

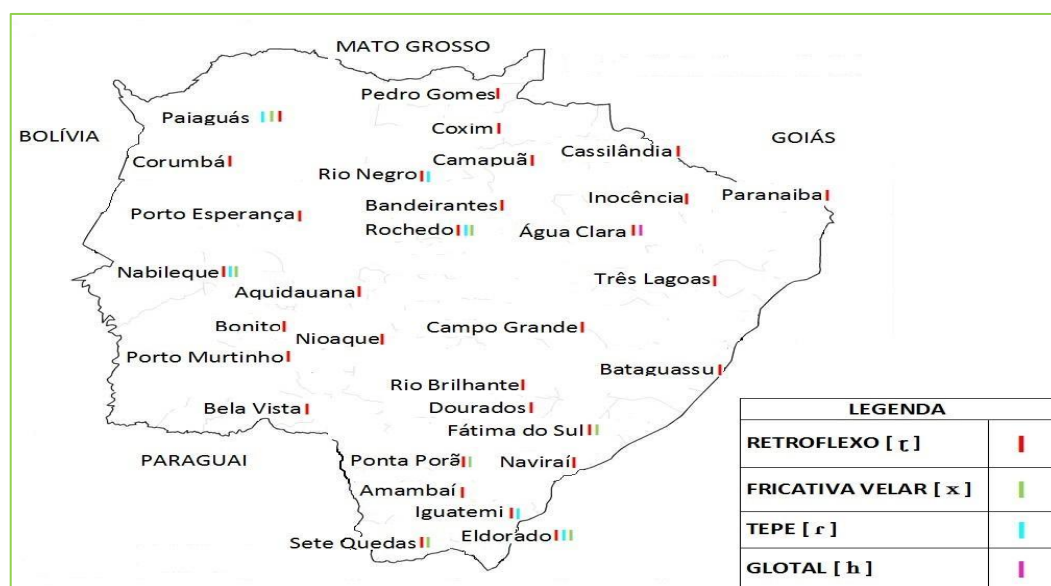
Tipo de regra	Características
➤ Regra categórica de apagamento sensível à classe morfológica	Há variedades que aplicam a regra de apagamento só em verbos e, coincidentemente, têm como norma de pronúncia, em coda silábica interna, uma vibrante anterior (Porto Alegre – Sul).
➤ Regra variável de apagamento	Há variedades em que a regra é variável em verbos e não verbos -- sensível ao tipo de fronteira prosódica – em variedades em que a norma é uma fricativa posterior, velar (Rio de Janeiro – Sudeste).
➤ Regra categórica de apagamento	Há variedades em que a regra atua independentemente de classe morfológica e tipo de fronteira prosódica, nas quais a norma de pronúncia é uma fricativa posterior, laríngea – aspiração (Salvador – Nordeste).

Fonte: Adaptação de Callou e Serra (2013, p.592)

Castro (2014), continuando seus estudos sobre o “r caipira”, investiga a ocorrência das variantes róticas em Mato Grosso do Sul, com base nos dados do Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS (Oliveira, 2007). A autora constatou a ocorrência da variante retroflexa (711/80, 15%), tepe (14/1, 57%), fricativa velar (22/2, 48%) e fricativa glotal (2/0, 22%) e a realização do zero fonético (138/15, 55%).

Esses resultados estão explicitados na Figura 1 adaptada a partir do mapa proposto por Castro (2014), sobre o /r/ em coda silábica em Mato Grosso do Sul.

Figura 1 - Róticos em coda silábica – Mato Grosso do Sul (cf. dados do ALMS).



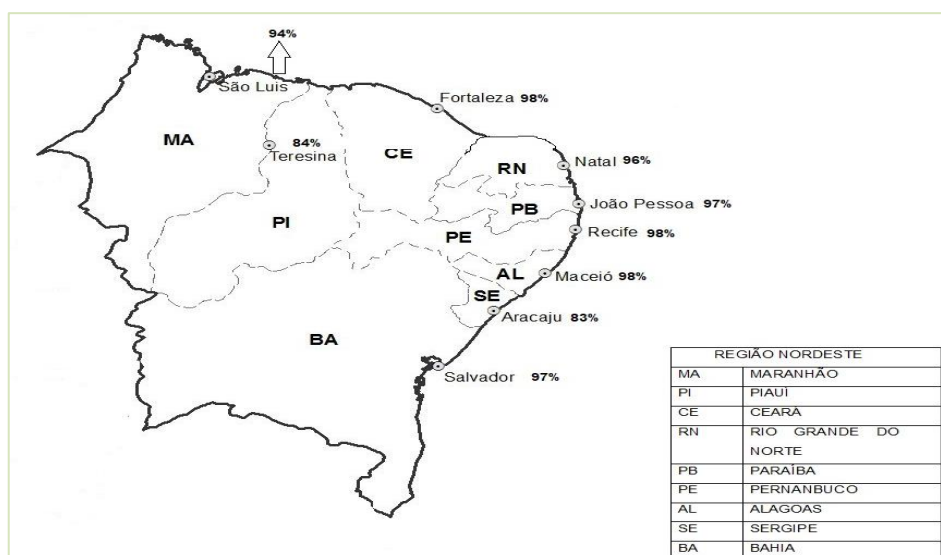
Fonte: Adaptação de Castro (2014, p. 575)

A partir dessa figura, podemos verificar que a variante retroflexa é a regra, seguida da variante fricativa velar, do tepe e da fricativa glotal na maioria dessas localidades.

Almeida e Kailer (2015), ao investigarem o uso dos róticos em coda silábica em quatro localidades paranaenses (Adrianópolis, Toledo, Londrina e Guarapuava), concluem que o /r/ retroflexo predomina em Londrina (0.828), em Adrianópolis (0.833) e em Guarapuava (0.557) e o tepe (0.946) predomina em Toledo, onde a retroflexa é praticamente inibida (0.054). As autoras, como Callou (1998), Monaretto (2000), Aguilera e Kailer (2012) e Oliveira (2011), também constatam que o apagamento é governado primeiramente pela coda silábica externa de verbos (infinitivo ou futuro do subjuntivo) e pela fala menos monitorada.

Callou, Cunha e Serra (2015), com base nos dados semidirigidos do ALiB, investigam o apagamento dos róticos nas capitais nordestinas (São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador). Elas observaram, nas 3.579 possibilidades de ocorrências, de /r/ em coda final e nas 2.670 possibilidades de ocorrências em posição de coda silábica medial, que, nas sete capitais do Nordeste, o percentual de apagamento em coda final em verbos é superior a 90% e, em Aracaju e Teresina, é superior a 80%. Esse resultado pode ser visualizado na Figura 2.

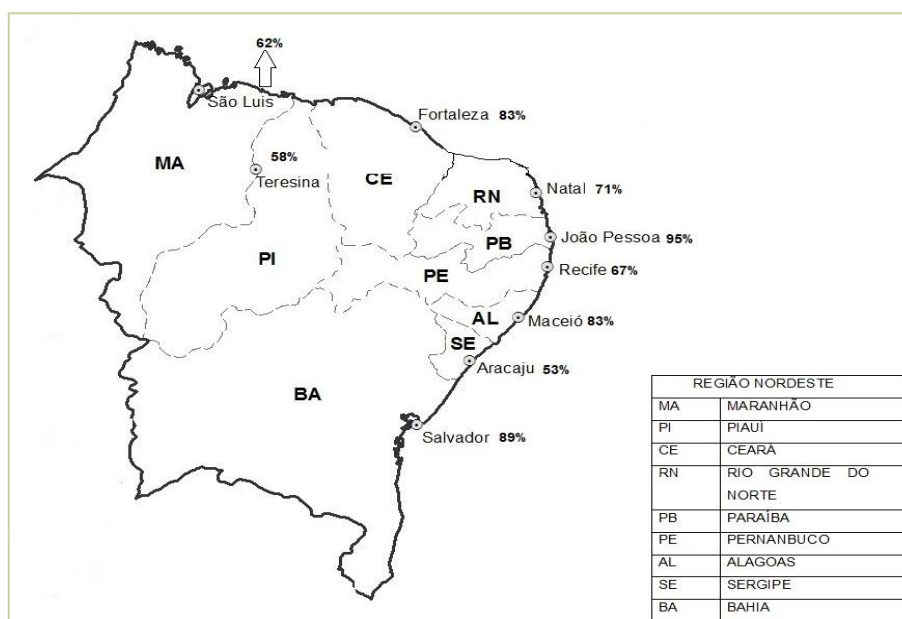
Figura 2- Região e apagamento do rótico em coda final (verbos), percentuais – ALiB Capitais do Nordeste.



Fonte: Adaptação de Callou, Serra e Cunha (2015, p.204)

Por outro lado, diferentemente do que acontece na região Sul, onde, conforme Almeida e Kailer (2020), ocorrem pouquíssimos casos de apagamento do /r/ em coda silábica em não verbos, em João Pessoa, segundo Callou, Serra e Cunha, o apagamento do /r/ nesse contexto é uma mudança quase categórica sem qualquer restrição. Nas outras capitais, Callou, Serra e Cunha verificaram que a extensão do vocábulo é relevante para a ocorrência do apagamento, pois ele é pouco frequente nos monossílabos. A variável social sexo, mostrou-se relevante, apontando as mulheres mais favoráveis ao apagamento em não verbos nas seguintes capitais: Maceió, Recife e Fortaleza. Já em Aracaju e Fortaleza, os jovens se destacaram em relação à aplicação da regra de apagamento. Esses resultados são resumidos pelas autoras na Figura 3, conforme podemos ver a seguir:

Figura 3- Região e apagamento do rótico em coda final (não verbos), percentuais – ALiB Capitais do Nordeste.



Fonte: Adaptação de Callou; Serra; Cunha (2015, p.207)

Com esse estudo, Callou, Serra e Cunha (2015) constatam que o processo de mudança não está no mesmo estágio em todas as capitais analisadas. Segundo elas, seus resultados vão ao encontro dos apontamentos de Callou e Serra (2012; 2013) que “apontam a atuação da pausa como um inibidor ao processo de cancelamento, visto que essa é uma pista acústica associada à fronteira de sintagma entoacional” (Callou; Serra; Cunha, 2015, p. 206). Por fim, as autoras corroboram o que já foi mencionado por outros estudiosos sobre o processo de posteriorização e apagamento dos róticos que, segundo elas, ocorre da seguinte forma: “vibrante anterior < fricativa posterior < aspiração < Ø” (Callou; Serra; Cunha, 2015, p. 215).

Silva (2016) analisou o uso dos róticos em coda silábica externa em Uberlândia (MG); nessa amostra, estratificada quanto ao sexo, à faixa etária e à escolaridade, ele obteve 5.139 ocorrências de róticos em coda silábica. Desse total, 2.528 foram da variante retroflexa, 2.480 de variante apagamento e 132 de outras variantes. Cabe destacar que o apagamento em coda silábica final, representou 78,2% das ocorrências, e, na coda medial, 4,3%. O autor concluiu que a variante retroflexa predomina no falar masculino, da primeira faixa etária (26 a 49 anos), em contexto linguístico seguida das coronais e precedida pelas labiais, em sílabas átonas de substantivos de monossílabos. O apagamento do /r/ preponderou no falar feminino

da segunda faixa etária (com mais de 49 anos) que tinha como contexto seguinte as dorsais e os verbos.

Almeida (2018), a partir dos dados do ALiB, estuda as variantes róticas em coda silábica interna e externa de verbos e não verbos, em 24 localidades de três estados da região Centro-Oeste do Brasil (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). Além desse objetivo, a autora também busca a) identificar os contextos linguísticos e extralinguísticos que interferem no uso dessas variantes; b) investigar o papel dos estilos de fala no uso das variantes róticas em coda silábica; c) identificar os contextos que favorecem o uso do apagamento do /r/ tanto em coda interna como externa de verbos e não verbos; d) verificar a vitalidade da variante retroflexa nas localidades investigadas; e) verificar se a divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes (1953) se confirma quanto ao uso do /r/ na Região Centro-Oeste; f) verificar a possível posteriorização das variantes anteriores (retroflexo e tepe) (Almeida, 2018, p. 23).

Conforme os principais resultados, a autora verifica a incidência das variantes glotal, tepe, retroflexa, retroflexo fricativizado, tepe fricativizado, vibrante, velar e do apagamento dessas na Região Centro-Oeste, tal diversidade rótica é atribuída pela autora à miscigenação ocorrida pelo processo de colonização e povoamento destes estados e pelo contato com os povos fronteiriços. Ela conclui também que o apagamento é mais recorrente em verbos no infinitivo, em contexto externo, no estilo menos monitorado e nas localidades onde prevalecem as fricativas posteriores.

Quanto à variante retroflexa, a autora atesta sua disseminação em toda a Região Centro-Oeste. Quanto à distribuição das diferentes variantes, ela observa a ocorrência do retroflexo, da glotal, do tepe e da vocalização em MS; do retroflexo, da glotal, do tepe e do retroflexo fricativizado em MT e do retroflexo, da glotal, do tepe, do tepe fricativizado, do retroflexo fricativizado, da velar, da vibrante múltipla e da vocalização do /r/ em GO.

A autora salienta que as variáveis sexo e faixa etária foram menos relevantes para aplicação da regra de uso das variantes retroflexa e apagamento, o que indica, segundo a autora, que essas variantes não são demarcadores sociais. Ainda sobre a variante retroflexa, a autora declara que foi a mais produtiva na região em estudo, o que, segundo ela, contraria a previsão de Amaral (1982[1920]) sobre a efemeridade do “r caipira” e pode estar atrelado à nova configuração do caipira.

Almeida (2018) enfatiza que seus resultados encontram ecos na divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes (1953) em relação aos róticos. Por fim, a autora conclui que o processo de posteriorização está “paulatinamente ganhando espaço em algumas localidades, principalmente no estado de Goiás, seguindo para Mato Grosso e de maneira muito tímida no Mato Grosso do Sul” (Almeida, 2018, p. 227).

Almeida e Kailer (2020) investigam, a partir dos dados do ALiB, o uso das variantes róticas em coda silábica no interior de Santa Catarina em três estilos de fala (Leitura (mais monitorado), respostas diretas ao Questionário Fonético-Fonológico (monitorado), e Relato (menos monitorado)). Tendo como objetivos a) investigar se as fricativas posteriores vêm ganhando espaço no falar do interior catarinense; b) se as vibrantes anteriores preponderam e c) se o apagamento dos róticos em verbos e em não verbos seguem a mesma tendência em todas as localidades em estudo. Conforme os principais resultados, as autoras concluem que há o predomínio das variantes anteriores bem como a propagação do apagamento principalmente em coda externa de verbos, em discurso menos monitorado (relato), neste caso tratando-se de uma mudança praticamente completa. Além disso, elas verificam que as variantes fricativas ocorrem com mais frequência nas localidades de Itajaí, Blumenau e São Francisco, mais próximas da capital (Florianópolis) onde há o predomínio das fricativas posteriores.

3.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme os estudos arrolados, neste capítulo, pudemos constatar que o fonema /r/ apresenta muitas variantes em todo o território brasileiro. Verificamos também que a maior incidência de apagamento dos róticos, no PB, acontece em coda silábica externa de verbos no infinitivo e, em estilo menos monitorado, trata-se de uma mudança praticamente completa no falar brasileiro. Já em relação aos não verbos e em coda interna, a maior recorrência do apagamento acontece na região Nordeste. Além disso, os estudos revisados por nós demonstraram também que, além desses contextos (classe morfológica, posição na coda e estilo de fala), o apagamento pode ser influenciado pela extensão do vocábulo (saliência fônica), pela região, pela faixa etária, pelo sexo do informante e pelo estilo de produção de fala.

Cabe destacar também o processo de posteriorização e de apagamento dos róticos em coda silábica apontados pelos autores que nos embasam. De modo geral, esse processo ocorre com a mudança do ponto e modo de articulação, ou seja, primeiramente ocorre a posteriorização, depois a aspiração e, por fim, o apagamento: (r > R > x > h > 0).

Finalmente, sobre a variante retroflexa, a maioria dos estudos indicam que ela está disseminada por várias regiões brasileiras e apresenta muita vitalidade contrariando a previsão pessimista de Amaral (1982[1920]), sobre o “r caipira”, conforme vemos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

O FALAR CAIPIRA

Neste capítulo retomamos a definição do falar caipira bem como os estudos seminais sobre a variante retroflexa que, geralmente, é estigmatizada como o “r caipira”.

4.1 O CAIPIRA

Quando abordamos o falar caipira, é indispensável retomarmos um dos autores mais citados sobre esse tema, Amadeu Amaral (1982[1920]), que, mesmo sem ter formação acadêmica, graças à sua perspicácia, fez um importante registro histórico da nossa língua em sua obra *O Dialeto Caipira*, na qual descreve “o caipira” e seu falar.

Conforme os escritos do supracitado autor, podemos entender que o “caipira” era aquela pessoa que vivia em pequenas localidades, distantes do progresso, sem escolarização e mais idosa.

Castro (2006, p. 39) afirma que geralmente se designa o termo “caipira” àquela pessoa do interior, principalmente da “de zona rural, inculto e que tem hábitos diversos dos que se vêem nos grandes centros”.

Segundo o dicionário *On Line*, Caipira é

[...] a Pessoa que vive no interior do país em uma área não urbana, nomeadamente no campo ou na roça; Pessoa de modos simples, que vive no interior, com pouca ou nenhuma instrução formal (*acepção considerada ofensiva*); jeca, capiau, matuto. [Pejorativo] Pessoa tímida e acanhada, pouco sociável. (7Graus, 2024).

Já o dicionário Houaiss (2009, 150) traz a seguinte definição de “caipira”:

[...] o termo caipira provém da língua tupi (ka'apir ou kaapira), que significa ‘cortador de mato’. É o nome que os indígenas Guaianás do interior do Estado de São Paulo, no Brasil, deram aos colonizadores brancos, caboclos, mulatos e negros. Já nos dicionários Houaiss, o vocábulo caipira possui as seguintes significações: Caipira adj. 2g. s. 2g. 1. que(m) é da roça 2 p. ext. que(m) é simplório, não tem requinte ou muita instrução. 3 fig. Que(m) é tímido, acanhado, pouco sociável. adj. 2g. B 4 relativo a festas juninas e seus trajes [ETIM: orig. contrv., prov. do tupi].

Ferreira (2009), em seu dicionário Aurélio, apresenta uma definição muito semelhante a dada pelo dicionário Houais (2009)

Caipira [Dotupi kai'pira.]

S. 2g.

1. Habitante do campo ou da roça, particularmente os de pouca instrução e de convívio e modos rústicos e canhestros.

[Sin., sendo alguns regionais: araruama, babaquara, babeco, baiano, baiquara, beira-corgo, beiradeiro, biriba ou biriva, botocudo, brocoió, bruaqueiro, caapora, caboclo, caburé, cafumango, caiçara, cambembe, camisa, canguaí, canguçu, capa-bode, capiau, capicongo, capuava, capurreiro, cariazal, casaca, casacudo, casca-grossa, catatuá, catimbó, catrumano, chapadeiro, curau, curumba, groteiro, guasca, jeca, jacu, macaqueiro, mambira, mandi ou mandim, mandioqueiro, mano-juca, maratimba, mateiro, matuto, mixanga, mixuango ou muxuango, mcorongo, moqueta, mucufo, pé-duro, pé-no-chão, pioca, piraguara, piraquara, queijeiro, restingueiro, roceiro, saquarema, sertanejo, sitiano, tabaréu, tapiocano, urumbeba ou urumbeva.]

S. m. 2. Bras., N.E. Jogo de parada, com um dado apenas, ou roleta, entre gente de condição humilde.

Adj. 2g. 3. Diz-se do caipira (1); biriba ou biriva, matuto, sertanejo. 4. Pertencente ou relativo a, ou próprio de caipira (1); biriba ou biriva, jeca, matuto, roceiro, sertanejo. 5. Diz-se do indivíduo sem traquejo social; cafona, casca-grossa. 6. Diz-se das festas juninas e do traje típico usado nessas festas. [Cf. (nas acepç. 1, 3, 4 e 5) provinciano.] (Ferreira, 1986, p. 314).

Podemos observar, consoante às citações acima, que, de modo geral, as descrições geralmente estereotipadas do caipira mostram, ainda hoje, que se trata de uma pessoa da zona rural, de modos rústicos e sem instrução.

A cultura brasileira retrata o caipira ainda com as características mencionadas por Amadeu Amaral (1982[1920]). Cabe destacar, no entanto, que há um movimento de artistas como, cantores e atores, que vêm tentando desmistificar o estereótipo do caipira pobre, sem estudo, tímido e que vive em localidades distantes do progresso. Eles têm mostrado que são caipiras, que possuem escolarização e que pertencem a uma classe econômica privilegiada. Além disso, procuram destacar que têm orgulho de sua identidade linguística, ou seja, do seu falar caipira.

4.2 O FALAR CAIPIRA

Na descrição do falar caipira, em *O Dialeto Caipira*, Amaral (1982[1920]) destaca os aspectos morfológicos, fonéticos, lexicais e sintáticos do dialeto falado na província de São Paulo até final do século XIX. Ele afirma que essas características

já estavam presentes até mesmo na fala dos paulistanos cultos, que foram acusados de corromperem “o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem”.

Sobre o aspecto fonético, Amaral (1982[1920], p.45) destaca a distinção do português europeu por conta de apresentar: 1) “um tom geral do frasear lento, plano e igual, sem variedade de inflexões, de andamentos e esfumaturas”; 2) uma fala cantada, favorecida pelo alongamento das vogais; 3) uma pronúncia clara das vogais que não são débeis, “todas soam distintamente, salvos os casos de queda ou de sinalefa” diferentemente do que ocorre no português europeu.

Entre as demais características fonéticas do dialeto caipira mencionadas por Amaral (1982[1920]), trazemos as observações referentes às consoantes, iniciando pelo r inter e pos-vocálico (arara, carta) que possui um valor peculiar:

[.] é linguo-palatal e guturalizado. Na sua prolação, em vez de projetar a ponta contra a arcada dentária superior, movimento este que produz a modalidade portuguesa, a língua leva os bordos laterais mais ou menos até os pequenos molares da arcada superior e vira a extremidade para cima, sem tocá-la na abóbada palatal. Não há quase nenhuma vibração tremulante. Para o ouvido, este r caipira assemelha-se bastante ao r inglês post-vocálico (Amaral, 1982 [1920], p.47).

O autor traz, também, outros processos fonético-fonológicos quanto ao uso das consoantes que caracterizam o falar caipira, como a iotização da palatal (mulher > muié); alternância no uso dos fonemas /b/ e /v/ (vassoura > bassora, jabutiba > jabuticava, mangaba mangava); o apagamento da oclusiva em formas verbais do gerúndio (andando > andano, pondo > pono, vendo > veno); o rotacismo da lateral (pastel > paster, mel > mer, flor > frô(r)); o apagamento do /r/ em coda silábica externa (andar > andá, mulher > muié); o /s/ ciciante e não chiente como o dos portugueses (cedo); africativação das alveopalatais /ʃ/ e /ʒ/ (tchave, djá); redução das proparoxítonas (cócega > cosca, música > musca, ridículo > ridico).

O uso das vogais também foi apresentado pelo autor como característico do falar caipira: i) a ditongação das vogais seguidas de /s/ e /z/ (rapaz > rapaiz); ii) monotongação dos ditongos (baixo > baxo, peixe > pexe, roupa > ropa); iii) manutenção da altura das vogais átonas finais /e/ e /o/; iv) alçamento do /e/ pretônico medial nasal (exame > inzame, exemplo > inzemplo); alçamento das pretônicas mediais /e/ e /o/ (perigo > pirigo, pequeno > piqueno) e (cozinha > cuzinha, domingo > dumingo).

Em relação à morfologia, Amaral destaca a reduplicação das formas verbais (infinitivo e gerúndio) sucedendo os auxiliares *vir*, *ir*, *estar* e *andar* (vinha pulá(r)-pulando, ia caí(r)-caindo); ausência de flexão genérica no particípio e nos adjetivos e derivação regressiva originando novos termos como *paixão* > *paixa*; *satisfação* > *sastifa*; uso do verbo *fazer* no lugar de *haver*.

Quanto à sintaxe, o autor evidencia, entre outras características, o uso do substantivo no singular, sem artigo para indicar um sujeito “vagamente determinado” (“Cavalo tava rinchando, Macaco assobiô no pau”); o uso dos pronomes do caso reto (ele e ela) como objeto direto (eu o vi > eu vi ele); repetição do advérbio de negação em orações negativas (“Ninguém num viu - Nenhum num fica.”); verbo no plural com o sujeito é constituído por gente ou família (“Aquela gente são muito bão(s) - A tar famía são levado da breca”); apagamento da preposição que antecede o pronome relativo que nas orações relativas (A casa em que eu morei > A casa - que eu morei nela, O livro de que falei > O livro - que eu falei dele, A roupa com que viajava > A rôpa - que viajava cum ela).

Sobre o léxico do dialeto caipira, apresentado, em *Lexicologia*, capítulo II, podemos verificar que não são poucas as fontes de sua origem, mas “bastante restrito, de acordo com a simplicidade de vida e de espírito, e portanto com as exíguas necessidades de expressão dos que o falam”, conforme destaca Amaral (1982[1920], p.13), ele é formado por quatro fortes influências, quais sejam:

- a) de elementos oriundos do português usado pelo primitivo colonizador, muitos dos quais se arcaízaram na língua culta;
- b) de termos provenientes das línguas indígenas;
- c) de vocábulos importados de outras línguas, por via indireta;
- d) de vocábulos formados no próprio seio do dialeto (Amaral, 1920, p.13).

De acordo com Amaral (1982[1920], p. 3), o dialeto caipira sofreu com as grandes transformações sociais como, por exemplo,

a substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população negra, modificando assim um dos fatores da nossa diferenciação dialetal. Os genuínos caipiras, os roceiros ignorantes e atrasados, começaram também a ser postos de banda, a ser atirados à margem da vida coletiva, a ter uma interferência cada vez menor nos costumes e na organização da nova ordem de coisas (Amaral, 1920, p.3).

Além disso, o autor destaca o crescimento da população, a construção de novas vias de comunicação, a intensificação do comércio que possibilitou, dentro

do Brasil, diferentes relações de comunidades antes isoladas e a relação permanente da província com o exterior. Todas essas transformações no meio social não poderiam deixar, segundo o referido autor, de influenciar o dialeto caipira que

Hoje, acha-se acantado em pequenas localidades que não acompanharam de perto o movimento geral do progresso e subsiste, fora daí, na boca de pessoas idosas, indelevelmente influenciadas pela antiga educação. Entretanto, certos remanescentes do seu predomínio de outrora ainda flutuam na linguagem corrente de todo o Estado, em luta com outras tendências, criadas pelas novas condições.

Essas outras tendências irão continuando, naturalmente, a obra incessante da evolução autônoma do nosso falar, que persistirá fatalmente em divergir do português peninsular, e até do português corrente nas demais regiões do país. Mas essa evolução já não será a do dialeto caipira (Amaral, 1920, p.2).

Conforme prevê Amaral, o dialeto caipira “acha-se condenado a desaparecer em prazo mais ou menos breve”. O autor afirma que “o caipira torna-se de dia em dia mais raro, havendo zonas inteiras do Estado, como o chamado Oeste, onde só com dificuldade se poderá encontrar um representante genuíno da espécie” (Amaral, 1920, p. 2). Ele atribui esse fato à ampliação da instrução e à educação que, segundo o autor, “hoje muito mais difundidas e mais exigentes, vão combatendo com êxito o velho caipirismo, e já não há nada tão comum como se verem rapazes e crianças cuja linguagem divirja profundamente da dos pais analfabetos” (Amaral, 1920, p. 2).

Essa previsão apresentada por Amaral há um século, não se concretizou completamente, destacamos, por exemplo, o uso do /r/ caipira que ainda subsiste e demonstra vitalidade em quase todo território nacional, conforme destaca Aguilera e Silva (2012), Almeida e Kailer (2015), Almeida (2018), entre outros.

4.2.1 Variante Retroflexa, o “R Caipira”

Antes de falarmos da distribuição geográfica dos róticos, é importante compreender o papel da variante retroflexa, popularmente conhecida como o “r caipira”, no falar brasileiro.

Em primeiro lugar, faz-se necessário trazermos as diferentes hipóteses sobre o surgimento dessa variante no Português Brasileiro (PB).

Segundo Amaral (1982[1920], p. 21), é provável que o “r caipira” tenha origem indígena, visto que é “o mesmo r brando dos autóctones. Estes não possuíam

o rr forte ou vibrante”. Serafim da Silva Neto (1957) também acredita que o contato linguístico entre os índios e os colonizadores propiciou as características do dialeto caipira, entre elas, a variante retroflexa. Outro autor que também vê, no bilinguismo luso-tupi, o campo propício para o surgimento da variante retroflexa, o “r guturalizado”, é Sílvio Elia (1963, p. 260). Já Chaves de Melo (1976, p. 56) e Mendonça (1948, p.105) trazem também a influência das línguas africanas na formação do dialeto caipira.

Aguilera e Silva (2011) também comungam da hipótese de Serafim da Silva Neto (1957) e de Sílvio Elia (1963) que veem a origem do r retroflexo a partir do contato linguístico entre os portugueses e os indígenas. De acordo com as autoras, o fato de não haver os fonemas /r/ e // em coda silábica na Língua Tupi, fazia que tanto indígenas quanto os mestiços tivessem dificuldade para produzir articulatoriamente palavras com os referidos fonemas em coda silábica como, por exemplo, mal ~ mar.

A tentativa de aproximar a lâmina da língua ao palato, na realização da lateral em coda, poderia ter, naturalmente, levado à realização de um / r / retroflexo. Tal fone teria se formado entre os paulistas, mamelucos e indígenas e se irradiado pelos territórios conquistados e ocupados pelos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII. (Aguilera; Silva, 2011, p.126)

Aquino (2005, p. 112) hipotetiza que a origem da variante retroflexa do PB deve-se ao contato linguístico, visto que

Os indígenas que habitavam o Brasil à época dos colonizadores não pronunciavam o /r/ forte ou vibrante (o RR e o /r/ de paulistanos, 26 respectivamente) e a interação entre as duas raças produziu um bilinguismo luso-tupi, conhecido como “língua geral”, amplamente falado em São Paulo até o fim do século XVIII. Tal língua detinha uma base provinda do tronco comum chamado Tupi (Almeida, 2001, p. 24), que começou a apresentar retroflexidade pós-vocálica. Essa influência sobre a língua dos colonizadores foi acentuada pelas línguas africanas dos escravos, que também trouxeram algumas características do dialeto ‘caipira’.

Por outro lado, há também a hipótese da influência americana no surgimento do “r caipira” no Brasil. Segundo Head (1987), isso ocorreu por meio dos imigrantes do Sul dos Estados Unidos, depois da guerra civil que ocorreu em meados do século XIX. O referido autor refuta as hipóteses do surgimento da variante retroflexa por meio do contato linguístico, pois:

- 1) Em primeiro lugar, faltam as comparações fonéticas necessárias para conhecer as relações entre as pronúncias das respectivas línguas. Não basta afirmar em relação à questão da origem do “r

- caipira”, que os indígenas não usavam vibrantes na sua própria língua: é necessário comparar a natureza do tipo de som da respectiva língua indígena, que supostamente daria origem ao “r” típico do dialeto caipira, com as propriedades do próprio “r caipira”.
- 2) Tais hipóteses não são suficientes para explicar a origem, mesmo que se verifique elevado grau de semelhança entre os respectivos elementos fônicos: ainda faltaria identificar os mecanismos de substituição seletiva. (É lícito perguntar, por exemplo, por que motivo teria ocorrido a substituição fônica nesse caso, mas não em outros.)
 - 3) Finalmente, além de não serem suficientemente documentadas e analisadas, as hipóteses de origem devida ao contato de outras línguas são, em muitos casos desnecessárias, uma vez que explicações plausíveis se encontram nos processos de alternância e evolução interna típicos, descritos em estudos referentes a variedades populares da língua. (Head, 1987, p. 11-12).

Head (1987) também vê, na origem da variante retroflexa, o fato de as líquidas // e /r/ terem propriedades articulatórias muito próximas e algumas propriedades fonotáticas semelhantes, como o fato de serem “os únicos fonemas que ocorrem como segundo membro de grupo de consoantes em posição inicial de sílaba; por outro, fazem parte de um pequeno conjunto de consoantes que são passíveis de ocorrência em posição final de sílaba interna e em posição final de palavra.” (Head, 1987, p. 14).

Em busca de hipóteses mais robustas sobre a origem dessa variante rótica, Head (1987) levanta outra referente à variação e à mudança das líquidas no Português, pois “trata-se de uma alternância atribuída frequentemente à lateral não palatal: a “velarização””. Segundo o autor, “Essa propriedade de determinadas realizações de // está amplamente documentada em diversas variedades do português [...]”. (Head, 1987, p. 15).

Cohen (2006), na mesma direção de Head (1987), também vê a origem da variante retroflexa no PB, a partir de processos internos da língua que envolvem as líquidas // e /r/. Sobre isso, a autora destaca a neutralização que acontece na retroflexão do // em coda silábica em /mal ~ mar/ e levanta a possibilidade de, diacronicamente, a evolução // , tanto em coda interna quanto externa, em Minas Gerais, ter acontecido da seguinte forma: *l > velarização > retroflexão > vocalização > apagamento*. Já, em São Paulo, a evolução seguiria o seguinte percurso: *l > retroflexão > vocalização > zero*.

Oliveira e Zanoli (2021, p.1161-1162) também discutem as hipóteses da origem da variante retroflexa no Português Brasileiro que resumimos no Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 - Hipóteses da origem da variante retroflexa no PB.

Hipótese	Descrição	Propostas
'ALFA': a interferência de línguas indígenas no fenômeno do /r/ retroflexo	Três propostas são apreendidas, ligando o /r/ retroflexo à interferência de línguas indígenas	<p>(i) o "Tupi original" não tinha, entre outros, o fonema //, fazendo que os indígenas, ao adotarem o Português, passassem a representar o fonema // por /r/ (nesse caso, um rótico) – (Robl, 1985, p. 161).</p> <p>(ii) Freitas (1936, p. 61) aponta para a inexistência de // em "Tupi-Guarani": "Da inexistência [sic.] da consoante l no linguajar tupi-guarani, é que adveio [sic.] o vício [sic.] de locução, entre os velhos paulistas, vício [sic.] [...] que os obrigava a pronunciar muié, fio, por mulher, filho; porvora, parma, por polvora, palma, etc." (Freitas, 1936, p. 62).</p> <p>(iii) Ferreira Netto [19--] (Manuscrito) propõe que a origem do "r caipira" esteja ligada a línguas do grupo Macro-Jê na região paulista. Segundo o autor, "A presença de línguas macro-jê nesse contexto cria novas possibilidades de interpretação de fatos linguísticos do português paulista, como a ocorrência da articulação ápico-pré-palatal, conhecida como "r caipira" ou retroflexa. Trata-se de um fato linguístico próprio de línguas do tronco macro-jê, mas não da família linguística tupi-guarani." (Ferreira Neto, [19--]). Manuscrito.</p>
'BETA': o fenômeno do /r/ retroflexo como continuidade de um 'traço' do Português antigo ("deriva secular")	A "hipótese beta" está atrelada à conhecida proposta chamada de "deriva secular" que objetiva explicar que o Português falado no Brasil é uma continuação de fenômenos do Português arcaico com pequenas alterações – ver Naro e Scherre (2007, p. 13).	Santiago-Almeida (2013, p. 26), citando Huber (1933, p. 143), corrobora a proposta de que a passagem de // a /R/ no grupo formado por consoantes + // é característica do português antigo. Santiago-Almeida (2013) cita ainda Penha (1970, p. 33) que afirma que a passagem de // a /R/ é um processo bastante frequente em falares interioranos do Brasil e se relaciona ao português antigo. Em vários trechos de Robl (1985), menciona-se a hipótese da "deriva secular". No entanto, o autor deixa claro que o contato com as línguas indígenas e africanas no português popular do Brasil tenha acelerado o processo de deriva relacionado à passagem de // a /R/.
'GAMA': a interferência de línguas	A "hipótese gama" se relaciona à proposta de Robl	Se propõe que a interferência de línguas indígenas e africanas no fenômeno do /r/ retroflexo do Português caipira não tenha se

<p>africanas e de línguas indígenas, via Língua Geral, no fenômeno do /r/ retroflexo</p>	<p>(1985, p. 167-168): o autor (op. cit.) aponta para “o sistemático rotacismo que se verifica no Brasiliano” – Brasiliano é o nome dado à Língua Geral (LG) por Edelweiss (1969, p. 109-111) e corroborado por Robl (1985). Assim, o rotacismo atestado na LG é resultado da “ação aloglótica’ de índios tupis e guaranis e dos escravos bantos e sudaneses que consolidaram, no Brasiliano, um sistemático rotacismo” – Robl (1985, p. 168, o sublinhado é nosso)</p>	<p>dado de forma direta, mas por meio de traços dessas línguas na formação da Língua Geral. Para Robl (1985, p. 168), o aparecimento do /r/ retroflexo é uma “imperfeita substituição do // velar pelo /r/, vibrante “fraco”, permanecendo, contudo, um compromisso entre ambos.</p>
--	---	--

Fonte : Adaptação de Oliveira e Zanoli (2021 p.1161-1162)

4.3 ESTIGMA QUANTO AO USO DA VARIANTE RETROFLEXA

De acordo com Amaral (1982[1920]), o dialeto caipira, que era inconfundível, tinha, entre outras características, a variante retroflexa, o “r caipira”, que era considerada um vício de linguagem. Nesse sentido, havia uma preocupação de que até pessoas escolarizadas poderiam ser corrompidas e passar a usar a referida variante. Essa estereotipação do “r caipira” também foi destacada por outros autores como Head (1973; 1978), Leite (2004), Castro (2006), Botassini (2013), Almeida e Kailer (2015), Almeida (2018), entre outras.

Sobre essa preocupação, Amaral (1982[1920], p. 1) destaca a fama dos paulistas de “corromperem o vernáculo com muitos e feios vícios de linguagem”, o que poderia atingir também os cursos jurídicos brasileiros que seriam sediados em SP.

Quando se tratou, no Senado do Império, de criar os cursos jurídicos no Brasil, tendo-se proposto São Paulo para sede de um deles, houve quem alegasse contra isto o linguajar dos naturais, que inconvenientemente contaminaria os futuros bacharéis, oriundos de diferentes circunscrições do país... (Amaral, 1920, p. 1).

Sobre isso, Leite (2015, p.140) conta-nos que Amaral (1982, p. 41), ancorado em uma citação de Macedo, destaca que “o magistrado José Antônio Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente”, que não tinha problemas no aparelho fonador, apresentava “vícios desagradáveis de pronúncia” quanto “ao desmazelo e maus costumes”. É interessante atentar para a observação de Macedo sobre o fato de o magistrado, que tem traços caipira na fala, “falando na tribuna, impunha silêncio, obrigava a atenção [...]” (Leite, 2015, p. 140).

Em relação à estigmatização da variante retroflexa, Head (1973) menciona que, no estilo de produção de fala monitorado, havia menos realização da referida variante. Head (1973) acrescenta que, comparando as pessoas das zonas rurais e urbanas, estas e as pessoas mais favorecidas economicamente fazem menos uso da referida variante, o que demonstra o estigma sofrido pelo “r caipira”. Leite (2004) corrobora essa informação no estudo realizado em São José do Rio Preto, onde os informantes rio-pretenses rotulavam o /r/ retroflexo de “arrastado”, “feio”, “marcado”, “puxado”, além da designação “pronúncia carregada”. (Leite, 2015, p. 140). A referida autora acrescenta que o /r/ retroflexo, uma das variantes mais estigmatizadas, sofre frequentemente com comentários desagradáveis, chacotas e desprestígio, principalmente por pessoas de outras localidades e por alguns meios de comunicação.

Leite (2004) em um estudo sobre atitudes linguísticas junto a universitários rio-pretenses que estudam em Campinas, observou que esses alunos, no intuito de fugir do estigma da variante retroflexa, faziam uso prioritário da aproximante alveolar e da vogal colorida, variantes de maior prestígio no falar de Campinas. Essa atitude dos universitários ocorre pela valoração social negativa que a variante retroflexa sofre.

Sobre essa pressão social, Labov (2008 [1972], p. 21) destaca a relação entre língua e sociedade, pois, segundo o referido autor, “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre”. No dizer do autor, isso significa que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no

passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.” (Labov, 2008 [1972], p. 21).

Scherre (2008, p. 2.013), em seu estudo sobre o PB, destaca o preconceito sofrido, entre outras variantes, pelo /r/ retroflexo.

Na escala espacial, um dos casos mais evidentes é a presença do “r” retroflexo (pronunciado com um movimento da língua para trás – semelhante ao “r” do inglês americano) chamado no Brasil de “r” caipira. O “r” retroflexo é falado numa ampla área geográfica do Brasil Central, que envolve cinco estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná. [...] (Scherre, 2008, p. 13).

A autora destaca que o uso da variante retroflexa “conduz a piadas, risos, cochichos, olhares enviesados e até as observações explícitas e constrangedoras, quando o falante usa o “r” retroflexo fora de seu espaço geográfico (Tomara que eu esteja exagerando!)”. Scherre (2008, p. 13) acrescenta que:

Trata-se, sem dúvida, de uma atitude preconceituosa dos ouvintes. Os brasilienses (os filhos dos candangos – dos adultos que foram para Brasília), por exemplo, discriminam os falantes goianos pelo uso do “r” retroflexo. Percebo isto no meu dia-a-dia em Brasília, onde estou há 16 anos. A própria denominação de “r” caipira para o “r” retroflexo já é uma demonstração de preconceito, no meu jeito de ver as coisas, claro. Estou citando esses dois fenômenos linguísticos porque eles suscitam reações absurdamente preconceituosas, mas são diferentes

Scherre (2008), ao tratar de preconceito linguístico, lembra que o o “r” chamado de caipira”, que caracteriza o falar de algumas localidades mineiras, paulistas, goianas, mato-grossenses e paranaenses, está em franca expansão, apesar da previsão de alguns linguísticos sobre a efemeridade de sua existência. A autora destaca que:

Depreciando-se a língua, deprecia-se o indivíduo, sua identidade, sua forma de ver o mundo. O preconceito linguístico – o mais sutil de todos eles – atinge um dos mais nobres legados do homem, que é o domínio de uma língua. Exercer isso é retirar o direito de fala de milhares de pessoas que se exprimem em formas sem prestígio social. Não quero dizer com isso que não temos o direito de gostar mais, ou menos, do falar de uma região ou de outra, do falar de um grupo social ou de outro. O que afirmo e até enfatizo é que ninguém tem o direito de humilhar o outro pela forma de falar. Ninguém tem o direito de exercer assédio linguístico. Ninguém tem o direito de causar constrangimento ao seu semelhante pela forma de falar (Scherre, 2008, p. 11-12).

Cohen (2007, p. 408) destaca que as atitudes negativas quanto à retroflexão do /r/ instiga sorrisos e “a denominação de “caipira”, do interior, “provinciano e fora de moda”. A referida autora lembra que essa variante também faz parte do falar de pessoas com alto grau de escolarização no Sul do Estado de Minas Gerais (Cohen, 2007, p. 408).

Rennicke (2010), ao estudar as atitudes linguísticas de estudantes do Sul mineiro que migraram para Belo Horizonte (MG), verificou que o estigma linguístico estava presente na avaliação tanto dos informantes que não produziam a retroflexa quanto daqueles que a tinham em sua comunidade. De acordo com a autora, isso mostra que, se o falante está fora de sua comunidade de fala, ele tende a estigmatizar o modo de falar de sua própria comunidade de origem. Esse preconceito pode advir do fato de o /r/ retroflexo ser amplamente conhecido como “r caipira”. Para a autora, esse fato mostra que

[...] esta pronúncia realmente é estigmatizada. Os informantes não parecem concordar na hora de definir a origem geográfica do caipira, mas como as características mais mencionadas para o caipira são a lavoura da terra e o costume de falar ‘um português da roça’ (que parece incluir o /r/ retroflexo), a região mais mencionada é o Sul de Minas Gerais, já que combina estas duas características. (Rennicke, 2010, p. 100).

Labov (2008 [1972], p. 212) afirma que “sob extrema estigmatização, uma forma se torna assunto de comentário social explícito e pode acabar por desaparecer. Trata-se então de um estereótipo”. Ferraz (2005), neste mesmo viés, enfatiza, corroborando Leite (2004), que essa tentativa de acobertamento da variante ocorre motivado pelos estigmas sociais. Nesse sentido, Paes (2014, p.83), após analisar as avaliações dos informantes do bairro Várzea quanto à variante retroflexa e observar que a mesma sofre estigmatização, declara, como já o fez Amaral (1982[1920]), que essa variante terá vida efêmera na referida comunidade.

4.4 A VITALIDADE DA VARIANTE RETROFLEXA, O “R CAIPIRA”

O estigma de “r caipira” que a variante retroflexa carrega é conhecido até mesmo por pessoas alheias à comunidade acadêmica que a consideram como pronúncia típica de pessoas do interior e menos escolarizadas. Essa avaliação possivelmente influenciou Amaral (1982[1920]) e Paes (2014) a declararem que o “r

caipira” estaria fadado ao desaparecimento nas localidades por eles estudadas. No entanto, parece que isso não é consenso entre os pesquisadores. Rodrigues (1974), por exemplo, constata, entre outras marcas do dialeto caipira, o vigor da variante retroflexa na região de Piracicaba. Castro (2006), por sua vez, embasada no estudo sobre o dialeto caipira realizado Amaral (1982[1920]), nos dados do Atlas Linguístico de Minais (Ribeiro *et al.*, 1977) e no Atlas Linguístico do Paraná (Aguilera, 1994), constata, diferentemente do prognóstico de Amaral (1982[1920]), a vitalidade da variante caipira.

Além desses autores, Mendes e Oushiro (2013) verificam que, em um terço das realizações róticas, a variante retroflexa é realizada e predomina na fala de pessoas da periferia, menos escolarizados, do sexo masculino, com pouca mobilidade geográfica. (Mendes; Oushiro, 2013, p. 91-92). Aguilera e Silva (2012), Almeida e Kailer (2015), Almeida (2018), em seus estudos com dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), também destacam a vivacidade da variante retroflexa, independentemente da escolaridade, do sexo e da faixa etária dos informantes em várias regiões brasileiras.

Conforme as pesquisas relacionadas anteriormente, podemos verificar que cada vez mais os estudos sociolinguísticos e dialetológicos têm conseguido mapear a distribuição geográfica do “r caipira” no falar brasileiro. Melo (1946) e Cunha (1968, p. 83), por exemplo, verificam a existência dessa variante no Norte de São Paulo e Sul de Minas Gerais. Segundo Melo (1946, p. 86-87), é comum ouvir “um errezinho particular” na fala de meninos que anunciam a venda de “paster de carne”. Silva Neto (1963) verifica a realização do /r/ retroflexo em São Paulo, Sul do Mato Grosso e Norte do Paraná. Penha (1972) também verifica o uso da variante retroflexa em São Domingos, Sul de Minas. Head (1973) detecta o uso do erre retroflexo em Franca (SP). Rodrigues (1974) amplia essa distribuição mostrando que a variante retroflexa acontece em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Head (1978), em outro estudo, registra a ocorrência da variante retroflexa em todas as cidades de São Paulo, em São Domingos (MG), em algumas regiões da Bahia, Amazonas, Ceará, Rio Grande do Sul. Brandão (1991), por sua vez, menciona a existência da variante retroflexa na Paraíba, em Sergipe, no Norte Fluminense, no Norte do Paraná e no Nordeste de Santa Catarina. Callou *et al.* (1997) verifica o uso da variante retroflexa em 5% dos seus dados de São Paulo e em 7% de Porto Alegre. Koch *et al.* (2002) observa a realização da variante retroflexa no Paraná, Santa

Catarina e Rio Grande Sul. Lima (2003) também registra a existência do erre retroflexo em Cametá (PA). Almeida (2004), ao estudar o falar do Vale do Cuiabá, verifica o uso da variante retroflexa, além da coda, no contexto intervocálico. Leite (2004) também constata o uso da referida variante em São José do Rio Preto (SP). Castro (2006) detectou a realização da variante retroflexa em uma larga faixa que cruza o Triângulo de Oeste a Sudeste, acompanhando toda a extensão da fronteira paulista e em todo o território paranaense. Aguilera (1994; 2008) e Koch, Altenhofen e Klassmann (2011) verificam a existência do /r/ retroflexo em todo estado paranaense, ora predominando ora alternando-se com o tepe e a vibrante múltipla em algumas localidades. Castro (2009), ao estudar 38 localidades paulistas, conclui que, em coda interna, 27% dos informantes da capital realizam a variante retroflexa. Esse resultado amplia-se alcançando 93% no falar dos informantes do interior. Já na coda externa, a autora observou 17% de realização da referida variante no falar da capital e 92% no falar do interior paulista.

Almeida e Kailer (2015, 2020) e Almeida (2018), além de constatar a realização da variante retroflexa no Sul e Centro-Oeste, observam uma gradação no uso desse erre. Conforme as autoras, nas cidades catarinenses que fazem divisa com o Paraná, como Porto União, há predomínio da variante retroflexa, esse predomínio, se estende, principalmente, para Norte, Centro-Oeste e Sudeste paranaense, ampliando-se em algumas localidades de São Paulo, conforme Silva (2012), difundindo-se amplamente no Mato Grosso do Sul e coexistindo com outras variantes em Mato Grosso e Goiás (Almeida, 2018). Almeida e Kailer (2015, 2020) verificam que a variante retroflexa acontece timidamente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, amplia-se no Paraná e em São Paulo, predominando em Mato Grosso do Sul e caminhando para Mato Grosso e Goiás. As autoras questionam-se quanto à vitalidade da referida variante na região Norte e Nordeste do país, estaria a retroflexa subindo para essas regiões ou estariam as posteriores descendo em direção ao Sudeste e ao Sul?

É possível verificarmos essa distribuição da variante retroflexa no falar brasileiro a partir do mapeamento realizado por Brandão (2007), conforme o Mapa 1 a seguir explicita.

Mapa 1- Distribuição da variante retroflexa, o “r caipira” nos estados brasileiros



Fonte: Brandão (2007)

Essa distribuição geográfica da variante retroflexa mencionada pelos autores referidos anteriormente também pode ser identificada em alguns atlas linguísticos, como, por exemplo:

- a) O Atlas prévio dos falares baianos – APFB (Rossi, 1963), onde a referida variante foi registrada nas regiões: Centro Norte, Centro Sul, Nordeste, Sul e Metropolitana de Salvador, Centro Norte e Vale São Franciscano. Destacando-se no Centro Norte, Centro Sul e Vale São-Franciscano.
- b) Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais 41 – EALMG (Ribeiro *et al.*, 1977) que registra a variante retroflexa nas zonas do Triângulo: Alto Paranaíba, Alto São Francisco, Campos das Vertentes e Sul.
- c) Atlas Linguístico da Paraíba (Aragão; Menezes, 1984) apresenta o erre retroflexo em Princesa e João Pessoa (Microrregião do Litoral Paraibano), no Sudoeste e no Leste do Estado.
- d) Atlas Linguístico de Sergipe I e II – ALSE e ALSE II (Ferreira *et al.*, 1987) constata o /r/ retroflexo em: Brejo Grande, Propriá, Gararu, Currealinho, Tomar do Geru, Estância;
- e) Atlas Linguístico do Paraná – ALPR (Aguilera, 1994) cartografa a variante retroflexa em quase todas as mesorregiões, exceto em

Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Capanema, Barracão, Curitiba, na mesorregião Metropolitana de Curitiba) e Dois Vizinhos.

- f) Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul – ALERS (Koch; Altenhofen; Klassmann, 2011) registra o /r/ retroflexo em 72 pontos do Paraná, em 23 pontos de Santa Catarina e em 5 pontos do Rio Grande Sul.
- g) Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS (Oliveira; Silva; Santos, 2008) constata que o retroflexo é a norma em todos os pontos da rede.

Cada vez mais podemos rastrear os caminhos da variante retroflexa e identificar sua vitalidade. De acordo com Leite (2004), pautada em Melo (1946), essa variante irradiou-se de São Paulo para outras regiões por meio dos bandeirantes. Observando os autores supracitados, os referidos atlas linguísticos e o Mapa 1 de Brandão (2007), podemos atestar que o “r caipira” está bastante difundido em quase todo território brasileiro, resta-nos saber se ele ganhará espaço no extremo sul, no norte, no nordeste, no noroeste e em alguns estados do sudeste, ou se será vencido pelas variantes posteriores ou pelo tepe.

4.5 ALGUNS ESTUDOS DE CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS QUANTO AO USO DA VARIANTE RETROFLEXA, O “R CAIPIRA”

Recentemente, no Brasil, aproximadamente a partir da década de 70, alguns estudiosos do ramo da Sociolinguística, como Labov (2008 [1972]), López Morales (2004), Moreno Fernández (1998), entre outros, vêm incorporando em seus trabalhos análises de crenças e atitudes, pois, além dos fatores sociais, muitos estudos atestam a importância do reconhecimento dos padrões de prestígio sustentados pelas comunidades linguísticas e suas influências no processo de variação ou de mudança.

Diante disso, fazemos uma breve revisão de alguns trabalhos acerca das crenças e atitudes, especificamente, aqueles que abordam sobre nosso objeto de estudo, ou seja, a variante retroflexa.

Começamos com a dissertação de Guiotti (2002) defendida pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), baseada nos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Laboviana, intitulada “O estudo da variante

retroflexa na comunidade de São José do Rio Preto”. Com um *corpus* de 60 entrevistas, com informantes estratificados por sexo, local de nascimento, diferenciados por duas classes sociais, uma das classes com informantes graduados e outra com informantes com apenas o primeiro grau e divididos por três faixas etárias (de 15 a 30 anos, de 31 a 45 anos e com mais de 46 anos). A autora buscou verificar a vitalidade da variante retroflexa que, segundo Amadeu Amaral (1982[1920]), estava em vias de desaparecer, assim como verificar o oposto, se a variante estaria presente na fala dos falantes de São José do Rio Preto. Além disso, buscou detectar a existência de outras variantes em coexistência, assim como o grau de estigmatização do /r/ retroflexo.

A pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira com avaliação da norma objetiva que levou em consideração os fatores linguísticos (vogal antecedente e posição do fonema) e extralinguísticos (sexo, idade, classe econômica) utilizando para isso: gravações de narrativas livres, leitura de texto e leitura de lista de palavras. Já a segunda avaliação da norma subjetiva utilizou, para sua base, um questionário composto por quatro profissões que apresentam teores de prestígio social distintos (locutor de rádio, secretário, recepcionista e faxineiro) para poder, desta forma, medir o grau de estigmatização das variantes róticas.

Os resultados obtidos na primeira fase foram os seguintes: diante de vogais posteriores (abertas e fechadas) e em posição de coda:

- Dentre 2.149 ocorrências de róticos, um total de 1526 foram retroflexas (71%), as demais se dividem em 10 % para o apagamento do /r/ e 19% para outras variedades;
- A maior realização do /r/ caipira se deu nas gravações monitoradas;
- As mulheres (54%) e a classe baixa (51%) foram as que mais recorreram ao retroflexo;
- A variável idade, porém, não apresentou diferenças significativas.

Na segunda parte de sua investigação, Guiotti (2002) observou dados contraditórios quanto à manutenção e à estigmatização da variante retroflexa. Ao mesmo tempo em que atesta a manutenção do /r/ retroflexo, segundo a autora, que ocorre devido à forte economia do interior de São Paulo e pelo grande interesse dos jovens pelas músicas sertanejas, assim como o estilo *country* que vem apresentando um alto índice de aceitação pelo público jovem que, geralmente, faz uso da variante

retroflexa. Também foi constatado um grau médio de estigmatização perante essa variante.

Leite (2004), em sua dissertação desenvolvida na Unicamp, intitulada “Atitudes linguísticas: a variante retroflexa em foco”, objetivou identificar e analisar as atitudes de estudantes universitários de São José do Rio Preto (SP) que iniciavam seus estudos acadêmicos na Universidade de Campinas. A hipótese da autora gira em torno da existência do estigma da pronúncia retroflexa e dos alunos iniciantes tentarem modificá-la, utilizando outra pronúncia intermediária. Para isso foram entrevistados 8 alunos de São José do Rio Preto, sendo 4 dos primeiros anos e os outros 4 terminando o curso. Além disso, foram utilizados mais 4 depoimentos de alunos de Campinas para saber o falar dos alunos da Unicamp.

Os seguintes critérios foram observados: ter entre 19 e 25 anos, serem universitários da Unicamp, terem nascido em São José do Rio Preto e terem residido na mesma cidade até sua entrada na universidade. Os resultados obtidos pela autora foram os seguintes:

- Co-variação englobando as variantes retroflexa (43%), vogal colorida (33%), alveolar (14%), tap (5%) e palatal (4%);
- Entre os alunos ingressantes, por exemplo, a norma é o /r/ retroflexo (49%) seguido da vogal colorida (25%) e da alveolar (18%);
- Com os alunos concluintes, esses números mudam, respectivamente, para 34% retroflexo, 47% vogal colorida e 8% palatal.

Em relação aos seus resultados, Leite (2004, p. 89) salienta que a efetividade do estigma evidenciou o estereótipo relacionado à variante aproximante retroflexa. Dessa forma, para não pronunciar a variante estereotipada, os estudantes “optaram” por outras variantes: a aproximante alveolar e a vogal colorida, uma vez que as avaliam como uma forma prestigiosa. Nos depoimentos dos informantes, podemos perceber a expectativa de que, com o tempo, ou seja, com o passar dos anos em Campinas, a pronúncia que têm do /r/ retroflexo irá alterar, de tal forma que encontrarão uma pronúncia “intermediária”, tal qual a dos campineiros.

Por fim, os resultados da parte subjetiva demonstraram que todos os universitários apresentaram atitudes negativas referente à pronúncia da variante retroflexa. Leite (2004, p.102) resume as conclusões deste estudo em três pontos:

- Os riopretenses sabem da existência do estigma que permeia o /r/ retroflexo e, por isso, tentam mudar essa pronúncia recorrendo ao falar

intermediário de Campinas, fato comprovado pelos alunos concluintes, optantes mais assíduos de outras variantes;

- Diante disso, é possível afirmar a existência da consciência linguística entre os informantes entrevistados;
- Ademais, os resultados atestam a admiração dos informantes de São José do Rio Preto para com o município de Campinas, caracterizando-o como detentor de um poder econômico forte que o destaca perante as demais cidades do interior, tal fato é transferido para a linguagem e, conseqüentemente, para os sentimentos a ela dirigidos.

Em 2011, Pinto e Fraga publicam seu artigo intitulado “Professores de língua em formação e o /R/ retroflexo: um estudo sobre atitudes linguísticas” apresentando como objetivo principal identificar as atitudes linguísticas que professores de língua em formação manifestam em relação ao /r/ retroflexo presente na variedade de língua falada na região de Ponta Grossa. Como objetivos específicos, as autoras investigaram o que segue: se existe estigmatização do /r/ retroflexo por parte dos participantes; se há coerência entre o dizer e as atitudes dos participantes em relação ao /r/ retroflexo. Para atingir os referidos objetivos, foram investigados dois representantes de cada ano do curso. As autoras observaram que: a) em suas atitudes (e algumas crenças) linguísticas, a estigmatização que recobre a pronúncia da aproximante retroflexa e que também se estende à visão que esses estudantes têm da cultura e da variedade linguística que, por sua vez, é vista como inferior em relação à cultura e à variedade de línguas tidas como urbanas; b) a fala dos participantes é marcada por questões avaliativas e sustentada por estereótipos linguísticos, principalmente em relação à figura do caipira; c) apresentaram, em suas falas, um saber sobre a língua ao expressarem uma consciência linguística em relação a diferenças geográficas, sociais e estilísticas.

Silva (2012), em sua dissertação situada no âmbito da Dialetoлогия Pluridimensional (Thun, 2005) e no ramo da Sociolinguística (Labov, 1996) intitulada “O /R/ caipira do Triângulo Mineiro: um estudo dialetológico e de atitudes linguísticas”, buscou responder questões como: Há algum traço linguístico expressivo que caracteriza esse falar?; Como qualificam e avaliam a pronúncia do /R/ caipira?; Verificou também as crenças e atitudes dos falantes acerca da variante retroflexa. Para isso, a autora apresentou como objetivo principal registrar a distribuição espaço-social do /r/ caipira (Amaral, 1920), nas cidades de Campina Verde, Frutal, Ituiutaba,

Iturama, Prata e Uberlândia, situadas no Triângulo Mineiro, em tempo aparente e tempo real. Observou também se há entre os falantes a presença de um sentimento de identidade, de prestígio encoberto em relação à variante retroflexa, atitudes estas que, possivelmente, favorecem a manutenção desse rótico. Dentre os resultados obtidos estão:

- O /r/ caipira ainda continua preponderante na fala da região investigada;
- Existe uma leve incursão da variante glotal;
- Há, entre os falantes, a presença de um sentimento de identidade, quiçá de prestígio encoberto em relação ao /r/ retroflexo, atitudes estas que, possivelmente, favorecem a manutenção desse rótico.

Botassini (2013), em sua tese intitulada “Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no Norte do Paraná”, defendida pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), baseada nos princípios da Sociolinguística Laboviana e nos estudos de crenças e atitudes, entrevistou 48 informantes (16 naturais do Norte do Paraná, 16 cariocas e 16 gaúchos) todos residentes no Norte do Paraná há, pelo menos, 8 anos. Ela teve como objetivo principal investigar as crenças e atitudes linguísticas de falantes brasileiros, naturais de diferentes regiões e possuidores de diferente dialetos, em relação ao uso dos róticos em posição de coda silábica” e os seguintes objetivos específicos:

[...] descrever as diferenças e as semelhanças que se estabelecem nas crenças e nas atitudes dos falantes sobre o dialeto do outro, quando consideradas as variáveis linguísticas sexo, faixa etária e nível de escolaridade; procurar identificar fatores decorrentes da crença linguística que conduzem a atitudes negativas ou positivas em relação ao dialeto e ao grupo do outro; verificar em que medida existe preconceito ou estigma quanto ao uso da variante retroflexa, característica do dialeto do norte do Paraná e normalmente associada a um falar “caipira”; examinar se os próprios informantes norte-paranaenses carregam preconceito quanto a esse uso e qual é a reação dos cariocas e dos gaúchos em relação a essa variante; verificar em que medida os informantes cariocas e gaúchos mantêm seu dialeto ou quanto já “se misturou” com o dialeto norte-paranaense já que estão residindo no norte do Paraná há, pelo menos, oito anos; observar se os informantes mudam as variantes da variável /r/ dependendo do tipo de entrevista e do grau de formalidade; verificar se os informantes manifestam preferência por outro dialeto que não o seu, revelando uma situação de deslealdade linguística (Botassini, 2013, p. 16-17).

Os dados de fala utilizados foram gravados e a conversação utilizada foi a dirigida que segue uma ordem e conteúdos planejados para obter, desta maneira, o maior número de dados úteis em menor tempo. A entrevista foi dividida em cinco partes: narrativa, descrição, questionário fonético-fonológico, leitura, perguntas específicas para avaliar crenças e atitudes linguísticas. Segundo a autora, os resultados apontaram como variantes típicas dos dialetos norte-paranaense, carioca e gaúcho, respectivamente, os róticos: retroflexo, velar e tepe. Também se observou o que segue:

- Os informantes mudam a variante rótica dependendo do grau de formalidade das partes que compõem a entrevista;
- As mulheres e os informantes com curso superior privilegiam as variantes de maior *status*;
- O rótico retroflexo apresenta intensa vitalidade, apesar de seu propalado desprestígio;
- Os informantes norte-paranaenses são mais desleais linguisticamente do que os cariocas e os gaúchos;
- Os informantes mais escolarizados são menos preconceituosos.

Além disso, a referida autora ainda salienta, sobre a confirmação de suas hipóteses, que, em relação aos informantes cariocas e gaúchos serem mais resistentes à mudança e à influência linguística, apenas teve confirmação plena para os informantes cariocas, embora tanto estes quanto aqueles tenham apresentado atitude positiva em relação ao próprio dialeto.

Em sua dissertação “A Variável (R) em coda silábica medial no Bairro Várzea, em Lagoa Santa-MG”, Paes (2014) teve como motivação para seu estudo observações assistemáticas das produções de fala dos moradores do bairro Várzea, em Lagoa Santa, Minas Gerais (MG) e a produção retroflexa. Além disso, deteve-se a realização medial da variável (R). O estudioso teve como objetivos: a) identificar e analisar os fatores que concorrem para a variação do (R) em coda silábica medial; b) verificar se suas variantes estariam em competição e, assim, em processo de mudança; c) verificar se há indício de variação estável ou de mudança em progresso. Além disso, objetivou também descrever as realizações da variável (R) no bairro Várzea; b) verificar os grupos de fatores que estejam interferindo para que essas realizações ocorram; c) definir o *status* de prestígio, ou desprestígio, das variantes encontradas; d) verificar o *status* da variação: mudança em progresso ou variação

estável; e) contribuir para a formação do *corpus* dos falares de Minas Gerais VARFON-Minas. Os resultados observados por Silva (2014) foram os seguintes:

- Jovens não realizam a variante retroflexa do [ʁ];
- Adultos favorecem a variante retroflexa e os jovens realizam mais a fricativa glotal;
- Há indício de progressão da variante fricativa glotal;
- Há estigma quanto ao uso da variante retroflexa porque as mulheres jovens não a realizam;
- Os percentuais das variantes da variável (R) são os mesmos entre jovens e adultos;
- Houve o favorecimento da variante retroflexa pelas vogais diferentes da vogal [a], vogal baixa central (relacionado à altura das vogais);
- O erre retroflexo é favorecido pelas consoantes velares, que possuem o traço [+alto] e [+recuado];
- Os homens fazem mais uso da variante retroflexa;
- A altura dos segmentos adjacentes (vogal precedente e consoante seguinte) parece atuar na realização retroflexa, assim como o traço [+recuado];
- Quanto ao apagamento, verificou sua progressão e que é favorecido na fala dos homens, dos jovens e na leitura da lista de palavras e em sílaba átona.

Dias (2014), em seu artigo sobre “Crenças e atitudes linguísticas no uso dos róticos de professores e professorandos de Jacarezinho – PR” entrevistou quatro informantes de Jacarezinho–PR, dois professores e dois alunos com o objetivo de verificar: a) se os professores e os estudantes de Letras da UENP têm crenças e atitudes de preconceito em relação à sua fala; b) descobrir o rótico predominantemente utilizado pelos falantes do *corpus* em apreço; c) observar em que medida essas crenças podem prejudicar os professores e alunos em sua possível formação; d) averiguar se os moradores de Jacarezinho-PR são infiéis ou não a sua variante típica. Dias (2014) constatou que a maioria dos entrevistados é fiel a suas origens e não disfarça a variante que produz, todavia, ainda estão recheados de preconceitos e crenças de um falar “melhor” ou “pior”.

Lourenço (2015), em sua dissertação “Crenças e atitudes linguísticas: tendências de reação de falantes curitibanos e londrinenses”, objetivou verificar as

atitudes valorativas no que tange: às crenças e atitudes linguísticas dos falantes, à percepção dos falantes em relação a sua variedade e à do outro, assim como a presença de estereótipos e à influência da percepção linguística na atribuição de características físicas e pessoais. O *corpus* constituiu-se de 24 informantes - 12 naturais de Curitiba e 12 de Londrina - cidades com cenários linguísticos bastante diversos. Para esse estudo, a autora utilizou uma gravação com dois falantes, um de Londrina e outro de Curitiba, que foram avaliados por 24 julgadores, sendo 12 de Curitiba e 12 de Londrina, estratificados segundo o sexo, a faixa etária e a escolaridade.

A autora concluiu que houve mais avaliações positivas que negativas; que as avaliações positivas foram ligeiramente mais direcionadas ao dialeto curitibano em comparação ao dialeto londrinense, tanto por parte dos julgadores de Curitiba quanto de Londrina; que as mulheres se posicionam mais que os homens ao fazer julgamentos e reagem de forma mais positiva frente às diferenças; que os informantes com escolaridade de nível fundamental atribuem mais prestígio aos falares que os de nível médio e superior; que os julgadores da faixa etária de 51 a 70 anos se posicionam menos que os da faixa etária de 18 a 30 anos.

No artigo “Uma nova configuração do caipira: ecos no /R/ retroflexo”, Aguilera e Silva (2015), baseadas em resultados paradoxiais de alguns estudos recentes que revelam que a variante retroflexa ainda permanece envolta por atitudes estereotipadas e estigmatizadas, mas que também apresenta vasta amplitude de ocorrências em quase todo o território nacional, buscaram verificar uma possível justificativa para essa aparente discordância entre as normas objetiva e subjetiva que permeiam a vitalidade do /r/ caipira.

Para tanto, foi investigada a dinamicidade e a distribuição do /r/ retroflexo, nos municípios de Frutal, Campina Verde, Iturama, Ituiutaba, Prata e Uberlândia, todos situados no Triângulo Mineiro. As autoras analisaram em tempo real e tempo aparente, a partir da comparação de dois recortes sincrônicos: um como os dados do Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG (Ribeiro *et al.*, 1977), e outro com dados recentes coletados para esta pesquisa (2011) e pelo projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), regional do Paraná, em 2009. A partir das respostas de 24 informantes naturais do Triângulo Mineiro, podemos observar, a seguir, alguns resultados obtidos nesta pesquisa.

- Dos 556 róticos obtidos, 512 foram de retroflexa e 44 de glotal;
- No estudo em tempo real, foram ratificadas a estabilidade e a predominância do /r/ retroflexo no Triângulo Mineiro como já apontavam os dados do EALMG, em 1977, entretanto percebeu-se a incursão do /r/ glotal, que não estava mapeado pelo atlas;
 - Embora o /r/ retroflexo esteja ainda cercado pelo estereótipo do caipira, seus falantes apresentam fidelidade linguística devido a fatores morais próprios do caipira genuíno;
 - A manutenção deste rótico deve-se à existência de um prestígio encoberto motivado pelas características positivas do caipira, somados à sua nova configuração, isto é, a de pessoas inseridas em um contexto marcado pelo sucesso das duplas sertanejas e de pessoas famosas em geral que trazem como marca o /r/ retroflexo, além, é claro, do desenvolvimento econômico do interior de alguns estados que possibilitam aos ‘caipiras’ de hoje um avanço de nível social (Aguilera; Silva, 2015, p.171-172).

4.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, abordamos a caracterização do “caipira” e do seu falar bem como as hipóteses da origem da variante retroflexa, o “r caipira”, sua distribuição e vitalidade no falar brasileiro. Além disso, trouxemos alguns estudos referentes a crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dessa variante no PB. No capítulo seguinte, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos que utilizamos para embasar a coleta e a análise dos dados.

CAPÍTULO 5

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como finalidade descrever os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa. Sendo assim, apresentamos a descrição da natureza da pesquisa, a técnica utilizada, a abordagem do trabalho, a exposição da organização da coleta de dados, os questionários usados na pesquisa, descrição do perfil dos informantes, as localidades e as gravações utilizadas para a análise da referida tese.

5.1 NATUREZA DA PESQUISA

Utilizamos para esta pesquisa a definição do termo qualitativo de Denzin e Lincoln (2006, p. 17).

A pesquisa qualitativa é uma atividade que situa, que localiza o observador no mundo [...]. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa para o mundo, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a ele conferem (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

Para a definição do termo quantitativo, pautamo-nos em Labov (2008), precursor da Sociolinguística Variacionista ou Quantitativa. Essa corrente teórica apresenta uma nova forma de ver e tratar os fenômenos linguísticos, ou seja, o pesquisador precisa registrar o uso da língua da forma mais natural possível, para isso, a Sociolinguística Quantitativa apresenta uma metodologia muito bem delineada, preocupada com momentos que vão da delimitação da variável em estudo aos procedimentos durante a coleta e a análise dos dados, conforme apresentamos a seguir (Kailer, 2008).

Sendo assim, os resultados apresentados são analisados, na presente tese, de forma quantitativa e qualitativa. Esta pesquisa foi baseada nos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística e nos estudos que focalizam a análise e a descrição das crenças e atitudes linguísticas.

5.2 ABORDAGEM

Com já mencionado anteriormente utilizamos, a abordagem baseada na concepção mentalista defendida por López Morales (2004), que caracteriza a atitude como sendo um estado de “disposição mental”, visto que é “uma variável que intervém entre um estímulo que afeta a pessoa e sua resposta a ele” (Botassini, 2013, p. 56). De acordo com Botassini (2013), essa concepção apresenta um problema metodológico pelo “fato de a atitude não ser observável nem analisável diretamente”, o que dificulta a determinação do “tipo adequado de dados a partir dos quais se podem inferir as atitudes bem como elaborar um mecanismo apropriado para medir algo que “carece de forma manifesta””. A referida autora ainda acrescenta que os mentalistas concebem a atitude como uma estrutura componencial múltipla, “formada pelos elementos afetivo (emoções e sentimentos), cognitivo (inclui as percepções, as crenças e os estereótipos presentes no indivíduo) e comportamental (tendência a atuar e a reagir de certa maneira com respeito ao objeto)” (Botassini, 2013, p. 56). Apesar do problema metodológico mencionado por Botassini (2013), ela e grande parte dos estudiosos dessa área apoiam-se na perspectiva mentalista por apresentar um caráter preditivo (López Morales, 2004).

5.3 MÉTODOS

Há, segundo López Morales (2004), dois métodos para estudarmos as atitudes linguísticas: os métodos diretos e os indiretos. As medições diretas se realizam por meio de questionários e de entrevistas. Os questionários devem ter estrutura aberta ou fechada. Na estrutura aberta, são elaboradas questões que permitem que os informantes emitam respostas que avaliam ser as mais adequadas; na estrutura fechada, os informantes têm poucas possibilidades de resposta. Já as medições indiretas são questões aplicadas sem que o informante tenha consciência da intenção da investigação.

Para este estudo, utilizamos tanto a técnica de medição direta como a indireta. Para a medição indireta, fizemos uso de uma adaptação da técnica *matched guise*, ou técnica de medição indireta, dos falsos pares, proposta por Lambert (1968). Essa técnica é aplicada por meio do controle das variáveis que podem desencadear avaliação por parte dos falantes/ouvintes. Sendo assim, são criados pares de estímulos semelhantes com exceção do traço em estudo.

No caso desta pesquisa, utilizamos três gravações da leitura de um trecho do texto “Parábola do Semeador”, realizada por três falantes masculinos, com faixa etária aproximada (30 a 40 anos), das localidades de São Paulo, Londrina e Alagoas, que apresentam diferentes variantes róticas (tepe, retroflexa e glotal).

Contamos com 56 informantes juízes (28 do primeiro ano e 28 do quarto ano) para fazerem as avaliações dos três áudios e responderem os questionários. Eles participaram de três etapas de coleta de dados, explicitadas a seguir.

5.3.1 Primeira Etapa de Coleta de Dados

Na primeira etapa de coleta de dados, após o preenchimento do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), eles preencheram uma ficha sobre informações pessoais: Ficha de Identificação do Informante, conforme podemos observar:

Figura 4 - Ficha de identificação do informante

1 - Nome completo:
2 - Sexo/gênero:
3 - Idade:
4 - Naturalidade:
5 - Estado civil:
6 - Naturalidade da/o esposa/o:
7 - Naturalidade do pai:
8 - Naturalidade da mãe:
9 - Qual a profissão da mãe:
10 - Qual a profissão do pai:
11 - Qual a profissão do esposo/a
12 - Endereço atual:
13 - Há quantos anos reside em Londrina?
14 - Profissão atual:
15 - Escolaridade (1.ºano) (2.ºano) (3.ºano) (4.ºano):
16 – Qual é seu curso?
17 - Tem outra formação universitária?
18 - Em qual área?
19 - Atua na área?
20 - Assiste televisão?
21 – O que costuma assistir?
22 - Ouve rádio?
23 - Qual seu estilo musical?
24 - Quais os seus cantores favoritos?
25 - Lê jornal, revistas, livros?
26- Viaja com frequência?
27- Quais lugares costuma visitar?

Fonte: Elaboração da autora.

Em seguida, os 56 informantes juízes leram uma lista com 60 palavras elaborada com base no Questionário Fonético-Fonológico (QFF) do projeto ALiB (2006). Dessas 60 palavras, 23 eram distratores, 37 apresentavam o rótico em coda silábica, tanto externa (21 palavras) quanto interna (19 palavras), e 3 delas apresentavam o referido segmento nas duas codas (acordar, perder, perguntar). Como podemos constatar na lista apresentada a seguir.

Figura 5- Lista de palavras

LEIA A LISTA DE PALAVRAS

ALMOÇO	MULHER
SAL	BRAGUILHA
TORNEIRA	PROCISSÃO
PÓLVORA	PERFUME
VARRER	BEIJAR
ALMOÇO	DORMINDO
GORDURA	ACORDAR
COLHER	ENCONTRAR
FAÇA	ACHAR
LIQUIDIFICADOR	PERDER
MEL	PERDIDA
FERVENDO	BAR
BOTAR	FERIDO
FOLHA	PERGUNTAR
ÁRVORE	RESPONDER
GALHO	CONTROLE
MONTAR	PULAR
CAVALO	BOLA
BORBOLETA	ANDAR
ABELHA	CLARA
CALOR	SAIR
FRIO	TESOURA
TARDE	ENTRAR
CEDO	ESQUERDO
CATORZE	CARNEIRO
TRABALHAR	BAIANO
RASGAR	CERTO
FOLHA	ERRADO
PERNAMBUCANO	PERDÃO
CASA	CADEIRA

Fonte: Elaboração da autora.

Ainda na primeira etapa de coleta, os informantes juízes leram o texto “Foco na Firmeza”¹⁵. Este texto foi escolhido, pois, mesmo sendo curto, oferece grande número de palavras que apresentam nosso objeto de estudo, o erre em coda silábica interna e externa.

¹⁵ Esse texto, segundo Lourenço (2015), foi adotado por Botassini durante a disciplina de Sociolinguística no ano de 2009 na UEL

Figura 6- Texto: Foco na Firmeza

O novíssimo creme polítenso de soja contém um ativo com a proteína do grão que, segundo o fabricante, proporciona um efeito tensor imediato, mas, até aí, a promessa é idêntica à dos outros produtos do mercado. O grande fator diferencial seria o exclusivo dermo glicídio. Trata-se do açúcar vegetal que age nas fibras da pele para retardar a produção do colágeno, substância responsável pela firmeza dos tecidos. Além disso, o lançamento leva um composto que estimula a renovação celular. Está disponível em versões para diversas faixas etárias, na fórmula diurna e noturna e pode ser encontrado nas farmácias, mercearias e mercado. (Autor desconhecido)

Finalizando a primeira etapa da coleta, foi solicitado aos informantes juízes que contassem um fato marcante em suas vidas por ter sido muito triste, ou muito alegre, ou engraçado, ou que tivesse suscitado medo. Essa solicitação embasa-se na ideia de tirar o foco do informante de sua linguagem, no intuito de coletar as variantes que ele utiliza em seu vernáculo, conforme apregoa Labov quando explica o paradoxo do observador.

Cabe destacar que as gravações dessa primeira etapa foram realizadas por meio de um gravador de voz, presente no computador *ACER*, cada entrevista durou, aproximadamente, 30 minutos, tendo como participantes somente o entrevistador e o entrevistado e foram realizadas em uma sala da Universidade Estadual de Londrina. Esses dados foram transcritos e tabulados para análise posterior. Destacamos também, sobre a primeira etapa, que o tipo de conversação utilizada foi a dirigida, em que seguimos uma ordem e um conteúdo planejado, com o objetivo de obter a maior quantidade de dados úteis no menor tempo possível (Silva-Corvalán, 1989, p. 30).

5.3.2 Segunda Etapa de Coleta de Dados

A segunda etapa da coleta refere-se à avaliação dos três informantes locutores pelos 56 informantes juízes por meio de um questionário fechado, que foi elaborado com base nos estudos de Botassini (2013) e de Oushiro (2015). Lembrando, conforme já mencionamos, que os três locutores são do sexo masculino, com ensino superior, tendo entre 30 e 40 anos de idade, apresentando em suas falas diferentes variantes róticas. O primeiro, de São Paulo – SP, fazia uso da variante tepe; o segundo, de Londrina – PR, fazia uso da variante retroflexa e o terceiro, de Aracaju – SE, tinha em sua fala a variante glotal.

Figura 7- Questionário I

QUESTIONÁRIO I (adaptado de Botassini, 2013 e de Oushiro, 2015)	Áudio 1		Áudio 2		Áudio 3	
	Concordo	Discordo	<i>Concordo</i>	<i>Discordo</i>	Concordo	Discordo
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.						
02. A pessoa que você ouviu é feia.						
03. A pessoa que você ouviu é estudada.						
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.						
05. A pessoa que você ouviu é hostil.						
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.						
07. A pessoa que você ouviu é confiável.						
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.						
09. A pessoa que você ouviu é responsável.						
10. A pessoa que você ouviu é insegura.						
11. A pessoa que você ouviu é antipática.						
12. A pessoa que você ouviu é competente.						
13. A pessoa que você ouviu é tímida.						
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.						
15. A pessoa que você ouviu é exibida.						
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.						

17. A pessoa que você ouviu é engraçada.						
18. A pessoa que você ouviu é criativa.						
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.						
20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.						
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.						
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.						
23. A pessoa que você ouviu é caipira.						
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.						
25. A pessoa que você ouviu é independente.						
26. A pessoa que você ouviu é sofisticada.						
27. A pessoa que você ouviu é conservadora.						
28. A pessoa que você ouviu tem sotaque.						
29. A pessoa que você ouviu mora no centro de Londrina.						
30. A pessoa que você ouviu tem poucos amigos.						
31. A pessoa que você ouviu está em que faixa etária?						
32. A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade?						
33. A pessoa que você ouviu tem qual profissão?						

Fonte: Elaborado pela autora com base em Botassini (2013) e em Oushiro (2015)

Destacamos ainda que o Questionário 1 apresentava afirmativas cujas respostas eram indiretas com estruturas fechadas. Dessa forma, o informante juiz poderia responder 30 afirmativas com concordo ou discordo. Destinadas a verificar a forma como os informantes avaliam as três variedades linguísticas (positiva ou negativamente). É importante observar que, além dessas 30 afirmativas, o Questionário 1 apresentava ao final três questões interrogativas (31. A pessoa que você ouviu está em que faixa etária?, 32. A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade? e 33. A pessoa que você ouviu tem qual profissão?), os informantes juízes poderiam responder livremente.

5.3.3 Terceira Etapa de Coleta de Dados

A terceira etapa consistiu na aplicação de um questionário com estrutura aberta, no qual o informante juiz poderia, ao responder as 18 perguntas, expressar suas crenças e atitudes livremente sobre a sua variedade linguística e a variedade linguística de outros grupos dialetais. Esse questionário foi elaborado com base em Botassini (2013) e Pinto e Fraga (2011).

Figura 8- Questionário II

QUESTIONÁRIO II (adaptado de Botassini, 2013 e de Pinto; Fraga, 2011)

1. Como você consegue identificar que uma pessoa é londrinense como você?
2. Você consegue identificar de onde veio uma pessoa só pela maneira de falar?
3. Como você caracterizaria o falar londrinense? Há algum traço que marca esse falar, ou seja, característico de Londrina?
4. Você consegue perceber alguma diferença quando um paranaense, baiano, catarinense ou gaúcho pronuncia palavras como porta, mar, cartão, por exemplo?
5. Você já teve a oportunidade de perceber diferentes tipos de fala entre pessoas de outro estado? Poderia dar algum exemplo, caracterizando essa fala, mostrando como essas pessoas falavam?
6. Homens ou mulheres falam igual? Quem fala melhor?
7. Jovens e idosos falam igual? Quem fala melhor?
8. Ricos e pobres falam do mesmo modo? Dê exemplos.
9. Você passou por alguma situação constrangedora relacionada ao seu modo de falar? Relate.
10. Em alguma situação (estando em viagem, a passeio ou trabalho em algum lugar fora de Londrina), você já modificou sua forma de falar para adaptá-la ao modo de falar das pessoas do lugar em que você estava? Relate.
11. Você acredita que, estando em outro lugar, ou em contato com pessoas de outro lugar, outras pessoas possam identificar de onde você é (a sua origem) apenas pela maneira como você fala? Por quê?
12. Você acha que algum sotaque detém mais prestígio do que o outro? Qual? Por quê?

13. O que você entende quando se diz que alguém é caipira? Há algum aspecto na fala de alguma pessoa que pode caracterizá-la como caipira que pode identifica alguém como caipira pelo modo de falar?
14. Para você, ser chamado de caipira é pejorativo, é desagradável?
15. Você concorda com a caracterização da fala do interior do Paraná como caipira?
16. Você gostaria de ser qualificado como caipira? (ou você se reconhece como caipira típico?). Por quê?
17. Você sente orgulho ou vergonha devido à sua forma de falar?

Fonte: Adaptado pela autora a partir dos questionários de Botassini (2013 e de Pinto e Fraga (2011)

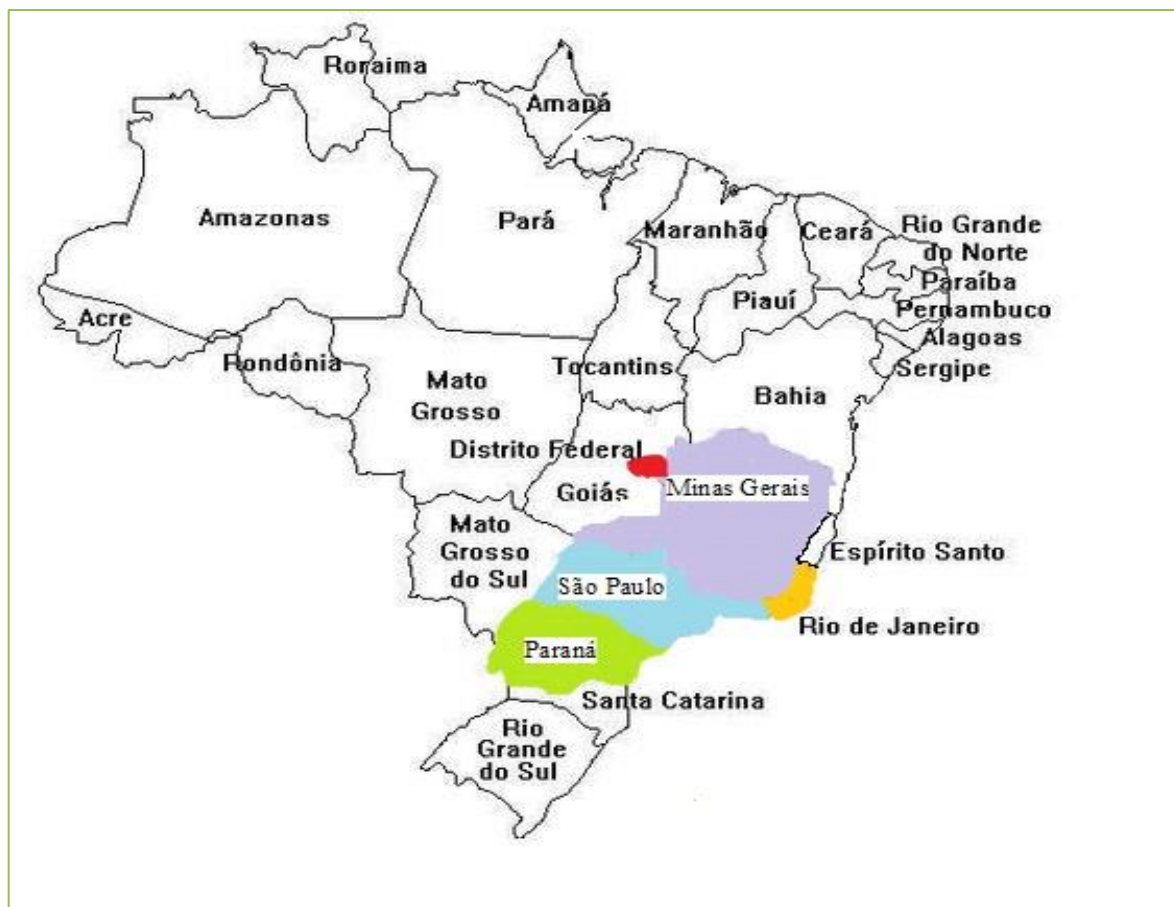
A seguir, apresentamos o perfil dos 28 informantes juízes, alunos do primeiro ano do curso de Letras – Português.

5.4 PERFIL DOS INFORMANTES

Destacamos que 28 dos 56 informantes juízes são nascidos em diferentes localidades e estão em Londrina para realizar o curso. Dois são de São Paulo - Capital, um de São Miguel Arcanjo - SP, um de Poços de Caldas - MG, dois de Cambé - PR, um de Ibiporã - PR, um de Jaguapitã - PR, um de Centenário do Sul - PR, um de Tanabi - SP, um de São Gonçalo - RJ, um de Jacareí - SP, um de Mauá da Serra - PR, um de Sertanópolis - PR, um de Bauru - SP, um de Cândido Mota - SP, um de Assaí - PR, dois de Rolândia - PR, dois de Ibiporã - PR, um de Palmital - SP, um de Brasília - DF, um de São Gonçalo - SP, um de Mirandópolis - SP, um de Bandeirantes – PR, um da Bahia e um de Minas Gerais – MG, o restante reside em Londrina desde seu nascimento.

Apresentamos, a seguir, os estados de origem de nossos informantes juízes, no Mapa 2:

Mapa 2 – Estados de origem de nossos informantes juizes



Fonte: Elaborado pela autora

A seguir, no Quadro 7, é possível verificar o perfil dos 28 informantes do primeiro ano do curso de Letras: seis homens e 22 mulheres; 17 deles são apenas graduandos e nove trabalham (três como auxiliar administrativo, um como agente de aeroporto, um é monitor de alarme, um é professor de inglês, um é psicólogo e dois são estagiários) e dois são aposentados. Quanto aos informantes juizes que já possuem formação superior, verificamos as seguintes profissões: tecnólogo e gestão empresarial, pedagogo, advogado, assistente social, sociólogo e professor de história, contador, psicólogo, jornalista, graduandos de direito e de agronomia.

Esses 28 informantes estão na faixa etária entre 18 a 65 anos de idade (um com dezoito anos, cinco com dezenove, cinco com vinte, um com vinte um, três com vinte dois, um com vinte três, um com vinte seis, um com vinte nove, dois com trinta e quatro, dois com trinta e sete, dois com quarenta e um, um com quarenta e quatro, um com cinquenta e oito, um com sessenta e um e um com sessenta e cinco anos).

Quadro 7- Perfil dos informantes do primeiro ano do curso de Letras

Nº do informante	Sexo/gênero	Faixa etária	Naturalidade	Profissão	Possui segunda graduação? Qual?
Inf 1	F	44	Londrina, PR	Auxiliar Administrativo	Pedagogia
Inf 2	F	58	São Paulo	Estudante	Pedagogia
Inf 3	F	41	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 4	M	37	Londrina, PR	Estudante	Direito
Inf 5	F	29	Londrina, PR	Agente de Aeroporto	Ciências Contábeis
Inf 6	F	19	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 7	F	34	Londrina, PR	Auxiliar administrativo	Serviço Social
Inf 8	F	61	Assaí - PR	Aposentada	Sociologia / história
Inf 9	F	20	Cândido Mota - SP	Estudante	não
Inf 10	F	19	São Paulo	Estudante	não
Inf 11	F	22	Rolândia - PR	Auxiliar administrativo	não
Inf 12	F	65	Ibiporã, PR	Aposentada	História
Inf 13	M	37	Londrina, PR	Monitor de Alarme	Psicologia
Inf 14	M	23	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 15	F	26	Palmital- SP	Estudante	Jornalismo
Inf 16	M	20	São Paulo (6 anos em Londrina)	Professor de Inglês	não
Inf 17	F	22	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 18	F	20	Brasília (17 anos em Londrina)	Estudante	não
Inf 19	F	41	Londrina, PR	Psicóloga	Psicologia
Inf 20	F	19	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 21	F	19	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 22	F	19	São Gonçalo - RJ	Estudante	não
Inf 23	F	21	Mirandópolis - SP	Estagiária	não
Inf 24	F	20	Londrina, PR	Estudante	não
Inf 25	F	18	Ibiporã, PR	Estudante	Direito (EA)
Inf 26	M	20	Londrina, PR	Estudante	Agronomia (EA)
Inf 27	M	22	Londrina, PR	Estagiário	Tecnólogo/gestão empresarial
Inf 28	F	34	Minas Gerais / 2 anos em Londrina	Estudante	Pedagogia

Fonte: Elaborado pela autora com base na Ficha de Identificação dos Informantes.

Já no Quadro 8, a seguir, apresentamos o perfil dos 28 graduandos do quarto ano de Letras (17 mulheres e 11 homens), nove são apenas graduandos, quatro fazem estágio na área, três são professores de português, três auxiliares pedagógicos, quatro autônomos, um atendente de marketing digital, uma redatora, um analista de negócios, uma vendedora e uma advogada.

Esses informantes estão na faixa etária entre 21 a 33 anos de idade (sete com vinte um anos, oito com vinte dois, sete com vinte três, dois com vinte quatro, dois com vinte sete, um com vinte oito e um com trinta e três anos). Ao contrário dos alunos do primeiro ano, somente dois informantes juízes apresentam segunda licenciatura (administração e direito).

Quadro 8- Perfil dos informantes do quarto ano do curso de Letras

Nº do informante	Sexo/gênero	Faixa etária	Naturalidade	Profissão	Possui segunda graduação? Qual?
Inf 1	F	23	Poços de Caldas - MG	estudante	não
Inf 2	M	23	Londrina - PR	autônomo	não
Inf 3	M	23	Cambé - PR	estudante	não
Inf 4	F	33	São Miguel Arcanjo - SP	Auxiliar pedagógica	não
Inf 5	F	22	Ibiporã - PR	Marketing digital	não
Inf 6	F	22	Jaguapitã - PR	estudante	não
Inf 7	F	21	Londrina - PR	redatora	não
Inf 8	M	27	Londrina - PR	autônomo	não
Inf 9	M	23	Assis - SP	estudante	não
Inf 10	F	24	Londrina - PR	estudante	não
Inf 11	F	21	Londrina - PR	Professora de português	não
Inf 12	M	21	Tamarana - PR	estagiário	não
Inf 13	M	21	Londrina - PR	estudante	não
Inf 14	M	22	Cambé - PR	autônomo	não
Inf 15	F	23	Londrina - PR	Professora de Português	não
Inf 16	F	23	Centenário do Sul - PR	Analista de negócios	não
Inf 17	M	22	Tanabi - SP	estagiário	não

Inf 18	F	23	Bandeirantes - PR	estudante	não
Inf 19	M	28	Londrina - PR	Professora de Português	não
Inf 20	F	22	Jacareí - SP	estudante	não
Inf 21	F	21	Londrina - PR	vendedora	não
Inf 22	F	22	Mauá da Serra - PR	Auxiliar pedagógica	não
Inf 23	M	21	Londrina - PR	estudante	não
Inf 24	F	22	Londrina - PR	autônoma	não
Inf 25	F	22	Sertanópolis - PR	Estagiária	administração
Inf 26	F	27	Londrina - PR	advogada	advogada
Inf 27	F	21	Londrina - PR	estagiária	não
Inf 28	F	24	Bauru - SP	Auxiliar pedagógica	não

Fonte: Elaborado pela autora com base na Ficha de Identificação dos Informantes.

Dos 18 informantes que não são londrinenses ou não são residentes das localidades próximas a Londrina, apenas quatro não utilizam a variante retroflexa, usam tepe e vibrante múltipla (Informante de São Paulo), glotal e velar (Informantes de Brasília e do Rio de Janeiro).

Como alguns estudos atestam que há forte influência da localidade/região no uso das variantes róticas no PB (Callou; Moraes; Leite, 1998; Brescancini; Monaretto, 2008; Almeida, 2018; Almeida; Kailer, 2020, entre outros), entendemos que é importante conhecermos algumas características do município de Londrina, por ser o município em que se localiza a Universidade Estadual de Londrina (UEL), instituição onde os informantes juízes estudam, localidade em que predomina a variante retroflexa, objeto de nosso estudo e região de procedência da maioria dos participantes (37 de Londrina e Região Metropolitana).

5.5 LONDRINA

Imagem 1 – Foto panorâmica de Londrina - Paraná



Fonte: Paraná (2019)

Como observamos, anteriormente, 35 dos 56 informantes juízes são de Londrina e Região Metropolitana e 26 são de outras localidades e estão em Londrina para realizar o curso de Letras- Português. Acreditamos ser de suma importância conhecermos o município ao qual a universidade em estudo pertence e também por apresentar a variante retroflexa em seu falar.

Londrina está situada no Norte do Paraná, na Região Sul do Brasil, a 381 km da capital paranaense, Curitiba. Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), é a cidade mais transparente do estado. De acordo com o Censo IBGE de 2022, Londrina possui uma população de 555.965 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do Paraná e a quarta da Região Sul. É um importante polo de desenvolvimento estadual e regional, conectando o Sul ao Sudeste do país e atuando como um centro urbano, econômico, industrial, financeiro, administrativo e cultural no norte do Paraná.

Antes da colonização extensiva do Norte do Paraná, a região era habitada pelos índios Caingangues e por uma população pobre que vivia na floresta e já havia desmatado parte dela para a criação de animais e o cultivo de alimentos. Segundo o portal de Londrina, os principais grupos de imigrantes são italianos, seguidos por portugueses, japoneses, alemães e espanhóis. Há também grupos menores de imigrantes, incluindo árabes, judeus, britânicos, chineses, argentinos, holandeses, poloneses, ucranianos, tchecos e húngaros. O Consulado italiano de

Londrina estima que mais de um terço da população do Norte do Paraná é descendente de italianos, fazendo desse grupo o maior da região. A comunidade japonesa de Londrina é composta por cerca de 25.000 pessoas (entre nacionais e descendentes), sendo a segunda maior do Brasil e uma das maiores fora do Japão.

De acordo com o site oficial, a colonização de Londrina foi marcada pela chegada de pessoas de Minas Gerais e São Paulo à área de Cambará entre 1904 e 1908. Com o passar do tempo, a faixa entre Cambará e o Rio Tibagi (futuro percurso da ferrovia São Paulo-Paraná) foi ocupada por grandes propriedades, que foram subdivididas em pequenas parcelas vendidas como lotes urbanos ou rurais. As vastas áreas de terra roxa de domínio estadual, localizadas a oeste do Rio Tibagi, permaneciam praticamente inexploradas, de acordo com o plano de colonização do governo.

Consoante o Site Oficial, na primeira década após a fundação da cidade, deu-se início à fase de desenvolvimento comercial, com a instalação de muitas empresas paulistas e com um pequeno setor industrial que se limitava a ordenar a matéria-prima regional (máquinas de café e cereais). As principais realizações no final dos anos 40 foram: a implantação de galerias pluviais, construção de escolas, elaboração do plano urbanístico – o que demonstrou uma preocupação com a ocupação do solo.

Pela lei estadual n.º 4783, de 29 de novembro de 1963, foi criado o distrito de Lerroville, anexado ao município de Londrina. A lei estadual nº 4992, de 21 de dezembro de 1964, criou os distritos de Paiquerê e Warta no município. Em 2 de setembro de 1977, a lei estadual n.º 6914 criou o distrito de Maravilha. Finalmente, a lei estadual n.º 11224, de 13 de dezembro de 1995, emancipou o distrito de Tamarana.

Segundo o site oficial da prefeitura de Londrina, a década de 1980 foi marcada por uma fase de ação administrativa. O poder público demonstrou preocupação com o capital comercial e desenvolveu ações que incentivaram o planejamento urbano. Exemplos incluem a retirada da ferrovia do centro, a criação das vias Expressa Norte-Sul e Avenida Leste-Oeste, além da instalação do Terminal Urbano de Transporte Coletivo. Durante esse período, a cidade apresentava uma estrutura voltada para áreas residenciais em praticamente todo o seu território, destacando-se a região central devido ao desenvolvimento da construção civil, refletido em inúmeros edifícios de padrão médio e alto.

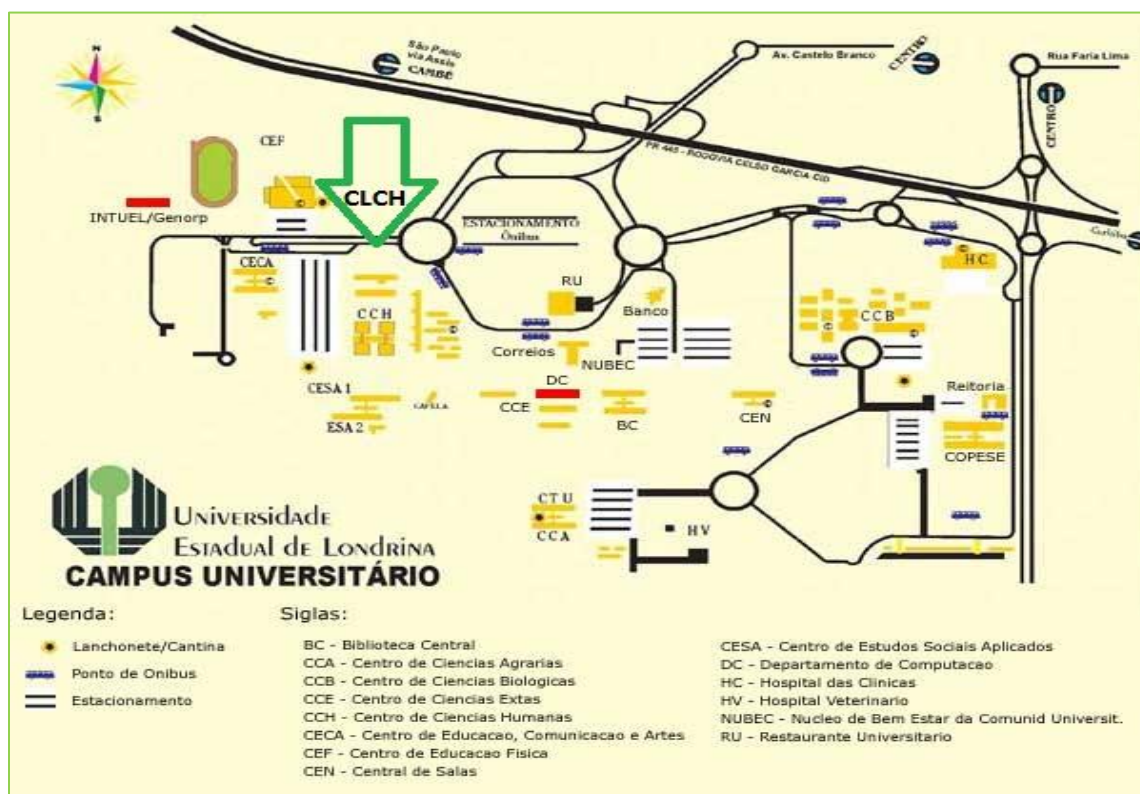
5.6 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)

Imagem 2 – Foto Panorâmica da Universidade de Estadual de Londrina (UEL)



Fonte: Tem Londrina (2024)

Mapa 3 – Localização do CLCH no Campus Universitário



Fonte: Universidade Estadual de Londrina (2024)

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) é uma instituição de ensino superior pública, localizada na cidade de Londrina, norte do estado do Paraná, no Brasil. Em 6 de novembro de 1969, foi publicada a Lei Estadual n.º 6.034 que criava e dava autonomia à Universidade Estadual de Londrina no governo de Paulo Cruz Pimentel. Conforme o Decreto n.º 18.110, de 28 de janeiro de 1970, ficou criada a universidade como forma de Fundação (Fundação Universidade Estadual de Londrina), sendo organizada a partir da junção de cinco faculdades:

- *Faculdade Estadual de Direito de Londrina* – Criada em 1956, passou a funcionar em 1958.
- *Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina* – Criada em 1956, passou a funcionar em 1958.
- *Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina* – Criada em 1962.
- *Faculdade de Medicina do Norte do Paraná* – Criada em 1967, passou a funcionar em 1968. Abrigava o curso de Medicina, criando logo depois os cursos de Ciências Biomédicas e Farmácia e Bioquímica.
- *Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina* – Criada em 1966, passou a funcionar em 1968.

No início, a UEL apresentava um total de 13 cursos de graduação: História, Geografia, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas, Pedagogia, Ciências (1.º Grau), Direito, Odontologia, Medicina, Farmácia e Bioquímica, Ciências Biomédicas, Ciências Econômicas e Administração. Logo em 1971, em 7 de outubro, a Universidade Estadual de Londrina, mantida pela então Fundação Universidade Estadual de Londrina, foi reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura conforme pelo Decreto Federal 69.324/71.

Somente em 1984 foi instaurada a gratuidade dos cursos da instituição e, em 1991, a UEL se transformou em autarquia estadual. A universidade apresenta reconhecimento nacional pela qualidade do ensino, pesquisa e extensão, reúne aproximadamente 25 mil pessoas, entre docentes, graduandos e servidores técnico-administrativos. A UEL possui uma estrutura física localizada em Campus Universitário com área total de 235 hectares, com diversos órgãos de apoio e de serviços.

A UEL está dividida em 9 Centros que oferecem 53 cursos de graduação, com cerca de 17 mil graduandos. Na pós-graduação, são outros 184 cursos, com 4.900 pós-graduandos. Em uma área construída com mais de 210 mil metros

quadrados, estão salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, restaurante, cantinas, área para esportes e lazer, e outras estruturas de ensino para os graduandos.

Em 2004, a Universidade Estadual de Londrina, por reivindicação do Movimento Negro local, adotou o sistema de cotas raciais e sociais. Segundo o Webometrics Ranking of World Universities, em 2013, a Universidade Estadual de Londrina, foi classificada entre as 30 melhores universidades do país, entre as 50 da América Latina, e entre as 1.000 melhores do mundo. Segundo publicações científicas recentes, a universidade está na 158.^a posição mundial. O *QS World University Rankings*¹⁶, publicado pela revista britânica *Times Higher Education* (THE), classificou a UEL como a 5.^a, melhor instituição estadual do Brasil, e a melhor do Paraná. Consoante o Índice Geral de Cursos (IGC) de 2019 divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), a UEL aparece com conceito 4. Ainda de acordo com o MEC, a universidade está classificada em 4.^o lugar entre as melhores instituições estaduais do Brasil.

5.7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo teórico-metodológico, informamos que, nesta pesquisa pautada na concepção mentalista, utilizamos os métodos direto e indireto para a coleta e análise dos dados. Sendo assim, descrevemos as três etapas que constitui a coleta dos dados, desde o TCLE, a ficha de Identificação, o perfil dos três locutores das gravações, bem como os questionários utilizados e o perfil dos 56 informantes juízes e uma breve descrição da localidade em estudo. A seguir, apresentamos o levantamento dos dados e a análise dos resultados.

¹⁶ https://www.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil

CAPÍTULO 6

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados referentes às variantes róticas presentes no falar dos informantes juízes do primeiro e do quarto; em seguida, verificamos as crenças e as atitudes desses informantes, por meio do teste de percepção e do questionário de avaliação quanto ao uso das variantes tepe, retroflexa e glotal desses dois grupos de participantes.

Cabe lembrar que, segundo Gargile, Giles, Ryan e Bradac (1994), os conceitos de avaliação, percepção, crenças e atitudes inter-relacionam-se baseando-se no fato de a linguagem ser um instrumento social vinculador de informações além dos referenciais e, conforme Giles e Billings (2004), a linguagem influencia o julgamento social e essa influência integra o processo comunicativo.

6.1 RÓTICOS EM CODA SILÁBICA NO FALAR DOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS

Iniciamos a análise pelo levantamento das variantes róticas em coda na fala dos informantes juízes. Ressaltamos primeiramente que o apagamento ocorreu apenas em coda externa de verbos na fala dos informantes juízes das duas turmas. Esse resultado já era esperado, visto que muitos autores, como, por exemplo, Callou (1998), Almeida e Kailer (2015; 2020) e Almeida (2018), entre outros, também verificaram que o apagamento em coda externa de verbos é muito recorrente e, quando se trata de fala menos monitorada, a mudança está praticamente completa no PB, ou seja, dificilmente ocorre a realização de outras variantes (tepe, retroflexa, glotal, velar, uvular e vibrante múltipla) nesse contexto¹⁷.

Em relação às demais variantes róticas em coda silábica, observamos que a variante retroflexa foi predominante na fala daqueles que são nascidos em Londrina (15 informantes do primeiro ano e 13 informantes do quarto ano) ou de localidades norte-paranaenses (4 informantes do primeiro ano e 8 informantes do quarto ano) e de alguns de São Paulo (6 informantes do primeiro ano e 5 informantes

¹⁷ Destacamos que nas regiões onde predominam as variantes posteriores (velar, glotal e uvular) há também, de forma menos expressiva, o apagamento em coda interna e coda externa de nomes, conforme atesta Almeida (2018).

do quarto ano). A variante tepe foi a regra na fala de uma aluna do primeiro ano, nascida em São Paulo capital. As posteriores glotal, velar e uvular foram observadas na fala de três alunas, duas do primeiro ano, uma de Brasília e a outra do Rio de Janeiro e uma do quarto ano, proveniente de Minas Gerais, que fez uso preponderante da glotal. Uma aluna do primeiro ano de Minas Gerais alternou uvular, tepe e vibrante. Esses resultados corroboram os estudos de Mendes e Oushiro (2013) sobre o uso do tepe e da retroflexa na capital paulistana, de Silva (2014) sobre o uso da retroflexa no interior de SP e de Callou (1998) sobre os róticos no Rio de Janeiro.

Realizado o levantamento das variantes no falar dos informantes juízes, na seção seguinte, analisaremos a percepção deles a partir de um experimento contendo o recorte da leitura de um trecho do texto *Parábola do Semeador* realizada por três informantes masculinos, jovens (de 18 a 30 anos), com ensino superior e que usam as variantes tepe, retroflexa e glotal, respectivamente.

6.2 DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DOS RESULTADOS A RESPEITO DO QUESTIONÁRIO DOM BASE NA TÉCNICA *MATCHED GUISE* (LAMBERT, LAMBERT, 1972)

Nesta seção, apresentamos a análise quantitativa baseada na técnica *Matched Guise* (Lambert; Lambert, 1972) com o objetivo principal de averiguar a percepção dos informantes juízes que, neste estudo, são universitários do primeiro e do quarto ano do curso de Letras-Português, quanto ao uso das variantes tepe, retroflexa e glotal na fala de três diferentes locutores de regiões distintas (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)). Destacamos que a variante retroflexa é a predominante no falar dos informantes juízes das duas turmas, conforme observado na análise anterior.

Tabela 3 - Percepção dos informantes juízes do primeiro ano quanto às afirmações sobre características positivas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).

Afirmações sobre características positivas para avaliar as crenças dos informantes juízes do primeiro ano em relação aos três locutores.	Concordo		
	Locutor de São Paulo – Variante tepe	Locutor de Londrina – Variante retroflexa	Locutor de Aracaju – Variante glotal
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.	79%	93%	86%
03. A pessoa que você ouviu é estudada.	82%	86%	86%
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.	68%	64%	71%
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.	89%	93%	79%
07. A pessoa que você ouviu é confiável.	64%	57%	61%
09. A pessoa que você ouviu é responsável.	86%	89%	82%
12. A pessoa que você ouviu é competente.	86%	89%	100%
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.	93%	89%	89%
18. A pessoa que você ouviu é criativa.	21%	43%	32%
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.	79%	68%	75%
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.	93%	82%	89%
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.	43%	61%	61%
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.	82%	79%	79%
25. A pessoa que você ouviu é independente.	93%	82%	79%
26. A pessoa que você ouviu é sofisticada.	14%	39%	36%
27. A pessoa que você ouviu é conservadora.	46%	50%	43%
29. A pessoa que você ouviu mora no centro de Londrina.	11%	61%	61%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a Tabela 3, sobre a percepção dos informantes juízes do primeiro ano quanto às características positivas dos três locutores (São Paulo (SP),

Londrina (PR) e Aracaju (AL)), verificamos que os informantes juizes avaliaram todos os locutores como inteligentes (tepe (79%) retroflexa (93%) e a glotal (86%)).

Em relação à escolarização, os informantes juizes também consideraram todos os locutores estudados. O locutor da variante tepe com 82% e os locutores das variantes retroflexa e glotal com 86%.

O quesito cuidadoso também apresentou resultado positivo e muito próximos para os três locutores, o locutor da variante glotal (71%), seguido do locutor da variante tepe (68%) e da retroflexa (64%).

Evidenciamos, pelos percentuais, que o locutor da variante retroflexa (93%) seguido do locutor do tepe (89%) são vistos como os mais trabalhadores. Destacamos que todos foram considerados trabalhadores, pois o que teve percentual menor foi o locutor da variante glotal com 79%.

Comparando as características de inteligente, estudado e trabalhador, apesar de serem positivas para os três locutores, podemos verificar que o locutor da variante retroflexa foi considerado pela maioria dos informantes juizes como inteligente, estudado e trabalhador. Esse resultado pode ser em decorrência de a maioria dos avaliadores serem usuários da variante retroflexa e, pelo fato de conhecerem o estereótipo do “r caipira”, mesmo que intuitivamente, buscam uma forma de se proteger desse estereótipo, atribuindo traços positivos ao locutor que faz uso da mesma variante que eles, ou seja, a retroflexa (Pereira, 2002).

Quanto à confiabilidade, os percentuais ficaram muito próximos à 50%. O locutor da variante retroflexa com 57%, percentual mais baixo, e os locutores das variantes tepe com 64% e da glotal com 61%.

Na percepção dos informantes juizes quanto à responsabilidade, verificamos que todos os locutores são considerados responsáveis, na seguinte escala: o locutor da variante retroflexa com (89%), seguido do locutor da variante tepe (86%) e do locutor da variante glotal (82%).

Os três locutores foram considerados competentes (tepe (86%) e glotal (89%)). Cabe destacar, porém, que o locutor da variante glotal foi considerado competente por todos os avaliadores.

A afirmação: A pessoa que você ouviu é respeitosa obteve concordâncias da maioria dos informantes juizes para as três variantes, mas o locutor da variante tepe (93%) é ligeiramente considerado mais respeitoso do que os locutores das variantes retroflexa (89%) e glotal (89%).

A maioria dos informantes juízes não considerou os locutores criativos, pois o percentual mais elevado foi de 43% para o locutor da variante retroflexa. Os locutores da variante glotal (32%) e da variante tepe (21%) tiveram poucas concordâncias quanto à essa afirmação.

Conforme a percepção dos informantes juízes sobre a afirmação: A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam, todos os locutores são solidários quando alguém precisa, sendo o locutor da variante tepe (79%) um pouco mais solidário do que os outros dois (locutor da variante glotal (75%) e locutor da variante retroflexa (68%)).

Consoante aos resultados referentes à afirmação sobre a boa cultura dos locutores, podemos verificar que os informantes juízes consideram que todos os locutores têm boa cultura, com índice acima de 80% de concordância com a afirmação (locutor da variante tepe (93%), locutor da variante glotal (89%) e locutor variante retroflexa (82%).

Em relação à boa condição financeira, é possível verificar que o locutor da variante tepe (43%) é considerado aquele que possui a pior condição financeira em relação aos demais (retroflexo (61%) e glotal (61%)).

Os resultados das percepções dos informantes juízes indicam que todos os locutores sentem orgulho de seu falar, mas o locutor da variante tepe (82%) se sobressai em relação aos outros dois (retroflexa e glotal (79%)).

As percepções dos informantes juízes indicam que todos os locutores são considerados independentes, mas o locutor da variante tepe (93%) é o mais independente em relação aos outros dois (variante retroflexa (82%) e variante glotal (79%)).

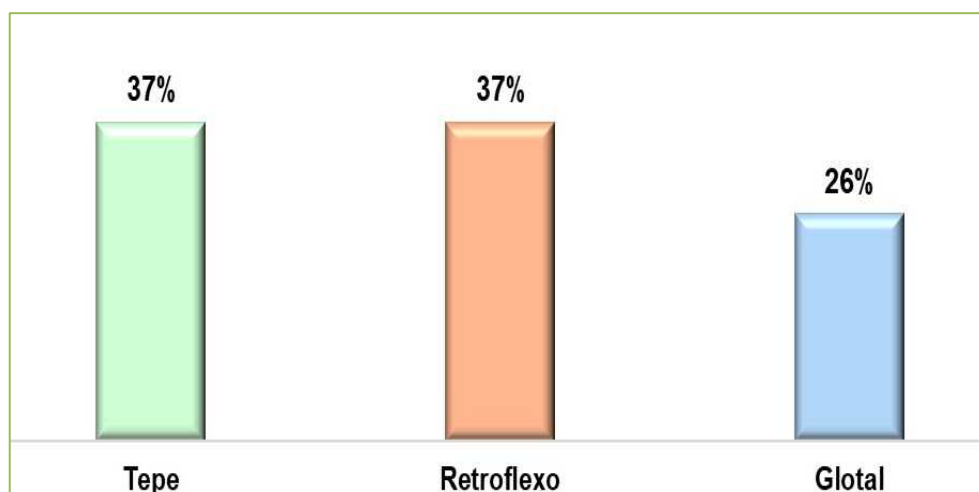
Todos os locutores foram considerados pouco sofisticados na percepção dos informantes juízes do primeiro ano, o locutor da variante retroflexa (39%) e o locutor da variante glotal (36%) tiveram um percentual um pouco mais positivo em relação ao locutor da variante tepe que teve um percentual bastante baixo (14%). Considerando os percentuais mais elevados em relação aos quesitos positivos, podemos hipotetizar que o termo “sofisticado” possa não ter a conotação positiva para a maioria dos informantes juízes do primeiro ano.

Os resultados em relação aos locutores serem conservadores foram muito próximos para os locutores das três variantes: 50% (tepe (46%), retroflexa (50%), glotal (43%)).

O locutor da variante tepe (11%) não mora no centro de Londrina conforme a percepção da maioria dos informantes juízes, visto que recebeu apenas 11% de concordância com essa afirmação. Já os outros dois locutores, com percentuais idênticos (61%), foram considerados possíveis moradores da região central de Londrina.

Esse resultado indicia, na percepção dos informantes juízes do primeiro ano, o locutor da variante tepe ao menor poder aquisitivo ou aquela pessoa que gosta de morar em lugares mais afastados, mais calmos, ou seja, o mais interiorano.

Gráfico 1 - Percentual geral da percepção dos alunos do primeiro ano quanto às características positivas relacionadas aos três locutores.



Fonte: Elaborado pela autora

De acordo com o Gráfico 1, que traz apenas o percentual em que cada um dos locutores se destacou quanto às afirmações positivas, na percepção dos informantes juízes do primeiro ano, podemos verificar que, apesar de a maioria dos percentuais serem altos para as características positivas, os locutores da variante retroflexa e da variante tepe apresentam percentuais ligeiramente mais altos do que o locutor da variante glotal. Esse resultado está vinculado aos percentuais mais altos das características de inteligente, estudado, trabalhador, responsável e de boa condição financeira para a variante retroflexa e dos percentuais mais altos para as características de mais respeitoso, de ajudar os outros, boa cultura e por ter orgulho de falar assim e de sofisticado para o locutor da variante tepe.

A seguir, apresentamos, na Tabela 4, os resultados das percepções dos informantes juízes do primeiro ano quanto às afirmações negativas sobre os três locutores.

Tabela 4 - Percepção dos informantes Juízes do primeiro ano quanto às afirmações sobre características negativas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).

Afirmações sobre características negativas para avaliar as crenças dos informantes juízes do primeiro ano em relação aos três locutores.	Concordo		
	Locutor de São Paulo – Variante tepe	Locutor de Londrina – Variante retroflexa	Locutor de Aracaju – Variante glotal
02. A pessoa que você ouviu é feia.	36%	21%	29%
05. A pessoa que você ouviu é hostil.	11%	14%	14%
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.	11%	21%	7%
10. A pessoa que você ouviu é insegura.	32%	14%	25%
11. A pessoa que você ouviu é antipática.	18%	11%	36%
13. A pessoa que você ouviu é tímida.	68%	11%	29%
15. A pessoa que você ouviu é exibida.	4%	32%	39%
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.	18%	29%	57%
17. A pessoa que você ouviu é engraçada.	7%	21%	11%
20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.	68%	18%	21%
23. A pessoa que você ouviu é caipira.	29%	25%	4%
28. A pessoa que você ouviu tem sotaque.	93%	39%	36%
30. A pessoa que você ouviu tem poucos amigos.	36%	18%	25%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a Tabela 4, sobre a percepção dos informantes juízes do primeiro ano quanto às características negativas dos três locutores (São Paulo (SP),

Londrina (PR) e Aracaju (AL)), observamos que, de modo geral, a maioria dos avaliadores não atribuiu características negativas aos três locutores.

Os três locutores receberam percentuais baixos quanto ao quesito feiura, aquele que produziu a variante tepe teve 36%, seguido do locutor da variante glotal com 29% e por último o produtor da variante retroflexa (21%).

Em relação à hostilidade, os percentuais foram muito baixos e próximos, 11% para aqueles que produziram a variante tepe e 14% para aqueles que produziram as variantes retroflexa e glotal.

Quanto à afirmação sobre os locutores serem preguiçosos, o locutor da variante retroflexa (21%) foi quem recebeu mais respostas afirmativas para o quesito preguiça, enquanto o locutor da variante glotal teve apenas 7%.

Os resultados das percepções apontam que os informantes juízes do primeiro ano tiveram percentuais baixos de concordância com a afirmação de que eram inseguros. Podemos, no entanto, verificar que o locutor da variante retroflexa (14%) foi considerado menos inseguro do que os outros dois (locutor da variante tepe (32%) e da glotal (25%)).

Sobre as percepções dos informantes juízes quanto à antipatia dos locutores, cabe observar que o locutor da variante glotal (36%) teve o percentual mais alto quanto a esse quesito e o locutor da variante retroflexa (11%) foi considerado o menos antipático seguido do locutor da variante tepe (18%).

Os percentuais referentes à timidez mostram que o locutor da variante tepe (68%) foi considerado o mais tímido na avaliação dos informantes juízes do primeiro ano, com destaque para o locutor da variante retroflexa (11%), avaliado como o menos tímido dos três.

As concordâncias dos informantes juízes com a afirmação sobre o locutor ser exibido mostram que o locutor da variante tepe (4%) é considerado o menos exibido com resultado quase que categórico. Enquanto os outros dois apresentam resultados muito semelhantes, 39% para o locutor da variante glotal e 32% para a variante retroflexa. Esse resultado ratifica o anterior, que julgou o locutor do tepe o mais tímido, visto que, se é o mais tímido, não tem como ser exibido.

Quanto ao autoritarismo, o locutor da variante tepe (18%) foi considerado o menos autoritário, seguido do locutor da variante retroflexa (29%), enquanto o locutor da variante glotal (57%) foi avaliado como o mais autoritário.

Comparando as características sobre ser tímito, menos exibido, menos autoritário e mais inseguro que se destacaram em relação ao locutor da variante tepe, podemos inferir que, para os informantes juízes, é possível que o usuário dessa variante seja atrelado a uma pessoa mais humilde em relação aos demais.

De acordo com a resposta dos informantes juízes do primeiro ano sobre os locutores serem engraçados, verificamos que o percentual foi de 21% para o locutor da variante retroflexa, 11% para o locutor da variante glotal e 7% para o locutor da variante tepe.

Na visão dos informantes juízes, o locutor da variante tepe (68%) é o que mais sofre preconceito social e os locutores das variantes glotal (21%) e retroflexa (18%) são aqueles que menos sofrem preconceito. Acreditamos que o resultado em relação à retroflexa deva-se ao fato de a maioria dos informantes juízes serem usuários da variante retroflexa e, mesmo que intuitivamente, tentaram afastar o estereótipo de serem “caipira”.

Em relação à afirmação: “A pessoa que você ouviu é caipira”, tivemos 29% de concordância quanto ao locutor da variante tepe, 25% para o locutor da variante retroflexa e apenas 4% para o locutor da variante glotal.

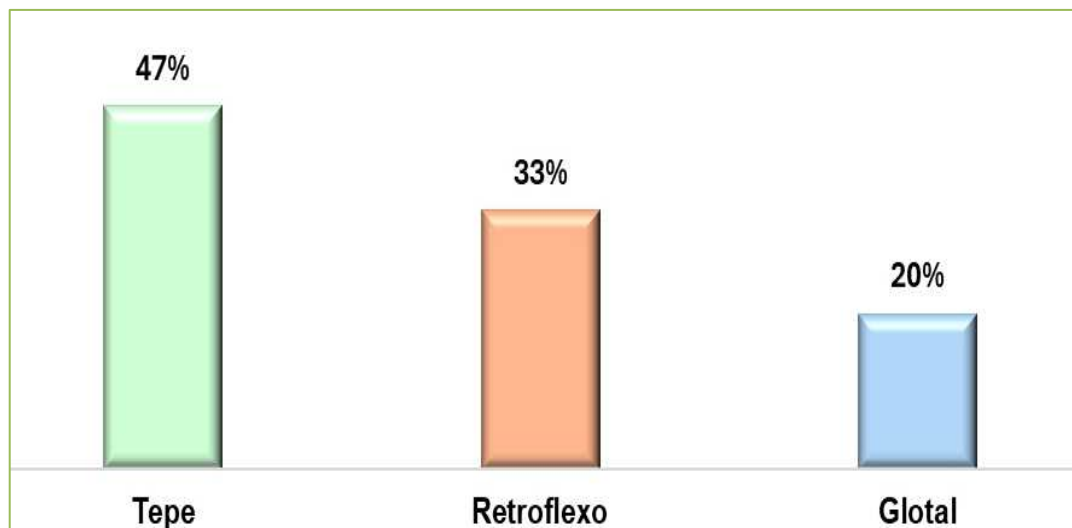
A concordância dos informantes juízes indicam que o locutor da variante tepe (93%) foi considerado aquele que possui mais sotaque, com percentual bastante diferente dos outros dois locutores das variantes glotal (39%) e retroflexa e (36%). Resultado que nos surpreendeu, já que o rótico tepe é o “menos sonoro”.

Verificamos que, de modo geral, os informantes juízes do primeiro ano acreditam que os locutores tenham muitos amigos, pois o percentual mais alto de concordância com a afirmação de que o locutor tenha poucos amigos, foi de 36% para o locutor do tepe, seguido do locutor da variante glotal (25%) e, por último, do locutor da variante retroflexa (18%). Diante desse resultado, o locutor da variante retroflexa foi considerado aquele que tem mais amigos.

Pudemos observar, a partir desses resultados, que, na percepção da maioria dos informantes juízes do primeiro ano, o falar do locutor da variante tepe chama mais a atenção (pois, para a maioria dos avaliadores, ele tem mais sotaque) e é possível inferir que, consciente ou inconscientemente, esses avaliadores forjam uma identidade a esse locutor de humilde, de interiorano, caipira, menos autoritário, ou seja, uma pessoa mais simples e, com isso, “afasta” o estereótipo do falar caipira da variante retroflexa. Essa hipótese encontra respaldo em Carvalho (2019, p. 07)

quando ela destaca que traços como esses (a timidez, a simplicidade e o fato de morar no interior) estão associados à “identidade caipira à ideia de campeirismo”.

Gráfico 2: Percentual geral da percepção dos alunos do primeiro ano quanto às características negativas relacionadas aos três locutores.



Fonte: Elaborado pela autora

O Gráfico 2 apresenta o percentual geral da percepção dos alunos do primeiro ano quanto às características negativas relacionadas aos três locutores, lembrando que os informantes juízes não concordaram com a maioria das características negativas. O destaque apresentado no Gráfico 2 para o locutor da variante tepe, deve-se aos percentuais mais altos em relação a ter mais sotaque, ser mais tímido e sofrer mais preconceito. Em relação ao locutor da variante glotal, o percentual mais alto de concordância dos informantes juízes foi quanto ao autoritarismo. Já, para o locutor da variante retroflexa, o conservadorismo foi a característica que teve maior concordâncias do referidos juízes.

Tabela 5 - Percepção dos informantes Juízes do quarto ano quanto às afirmações sobre as características positivas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).

Afirmações sobre características positivas para avaliar as crenças dos informantes juízes do quarto ano em relação aos três locutores.	Concordo		
	Locutor de São Paulo – Variante tepe	Locutor de Londrina – Variante retroflexa	Locutor de Aracaju – Variante glotal
01. A pessoa que você ouviu é inteligente.	57%	89%	79%
03. A pessoa que você ouviu é estudada.	54%	93%	71%
04. A pessoa que você ouviu é cuidadosa.	71%	64%	82%
06. A pessoa que você ouviu é trabalhadora.	89%	89%	82%
07. A pessoa que você ouviu é confiável.	75%	43%	89%
09. A pessoa que você ouviu é responsável.	93%	79%	82%
12. A pessoa que você ouviu é competente.	82%	86%	89%
14. A pessoa que você ouviu é respeitosa.	89%	75%	89%
18. A pessoa que você ouviu é criativa.	11%	25%	36%
19. A pessoa que você ouviu ajuda os outros quando precisam.	86%	46%	79%
21. A pessoa que você ouviu tem boa cultura.	43%	79%	61%
22. A pessoa que você ouviu possui boa condição financeira.	39%	75%	25%
24. A pessoa que você ouviu sente orgulho de falar assim.	46%	79%	79%
25. A pessoa que você ouviu é independente.	64%	79%	57%
26. A pessoa que você ouviu é sofisticada.	7%	39%	21%
27. A pessoa que você ouviu é conservadora.	39%	57%	21%
29. A pessoa que você ouviu mora no centro de Londrina.	43%	54%	11%

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a Tabela 5, sobre a percepção dos informantes juízes do quarto ano quanto às características positivas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)), podemos observar que nossa hipótese de que os

informantes juízes do quarto ano concordariam majoritariamente com as características positivas em relação aos locutores das diferentes variantes foi confirmada parcialmente, pois as concordâncias não foram acima de 50% para todos os locutores. O locutor da variante glotal teve percentuais abaixo de 50% em quatro características (criatividade, boa condição financeira, sofisticação, morar no centro de Londrina); o locutor da variante retroflexa também teve quatro características (confiabilidade, criatividade, ajudar os outros e sofisticação) abaixo de 50%; o locutor da variante glotal, por sua vez, teve seis características com concordâncias abaixo de 50% (morar no centro de Londrina, sofisticação, ter orgulho de sua fala, boa condição financeira, boa cultura e criatividade). Cabe destacar que apenas as características sofisticação e criatividade tiveram menos de 50% de concordância em relação aos três locutores. É importante observar que a criatividade também apresentou percentuais baixos na percepção dos informantes juízes norte-paranaenses no estudo de Botassini (2013) quando avaliaram a fala dos três locutores (gaúcho 37,5%, carioca 50% e norte-paranaense 18,8%) com suas diferentes variantes (tepe, retroflexa e velar/glotal)

O locutor da variante retroflexa (89%) foi considerado o mais inteligente pela maioria dos informantes juízes do quarto ano, seguido pelo locutor da variante glotal (79%) e, por último, pelo locutor da variante tepe (57%).

Os percentuais referentes à escolarização indicam que o locutor da variante retroflexa (93%) foi considerado mais estudado, seguido do locutor da variante glotal (71%) e, por último o locutor do tepe (54%) pelos informantes juízes do quarto ano.

A maioria dos informantes juízes do quarto ano considerou que o locutor da variante retroflexa (79%) e o locutor da variante glotal (61%) têm boa cultura. Já o locutor da variante tepe (43%) recebeu a concordância com essa característica pela minoria dos informantes juízes.

O locutor da variante retroflexa (75%) foi considerado aquele que tem melhor condição financeira com diferença expressiva de percentual em relação aos outros dois (tepe (39%) e glotal (25%)).

Os locutores das variantes retroflexa e glotal (79%) sentem orgulho de seu falar, diferentemente do locutor da variante tepe (46%) na avaliação da maioria dos informantes juízes do quarto ano.

A maioria dos informantes juizes do quarto ano consideraram os locutores independentes, sendo o locutor da variante retroflexa (79%) o mais independente em relação aos outros dois (locutor da variante tepe (64%) e locutor da variante glotal (57%)).

Os locutores das variantes retroflexa (89%) e tepe (89%) foram considerados como os mais trabalhadores, seguidos pelo locutor da variante glotal (82%). Esse resultado encontra ecos no estudo de Botassini (2013) que também teve o percentual mais alto na avaliação dos informantes juizes norte-paranaenses para o locutor da variante retroflexa, seguido do locutor do tepe.

O locutor da variante retroflexa teve o percentual mais alto (54%) para a hipótese de morar no centro de Londrina, seguido pelo locutor da variante tepe (43%), enquanto o locutor da variante glotal (11%) não foi considerado como morador da região central de Londrina pelos informantes juizes do quarto ano.

Esses resultados, demonstrando que os informantes juizes, de forma majoritária, atribuíram as características de inteligente, escolarizado, trabalhador, boa cultura, boa condição financeira e morador da região central ao locutor da variante retroflexa, diferem da imagem de “caipira” relacionada por alguns aos falantes dessa variante. Cabe destacar que essa imagem foi criada a partir do personagem “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato (1914), que deu vida a esse estereótipo do caipira, “dotado de preguiça” e “ajudou a cristalizar o “caipira” como sinônimo do atraso social” (Carvalho, 2019, p.5), de alguém que morava na roça e apresentava, em seu falar, entre outras variantes linguísticas, o rotacismo e o erre retroflexo.

Todos os locutores foram avaliados pela maioria dos informantes juizes como competentes, respeitosos e cuidadosos. O locutor da variante glotal como o mais competente (89%), seguido do locutor da variante retroflexa (86%) e do locutor da variante tepe (82%). Eles também foram considerados respeitosos, sendo que os locutores das variantes tepe (89%) e glotal (89%) um pouco mais do que o locutor da variante retroflexa (75%). As concordâncias dos informantes juizes do quarto ano quanto ao locutor ser cuidadoso indicam que os falantes da variante glotal (82%) e da variante tepe (71%) foram avaliados pela maioria como cuidadosos, já o locutor da variante retroflexa (64%) recebeu menos concordâncias em relação a essa característica.

Os locutores das variantes glotal (89%) e tepe (75%) foram considerados confiáveis pela maioria dos avaliadores e o locutor da variante retroflexa (43%) foi aquele que recebeu menos concordância em relação a essa característica.

Conforme a percepção dos informantes juízes do quarto ano, todos os locutores são responsáveis, destacando-se o locutor da variante tepe (93%) como o mais responsável e o locutor da variante retroflexa como o menos responsável (79%) dos três.

Apesar de os baixos percentuais para a afirmação referente à criatividade, o locutor da variante glotal (36%) teve mais avaliações de concordância, seguido pelo locutor da variante retroflexa (25%). Já o locutor da variante tepe (11%) foi considerado menos criativo na avaliação dos informantes juízes do quarto ano.

Os avaliadores do quarto ano consideraram, em sua maioria, o locutor da variante tepe (86%) como o mais solidário seguido pelo locutor da variante glotal (79%) e o locutor da variante retroflexa como o menos solidário dos três (46%).

Os locutores não são sofisticados na percepção da maioria dos informantes juízes do quarto ano. Todavia, cabe destacar que o locutor da variante tepe (7%) foi, em relação aos outros dois (retroflexa 39% e glotal 21%) aquele que teve menos concordância em relação ao quesito sofisticação.

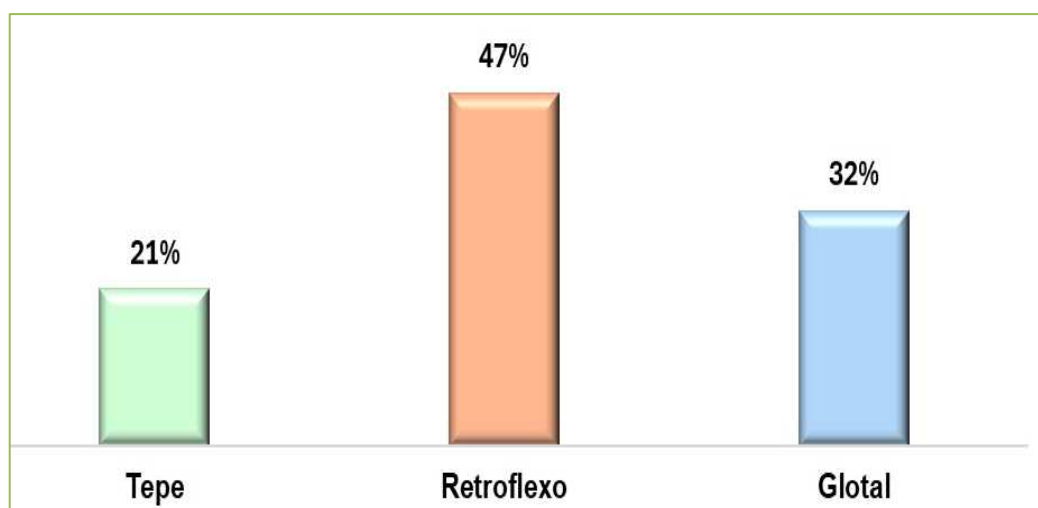
Os informantes juízes julgaram que o locutor da variante glotal (21%) é o menos conservador seguido pelo locutor da variante tepe (39%), já o locutor da variante retroflexa (57%) foi considerado o mais conservador do grupo.

Conforme esses resultados, fica evidente que as avaliações não seguem um padrão quanto à atribuição das características positivas em relação a cada uma das variantes. Isso pode ser por falta de atenção dos informantes juízes ou por estar havendo mundança quanto aos valores atribuídos a cada uma dessas variantes.

De acordo com Bourdieu (1998), a construção da identidade social ocorre por meio de uma relação dialógica entre indivíduo e sociedade. Essa construção é permeada pelas experiências sociais passadas e estruturadas que influenciam as ações e representações de um indivíduo que, apesar de serem construídas historicamente, podem sofrer alterações decorrentes de influências atuais. Sendo assim, podemos compreender que os valores, historicamente atribuídos à variante retroflexa, estereotipando-a, principalmente pela mídia, atualmente, têm sido representados de maneira positiva, ou seja, a referida variante faz-se presente na fala do “agrobó”, do sertanejo universitário, de apresentadores de programa, de

atrizes famosas e na fala de jornalistas de algumas regiões, o que possivelmente está moldando a maneira de pensar, de agir, os modos de falar e de avaliar, no caso de nossos informantes juízes, a variante retroflexa em coda silábica.

Gráfico 3 - Percentual geral da percepção dos alunos do quarto ano quanto às características positivas relacionadas aos três locutores.



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Gráfico 3, sobre a percepção dos informantes juízes do quarto ano quanto às características positivas, podemos verificar que, no cômputo geral, a variante retroflexa sobressaiu-se em relação às demais. Esse resultado respalda-se nos percentuais mais altos para as seguintes características relacionadas a ele: inteligente, estudado, trabalhador, boa cultura, boa condição financeira, orgulho de falar assim, independente, sofisticado e morador do centro de Londrina. Podemos verificar, com esse resultado, que os significados sociais atrelados pelos alunos do quarto ano e do primeiro ano ao locutor da variante retroflexa (inteligente, estudado, trabalhador, responsável e de boa condição financeira), nesse experimento de percepção, destoam do estereótipo do “caipira” vinculado ao Jeca Tatu.

Tabela 6 - Percepção dos informantes Juízes do quarto ano quanto às afirmações sobre as características negativas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)).

Afirmações sobre características negativas para avaliar as crenças dos informantes juízes do quarto ano em relação aos três locutores.	Concordo		
	Locutor de São Paulo – Variante tepe	Locutor de Londrina – Variante retroflexa	Locutor de Aracaju – Variante glotal
02. A pessoa que você ouviu é feia.	14%	14%	36%
05. A pessoa que você ouviu é hostil.	11%	36%	7%
08. A pessoa que você ouviu é preguiçosa.	18%	21%	21%
10. A pessoa que você ouviu é insegura.	75%	14%	61%
11. A pessoa que você ouviu é antipática.	11%	43%	11%
13. A pessoa que você ouviu é tímida.	64%	7%	79%
15. A pessoa que você ouviu é exibida.	7%	46%	0%
16. A pessoa que você ouviu é autoritária.	7%	54%	7%
17. A pessoa que você ouviu é engraçada.	14%	4%	25%
20. A pessoa que você ouviu sofre preconceito social.	61%	21%	82%
23. A pessoa que você ouviu é caipira.	36%	0%	25%
28. A pessoa que você ouviu tem sotaque.	57%	32%	96%
30. A pessoa que você ouviu tem poucos amigos.	36%	32%	46%

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 6, sobre a percepção dos informantes juízes do quarto ano quanto às características negativas dos três locutores (São Paulo (SP), Londrina (PR) e Aracaju (AL)), mostra que os três locutores tiveram poucas concordâncias com as características negativas. Entre elas, o locutor do tepe apresentou percentuais acima de 50% apenas para insegurança (65%), timidez (64%), sofre preconceito social (61%), tem sotaque (67%); seguido pelo locutor da variante glotal que também teve quatro características: insegurança (61%), timidez (79%), preconceito social (82%) e tem sotaque com (96%), já o locutor da variante retroflexa teve apenas duas características negativas com mais de 50% de concordância: autoritário (54%) e conservador (57%).

Especificando os percentuais de cada um dos locutores, em relação à afirmação: A pessoa que você ouviu sofre preconceito social, verificamos que, na percepção dos informantes juízes do quarto ano, o locutor da variante glotal (82%) e o locutor da variante tepe (61%) sofrem mais preconceito social, já o locutor da variante retroflexa (21%) é aquele que sofre menos preconceito.

Esse resultado assemelha-se aos resultados da percepção dos alunos do primeiro ano em relação à variante retroflexa e contraria nossa hipótese de que eles reconheceriam o estigma de r caipira da referida variante. Além do que já foi mencionado com base em Oushiro (2015), essa percepção pode ser justificada também pelo fato de os informantes juízes, em sua maioria, usuários da variante retroflexa, não terem passado por situações constringedoras marcantes em relação ao seu modo de falar, conforme veremos nas respostas do Questionário II.

Mais uma vez os informantes juízes do quarto ano não reconhecem o estereótipo de “r caipira” da variante retroflexa, pois nenhum concordou que o locutor dessa variante é caipira. Para esse grupo, o locutor da variante tepe (36%) soa mais caipira do que os outros dois (retroflexa (0%) e glotal (25%)). Podemos hipotetizar que esse resultado possa estar atrelado ao fato de esses informantes serem usuários, em sua maioria, do erre retroflexo e por serem futuros professores de língua portuguesa que, possivelmente, já tenham discutido esse assunto em algumas das disciplinas ministradas no curso de Letras.

Os informantes juízes do quarto ano consideraram que o locutor da variante glotal (96%) é aquele que possui mais sotaque, seguido pelo locutor da variante tepe (57%). Já o locutor da variante retroflexa (32%) foi considerado, pela maioria, como aquele que tem menos sotaque. Esse resultado talvez tenha respaldo no fato de a maioria dos avaliadores serem de Londrina ou região metropolitana onde a variante predominante é a retroflexa, sendo assim, as variantes glotal e tepe são mais salientes/marcadas para eles.

Na percepção dos informantes juízes do quarto ano, os locutores das três variantes não são feios, pois os percentuais de concordância com essa característica estão bem abaixo de 50%. Cabe destacar apenas que os locutores das variantes tepe (14%) e retroflexa (14%) foram avaliados pela minoria como feios e o locutor da variante glotal (36%) teve um percentual um pouco mais alto para a concordância com o quesito feiura.

Os informantes do quarto ano também não consideraram os locutores hostis. Neste quesito, o locutor da variante glotal (7%) teve o menor percentual de concordância, seguido pelo locutor da variante tepe (11%) e pelo locutor da variante retroflexa (36%) com um percentual um pouco mais elevado. Ou seja, o locutor da variante retroflexa soa mais hostil do que os outros dois.

Os informantes juízes avaliaram positivamente os três locutores, sendo os locutores das variantes retroflexa (21%) e da glotal (21%) considerados um pouco mais preguiçosos do que o locutor da variante tepe (18%).

Na percepção dos informantes juízes do quarto ano, o locutor da variante tepe (75%) foi considerado o mais inseguro, seguido pelo locutor da variante glotal (61%), já o locutor da variante retroflexa destacou-se como o menos inseguro (14%).

Os locutores das variantes tepe (11%) e glotal (11%) foram considerados os mais simpáticos. Já o locutor da variante retroflexa (43%) o menos simpático, pois teve o maior percentual de concordância com o quesito antipatia.

O locutor da variante retroflexa (7%) destacou-se como o menos tímido em relação aos outros dois, tepe (64%) e glotal (79%), na percepção dos informantes juízes do quarto ano.

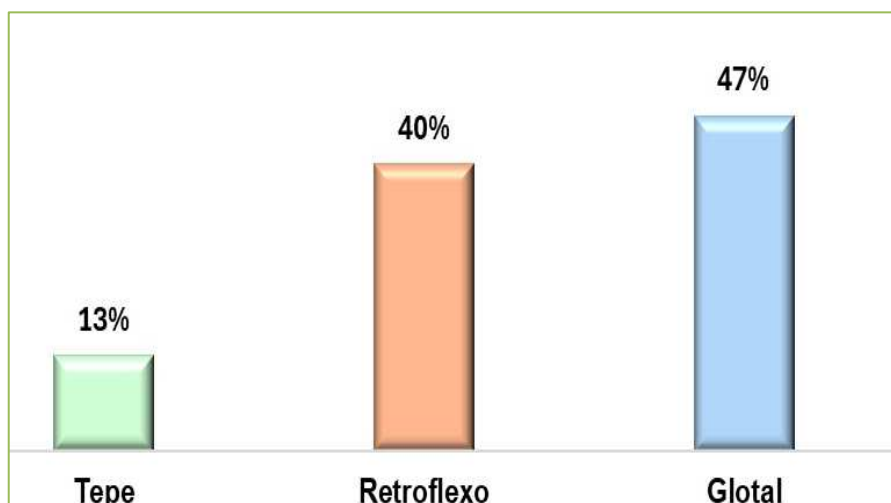
A minoria dos informantes juízes do quarto ano não considerou os locutores exibidos. O percentual de concordância mais alto foi para o locutor da variante retroflexa (46%). Já os locutores das variantes tepe (7%) e glotal (0%) tiveram pouca ou nenhuma concordância com essa afirmação. Considerando que exibir pode significar, entre outras possibilidades, ostentar, vangloriar, podemos hipotetizar que o mais alto percentual de exibido para a variante retroflexa possa estar atrelado ao fato de ser a variante usada pela maioria dos informantes juízes que querem de forma consciente ou não expressar o “orgulho” de sua variante.

Os locutores das variantes tepe e glotal (7%) foram considerados os menos autoritários. Já o locutor da variante retroflexa (54%) foi considerado o mais autoritário dos três na avaliação dos informantes juízes do quarto ano.

Conforme os resultados apresentados em relação ao quesito ser engraçado, verificamos que, na percepção da maioria dos avaliadores, assim como observou Botassini (2013) (gaúcho (12,5%), carioca (12,5%) e norte-paranense (6,3%), os locutores não foram considerados engraçados, pois os percentuais de concordância foram de 25% para o locutor da glotal, 14% para o locutor da variante tepe e de 4% para o locutor da variante retroflexa.

O resultado apresentado pelas respostas à afirmação: A pessoa que você ouviu tem poucos amigos, traz percentuais semelhantes de concordância, apenas 36% para o locutor da variante tepe, 32% para o locutor da variante retroflexa e 46% para o locutor da variante glotal. Ou seja, apesar de os percentuais serem muito próximos para os locutores das três variantes, o locutor da variante glotal é o que tem menos amigos e o locutor da retroflexa o que tem mais. Isso pode ser explicado pelo fato de a variante glotal (posterior) ser mais marcada nesta região, pois nela, predomina a variante retroflexa e, entre os graduandos, informantes juízes, há apenas uma pessoa que usa a variante glotal.

Gráfico 4 - Percentual geral da percepção dos alunos do quarto ano quanto às características negativas relacionadas aos três locutores.



Fonte: Elaborado pela autora

Conforme o Gráfico 4, o locutor da variante glotal destacou-se em relação aos outros três em mais características negativas na percepção dos informantes juízes do quarto ano. Destacando novamente que, de modo geral, os informantes juízes do quarto ano, como aconteceu com os informantes juízes do primeiro, também não concordaram, em sua maioria, com as características negativas, pois apenas o locutor da variante glotal teve 96% para o sotaque, 82% para sofrer preconceito, 79% para ser tímido e 61% para insegurança, seguido do locutor da variante tepe que teve 75% para insegurança, 64% para tímido, 61% para preconceituoso e 57% para sotaque e, por último, o locutor da variante retroflexa que teve apenas concordância com duas características negativas acima de 50% (57% para conservador e 54% para autoritário).

Esses percentuais mais elevados para o locutor da variante glotal, em relação aos demais, colocam-no em destaque em relação às características negativas.

Olhando para as características atribuídas aos três locutores, é importante, destacar que o resultado em relação ao locutor da variante glotal e da variante tepe como aqueles que possivelmente podem sofrer preconceito, que tem sotaque, são inseguros, são tímidos e, com percentuais baixos, mas considerados mais caipiras do que o locutor da variante retroflexa, causou-nos estranheza em um primeiro momento. No entanto, encontramos uma possível explicação em Oushiro (2015, p.119-120) que, entre seus resultados sobre o falar paulistano, verifica “uma forte tendência à pronúncia retroflexa entre os mais jovens (P.R. 0.87 e 0.90)”. Segundo ela, para os “jovens das classes mais baixas, o retroflexo não é tão estigmatizado quanto se poderia supor”. Sobre isso, a autora salienta que possivelmente

o relativo prestígio do retroflexo entre esses falantes seja decorrência da presença de outras variantes na comunidade. Embora sejam praticamente inexistentes na fala dos paulistanos, as variantes fricativas se fazem presentes na comunidade principalmente entre os migrantes do Norte e do Nordeste. Já se assinalou que seus filhos paulistanos tendem a adotar o retroflexo; isso pode ter ocorrido não apenas pelas questões linguísticas e sociais [...], mas também por uma reinterpretação do valor social da variante: do ponto de vista das classes mais baixas, o retroflexo é valorizado por se diferenciar das variantes fricativas, essas sim rejeitadas pela comunidade. (Oushiro, 2015, p.119).

Estabelecendo um diálogo com essa citação e olhando os resultados das concordâncias quanto às afirmações negativas e aquelas positivas já destacadas na percepção dos informantes juízes tanto do primeiro ano quanto do quarto, observamos que os informantes juízes moram, majoritariamente, nas regiões periféricas e, a partir da ficha de identificação dos mesmos, pudemos verificar que não fazem parte da classe econômica alta, buscando no curso Letras, além da formação, melhores salários.

Além disso, nos dois grupos de informantes juízes, há poucos usuários de outras variantes além da variante retroflexa. No quarto ano, há uma única estudante de outro estado que faz uso da variante glotal.

No primeiro ano, há uma de Brasília que utiliza as variantes glotal, uvular e velar, mas com predomínio da variante glotal, uma informante juíza do Rio de Janeiro que faz uso das variantes glotal e velar, mas predominantemente da glotal, uma de Minas Gerais que apresenta o predomínio do tepe em sua fala, mas alternou vibrante, uvular, velar, retroflexo e uma de São Paulo que, apesar de usar a retroflexa, apresenta

alternância com a glotal. Sendo assim, nossos resultados encontram ecos na afirmação de Oushiro quanto ao possível prestígio da retroflexa nessa comunidade de prática de futuros professores de língua portuguesa onde predomina a variante retroflexa.

A seguir, apresentamos as tabelas 7 e 8 a respeito da profissão e do nível de escolaridade atribuído aos três locutores pelos dois grupos de informantes juízes.

Tabela 7 – Avaliação dos três locutores pelos alunos do primeiro ano quanto à pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade?

Pergunta	Informante	Locutor 1 - Tepe	Locutor 2 – Retroflexo	Locutor 3 - Glotal
A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade?	inf 1	EM	EM	EM
	inf 2	ES	EM	ES
	inf 3	EM	EF	ES
	inf 4	ES	EM	ES
	inf 5	EM	ES	ES
	inf 6	EF	ES	ES
	inf 7	EM	ES	EM
	inf 8	EM	EM	ES
	inf 9	EM	ES	ES
	inf 10	ES	ES	ES
	inf 11	ES	ES	EM
	inf 12	EM	ES	EM
	inf 13	ES	EM	EM
	inf 14	EF	ES	EM
	inf 15	EM	EM	ES
	inf 16	ES	EF	ES
	inf 17	EM	ES	EM
	inf 18	ES	ES	EF
	inf 19	ES	ES	ES
	inf 20	EM	ES	ES
	inf 21	ES	ES	ES
	inf 22	EM	ES	ES
	inf 23	ES	ES	ES
	inf 24	ES	EM	ES
	inf 25	ES	ES	ES
	inf 26	ES	ES	ES
	inf 27	ES	ES	ES
	inf 28	ES	ES	ES

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 7 mostra-nos que a maioria dos informantes juizes consideraram que os três locutores possuem ensino superior. Observando os locutores individualmente, podemos constatar que 20 informantes juizes acreditam que o locutor da variante glotal é o mais escolarizado, seguido da variante retroflexo (19). Já o locutor da variante tepe foi julgado como menos escolarizado por 15 informantes juizes. Apesar dos números muito próximos, podemos inferir que a variante tepe esteja atrelada à menor escolarização na percepção dos informantes juizes.

Tabela 8 - Avaliação dos três locutores pelos alunos do quarto ano quanto à pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual nível de escolaridade?

Pergunta	Informante	Locutor 1 - Tepe	Locutor 2 - Retroflexo	Locutor 3 - Glotal
	inf 2	EM	ES	EM
	inf 3	EM	EM	EM
	inf 4	EF	ES	EM
	inf 5	EM	ES	ES
	inf 6	EM	EM	EM
	inf 7	EF	ES	ES
	inf 8	EM	EM	EM
	inf 9	ES	ES	EM
	inf 10	EF	ES	ES
	inf 11	ES	ES	ES
	inf 12	EM	EM	EM
	inf 13	EM	ES	ES
	inf 14	N/A	N/A	N/A
	inf 15	EM	ES	EM
	inf 16	EF	ES	EF
	inf 17	EM	ES	EM
	inf 18	ES	ES	ES
	inf 19	EM	ES	ES
	inf 20	ES	ES	EM
	inf 21	EM	ES	EM
	inf 22	ES	ES	ES
	inf 23	EF	ES	ES
	inf 24	EM	EM	EM
	inf 25	EF	ES	EF
	inf 26	EM	ES	ES
	inf 27	EM	ES	EF
	inf 28	ES	EM	EM

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a Tabela 8, os informantes juizes julgaram que a maioria os três locutores possuem ensino superior. Entre eles, é possível depreender que o locutor da retroflexa foi considerado o mais escolarizado pela maioria (0 EF, 6 EM e 21 ES), seguido pelo locutor da variante glotal (3 EF, 14 EM e 10 ES). Por outro lado, o locutor da variante tepe foi avaliado como o menos escolarizado dos três (6 EF, 15 EM e 6 ES). Essa avaliação vai ao encontro da realizada pelos alunos do primeiro ano, pois os dois grupos julgaram que os locutores das variantes retroflexo e glotal têm mais escolaridade do que o locutor da variante tepe.

Tabela 9 - Avaliação dos alunos do primeiro ano dos três locutores conforme a pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual profissão?

Pergunta	Informante	Locutor 1 - Tepe	Locutor 2 - Retroflexo	Locutor 3 - Glotal
	inf 1	0	0	0
	inf 2	PROFESSOR	AUX. ADM	PADRE
	inf 3	AGRICULTOR	VENDEDOR DE CARRO	GERENTE
	inf 4	PROFESSOR	ESTUDANTE	AUX. ADM
	inf 5	MOTORISTA	ESTUDANTE	EMPRESÁRIO
	inf 6	MESTRE DE OBRAS	ESTUDANTE	PROFESSOR
	inf 7	ATENDENTE	VENDEDOR	PADEIRO
	inf 8	ESTUDANTE	AUX. ADM	AUTÔNOMO
	inf 9	MOTORISTA	FAZENDEIRO	ADVOGADO
	inf 10	AGRÔNOMO	PUBLICITÁRIO	ADVOGADO
	inf 11	AJUDANTE GERAL	ESTUDANTE	OPERADOR DE MÁQUINA
	inf 12	PROFESSOR	ENFERMEIRO	MECÂNICO
	inf 13	TÉCNICO INFORMATICA	EMPACOTADOR DE SUPERMERCADO	ESTUDANTE
	inf 14	OPERÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	ESTUDANTE	OP. CONST. CIVIL
	inf 15	VENDEDOR	MOTORISTA	CONTADOR
	inf 16	PROFESSORA	COMERCIANTE	MÉDICO
	inf 17	GERENTE	PROFESSOR	MECÂNICO
	inf 18	PROFESSOR	GARÇON	PEDREIRO
	inf 19	ADMINISTRADOR	PROFESSOR	ADVOGADO
	inf 20	AUTÔNOMO	BIBLIOTECÁRIO	CONTADOR
	inf 21	ELETRICISTA	ESTUDANTE	PROFESSOR
	inf 22	MECÂNICO	ESTUDANTE	PROFESSOR
	inf 23	PROFESSOR	ESTAGIÁRIO	ADVOGADO
	inf 24	PROFESSOR	VENDEDOR	REPÓRTER
	inf 25	VENDEDOR	PROFESSOR	JORNALISTA
	inf 26	VENDEDOR	PROFESSOR	JORNALISTA
	inf 27	PROFESSOR	PROFISSIONAL TI	ADVOGADO
	inf 28	AGRÔNOMO	ESTUDANTE	PROFESSOR

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme a Tabela 9, 16 informantes juízes atrelaram ao locutor da variante glotal às profissões que exigem ensino superior. Por outro lado, o locutor da variante retroflexa foi considerado como estudante por oito avaliadores e teve sete avaliações de profissão com ensino superior. Já o locutor da variante tepe foi julgado com profissões de ensino superior por 11 avaliadores. Cabe destacar que tanto o locutor da variante glotal quanto da variante tepe tiveram apenas um avaliador que os considerou estudantes. Essas informações corroboram aquelas apresentadas na Tabela 7, pois o locutor da variante glotal é considerado o mais estudado dos três. Cabe destacar que, talvez, pelo fato de os informantes juízes, que são graduandos universitários, e, em sua maioria, falantes da variante retroflexa, possa ter influenciado na atribuição majoritária de “estudantes” para o locutor da variante retroflexa. Outro aspecto importante são as profissões de nível superior atribuídas ao locutor da variante glotal (médico, repórter, advogado, jornalista, contador e professor), ao locutor da variante tepe (agrônomo, professor e administrador) e ao locutor da variante retroflexa (professor, bibliotecário, enfermeiro e publicitário).

Tabela 10- Avaliação dos alunos do quarto ano dos três locutores conforme a pergunta: A pessoa que você ouviu tem qual profissão?

Informante	Locutor 1 – Tepe	Locutor 2 – Retroflexo	Locutor 3 - Glotal
inf 1	AUTÔNOMO	EMPRESÁRIO	CARPINTEIRO
inf 2	VENDEDOR	PROFESSOR	ESTUDANTE
inf 3	ESTUDANTE	ESTUDANTE	ESTUDANTE
inf 4	TRABALHADOR RURAL	EXECUTIVO	ADMINISTRADOR
inf 5	AUTÔNOMO	DIRETOR	AUX. PRODUÇÃO
inf 6	0	0	0
inf 7	AUTÔNOMO	MOTORISTA	PROFESSOR
inf 8	MOTORISTA	GARÇOM	CAMINHONEIRO
inf 9	GERENTE	PROFESSOR	ESTUDANTE
inf 10	AGRICULTOR	ESTUDANTE	VENDEDOR
inf 11	PROFESSOR	ESTUDANTE	AGRICULTOR
inf 12	AUTÔNOMO	VENDEDOR	REPOSITOR MERCADO
inf 13	PORTEIRO	ARQUITETO	PROFESSOR
inf 14	0	PROFESSOR	ESTUDANTE
inf 15	AUX. PRODUÇÃO	AUTÔNOMO	POETA
inf 16	AUTÔNOMO	PROFESSOR	PEDREIRO
inf 17	CAMINHONEIRO	PROFESSOR	MECÂNICO
inf 18	SECRETÁRIO	ENG. CIVIL	PROFESSOR

inf 19	ESTAGIÁRIO	ADVOGADO	ESTAGIÁRIO
inf 20	LOJISTA	AUTÔNOMO	ESTUDANTE
inf 21	0	0	0
inf 22	ADVOGADO	MÉDICO	PROFESSOR
inf 23	GERENTE	MÉDICO	ADVOGADO
inf 24	MESTRE DE OBRAS	MOTORISTA	PROFESSOR
inf 25	0	ADMINISTRADOR	0
inf 26	LOJISTA	ATENDENTE Balcão	ESCRITOR
inf 27	TRABALHO BRAÇAL	ADMINISTRADOR	TRABALHO BRAÇAL
inf 28	PROFESSOR	VENDEDOR	ESTUDANTE

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 10 mostra que os informantes juízes atribuíram mais profissões com o ensino superior ao locutor da variante retroflexa (médico, administrador, professor, advogado, engenheiro civil, arquiteto, diretor, entre outros). Ao locutor da variante glotal foram atribuídas apenas as seguintes profissões que requerem ensino superior: professor, advogado, administrador e outras duas que podem ou não serem exercidas por alguém com ensino superior (poeta, escritor). Já o locutor da variante tepe recebeu mais atribuições de profissões que não exigem escolaridade, como por exemplo: trabalhador braçal, caminhoneiro, mestre de obras, autônomo, auxiliar de produção, porteiro e motorista.

A seguir, analisamos esses significados sociais atrelados pelos informantes juízes aos locutores das três variantes róticas que compõem os três experimentos de percepção.

6.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS A RESPEITO DAS PERCEPÇÕES DOS INFORMANTES JUÍZES QUANTO AO USO DAS VARIANTES TEPE, RETROFLEXA E GLOTTAL

Nesta seção, por meio dos experimentos de percepção, com base na técnica *matched guise*¹⁸ (Lambert; Lambert, 1972), buscamos compreender os significados sociais para os quais as variantes róticas tepe, retroflexa e glotal podem apontar, pois, segundo Mendes (2018, p.37), isso é possível mesmo que os

¹⁸ Nesta análise, comparamos os resultados das percepções dos três locutores e destacamos aqueles que tiveram percentuais mais altos ou mais baixos. Quando dois deles se destacaram com o mesmo percentual quanto às características positivas e negativas, referenciamos-nas para os dois locutores.

falantes/ouvintes, ou seja, no caso deste estudo, os informantes juízes, não tenham consciência desses significados.

6.3.1 Locutor da Variante Tepe na Percepção dos Informantes Juízes do Primeiro e do Quarto Ano

Figura 9 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante tepe pelo primeiro ano



Considerando os três locutores, conforme as percepções dos informantes juízes do primeiro ano do curso de Letras Português, o locutor da variante tepe foi avaliado, em relação aos outros dois, como o **mais confiável** (64%), **mais respeitoso** (93%), **menos exibido** (4%), **menos autoritário** (18%), **mais solidário** (79%), **mais independente** (93%) e aquele que **sente mais orgulho de sua fala** (82%). Por outro lado, a maioria dos informantes juízes também o consideraram **mais feio** (36%), **mais inseguro** (32%), **mais tímido** (68%), que **tem poucos amigos** (36%), **menos sofisticado** (14%), que apresenta **mais sotaque** (93%), que **não mora no centro de Londrina** (11%) e o **mais caipira** (29%) entre os três.

Conforme Casimiro (2021), a indicialidade, conceito criado por Pierce, refere-se, na Sociolinguística, às relações semióticas entre variantes linguísticas e os significados sociais, por meio delas é possível entender como a língua é usada na construção identitária. Sendo assim, podemos constatar a partir do campo indexical

atribuído ao locutor da variante tepe pelos graduandos do primeiro ano, que a referida variante pode indexicalizar/indicar, por um lado, principalmente, os significados sociais de uma pessoa independente, respeitosa e confiável e, por outro, de uma pessoa caipira, tímida e insegura na construção identitária do usuário da referida variante.

Figura 10 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante tepe pelo quarto ano



Já os informantes juízes do quarto ano consideraram o locutor da variante tepe como o **mais trabalhador** (89%), o **mais responsável** (93%), o **mais respeitoso** (89%), o **menos autoritário** (7%), o **mais solidário** (86%). Destacou-se também como o locutor que **não tem boa cultura** (43%), o **mais inseguro** (75%), o **mais caipira** (36%) e aquele que **menos sente orgulho de sua fala** (46%).

Analisando os resultados dos dois grupos vemos que, de modo geral, o locutor da variante tepe não recebeu muitas avaliações negativas. No entanto, comparativamente aos outros dois, destacou-se como aquele **que mora na periferia**, com **mais sotaque**, com **menos escolaridade**, **mais caipira** e de **profissão menos prestigiada**, principalmente, na percepção dos informantes juízes do quarto ano, que atribuíram a ele, como já mencionamos, profissões de caminhoneiro, trabalhador braçal, mestre de obras, autônomo, entre outras.

Pautados em Brommaert (2010), podemos afirmar que essas características indexicalizadas ao locutor da variante tepe indicam a hierarquia de determinados valores, em relação às três variantes róticas, para esse grupo de

informantes juízes, que se encontram em uma comunidade de prática universitária, no norte-paranaense, onde predomina a variante retroflexa que convive com as variantes róticas de imigrantes de outros estados que aqui se encontram em busca de uma formação universitária. Isso justifica o campo indexical atribuído à variante tepe de uma pessoa com a identidade de responsável, trabalhador, respeitoso, solidário, com orgulho de sua fala e, de forma menos expressiva, também de uma pessoal insegura, caipira e autoritário. Saliendo que, diferentemente do que hipotetizamos, para esses grupos de graduandos, no experimento de percepção, essa variante indexicaliza o caipira enquanto o retroflexo não.

6.3.2 Locutor da Variante Retroflexa na Percepção dos Informantes Juízes do Primeiro Ano e do Quarto Ano

Figura 11- Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante retroflexa pelo primeiro ano



O locutor da variante retroflexa, também, em uma análise comparativa, foi considerado o **mais inteligente** (93%), o **mais estudado** (86%), o **mais trabalhador** (93%), o **mais responsável** (89%), o **menos tímido** (11%), o **mais criativo** (43%), o que **menos sofre preconceito social** (18%), com **boa condição financeira** (61%), o **mais sofisticado** (39%), aquele que **mora no centro de Londrina** (61%), o **mais conservador** (50%), o **mais engraçado** (21%), o **mais hostil** (14%), o **mais preguiçoso** (21%).

Considerando que nossos valores sociais podem ser modificados em decorrência de diferentes variáveis sociais (como mudança regional, contato com diferentes culturas, ascensão social, ter muito ou pouco acesso à mídia, entre outros), o que pode influenciar de forma consciente ou não nos significados sociais atribuídos a determinadas variantes linguísticas que, segundo Mendes (2023), “funcionam como índices de noções sociais” (Mendes, 2023, p. 86). O que possivelmente também poderia justificar o campo indexical atribuído à variante retroflexa e, por conseguinte, à identidade do seu usuário na percepção dos alunos do primeiro ano e, conforme vemos na Figura 12, do quarto ano.

Figura 12 - Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante retroflexa pelo quarto ano



Na avaliação dos informantes juizes do quarto ano, ele foi considerado o **mais inteligente** (89%), o **mais estudado** (93%), o **mais trabalhador** (89%), o **menos tímido** (7%), o **menos inseguro** (14%), o que **tem boa cultura** (79%), o que apresenta **boa condição financeira** (75%), o **mais independente** (79%), o **mais sofisticado** (39%), o que **mora no centro de Londrina** (54%), o que **menos tem sotaque** (32%), o **menos caipira** (100%), que **sente orgulho de sua fala** (79%), o que **menos sofre preconceito** (21%). Também foi considerado por esses informantes juizes como o **mais hostil** (36%), o **menos confiável** (43%), o **mais preguiçoso** (21%), o **mais antipático** (43%), o **mais exibido** (46%), o **mais autoritário** (54%), o **menos engraçado** (4%), o **menos solidário** (46%) e o **mais conservador** (57%).

Podemos verificar, ao comparar as percepções dos grupos (primeiro e quarto anos), que o locutor da variante retroflexa se destaca em relação aos outros dois por receber percentuais mais elevados quanto às características positivas e negativas. Cabe salientar que os informantes juízes do primeiro ano, apesar de terem atribuído profissões como professor, bibliotecário, enfermeiro, publicitário e estudante também atribuíram a esse locutor mais profissões menos prestigiadas, enquanto os informantes juízes do quarto ano atribuíram majoritariamente profissões de nível superior como, por exemplo, médico, engenheiro civil, professor, advogado, administrador, entre outras.

É importante enfatizar que, diferentemente de nossa hipótese sobre o estigma quanto ao uso do “r caipira”, a variante retroflexa, conforme alguns estudos já apontaram desde Amaral (1982[1920]) e Melo (1946) até Castro (2006), Botassini (2013), Mendes e Oushiro (2013), Silva e Aguilera (2014), Almeida (2018), entre outros, nesta avaliação, o locutor da variante retroflexa foi considerado **menos caipira**, com **menos sotaque**, com **melhor condição financeira** e **morador da região central** pelos dois grupos de informantes juízes.

Diante desse resultado, levantamos duas hipóteses, a primeira refere-se à possível identificação entre os informantes juízes, usuários, em sua maioria, da variante retroflexa, com o locutor da mesma variante. Isso justificaria tantas avaliações positivas, como por exemplo, o fato de **não o considerarem caipira** e **não identificarem sotaque** em sua fala, conforme postula Labov (2008 [1972], p.249) sobre o prestígio encoberto, uma vez que eles, os informantes juízes, mantendo sua identidade, delegam prestígio a uma forma linguística supostamente desprestigiada.

A outra hipótese encontra ecos em Aguilera e Silva (2015), ela se refere à preservação do r-retroflexo em oposição à previsão pessimista de Amaral (1982[1920]). Segundo as autoras, há uma nova configuração social do caipira, visto, atualmente, como dotado de uma situação financeira consolidada, que faz questão de exhibir isso em rodeios, em música sertaneja, diferentemente da representação do passado, pautada na figura do “Jeca Tatu” ou do “Chico Bento”. Isso também pode ser observado na citação de Setubal (2005, p. 67-68) sobre a nova configuração do caipira:

É o caipira country que, inspirado na imagem do cowboy americano, pode construir um tipo vencedor, um herói que ultrapassa a imagem do caboclo pobre, sem educação, ingênuo, preguiçoso e sempre perdedor, porque é explorado e espoliado. Com a reelaboração de várias imagens tradicionais do campo, a nova ruralidade tem uma entrada muito forte no imaginário social brasileiro. É importante contextualizar essa mudança como parte de um momento em que o campo, especificamente o agronegócio, vem ganhando destaque na economia e, conseqüentemente, na mídia brasileira.

Essa nova configuração do caipira descrita por Setubal (2005) e Aguilera e Silva (2015), que antes era considerado morador do campo, pobre, analfabeto, preguiçoso e explorado, e hoje, é representado por cantores sertanejos famosos, empresários do agronegócio bem sucedidos, pode nos ajudar a compreender o significado social representado pelos resultados das avaliações em relação à variante retroflexa. Entendemos que os avaliadores, em sua maioria, do interior parananense, usuários da variante retroflexa (r caipira) e futuros professores possam se identificar consciente ou inconscientemente com essa nova identidade (Kiesling, 2013; Oushiro, 2021) do caipira e, por isso, atribuíram prestígio ao locutor da variante retroflexa.

6.3.3 Locutor da Variante Glotal na Percepção dos Informantes Juízes do Primeiro Ano e do Quarto Ano

Figura 13- Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante glotal pelo primeiro ano



Na percepção dos informantes juízes do primeiro ano quanto ao locutor da variante glotal, como acontece com os outros dois, há destaque, de modo geral, de percentuais mais altos para as características positivas e mais baixos para as características negativas em relação a todas as avaliações. Esse locutor recebeu avaliações positivas dos informantes juízes do primeiro ano em relação a ser: **estudado** (86%), **cuidadoso** (71%), **menos hostil** (14%), **competente** (100%), ter **boa condição financeira** (61%), a ser **menos caipira** (4%). Em relação às avaliações negativas, foram-lhe atribuídas as seguintes características: ser **mais antipático** (36%), **mais exibido** (39%) e **mais autoritário** (57%).

Estes significados sociais indicializados à variante glotal, de ser educado, cuidadoso, estudado, ter boa condição financeira e de ser autoritário, na constituição da identidade do usuário dessa variante podem estar atrelados ao fato da visão que lhes é transmitida pela grande mídia de moradores de grandes centros socioeconômico e culturais.

Figura 14- Nuvem de palavras associadas às avaliações da variante glotal pelo quarto ano



Quanto aos informantes juízes do quarto ano, destacaram-se as seguintes avaliações positivas: **cuidadoso** (82%), **confiável** (89%), **competente** (89%), **respeitoso** (89%), **criativo** (36%), **menos autoritária** (7%), **menos exibida** (0%), **sente orgulho de sua fala** (79%), **menos conservador** (21%) e destacou-se, entre os outros três, em sete avaliações negativas: **preguiçoso** (21%), **tímido** (79%), que **sofre preconceito** (82%), **tem sotaque** (96%), **engraçado** (25%), foi

considerado **morador da periferia** pela maioria dos avaliadores (89%) e aquele que **possui menos amigos** (46%).

O locutor da variante glotal teve diferentes atribuições de profissões de nível superior pelos informantes juízes do primeiro e do quarto ano. Os primeiros consideraram-no médico, repórter, advogado, jornalista, contador e professor. Já os informantes juízes do quarto ano o indentificaram como professor, advogado, administrador e outras duas profissões que podem ou não serem exercidas por alguém com ensino superior (poeta e escritor).

Nossos resultados de modo geral, encontram respaldo no estudo de Vassoler e Camacho (2016) que também verificam, em relação às variantes róticas analisadas, que os avaliadores juízes com ensino superior “atribuem valores mais elevados a todas as qualificações analisadas” (**cuidadoso** (82%) **confiável** (89%), **competente** (89%), **respeitoso** (89%), **criativo** (36%), **menos autoritária** (7%), **menos exibida** (0%), **sente orgulho de sua fala** (79%), **menos conservador** (21%), e valores baixos quando se trata de características negativas.

Também em uma análise geral das percepções dos informantes juízes do primeiro e do quarto ano, verificamos, observando apenas os percentuais em destaques para cada uma das características positivas e negativas atribuídas aos três locutores, que o locutor da variante retroflexa é aquele que recebe mais destaque nas avaliações positivas (primeiro ano: em nove e quarto ano: em onze) e o menor número de qualificações negativas em destaque (primeiro ano: em três e quarto ano: em cinco). Por outro lado, o locutor da variante tepe, recebe percentuais em destaque em seis características positivas atribuídas pelos informantes juízes do primeiro ano e em três atribuídas pelos informantes juízes do quarto ano. Quanto às características negativas com percentuais mais altos, o locutor dessa variante recebeu sete do informantes juízes do primeiro e duas do quarto ano. Já o locutor da variante glotal teve o número de avaliações positivas (primeiro ano: cinco e quarto ano : sete) próximo ao número de características negativas (primeiro ano: quatro e quarto ano: sete).

Essa distribuição nos revela que a variante retroflexa foi aquela avaliada como mais positiva na avaliação dos dois grupos. Em relação o número de características negativas as três ficaram com destaques muito próximos (onze para o locutor da variante glotal, dez para o locutor da variante retroflexa e nove para o locutor da variante tepe).

Salientamos, no entanto, que o locutor do tepe e da variante glotal tiveram percentual mais elevado do que o locutor da variante retroflexa em relação a **ser caipira, a ter mais sotaque e sofrer preconceito social**, principalmente, na percepção dos informantes juízes do quarto ano. Esse resultado pode ser interpretado à luz da afirmação de Aguilera (2008), para a qual as atitudes são provenientes das crenças, dos sentimentos e do compartimento das pessoas ou dos grupos sociais. Sendo assim, se os informantes juízes acreditam no estereótipo do “caipira”, personificado na figura do Jeca Tatu, a respeito do qual não tenham uma imagem positiva, é possível que sua avaliação dos locutores aconteça de uma forma negativa no intuito de demonstrar que não faz parte desse grupo social com o qual ele não se identifica.

6.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS QUALITATIVOS SOBRE AS CRENÇAS E ATITUDES DOS INFORMANTES JUÍZES QUANTO À VARIANTE RETROFLEXA

O objetivo da presente análise com questões abertas é investigar o julgamento realizado pelos informantes juízes, que são universitários do curso de Letras-Português, em relação à variante retroflexa, pois, conforme pondera Botassini (2013), nesta análise, “privilegiam-se descrições, comparações, declarações, comentários, opinião dos informantes”. Além disso, é possível, a partir dessas questões, verificar as crenças e atitudes dos informantes juízes quanto à própria fala e à fala dos outros. Pode-se, também, conforme a referida autora, reconhecer a variedade linguística local e as demais variedades linguísticas em análise, assim como reconhecer a mudança linguística e as “crenças e atitudes em relação a fatores sociais, lealdade e deslealdade linguística” (Botassini, 2013, p.180).

A primeira pergunta “Como você consegue identificar que uma pessoa é londrinense como você?”, teve 24 das 28 respostas dos alunos do primeiro ano afirmando que reconhecem que uma pessoa é londrinense pelo “modo de falar”, pelo “falarrrr”, pelo sotaque, pelo “r puxado”, pelo “r caipira”, pelo “r retroflexo”, pelo “r arrastado”, pelas “gírias”, pelo “dialeto” e pela “semelhança com o falar de São Paulo”. Como podemos observar, para maioria dos informantes, o que mais identifica uma pessoa como londrinense é o uso do erre, estereotipado por alguns deles como o “r puxado”, o “r arrastado” e o “r caipira”, nomenclatura, conforme já mencionamos, empregada por Amaral (1982[1920]). Como podemos verificar nas respostas de

alguns informantes, como a do informante 5: “As pessoas de Londrina falam mais “arrastado”, puxam o R, entre outras letras.”; do informante 10: “Consgo identificar principalmente quando a pessoa puxa o R em seu sotaque “poRta”, “coRda”” ; do informante 16: “É possívél identificar pelos traços do falar caipira, como o R retroflexo, e semelhanças como o falar do interior paulista” e do informante 12: “Pelo jeito de falarrrrr.”

De modo geral, os informantes juízes do quarto ano também disseram que conseguem identificar um londrinense pela sua fala, por algumas gírias e sete dos 28 informantes referiram-se especificamente à pronúncia do erre, caracterizando-o como mais arrastado, puxado, semelhante ao do interior de São Paulo e pelo sotaque caipira, conforme podemos constatar, por exemplo, nas seguintes respostas: Informante 10: “Pela maneira de falar, principalmente pelo som da pronúncia do R”; Informante 13: “Normalmente quando o “R” é mais puxado, o famoso sotaque caipira”; Informante 16: “Sim, pois tem sotaque, puxa muito o “R” e tem gírias específicas”; Informante 20: “ Não sou londrinense, mas o falar londrinense é muito semelhante ao do interior de São Paulo. De maneira geral, para mim o “sotaque” londrinense é muito semelhante ao paulista, então não diferencia”; Informante 21: “ Não sou londrinense, consigo identificar pelo sotaque do “r”, ao falarem sempre puxam o “r””; Informante 25: “Pela pronúncia da letra “r””; Informante 27: “Pelo sotaque ao falar a letra “r” puxada”.

É importante destacar que, assim como os informantes juízes desta pesquisa, aqueles que participaram do estudo de Botassini (2013, p.187) também, mencionaram, de forma unânime, o reconhecimento de um norte-paranaense pelo uso do “/r/ típico desse dialeto: o /r/ retroflexo, que os norte-paranaenses nomeiam de “r forte” e os cariocas chamam de “r arrastado”. Além do /r/, os próprios norte-paranaenses salientam que é possível reconhecer o seu dialeto pela “pronúncia caipira”.

A segunda pergunta, “Você consegue identificar de onde veio uma pessoa só pela maneira de falar?”, teve respostas afirmativas de 23 dos 28 informantes. Ao afirmar que conseguiam identificar a origem das pessoas, eles fizeram referência ao ritmo da fala, ao sotaque, à intensidade do sotaque, às expressões e gírias regionais e destacaram alguns estados e regiões com características “bem marcantes”, como, por exemplo, as regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste e os estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, como podemos verificar na resposta do informante 7: “Algumas vezes por conta do

conhecimento sobre os sotaques brasileiros, principalmente nordestino”; informante 23: “De estados específicos sim, como do Rio de Janeiro, já que a forma de falar é bem marcante.”; informante 25: “Na maioria das vezes sim, mineiros, gaúchos, por exemplo tem um jeito comum entre eles de falarem.” E informante 26: “Sim, mas não por cidade, mas por estado por exemplo, alguém da Bahia ou Rio Grande do Sul.”

Em relação aos informantes juízes do quarto ano, das 28 respostas obtivemos 25 afirmativas, mencionando que conseguem identificar de onde a pessoa veio apenas por sua fala. Destas, oito referiram-se a regiões e a estados de modo geral ou especificando, como podemos conferir nas seguintes respostas: Informante 4: “Geralmente sim. Os sotaques das regiões brasileiras são bem marcantes então, na maioria das vezes, é possível identificar ao menos a região”; Informante 5: “Depende do lugar, se for muito marcado, por exemplo, Florianópolis, sim, caso contrário passa despercebido”; Informante 7: “Depende da região. Entre cidades apenas se a pessoa é do interior ou capital”; Informante 10: “Depende do local, por exemplo uma pessoa do RJ não é tão difícil pelo som do R e do S (que se parece com o som de X)”; Informante 19: “Apenas identificando o sotaque de Belo Horizonte ou do Rio de Janeiro”; Informante 20: “Sim, principalmente de sotaques marcantes como mineiro e nordestino”; Informante 21: “Muitas vezes, sim! Como paranaense, mineiro, pernambucano”; Informante 25: “Depende, consigo identificar mineiros e gaúchos, porém não consigo identificar paulistanos”.

Esse resultado encontra ecos naqueles apontados por Botassini (2013, p.180) que também obteve a maioria das respostas afirmativas para essa pergunta e a referência aos estados do Rio Grande Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Curitiba, Santa Catarina, Nordeste como aqueles “mais facilmente identificáveis”.

Sobre a pergunta 3 - “Como você caracterizaria o falar londrinense? Há algum traço que marca esse falar, ou seja, característico de Londrina?”, pudemos notar que dos 28 avaliadores do primeiro ano, apenas cinco não caracterizaram o falar londrinense pelo erre. Obtivemos respostas como, por exemplo, Informante 3: “O falar do londrinense é marcante pelo retroflexo e geralmente fala rápida.” Informante 8: “Puxar “R” é característico de nossa região.”; Informante 9: “Uma característica específica e como as pessoas dessa região pronunciam a letra R.”; Informante 26: “Não sei o motivo, mas eu julgo como uma fala próxima dos paulistas e força bastante a letra R”; Informante 12: “RRR - porrrrrta, carrrne.”; Informante 13: “Acredito que o “R” do interior seja uma característica de destaque na fala do londrinense.”; Informante

23: “Gírias locais e o "R" marcado”; Informante 16: “Caracterizo como uma mistura de norma padrão com o falar caipira, mas não consigo encontrar traços especificamente londrinenses.”; Informante 7: “Eu caracterizo como um falar originário do meio rural c/ marca na emissão da consoante r”; Informante 20: “O R retroflexo caipira, o incurtamento das vogais no fim das palavras, leite fica leitch, também usamos algumas palavras diferentes como "balão" para se referir a rotatória.”; Informante 26: “Sim, sotaque mais voltado para o caipira”. Dois dos seis informantes que atrelam o falar londrinense ao falar caipira são de São Paulo e moram em Londrina há mais de quatro anos. Podemos observar, com isso, que, dos sete informantes que são de fora, apenas dois consideram o falar londrinense caipira e, dos 21 informantes paranaenses, apenas quatro fazem tal referência. No entanto, são muitos informantes (23) que consideram o erre como uma das principais características do falar londrinense.

Os informantes juízes do quarto ano também tiveram poucas respostas, apenas nove das 28, que não mencionaram o erre como um caracterizador do falar londrinense. A maioria referiu-se a esse segmento como marcador da fala de Londrina, como podemos verificar nas seguintes respostas: Informante 4: “Sim, A pronúncia do R e também alguns termos mais usuais como "relar", "pió". Embora sejam características comuns a outras regiões interioranas do país”; Informante 5: “Não sei muito bem identificar a fala do londrinense, mas acredito que puxamos bastante o "R"”; Informante 7: “Fala lenta, letra "r" carregada, uso de "daí" ou "sabe" nas sentenças orais”; Informante 9: “O "r" forte, digamos assim, uma semelhança com o falar paulista e, conseqüentemente, as gírias e dialetos importados”; Informante 10: “Com o R arrastado seria a característica mais marcante. Caracterizaria como fala do "interior"”; Informante 13: “O som do R mais forte, o e com som de i no final das palavras”; Informante 14: “Sim, o "R" puxado, que o diferencia dos outros sotaques”; Informante 15: “"R" tremido; Informante 16: Puxar o R, porta, portão e porteira”; Informante 17: “O "r" retroflexo é muito marcante no falar londrinense, se assemelhando ao do interior de São Paulo”; Informante 18: “O "r" no falar é um "r" retroflexo”; Informante 21: “Sim, os dialetos e o próprio pronunciamento das palavras como "porta" que pronunciam "porrta", um eco do r”; Informante 23: “Como um falar do "interior", sendo a pronúncia do R em algumas palavras o principal destaque”; Informante 24: “Sim, geralmente puxamos o "R"”; Informante 25: “Sim, o londrinense puxa a letra "r"”; Informante 26: “O "R"! O excessivo uso de "daí"”; Informante 27: “O

falar londrinense é caracterizado por um sotaque do interior por conta do som do "r" em algumas palavras, como "porta"; Informante 28: "Acredito que a fala do londrinense é muito próxima da fala paulista, há entonações mais fortes em determinadas sílabas e um "erre" acentuado".

De acordo com as respostas dos informantes juízes do primeiro e do quarto ano, pudemos verificar que os dois grupos veem o erre como a principal característica do falar londrinense, caracterizando-o como puxado, acentuado, arrastado, tremido, forte.

Quanto à pergunta 4 - Você consegue perceber alguma diferença quando um paranaense, baiano, catarinense ou gaúcho pronuncia palavras como porta, mar, cartão, por exemplo?, tivemos apenas dois informantes juízes do primeiro ano que disseram que algumas vezes conseguem perceber a diferença, outros 26 foram unânimes em dizer que sim, por exemplo: Informante 4: "Sim, há diferença na pronúncia das letras, como r, s, mas também no ritmo."; Informante 8: "Sim o paranaense puxa o 'R'"; Informante 11: "Sim, o som puxado do "R" nas palavras."; Informante 23: "Sim, alguns são marcados e fortes como o do paranaense, diferente do "R" baiano que é mais arrastado." Informante 25: "Sim, como exemplo o paranaense puxa muito o r das palavras, que em outros estados não acontece."

O grupo de informantes juízes do quarto ano foi unânime em dizer que percebe alguma diferença quanto aos falares paranaense, baiano, catarinense ou gaúcho. Todavia, apenas oito dos 28 participantes mencionaram que uma das diferenças refere-se ao erre, como por exemplo em: Informante 3: "Sim, a forma de pronunciar o "r" é alterada"; Informante 5: " Sim, eles usam muito o "T" marcado (catarinense), utilizam o "tú", há algumas variações, etc. Nós puxamos o "R"; Informante 10: "Com toda certeza. De imediato me vão a questão do "r" novamente. Sim, o som do R muda"; Informante 11: "Sim, cada uma dessas regiões pronuncia o R de uma maneira"; Informante 19: "Sim, o som do "R" é muito diferente entre eles"; Informante 24: "Sim, a letra "r" é pronunciada mais aberta ou mais fechada dependendo do sotaque"; Informante 25: "Sim! No modo como a letra R é pronunciada"; Informante 28: "Há diferenças bem perceptíveis na maneira de pronunciar o "erre"".

Podemos observar, nessas respostas dos dois grupos de informantes juízes, que o erre é mais uma vez mencionado como uma característica marcante nos falares brasileiros.

As respostas à questão 5 – “ Há diferença entre a fala de homens e de mulheres? Qual?”. Essa pergunta obteve, dos 28 informantes do primeiro ano, 20 respostas afirmando que não há diferença, que ambos “falam bem” ou que “falam igual”, como se pode verificar nas seguintes respostas: Informante 12: “Não vejo diferença. Ambos falam bem”; Informante 14: “O timbre da voz é diferente. Não se trata de um gênero falar melhor que o outro.”; Informante 15: “Dependendo da região de onde vieram, acredito que o gênero não influencia na fala”; Informante 28: “Não há fala melhor. Cada um se expressa à sua forma”. Sete deles disseram que não falam igual, por exemplo, Informante 5 (Mulher): “Depende, alguns falam iguais outros não, porém a mulher talvez fale melhor”; Informante 10 (Mulher): “Mulheres falam melhor”; Informante 11 (Mulher): “Não, a mulher fala melhor”; Informante 24 (Mulher): “Não, muitas vezes as mulheres falam melhor que os homens.”; Informante 25 (Mulher): “Não, mulheres acabam por falar melhor que os homens”; Informante 5 (Homem): “Não, homens acrescentam mais gírias que mulheres”. Lembrando que, no cômputo geral, são seis homens e 22 mulheres. Dos seis homens, cinco disseram que não percebem diferença. Entre as 22 mulheres, seis disseram que as mulheres falam melhor. Apesar de ser uma minoria que vê diferença, é possível que essa avaliação de as mulheres falarem melhor, esteja relacionada ao fato de as mulheres usarem as variantes de maior prestígio, conforme apregoa Labov (2008 [1972]).

Em relação aos 28 informantes juízes do quarto ano, verificamos que a maioria, 24, não estabelece diferenças entre a fala masculina e a feminina, referem-se aos contextos mais ou menos formal, nível social e econômico, escolaridade e região. Informante 16 (Mulher): “Não acho que exista melhor ou pior, apenas variações de estado, social e econômico, além de educacional”; Informante 7 (Mulher): “Impossível relacionar por gênero. Não faz sentido sem contexto social, histórico, econômico, educacional, etc”. Apesar de nenhum dizer explicitamente que “sim, há diferença”, observamos que a Informante 4 menciona “que as mulheres geralmente são mais “cuidadasas” para se expressar”; a Informante 5 acredita “que as mulheres falam de forma mais clara e cuidadosa”; o Informante 14 observa que “A voz masculina é mais potente, mas a feminina tem mais tons, cada um tem suas nuances”; por fim, a Informante 26 afirma que “Mulheres parecem falar melhor por serem mais articuladas com as palavras”.

As respostas dos informantes juízes, bem como os trechos exemplificados aqui, demonstram que 24 desses alunos, informantes juízes do quarto

ano, estão familiarizados com as variáveis sociais que têm implicações na linguagem, mas não acreditam que o gênero masculino ou feminino possa diferenciar a fala dos homens e das mulheres. Por outro lado, chama-nos a atenção que, mesmo sendo concluintes do curso de Letras, apenas quatro informantes juízes fazem referência à voz (“falam de forma mais clara...”, “a voz masculina é mais potente, mas a feminina tem mais tons, cada um tem suas nuances”) e, provavelmente, ao uso da norma culta ou o não uso de gírias (“cuidadosas para se expressar”, “falam de forma... cuidadosa”, “parecem falar melhor por serem mais articuladas com as palavras”).

A pergunta 6, referente à faixa etária, “Há diferença entre a fala de Jovens e idosos? Qual?”, recebeu 15 respostas dos informantes juízes do primeiro ano dizendo que há diferença, relacionando, em sua maioria, às gírias usadas pelos mais jovens, como por exemplo: Informante 23: “Jovens falam com gírias atuais e com normas ou vocabulário atualizado. Idosos ainda estão acostumados com os moldes antigos”; Informante 24: “Não, os jovens muitas vezes falam melhor.”; Informante 25: “Não, idosos acabam por falar melhor que os jovens.”; Informante 27: “Não, idosos tentam falar de forma correta sem gírias mesmo tendo algumas pronúncias erradas.”.

Quanto aos informantes juízes do quarto ano, observamos que somente seis dos 28 responderam de forma implícita ou explícita que há diferença entre a fala dos jovens e dos idosos, conforme podemos verificar nos seguintes exemplos: Informante 3: “Muitas vezes os idosos falam melhor em meu ponto de vista; Informante 12: “Falam diferente. Muitos idosos não tem escolaridade, logo o que sabem da língua eles aprenderam na oralidade apenas”; Informante 14: “Idosos falam melhor”; Informante 11: “Não! Pois jovens utilizam as gírias de hoje em dia, idosos falam com palavras do seu tempo”; Informante 24: “Não falam igual por conta das mudanças ao decorrer do tempo”; Informante 8: “Não, pois jovens possui um linguajar mais moderno, enquanto os idosos utilizam de vocabulários mais antigos”.

É interessante observar que o grupo que respondeu afirmativamente relaciona as diferenças à escolaridade ou ao fato de os mais jovens usarem mais gírias enquanto os mais idosos fazem uso de termos arcaicos.

A pergunta 7, referente à classe social, “Ricos e pobres falam do mesmo modo? Dê exemplos”, recebeu dos alunos do primeiro ano apenas uma resposta dizendo que falam da mesma forma, se forem da mesma região. As demais (27) referiram-se à escolaridade e ao acesso à informação e a bens culturais, como, por exemplo, o Informante 1: “Não. O rico possui acesso a lugares que precisam usar a

norma culta/língua enquanto o pobre muitas vezes nem é alfabetizado.”; o Informante 3: “Geralmente não, os ricos usam concordância verbal corretas e usam vocabulários variados.”; o Informante 4: “Não. Há diferença de vocabulário, imposição e, muitas vezes, de segurança.”; Informante 5: “Na maioria das vezes não. Porém tem gente rica, que pensamos que não é por seu jeito e fala.”; Informante 8: “Ricos que receberam maior educação falam de acordo com a norma-culta. Pobres que não tiveram educação falam de acordo com suas vivências.”; Informante 13: “Em tese, uma pessoa rica faz uso melhor da norma padrão da língua, por ter maior escolaridade e acesso a bens culturais como livros.”; Informante 15: “Não, pois pessoas ricas tem condições de privilégios relacionadas a oportunidade de poder estudar mais e assim ter mais acesso a linguagem formal considerada a norma culta, as pessoas mais pobres tem menos acesso a ambientes escolares, por isso tem menos contato com a norma culta para se expressar.”; Informante 17: “Não falam, os ricos não usam gírias frequentemente.”; Informante 22: “Não, infelizmente ocorre uma defasagem no ensino, e as duas classes tem oportunidades desiguais, enquanto os ricos tem acesso a um ensino de qualidade, pobres sofrem com o descaso de instituições públicas.”

Analisando as afirmações dos alunos do primeiro ano, verificamos que, de modo geral, eles destacam que os pobres geralmente não têm vocabulário variado, não têm acesso à cultura, não tem segurança ao falar, não tem acesso a livros e à escolaridade e usam mais gírias, trazem em seu bojo marcas de preconceito e estigma e retratam também a cruel realidade de muitos brasileiros.

Os informantes juízes do quarto ano foram praticamente unânimes em dizer que ricos e pobres não falam da mesma forma, apenas um disse que não podemos generalizar. Os demais associaram o poder aquisitivo ao acesso à educação e conseqüentemente ao uso da língua culta, rebuscada e sem gírias, como podemos conferir nos seguintes exemplos: Informante 1: “Não, a classe eletista utiliza a norma culta com maior frequência devido às condições de ensino”; Informante 2: “Não, pois ricos tentam utilizar uma linguagem que corresponda à sua classe social, enquanto pobres falam muitas gírias, por exemplo”; Informante 5: “Não. Os ricos tiveram a chance de ter uma educação de qualidade desde cedo, logo são acostumados com palavras mais difíceis desde pequenos, sabendo utilizar todo um repertório”; Informante 7: “Não, A fala está estritamente associada com o nível educacional, cultural, social e econômico. Portanto, mais dinheiro, mais acesso à norma culta e sofisticação da língua”; Informante 12: “Não. Pois podem estar em outros ambientes

sociais, que requerem vocabulários mais requintados”; Informante 13: “Geralmente não. Como o pobre algumas vezes não possui escolaridade, acaba pronunciando algumas palavras gramaticalmente erradas. Como: "Pobrema", "prastico"; Informante 18: “Não, pois o rico busca um rebuscamento: "Poderia, por gentileza, se retirar" pobre, em seu contexto, flexiona a fala "Sai fora””.

A questão 8 referente à pergunta “Você passou por alguma situação constrangedora relacionada ao seu modo de falar? Relate.” Essa pergunta obteve 18 respostas negativas, ou seja, dos 28 informantes do primeiro ano, dez passaram por situações constrangedoras por conta de seu falar, como podemos observar nas afirmações dos seguintes informantes: Informante 3: “Sim, em Goiânia no ano de 1994 alguns amigos me importunavam pelo modo que eu pronunciava o R retroflexo e me irritavam me chamando de Carrrrla puxando bem o R de propósito.”; Informante 7: “Em um congresso na época da faculdade quando algumas pessoas riram do meu sotaque.”; Informante 10: “Sim, sou de São Paulo, portanto costumo falar rápido e usar algumas gírias específicas da região. Quando cheguei em Londrina algumas pessoas estranhavam.”; Informante 20: “Sim, diversas vezes fui motivo de chacota pelo meu jeito de falar, minha pronúncia e timbre de voz.”; Informante 23: “Já conversei com pessoas de outros estados pela internet e assim como o "R" londrinense, o meu é bem marcado e isso pode ter sido motivo de uma certa estranheza.”; Informante 27: “Sim, algumas palavras erradas em lugares que se falavam formalmente.”. Conforme as situações pontuadas, vemos que mais uma vez o erre se destaca quando se fala em sotaque, regionalidade, marcando de forma negativa algumas experiências de interação de alguns informantes, conforme podemos constatar nos excertos dos relatos mencionados anteriormente: “...as pessoas estranhavam..”, “...me importunavam...”, “...me irritavam...”, “..puxando o R de propósito...”.

Quanto às respostas dos informantes juízes do quarto ano, apenas sete dos 28 participantes afirmaram que passaram por situações contratedoras relacionadas ao seu modo de falar, conforme podemos constatar nas seguintes afirmações: Informante 1: “Sim, aos dez anos me mudei para o interior de São Paulo, e sofri bullying pelo meu sotaque mineiro”; Informante 7: “Sim, sofri de dislalia na infância. Falar igual ao cebolinha equivale à discriminação”; Informante 16: “Sim, falaram que eu era caipira e sitiante”; Informante 17: “Sim, pelo fato de eu fazer Letras, as pessoas sempre acham que devo falar "certo" o tempo todo. Este falar está relacionado à normatividade da língua que não admite equívocos gramaticais em

nenhum contexto. As "correções" acontecem em reuniões de família, amigos, etc."; Informante 18: "Não, no entanto às vezes costumo misturar sotaques. Fazendo com que as pessoas me questionem se sou paranaense!"; Informante 21: "Sim. No trabalho um homem recusou a falar comigo, por conta de eu ser baiana"; Informante 23: "Não, sempre fui bem acolhido em outras regiões. As pessoas ficavam curiosas com meu sotaque diferente, mas apenas isso".

De acordo com as respostas dos informantes juízes das duas turmas, verificamos que apenas três participantes do primeiro ano relacionam de forma explícita o constrangimento advindo do uso da variante retroflexa. Já os participantes do quarto ano, apesar de mencionar os termos "caipira e sitiante", não os relacionam ao uso dessa variante.

A questão 9 refere-se à lealdade e à deslealdade linguística, perguntamos ao informantes juízes se: "Em alguma situação (estando em viagem, a passeio ou trabalho em algum lugar fora de Londrina), você já modificou sua forma de falar para adaptá-la ao modo de falar das pessoas do lugar em que você estava? Relate.". Dos 28 informantes juízes do primeiro ano, apenas dois responderam que sim, um disse que poderia alterar se mudasse de localidade e outro disse sim, mas se referindo ao léxico, conforme podemos verificar nas respostas a seguir: Informante 4: "Geralmente uso meu sotaque como recurso de humor, fazendo piadas dele mesmo."; Informante 5: "Não, porém se eu mudasse para outra cidade ou estado, acredito que isso aconteceria"; Informante 7: "Sempre que estou com pessoas com baixa escolaridade ajusto a minha fala."; Acaba sendo uma forma de identidade."; Informante 25: "Sim, mudava bastante para as pessoas do lugar me entenderem mais, pois algumas coisas que eu falava eles não sabiam o que era."

Em relação aos informantes juízes do quarto ano, também foram poucas as respostas afirmativas. Alguns mencionam que podem ter modificado, mas de forma inconsciente, outro afirma que pode ter sofrido influência inconscientemente em seu modo de falar e outro relata que sentiu vergonha de seu modo de falar, apesar de não tê-lo modificado, como podemos verificar nas seguintes afirmações: Informante 17: "Sim. Em entrevistas de emprego, dentro da sala de aula, etc."; Informante 18: "Sem sair do Paraná, já costumo modificar de forma inconsciente"; Informante 21: "Por um tempo eu tinha vergonha, mas nunca mudei"; Informante 23: "Sim, durante seminários e conversas com amigos"; Informante 26: "Intencionalmente, não"; Informante 28:

“Sim. Acredito que a palavra não seja modificar, mas inconscientemente influenciada por modos de falar e gírias”.

Em relação às respostas à pergunta 10, “Você já teve a oportunidade de perceber diferentes tipos de fala entre pessoas de outro estado? Poderia dar algum exemplo, caracterizando essa fala, mostrando como essas pessoas falavam?”. Dos 28 informantes do primeiro ano somente um respondeu não a essa pergunta. Os outros apresentaram suas opiniões em relação aos diferentes tipos de falares, como as diferenças fonéticas, lexicais e morfosintáticas, conforme podemos observar a seguir: Informante 2: “Sim, entre São Paulo e Londrina percebemos vocabulários diferentes para mesmo significados (privada= patente, escarola = chicória)”; Informante 3: “Sim, meus primos de Americana, SP falam [tia] enquanto eu falo [tSia]”; Informante 4: “Sim. Rio grandenses têm uma fala mais ritmada, com influência do espanhol. Tem modismos, com falar “é” enquanto pensam. Usam o tú, falam o s no final das palavras, etc.”; Informante 5: “Sim, por exemplo o carioca quando fala “mais”. O curitibano dê la dê cá” ; Informante 6: “Sim, já tive contato com pessoas do Rio de Janeiro (s com som de x), do nordestino, Santa Catarina e Curitiba”; Informante 7: “Sim, com familiares do nordeste, ele tem um falar que soa cantado, melódico.”; Informante 8: “O baiano fala bem devagar, meio cantado.”; Informante 9: “Sim. As pessoas de cada região tem sotaques, expressões e características bem específicas”; Informante 10: “Sim. Rio Grande do Sul, notei diversas formas de pronúncia. No mercado, por exemplo, pão francês era chamado de “cassetinho”, enquanto na lanchonete era chamado de “pão d’água.”; Informante 11: “Sim, pessoas do nordeste falam cantando, o som arrastado cria a impressão de musicalidade na fala.”; Informante 12: “Sim, cariocas, mineiros, nordestinos tem diferentes tipos de fala. Particularmente tenho mais contato com goianos e mineiros.”; Informante 13: “Em uma viagem à Florianópolis algumas vezes, percebi que é comum o uso do pronome “tu”.”; Informante 14: “Sim, meus pais possuem sotaque de Pernambuco, eles falam o i menos acentuado e algumas palavras são incomuns aqui no sul”; Informante 15: “Sim, quando morei no Rio de Janeiro muitas palavras eram pronunciadas de forma diferente, principalmente letra “r””; Informante 16: “Sim, principalmente na pronúncia do R retroflexo do caipira, do glotal mineiro e da velar carioca.”; Informante 17: “Sim tenho uma amiga do Rio de Janeiro as palavras com S ela transmite um som de X”; Informante 19: “Sim, minhas primas moram no Rio de Janeiro e achavamos engraçado elas falarem a palavra doze, elas pronunciavam douze”; Informante 20: “Sim conheci

pessoa do Pará em uma festa, o sotaque é mais aberto, achei muito bonito e diferente.”; Informante 21: “Sim. No dialeto carioca o "S" é trocado pelo "X" e o "R" é arrastado.”; Informante 22: “Sim. Pessoas de Minas Gerais, que destacam bastante o "s".”; Informante 23: “Pessoas do Rio de Janeiro, que tive contato, tem o "R" e o "S" muito diferente. O "R" é mais arrastado e o "S" é mais puxado para o "X".”; Informante 24: “Sim, nós do Sul temos sotaques diferente de quem é do Sudeste. Exemplo: Paraná e Rio de Janeiro cada estado tem seu sotaque.”; Informante 25: “Sim, na Bahia por exemplo eles falam bastante "oxente" "minina" "bixinha" entre muitos outros.”; Informante 26: “Sim, trabalhei com uma pessoa da região norte e conversamos por exemplo a mandioca e na cidade dele é macaxeira entre outras palavras e o sotaque também existe diferença.” Informante 27: “Bahia "coé Painho", Minas Gerais "O meu fi".”; Informante 28: “Sim, na cidade de Londrina, palavras que "puxam"o R e cariocas que falam mais "arrastado”.

É importante destacar que esses graduandos mencionam exemplos, de variantes fonético-fonológica, como o uso do /r/, do /s/, da alveolar /t/, do alçamento das vogais anteriores /e/, uso dos pronomes (tu), redução de palavra (filho para fi), do léxico (painho, bixinha), da entonação (falam cantando).

Os 28 informantes juízes do quarto ano também fazem referência ao sotaque, como podemos observar na resposta do Informante 1: “Depende, há sotaques que são mais predominantes”; Informante 5: “Sim, Todos percebem um”e” mais forte na minha fala”; Informante 6: “Sim, por ser do Paraná”; Informante 7: “Sim, sotaque paulista carregado. Uso de gírias regionais e expressões”; Informante 8: “Sim, por conta da diferença de sotaques”; Informante 10: “Pode acontecer pelo fato da pronúncia do R, podem conseguir identificar o estado, porém cidade já e mais difícil”; Informante 11: “Sim, pois somente no norte do Paraná e em São Paulo se fala igual a mim. Sendo fácil detectar de onde sou”; Informante 12: “Sim. O sotaque é notório”; Informante 13: “Sim Porque as falas dependem da região que você cresceu”; Informante 16: “Sim, claro. O modo de falar denuncia”; Informante 17: “Sim. Porque costume ter uma fala bastante carregada com característica de onde eu vim”; Informante 19: “Não. Porque o sotaque londrinense não é tão marcado, nem famoso”; Informante 20: “Sim, algumas palavras e maneiras de falar do sotaque paulista entregam, como o uso do “meu” e “mano”; Informante 21: “Sim, pois o meu sotaque é diferente.”; Informante 22: “ Eu acho que não pois não tenho sotaque”; Informante 23: “Sim o Brasil tem uma troca de cultura intensa (internamente) fazendo com que os

outros tenham mais contato com falares diferentes”; Informante 24: “Podem tentar, mas creio que não é algo certo provavelmente estranhariam o “R””; Informante 28: “Sim. Porque a maneira de se expressar está intrinsecamente ligada ao lugar que você nasceu/morar/convive.”

Assim como o primeiro ano, os graduandos do quarto ano destacam o sotaque enfatizando o uso do erre, da vogal anterior /e/ postônica e a entonação, demonstrando que percebem a diferença dos falares de uma região para outra.

As respostas à pergunta 11, “Você acredita que, estando em outro lugar, ou em contato com pessoas de outro lugar, outras pessoas possam identificar de onde você é (a sua origem) apenas pela maneira como você fala? Por quê?”, foram categóricas quanto à identificação de suas origens por meio do sotaque e das lexis regionais. Pudemos observar que o “r” é mencionado por vários informantes nas seguintes respostas: Informante 3: “Sim, por conta do R e de algumas palavras usadas aqui em Londrina como patente que usamos para nos referir ao vaso sanitário.”; Informante 4: “Podem imaginar que sou do Sul pela fala com que pronuncio o s, o r, pelas expressões regionais, etc.”; Informante 9: “Acredito que sim, visto que venho de uma região que possui um sotaque bem marcado pelo R” ; Informante 13: “O”R” “caipira” provavelmente indicaria que sou uma pessoa do interior.”; Informante 23: “Sim, justamente pelo “R” e por algumas gírias características.”; Informante 26: “Sim, poderá identificar devido a questão do R.”. Dois desses seis informantes que mencionaram o “r” como característica marcante em seu falar são do interior de SP (Mirandópolis e Cândido Mota), os outros quatro são de Londrina.

É interessante destacar também a resposta da informante 2, de 58 anos, nascida em São Paulo, que menciona a percepção dos parentes quanto ao seu modo diferente de falar: “Sim, já citei meus parentes, eles percebem que falo diferente de quando residia em SP.” No entanto, observamos que ela mantém a variante tepe em coda silábica, mesmo morando em Londrina desde 2002.

Outras respostas que marcam as diferenças dialetais no falar brasileiro são do informante 5 em relação ao falar paranaense: “Acredito que sim, porém com pessoas que moram no Estado do Paraná conseguiam identificar que sou de Londrina. Um curitibano facilmente identifica um londrinense”. E do informante 15: “Acredito que sim, pois o interior de São Paulo, de onde sou, tem um sotaque específico que pode ser perceptível para quem não é de lá.”; O informante 22: “Sim. Eu sou do Rio de Janeiro, atualmente moro no PR, muitas pessoas identificam o

sotaque carioca.”; O informante 12: “Sim, quando viajo me perguntam se sou do Sul do Brasil.”; O informante 7: “Acredito que meu falar pode ser relacionado a fala do caipira.”.

Em relação aos 28 informantes juizes do quarto ano, 13 mencionaram que, em outras localidades, podem ser identificados pelo seu modo de falar; desses, três relacionam o seu falar caracterizado pelo uso do erre, como podemos observar nas seguintes respostas: Informante 5: “Sim, todos percebem um “r” mais forte na minha fala”; Informante 6: “Sim, por ser do Paraná”; Informante 7: Sim, sotaque paulista carregado. Uso de gírias regionais e expressões”; Informante 8: “Sim, por conta da diferença de sotaques”; Informante 10: “Pode acontecer pelo fato da pronúncia do R, podem conseguir identificar estado, porém cidade já é mais difícil”; Informante 11: “Sim, pois somente no norte do Paraná e em São Paulo se fala igual a mim. Sendo fácil detectar de onde sou”; Informante 12: “Sim, o sotaque é notório”; Informante 13: “Sim. Porque as falas dependem da região que você cresceu”; Informante 16: “Sim, claro. O modo de falar denuncia”; Informante 17: “Sim, porque costume ter um falar bastante carregado com características de onde vim.”; Informante 21: “Sim, pois o meu sotaque é diferente”; Informante 24: “Podem tentar, mas creio que não é algo certo, provavelmente estranhariam o “R”; Informante 28: “ Sim, porque a maneira de se expressar está intrinsecamente ligada ao lugar que você nasceu/mora/convive”.

A maioria dos informantes menciona o uso do erre como uma marca de seu falar e destaca as diferenças regionais dos sotaques.

A respeito da pergunta 12, “Você acha que algum sotaque detém mais prestígio do que o outro? Qual? Por quê?”. Dezesesseis dos 28 informantes juizes do primeiro ano disseram que “não há diferença”, que “todos são bonitos”, “merecem respeito”, “são apenas diferentes”, por exemplo: Informante 10: “Não. Todos são válidos e merecem respeito.”; Informante 12: “A meu ver não. Acho todos lindos.”; Informante 14: “Não, são apenas maneiras diferentes de se comunicar.”; Informante 15: “Não, são formas de falar diferentes lugares, não há nem melhor nem pior.”.

Por outro lado, tivemos muitas respostas que deixaram transparecer o preconceito e o prestígio linguístico em relação a alguns falares, por exemplo: Informante 2: “Sim, o carioca, praias valorizadas, lugar dos sonhos.”; Informante 3: “O carioca atualmente é considerado a língua "oficial" no Brasil em novelas, telejornal e até mesmo influenciadores falam com sotaque carioca e nós ouvintes não temos

preconceito.”; Informante 4: “Pela mídia do, o eixo Rio-São Paulo é mais valorizado.”; Informante 7: “A questão do prestígio é uma construção social que tem haver com a necessidade de uma região se sobrepor a outra , é preconceito e não prestígio.”; Informante 5: “Talvez o sulista do que o nordestino, por vários motivos porte, trabalho.”; Informante 13: “Acho que sim. O sotaque carioca e curitibano por exemplo, indica que a pessoa pertence a uma grande metrópole, lugar onde se concentra os bens culturais do país.”; Informante 18: “Infelizmente, sim. O sotaque da população mais rica do país possui maior prestígio em determinados ambientes. Também os sotaques estadunidenses e europeus ganham prestígio em falas brasileiras.”; Informante 19: “Acredito que sim, do Rio de Janeiro e de São Paulo, talvez por serem grandes capitais do nosso país.”; Informante 20: “Sim, sotaques mais bonitos e privilegiados pela mídia, como o carioca e paulista acabam por ofuscar os outros.”; Informante 23: “Depende, se alguém de outro estado vier para o Paraná, será bem prestigiada com seu sotaque. Mas se for em locais como o Rio, talvez ela não tenha a mesma recepção.”; Informante 24: “Sim, os gaúchos e os cariocas. O sotaque deles são os mais diferentes e mais bonitos.”; Informante 25: “Sim, gaúchos e catarinenses são os sotaques que o povo acha mais bonito.”.

Já dos 28 informantes juízes do quarto ano, 11 responderam que há sotaques com maior prestígio e relacionaram esse prestígio principalmente ao poder econômico e cultural, à maior densidade populacional e à visibilidade midiática do estado, destacando São Paulo com essas características. Conforme é possível verificarmos nas seguintes afirmações: Informante 1: “Sim, o paulistano é o de maior privilégio, pois há um pré-julgamento de que se uma pessoa é do estado de SP, conseqüentemente ele tem maior predomínio na fala”; Informante 3: “Acho que cariocas e paulistas são mais exageirados. Relacionando sotaques de pessoas pernambucanas ou baianos inferiores”; Informante 7: “Sim. Estados onde a economia roda com maior peso sobrepõe Estados menos afortunados. Puro preconceito sem fundamento”; Informante 12: “Sim! Sotaques como o de São Paulo acabam sendo mais usados por jornalistas e apresentadores de tv, dando mais prestígio”; Informante 13: “Para mim não há mais ou menos prestígio, mas acredito que o sotaque de São Paulo é mais visto como "o melhor", ou neutro”; Informante 14: “Sim, o paulista é visto como o padrão, o correto. Isso se dá principalmente pela concentração de riquezas que a capital possui”; Informante 17: “Sim, Paulista, onde é o maior concentração populacional e de elite”; Informante 18: “Sim. O paulistano. Por ser um estado

privilegiado, que detem muito poder econômico, internacional, cultural e político”; Informante 20: “Sim, o da região metropolitana de São Paulo. Por conta da popularização através da mídia”; Informante 27: “Penso que o sotaque empregado pelos noticiários - próximo ao Sul e Sudeste - tenha mais prestígio em relação aos demais”; Informante 28: “Sim. Acredito que os sotaques das grandes metrópoles infelizmente detém mais prestígio social porque são os mais presentes nas mídias”.

A pergunta 13: “O que você entende quando se diz que alguém é caipira? Há algum modo de caracterizar alguém como caipira pelo modo de falar?”. Diferentemente das respostas anteriores, nesta os informantes juízes do primeiro ano revelaram o quanto há de preconceito em relação ao uso da variante retroflexa, independentemente se eles são de Londrina, Brasília ou de São Paulo, conforme podemos observar nas seguintes respostas: Informante 3: “Algumas características do caipira são o R retroflexo e concordâncias verbais, tipo "nóis vai" "eu já di".”; Informante 4: “Sim. O caipira é aquele que reproduz a fala de pessoas do interior, geralmente com pouca instrução, regionalismos, etc.”; Informante 7: “No meu entender o caipira é aquele que tem vinculação com o rural, tem a fala marcada pela tensão (força) na pronúncia do R.”; Informante 9: “Entendo que é pelo fato de como esse sotaque tem o R bem característico, puxado.”; Informante 10: “Costumam falar mais devagar, puxando o R e usando "gírias" específicas.”; Informante 13: “"Caipira" é uma palavra pejorativa. Trata-se de pessoas que fazem uso mais acentuado de um determinado tipo de "R" em sua fala.”; Informante 14: “Caipira é alguém que mora na zona rural afastado do centro urbano, falam com o r muito acentuado e forte.”; Informante 15: “Acredito que o mais característico do modo de falar de alguém considerando caipira é a pronúncia do "r" mais forte.”; Informante 16: “O uso de vogais abertas e R retroflexo caracteriza bastante o falar caipira, que geralmente está relacionado com cidades pequenas e produção rural.”; Informante 17: “Entendo que é alguém que faz uso do R na fala e provavelmente mora no interior.”; Informante 18: “Entendo que o 'R' dessa pessoa é [“], popularmente conhecido como "erre caipira”.”; Informante 19: “Sim, principalmente pelo "r".”; Informante 20: “Caipira se diz respeito a uma pessoa rural, porém sotaque caipira é algo mais amplo, normalmente o norte do Paraná possui traços de sotaque caipira.”; Informante 21: “É alguém que fala fora da norma padrão do português, um modo de caracterizar é o "R" muito predominante e o dialeto.”; Informante 23: “Fala palavras bem fora da norma padrão, com o "R" bem marcado.”; Informante 26: “Infelizmente, sim. Algo que não deveria porque cada um

tem uma forma de falar e sua variação linguística. A caracterização se dá devido a letra R por exemplo Porta.”.

Essas respostas encontram respaldo nos resultados de Botassini (2013, p.182) que também observa o preconceito linguístico quanto ao falar do norte-paranaense - “conforme exposto, o estereótipo do caipira está presente inclusive nas crenças que os próprios norte-paranenses têm a respeito do seu falar.”. A autora destaca que “ao desaprovarem a sua variedade linguística, os norte-paranaenses conferem legitimidade ao estigma que desfavorece o seu dialeto dentre os outros dialetos em contato.”.

Em relação às respostas dos informantes juízes do quarto ano, verificamos que todos remetem o falar caipira às pessoas que vivem no interior, mas apenas sete dos 28 relacionaram explicitamente o uso do R retroflexo como uma das características desse falar, conforme podemos verificar nas respostas dos seguintes informantes: Informante 1: “Alguém que mora no interior. Sim, pessoas que falam o R mais prolongado”; Informante 14: “Entendo pelo sotaque, pelas pessoas que assim como eu, puxam o "R" na hora de falar”; Informante 17: “Sim, o puxar do R”; Informante 18: “Alguém que não se adapta ao modo de vida das grandes metrópoles. Antigamente, "era possível" caracterizar pela fala com o "r" marcante, hoje em dia, acredito que este estigma não seja tão forte”; Informante 19: “Alguém que vive em local rural. E no modo de falar a presença do "r" retroflexo”; Informante 20: “Entendo ser alguém do interior. A caracterização é através do estereótipo de fala do personagem do "Chico Bento””; Informante 21: “Entendo como alguém que mora/vive na roça, mas a fala acaba tendo um "R" mais puxado, não sei explicar”; Informante 27: “Entendo que a pessoa reside na zona rural. Fala arrastada, predomínio de linguagem coloquial, desvios em relação à norma culta, R retroflexo/arrastado”; Informante 28: “Entendo que é alguém que diverge dos sotaques das grandes cidades. Não sei se há algum modo de caracterizar específico”.

É interessante observarmos a resposta do Informante 28, apesar de ele não mencionar o R retroflexo, relaciona o falar caipira à fala estereotipada do Chico Bento¹⁹, personagem criado por Maurício de Souza nas HQs e animações da Turma

¹⁹ Mais informações sobre o personagem Chico Bento podem ser encontradas em: [http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/chico-bento-\(francisco-antonio-bento\)/469](http://www.guiadosquadrinhos.com/personagem/chico-bento-(francisco-antonio-bento)/469) <https://www.youtube.com/watch?v=sV5qwqtXPr4> . Acessado em 05/07/2023.

da Mônica. Esse personagem, especificamente, representa alguém do interior, sem escolaridade, que usa o R retroflexo como uma das marcas de seu falar.

As respostas à pergunta 14, “Para você, ser chamado de caipira é pejorativo, é desagradável?”. Quinze dos 28 informantes do primeiro ano disseram que não é pejorativo ou desagradável, conforme vemos, por exemplo, nessas respostas: Informante 3: “Para mim não é vergonhoso ser chamado de caipira eu gosto do meu sotaque.”; Informante 24: “Não, é só um modo da pessoa te chamar.”; Informante 25: “Não, o sotaque caipira é lindo como todos os outros.”; Informante 15: “Não, não vejo como um termo pejorativo.”; Informante 16: “Não, é apenas uma forma de se referir ao campo.”; Informante 3: “Para mim não é vergonhoso ser chamado de caipira eu gosto do meu sotaque.”. Outros disseram que não é pejorativo, mas reconhecem o caráter negativo da expressão, por exemplo: Informante 20: “Depende muito da intenção interlocutor, a palavra caipira vista como identidade cultural e de pertencimento a um grupo não é algo pejorativo, porém é usada como forma de segregar, aí sim toma para si o peso do preconceito.”; Informante 4: “Minha família veio do campo, então não. Mas sei que em muitos lugares é usado de forma pejorativa.”; Informante 9: “Eu vindo de uma região que tem o sotaque considerado como caipira não acho pejorativo ou desagradável. No entanto, entendo que muitas pessoas usam o termo com esse tipo de pensamento.”. Apenas dois dos informantes disseram que é desagradável: Informante 26: “Sim é desagradável.”; Informante 13: “Sim, acho que o termo "interiorano" é melhor que caipira.”.

Já dos 28 informantes juízes do quarto ano, 11 disseram que ser chamado de caipira é pejorativo, desagradável, conforme podemos constatar nas seguintes respostas: Informante 8: “Sim, chega a ser pejorativo”; Informante 10: “Sim, acho preconceituoso”; Informante 11: “Sim. Pois já ouvi gente usando no trânsito quando alguém faz algo errado”; Informante 12: “É pejorativo”; Informante 15: “Sim, depende da forma como é usada, a palavra carrega esse pejorativo, visto que geralmente a visão que as pessoas tem de caipira é alguém humilde, sem estudo, etc.”; Informante 16: “Sim, retrata uma diferença que subentende que eu não tenho me desenvolvido ou a cidade é retrograda”; Informante 21: “Para mim não, mas na sociedade isso é usado como pejorativo”; Informante 25: “Sim, é desagradável”; Informante 26: “Possui carga pejorativa”; Informante 27: “Sim. Ao chamar alguém desta forma parece que está menosprezando-a”; Informante 28: “Acredito que depende do contexto, mas em sua maioria, sim.”

Cabe destacarmos as respostas dos informantes 4 e 22. Informante 4: “De maneira alguma. Embora saiba que podem haver contextos em que a forma possa ser usada com intenção ofensiva a mim é uma referência riquíssima de cultura e valor, que inclusive, me traz honra. Nosso país é de caipiras”; Informante 22: “É completamente comum, não sinto incômodo”. Essas respostas diferem das demais pois eles se assumem como caipiras e inclusive demonstram orgulho disso. Tal posicionamento encontra respaldo em Aguilera e Silva (2015) que falam da nova configuração do caipira, visto como “um indivíduo dotado de uma situação financeira consolidada, proprietário de terras e bens que ele faz questão de exibir nos rodeios realizados” (Aguilera; Silva, 2015, p. 187).

Conforme a pergunta 15, “Você concorda com a caracterização da fala do interior do Paraná como fala caipira?”. Podemos observar que 13 dos 28 informantes do primeiro ano foram categóricos em dizer que não concordam. Os demais disseram que o falar paranaense possui essa característica caipira, por exemplo: Informante 4: “Cidades como Londrina, muitos jovens cresceram em torno do café e do mundo rural. Acredito que confere à fala marcas caipiras.”; Informante 28: “Considerando a relação com o rural sim”; Informante 8: “Depende de como o termo "caipira" é visto. Se estiver sendo usado de forma pejorativo não concordo.”; Informante 10: “Não, embora a fala paranaense se enquadre no estereótipo do "caipira".”; Informante 14: “Sim por causa da pronúncia do R.”; Informante 15: “Acredito que pelos conceitos gerais do falar caipira, como a pronúncia do "r" mais forte, sim, pois isso ocorre nessa região.”; Informante 20: “Sim, pois considero isso uma identidade, uma forma de sentir-se pertencente a essa região.”; Informante 23: “Não, acredito que tenha apenas o "R" característico.”; Informante 27: “O "caipira" que usam com o paranaenses exatamente não é como se fosse da roça e sim por falar mais puxado.”.

Em relação aos informantes juízes do quarto ano, verificamos que, de forma majoritária (24 dos 28 informantes), discordam da afirmação de que a fala do interior do Paraná seja considerada caipira. Conforme podemos constatar nas seguintes respostas: Informante 6: “Não concordo, há características típicas, mas não deve ser julgado assim”; Informante 8: “Não, mas talvez as pessoas pensem isso pelo fato de pucharmos muito a letra R”; Informante 12: “Para mim que sou nativo, acho normal, não vejo como caipira”; Informante 15: “Não, pois reforça um esteriótipo que não é real”; Informante 16: “Não, pois cada estado tem suas especificidades”;

Informante 25: “Concordo, mas acredito que Londrina não deveria ser mais vista como uma cidade do interior devendo a sua expressão”; Informante 26: “Acho que não tem todos os aspectos da fala caipira. Mas tem alguns - com o R”.

Esse resultado se assemelha ao dos informantes juízes do primeiro que, em sua maioria (15), também disseram que não concordam com a referida afirmação. Desses exemplos, podemos verificar que, mesmo eles não concordando com a caracterização de “caipira”, dois deles (informantes 8 e 26) fazem referência ao R retroflexo como uma marca do falar caipira (“Não, mas talvez as pessoas pensem isso pelo fato de pucharmos muito a letra R”; “Acho que não tem todos os aspectos da fala caipira. Mas tem alguns - com o R”).

Quanto às respostas da pergunta 16, “Como londrinense você gostaria de ser caracterizado como caipira? (ou você se reconhece como caipira típico?)”. Apenas cinco disseram que não se importam em serem caracterizados como caipiras, por exemplo: Informante 3: “Me reconheço como caipira típico.”; Informante 13: “Não vejo problema no uso do termo, desde que não seja usado em tom pejorativo.”; Informante 14: “Indiferente, me reconheço como caipira.”; Informante 19: “Não havia pensado dessa forma, mas não me importo com tal associação!”; Informante 20: “Gosto de diferenciar "caipira" de "sotaque caipira", não estou em lugar de falar para me considerar caipira, porém compreendo a influência caipira na linguagem local e devemos respeitar isso.”. Os demais informantes disseram que não gostariam de receber essa qualificação, por exemplo: Informante 4: “Prefiro não, pelo caráter negativo que o termo carrega no ambiente social.”; Informante 7: “Como para mim o caipira é a pessoa que reconhece a sua relação com a natureza e com o meio rural não.”; Informante 15: “Não sou londrinense e não me reconheço como caipira.”; Informante 25: “Não, não moramos em cidade pequena para ser caracterizado como caipira.”; Informante 26: “Não! A palavra caipira é pejorativa.”; Informante 5: “Acho desagradável.”; Informante 8: “Não gosto de estereótipo.”; Informante 17: “Não me reconheço como caipira.”; Informante 18: “Sou brasiliense e não me considero caipira.”; Informante 10: “Não, tendo em vista que Londrina está mais para cidade grande, do que "interior caipira".”.

Dos 28 informantes juízes do quarto ano, apenas três disseram que gostariam de ser qualificados como caipira: Informante 1: “Sim, pois não tenho vergonha do lugar em que eu fui criada”; Informante 4: “Sim, me orgulho de tal "reconhecimento". “O caipira é o cidadão que antecede a urbanização e que tem

valores construídos em uma filosofia de vida auto sustentável e comunitária”. Informante 25: “Não me importaria, porque minha fala não diz respeito a quem eu sou”. A resposta do Informante 25 deixa transparecer que ele reconhece traços caipiras em sua fala, mas nega que esses traços o caracterizem como caipira, quando afirma que “minha fala não diz respeito a quem eu sou”.

Os demais foram unânimes em rejeitar tal caracterização, como os exemplos a seguir comprovam: Informante 17: “Não gostaria!”; Informante 20: “Não, porque considero Londrina como uma cidade bem grande”; Informante 26: “Não me reconheço como caipira típica”; Informante 27: “Não, porque é um termo pejorativo e que pode, em algumas situações, ser ofensiva”; Informante 28: “Não me reconheço como caipira típico porque possuo diversas influências no modo de falar.”. Informante 2: “Não, porque seria desagradável”; Informante 21: “Não, pois acho que meu modo de falar não carrega essas características”; Informante 22: “Não sou caipira, mas se eu fosse, e alguém utilizasse de forma pejorativo, seria triste”.

A pergunta 17, “Você sente orgulho ou vergonha devido à sua forma de falar?”. Dois informantes dos 28 do primeiro ano disseram que não tem orgulho do seu falar, uma de São Paulo e uma da capital: Informante 2: “Não sou caipira, nem intelectual, mas não gosto do meu jeito de falar.”; Informante 10: “Em alguns momentos, vergonha.”. Em relação a não ter orgulho e nem vergonha, obtivemos 3 respostas: Informante 4: “Não tenho juízo de valor sobre minha forma de falar.”; Informante 19: “Nem um nem outro. Somos um povo bem numeroso, com várias influências, dos colonizadores e imigrantes. Tudo isso é nossa história.”. É interessante notarmos que, dos 28 informantes, 20 apresentam orgulho de seu falar, como podemos verificar na fala do Informante 3: “Sou muito orgulhosa do meu sotaque”; Informante 7: “Orgulho, pois a fala é expressão da minha identidade.”; Informante 9: “Não sinto vergonha alguma do meu sotaque ou da minha forma de falar.”; Informante 15: “Sinto orgulho, pois é a expressão através da fala do lugar onde nasci e é parte de quem sou.”; Informante 20: “Sim, sinto muito orgulho do sotaque do norte do Paraná, para mim ele carrega muito significado, durante a infância, a maioria dos programas de TV voltados à crianças priorizavam sotaques mais elitizados, não me sentia representada, agora eu entendo o valor do meu jeito de falar.”. Não podemos deixar de observar que a informante 20 tem consciência do sotaque que é comum em Londrina e até não se sentia representada pelas mídias por não fazerem uso da variante retroflexa, situação que, atualmente, tem sido minimizada, pois

podemos ouvir a variante retroflexa no sertanejo universitário, na fala de apresentadores de televisão. Isso está acontecendo, segundo Móreno Fernandez (2017), devido à globalização que, a partir de seus estímulos, influência na reestruturação das línguas que estão em contato.

Ainda em relação à questão 18, os informantes juízes do quarto ano também foram majoritários (17 dos 28) em afirmar que sentem orgulho de seu modo de falar, como podemos verificar nos exemplos a seguir: Informante 1: “Orgulho, pois amo meu sotaque mineiro”; Informante 4: “Orgulho, inclusive encaro como um legado a missão de não deixar se perder os termos, trejeitos e peculiaridades da linguagem de minha gente”; Informante 12: “Sinto orgulho, não vejo motivo para ter vergonha”; Informante 13: “Sinto orgulho pois através da fala, a cultura local é exposta”; Informante 27: “Sinto orgulho, pois minha forma de falar é minha marca e representa minha origem”.

Cinco desses informantes mencionaram apenas que não sentem orgulho e seis que não sentem orgulho nem vergonha, conforme podemos ver em alguns exemplos: Informante 14: “Não”; Informante 22: “Não, nem orgulho nem vergonha”; Informante 26: “Não sinto vergonha (tampouco orgulho) da minha forma de falar”.

6.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como mencionado anteriormente, nossa hipótese era de que a variante retroflexa fosse avaliada mais negativamente pelos dois grupos de informantes juízes, pois, conforme Labov (2008 [1972], p.357), os “falantes que exibem o mais alto índice de uso de um traço estigmatizado em sua própria fala espontânea apresentam a maior tendência a estigmatizar os outros pelo uso dessa mesma forma”.

Todavia, isso se confirmou apenas parcialmente, pois os informantes juízes do primeiro ano não tiveram a percepção de que o locutor da variante retroflexa pudesse sofrer mais **preconceito social**, que tivesse mais **sotaque** e que fosse considerado mais **caipira** em relação aos demais ao avaliar essas três características. O mesmo ocorreu na percepção dos informantes juízes do quarto ano que, em sua maioria, não atribuíram ao locutor da variante retroflexa, conforme hipotetizávamos, a característica de **caipira** e de que **sofre preconceito**, atribuindo-as ao locutor da variante tepe e da glotal. Por outro lado, destacaram o locutor da variante retroflexa

como **mais escolarizado, mais inteligente**, com **boa cultura** e como **morador da região central de Londrina**, afastando-o dessa forma da identidade estereotipada do “caipira”.

Essas características atribuídas ao locutor da variante retroflexa, principalmente pelos informantes juízes do quarto ano no experimento de percepção, ou seja, quando avaliam possivelmente de forma inconsciente as referidas variantes, vão de encontro à afirmação de Pastorelli (2009, p. 50) cujo estudo indica que os falantes de Londrina tendem a desprestigiar o próprio falar.

Além disso, no cômputo geral das características positivas e negativas, observamos que os informantes juízes do quarto ano atribuíram ao locutor da variante retroflexa mais características positivas seguido do locutor da variante glotal. Quanto a esse resultado, mais uma vez ancoramo-nos em Oushiro (2015) que atrela o relativo prestígio da variante retroflexa entre alguns jovens de classe baixa à presença de outras variantes na comunidade que são provenientes de imigrantes nordestinos e nortistas. Considerando que a universidade recebe muitos imigrantes usuários de diferentes variantes linguísticas, podemos cogitar a ideia, ainda pautados na referida autora, de que, para esse grupo de graduandos²⁰, é possível que esteja havendo uma reinterpretação do valor social da variante retroflexa em relação às demais variantes róticas em análise. Por fim, é importante considerar também a possibilidade de esses alunos já terem tido disciplinas que abordam a variação linguística, crenças, atitude e linguagem e identidade no curso, o que pode ter influenciado para uma avaliação mais positiva quanto à sua própria variante, a retroflexa.

A partir da análise das respostas quanto às crenças e às atitudes linguísticas dos informantes juízes do primeiro e do quarto ano do curso de Letras, pudemos perceber que eles consideram que é possível reconhecer a origem de uma pessoa pela sua fala e que o erre retroflexo, visto por alguns deles como o “r puxado”, “r forte”, “acentuado”, “tremido” ou “r caipira” é uma das características marcantes da identidade do norte-paranense, resultado que encontra respaldo nos estudos de crenças e atitudes linguísticas de Botassini (2013).

²⁰ É importante destacar que, neste estudo, estamos trabalhando apenas com 56 graduandos do curso de Letras-Português, futuros professores que trabalharão com a linguagem. Talvez graduandos de outros cursos como medicina, direito, engenharia, entre outros possam ter outra percepção quanto a essas variantes.

Cabe salientar que, apesar de a maioria dos dois grupos de alunos considerarem que não existe um falar mais bonito do que o outro, tivemos duas alunas do primeiro ano, uma de Londrina, que descreveu o falar londrinense como bonito, mas destacou que há falares “mais bonitos”, e uma outra, de São Paulo, que considerou o falar londrinense “feio” pelo “tom” caipira”. Isso se repetiu na avaliação de uma aluna londrinense do quarto ano que também considerou o falar de Londrina bonito, com “exceção do R retroflexo”, pois, segundo ela, não há “feio”, nem “bonito” quando se trata de língua, apenas o que é “mais ou menos agradável ao ouvido”.

Atribuímos essa crença de alguns alunos à possível influência de estereótipos que são amplamente difundidos, inclusive pela mídia, de que a variante retroflexa é uma marca da fala de pessoa menos escolarizada, do interior, caipira. Conforme já mencionaram Amaral (1982[1920]), Melo (1964), Pastorelli (2009) e Botassini (2013).

Em relação às variáveis sexo, a maioria dos alunos dos dois grupos disse que não observa diferença no falar de homens e mulheres e que, quando ocorre, ela está relacionada ao grau de escolaridade. No entanto, houve uma aluna do quarto ano que diferenciou o falar masculino do feminino, dizendo que as mulheres fazem mais “uso da norma culta”, são mais “cuidadas”, “mais articuladas” e “ não usam gírias”.

Quanto à faixa etária, a maioria dos alunos dos dois grupos se referiu às gírias utilizadas pelos jovens e aos arcaísmos, pelos mais idosos, como as principais diferenças entre os falares dessas gerações.

Em relação à influência da classe social no falar das pessoas, a maioria dos alunos dos dois grupos mencionou que há diferença considerando que os mais ricos têm mais acesso à “escolarização”, aos “bens culturais”, “não usam gírias” e falam de forma rebuscada. Por outro lado, consideraram que os mais pobres “são inseguros ao falar”, “não têm vocabulário variado”, “não têm acesso à escolarização”, “são estigmatizados” e “sofrem preconceito”.

Em relação a passar por situações constrangedoras relacionadas ao modo de falar, obtivemos 17 respostas afirmativas dos informantes juízes, sendo dez do primeiro e sete do quarto ano. Apesar de esse grupo relacionar o constrangimento sofrido pelo seu sotaque “caipira” e de “sitiante”, apenas três do primeiro ano pontuaram, de forma explícita, que sofreram constrangimento em relação ao seu sotaque, pois passaram por experiências negativas de interação com pessoas que as

“irritavam”, “importunavam”, “estranhavam” e as “imitavam” “puxando o R de propósito”.

Quanto a mudar seu modo de falar para se adaptar ao modo de falar das pessoas de outros lugares, apenas um informante juiz do primeiro ano disse que já fez uso de termos lexicais de outras localidades. Por outro lado, dois informantes juizes do quarto ano disseram que podem ter sofrido influência e modificado seu modo de falar de forma inconsciente e um disse que não modificou, mas sentiu “vergonha de seu modo de falar”.

Sobre a identificação regional pelo sotaque, tanto os informantes juizes do primeiro quanto os do quarto ano foram unânimes em dizer que isso é possível e muitos relacionaram essa identidade linguística ao uso do erre e às lexias regionais.

Em relação a um sotaque ter mais prestígio do que outro, a maioria dos informantes juizes (33) disseram que “não há diferença”, “todos são bonitos”. No entanto, 23 informantes juizes disseram que há sotaque de maior prestígio (12 do primeiro e 11 do quarto ano). Alguns participantes deste grupo deixaram transparecer o preconceito linguístico quando relacionaram o prestígio principalmente ao poder econômico e cultural, à maior densidade populacional e à visibilidade midiática da localidade, destacando, como exemplo, o estado de São Paulo com essas características.

Apesar de a maioria dos informantes juizes dos dois grupos terem dito que não há falares de maior prestígio, ao responderem sobre a caracterização de alguém como caipira por seu modo de falar. Muitos, independentemente de sua localidade de origem (Londrina, Brasília ou de São Paulo), revelaram o quanto há de preconceito em relação ao uso da variante retroflexa, pois remetem o falar caipira às pessoas que vivem no interior e alguns relacionaram explicitamente ao uso do R retroflexo. Essas respostas encontram respaldo nos resultados de Botassini (2013, p.182) que também observa o preconceito linguístico quanto ao falar do norte-paranaense - “conforme exposto o estereótipo do caipira está presente inclusive nas crenças que os próprios norte-paranenses têm a respeito do seu falar.” A autora destaca que “ao desaprovarem a sua variedade linguística, os norte-paranaenses conferem legitimidade ao estigma que desfavorece o seu dialeto dentre os outros dialetos em contato.”.

Em relação a ser chamado de caipira, apenas 11 informantes juizes do quarto ano consideraram “pejorativo e desagradável”, os demais disseram que não se

importavam, inclusive alguns mencionaram que é uma “referência riquíssima de cultura e valor”, que “traz honra” e que o “nosso país é de caipiras”. Compreendemos que esse posicionamento de se assumir como caipira relaciona-se à nova configuração do caipira, aquela pessoa de grandes posses, do sertanejo universitário que faz questão de exibir suas origens e suas riquezas em rodeios e shows (Aguilera; Silva, 2015).

Quando questionados sobre a caracterização do falar do interior do Paraná como caipira, a maioria (15 de cada um dos grupos) discorda. Daqueles que concordam com essa caracterização, apenas dois fazem referência explícita ao uso do R retroflexo.

Ao serem questionados sobre se reconhecerem como caipiras ou serem caracterizados como caipira, a maioria (48 informantes) disse que não gostaria de receber tal qualificação. Essa rejeição a “ser caipira” fica evidente na resposta de um informante do quarto ano que afirma não se reconhecer como caipira, mas faz questão de destacar que sua fala não diz respeito a quem ele é. Nessa resposta, fica implícito que ele sabe que seu falar é considerado “caipira”, mas considera essa característica pejorativa.

Quando questionados sobre o orgulho em relação ao seu modo de falar, a maioria (21 do primeiro e 17 do quarto ano) disse que tem orgulho do seu falar .

De modo geral, as respostas obtidas com esse questionário demonstra que a avaliação dos dois grupos é semelhante. Eles não se consideram caipiras, não consideram seu falar caipira, mas, mesmo aqueles que são de Londrina, assumem que o falar do norte do Paraná é caracterizado como caipira e que o erre que eles usam, o retroflexo, é uma característica do falar caipira. Somando-se a isso, há aqueles que dizem ter orgulho de seu falar e de ser caipira.

Em um primeiro momento, essas respostas divergentes pareceram-nos incoerentes, mas analisando-as de forma mais aprofundada podemos compreender que isso reflete a transição pela qual vem passando o termo “caipira”, antes estigmatizado como o homem do interior, pobre, analfabeto, estereotipado como o “Jeca Tatu” ou o “Chico Bento”, comum no sertanejo raiz, moda de viola caipira, antiga. Agora, esse termo bem como o uso do “r – caipira”, a variante retroflexa, têm recebido uma nova concepção, pois são usados pelos sertanejos, inclusive, universitários, por apresentadores de televisão, como Monica Iozzi de Castro, Sabrina Sato e, inclusive,

Grazi Massafera que afirmou no início de sua carreira “Não vai ser um sotaque que vai me dar uma rasteira” (Botassini, 2013).

Isso também é reafirmado em rodeios e grandes exposições que mostram esses sertanejos bem como as pessoas do agronegócio como bem sucedidas, escolarizadas e de grande poder aquisitivo. Podemos destacar como outra evidência nesse sentido o que vem ocorrendo em uma grande emissora que costumava usar, em suas novelas, a variante retroflexa na fala de personagens estereotipadas como pobre e sem escolaridade. Essa emissora já exibiu novelas ambientada em Mato Grosso do Sul, cujos personagens fazem uso da variante retroflexa independentemente de sua classe social ou escolaridade. Apesar de ser um uso estereotipado, entendemos que há um movimento de valorização da variante retroflexa, mostrada, nesse contexto, como uma característica regional, ou seja, ela evidencia apenas a identidade linguística dos moradores de Mato Grosso do Sul.

Compreendemos que tudo isso possa ter influenciado nas respostas dos informantes juízes, alunos do curso de Letras e futuros professores de língua portuguesa, que possivelmente são conhecedores dos estereótipos do homem “caipira” e do “r caipira” e também são jovens do interior paranaense que vivem nesse contexto de reconfiguração do novo caipira.

A seguir, apresentamos as considerações finais, na qual retomamos nossas hipóteses, objetivos e perguntas norteadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo principal verificar as crenças e atitudes linguísticas de informantes juízes, um grupo de universitários, do primeiro e do quarto ano do curso de Letras-Português de uma universidade pública do norte-paranaense, em relação à variante retroflexa, o “r caipira”. Sendo assim, elaboramos algumas perguntas e hipóteses que alicerçaram a realização dos objetivos propostos para esta tese.

Pautados no fato de a variante retroflexa do Português Brasileiro carregar o estigma de ser o “r caipira”, elaboramos as seguintes perguntas: **1ª: “O locutor que usa a referida variante é avaliado negativamente pelos informantes juízes?”**. Conforme o experimento de percepção, ou seja, quando o informante juiz, de forma possivelmente inconsciente, indexicaliza significados sociais à determinada variante linguística, verificamos que o locutor da variante retroflexa foi aquele que teve atrelado à sua identidade, com percentuais mais altos, as características de inteligente, estudado, trabalhador, responsável e de boa condição financeira e, na avaliação dos graduandos do quarto não recebeu nenhuma concordância com a possibilidade de ser caipira.

Quanto à segunda pergunta: **“Os informantes juízes, usuários da variante retroflexa, avaliam mais positiva ou negativamente a sua variedade linguística em relação a dos demais?”**. Considerando que, dos 56 informantes juízes, apenas seis fazem uso de outras variantes (glotal, uvular, velar, tepe e vibrante múltipla), verificamos que, apesar de o locutor da variante retroflexa ter sido aquele que recebeu mais destaque nas características positivas e menos destaque nas características negativas, houve deslealdade por parte de alguns usuários da retroflexa, pois algumas dessas características negativas receberam um percentual considerável concordância dos informantes juízes do primeiro ano (como, por exemplo, ter sotaque: 39%) e do quarto ano (como, por exemplo, ser autoritarismo: 54%). Cabe destacar, no entanto, que, em relação às características de ser caipira, ter sotaque, sofrer preconceito, ser mais estudado, inteligente, trabalhador e ter boa condição financeira, ser morador da região central de Londrina, o locutor da variante retroflexa é avaliado mais positivamente, e com isso, afastam-no do estereótipo do “caipira”.

Quanto à terceira pergunta: **“Os universitários, futuros professores de Língua Portuguesa (LP), por estudarem em Londrina e, serem, em sua maioria, desta região, reconhecem o estigma da variante retroflexa como o “r caipira”?”**. Conforme as respostas dadas às perguntas diretas, ou seja, aquelas que o informante juiz tem consciência do que está em avaliação ao respondê-las, verificou-se que a maioria reconhece, mas alguns não se consideram caipiras por “não morar no interior” ou “na roça” e “não falar errado”, por não usar “jargões de pessoas caipiras” e por “se ofender se for chamada de caipira”.

A partir dessas perguntas, levantamos as seguintes hipóteses: **1.ª) Os informantes juízes das duas turmas, futuros professores de LP, serão leais no uso de sua variante de origem, seja ela posterior (glotal e velar) ou anterior (tepe e retroflexa)**, que foi confirmada em relação à retroflexa, pois, de 56, apenas três participantes de outras localidades alternaram o uso de variantes anteriores (tepe, vibrante múltipla e uvular, velar e glotal).

Em relação à segunda hipótese: **“Os graduandos usuários da variante retroflexa, ao avaliarem os três locutores, atribuirão características de maior prestígio ao locutor que usa a variante semelhante a sua.”**. Verificamos que ela não se confirmou totalmente, pois os informantes juízes falantes da variante retroflexa não concordaram apenas com as características de maior prestígio em relação ao locutor da variante retroflexa.

Quanto à terceira hipótese, **“Por já serem universitários no último ano do curso, os alunos do quarto ano apresentarão mais avaliações positivas em relação às diferentes variantes”**, constatamos, a partir dos resultados, que essa hipótese também foi parcialmente comprovada, pois suas avaliações assestaram-se às do primeiro ano. Todavia, eles não atribuíram características como, por exemplo, de ser caipira e de sofrer preconceito ao locutor da variante retroflexa. Cabe lembrar que, nesse grupo de graduandos, havia apenas uma estudante usuária da glotal.

Sobre a quarta hipótese, **“Eles reconhecem o estigma sofrido pela variante retroflexa, de “r caipira”**, podemos dizer que foi confirmada, pois eles reconhecem e, mesmo assim, a maioria sente orgulho dessa marca identitária e não se reconhece como caipira.

Para atingir o objetivo geral de **“verificar as crenças e atitudes linguísticas de graduandos, do primeiro e do quarto ano do curso de Letras de**

uma universidade pública do norte-paranaense, em relação ao “ r caipira”, propusemos, para a presente tese, os seguintes objetivos específicos:

O primeiro deles, “**Verificar quais são as variantes predominantes no falar dos informantes juízes**”, foi alcançado, pois, a partir das gravações realizadas no início da entrevista, foi possível constatar que, com exceção das seis participantes de outros estados, os demais usam a variante retroflexa.

O segundo o objetivo, “**Analisar a quais variantes (tepe, retroflexa e glotal) são indexados/indicializados mais significados sociais positivos em destaque por cada um dos grupos**” também foi atingido, uma vez que pudemos, a partir dos experimentos de percepção, verificar os significados sociais que indexam cada uma das variantes pelos dois grupos de informantes juízes.

À variante tepe foram indexados os seguintes significados sociais em destaque pelos informantes juízes do primeiro ano: sente orgulho de sua fala, independente, respeitoso, solidário, confiável, sofisticado e, pelos informantes juízes do quarto, os significados sociais de trabalhador, responsável, respeitoso, ter orgulho da fala.

À variante retroflexa foram indexados, majoritariamente, os seguintes significados sociais pelos graduandos do primeiro ano: inteligente, trabalhador, estudado, responsável e boa condição financeira. Já os informantes juízes do quarto ano indexaram à referida variante os significados sociais de estudado, inteligente, trabalhador, independente, solidário, confiável.

Quanto à variante glotal os informantes juízes indexalizaram, como por exemplo, os significados sociais de educado, cuidadoso, estudado, ter boa condição financeira e de ser autoritário. Já os informantes juízes do quarto indexalizaram ao locutor dessa variante, os seguintes significados sociais: cuidadoso, confiável, competente, respeitoso, criativo. Atribuímos essa constituição identitária do usuário da variante glotal, principalmente, à visão transmitida pela grande mídia do falar de moradores de grandes centros socioeconômico e culturais.

O penúltimo objetivo específico desta tese é o de “**Verificar as crenças e atitudes dos graduandos dos dois anos em análise (primeiro e quarto ano) em relação à variante retroflexa.**” A partir do questionário de avaliação foi possível atingir esse objetivo, pois verificamos que, nos dois grupos, há alguns poucos graduandos que têm a crença de que erre retroflexo é “r puxado”, “r forte”, “acentuado”, “tremido”, “r caipira”, feio pelo tom caipira, e que é uma das características marcantes

da identidade do norte-paranense. Atribuímos essa crença desse poucos alunos à possível influência de estereótipos que são amplamente difundidos, inclusive pela mídia, de que a variante retroflexa é uma marca da fala de pessoa menos escolarizada, do interior e de caipira.

Quanto ao último objetivo “ **Averiguar se há preconceito linguístico quanto ao uso da variante retroflexa, o “r caipira” na avaliação dos informantes juízes**”, foi possível observar, na avaliação de alguns participantes da pesquisa, que, mesmo a maioria dos informantes juízes dos dois grupos terem dito que não há falares de maior prestígio, muitos, independentemente de sua localidade de origem (Londrina, Brasília ou de São Paulo), revelaram o quanto há de preconceito em relação ao uso da variante retroflexa, pois remetem o falar caipira às pessoas que vivem no interior e alguns relacionaram explicitamente ao uso do R retroflexo. No entanto, a maioria (38 informantes) afirmou que tem orgulho do seu falar e, de forma incoerente, talvez por conhecer o estereótipo do “r caipira” ora não se considera caipira, nem o seu falar, ora assume que o erre que usa é o retroflexo, que é uma das características do falar caipira e de quem é caipira.

Como mencionamos na análise, em um primeiro momento, essas respostas divergentes pareceram-nos incoerentes; mas, analisando-as de forma mais aprofundada, pudemos compreender que isso reflete a transição pela qual vem passando o termo “caipira”, antes estigmatizado como o homem do interior, pobre, analfabeto, estereotipado como o “Jeca Tatu” ou como o “Chico Bento”, e comum no sertanejo raiz, moda de viola caipira, antiga. Agora, esse termo bem como o uso do “r – caipira”, a variante retroflexa, têm recebido uma nova concepção, talvez por uma tendência “do politicamente correto”, ou seja, de se evitar o preconceito, inclusive o linguístico.

Além disso, verificamos que, na percepção da maioria dos informantes juízes do primeiro ano, o falar do locutor da variante tepe chama mais a atenção, tem mais sotaque, entre outras características. Isso nos possibilita conjecturar que, consciente ou inconscientemente, esses avaliadores usuários da retroflexa forjam uma identidade a esse locutor ao indexar à variante tepe os significados de humilde, de interiorano, de caipira, ou seja, de uma pessoa mais simples e, com isso, “afasta” o estereótipo do falar caipira da variante retroflexa.

Por fim, destacamos que a aparente incoerência nos resultados dos experimentos de percepção e da avaliação possa refletir o efeito, primeiramente,

dessa nova configuração do caipira, do politicamente correto e, também, pelo fato de esses participantes serem graduandos do curso de Letras e futuros professores de língua portuguesa, que, possivelmente, são conhecedores dos estereótipos do homem “caipira” e do “r caipira”. Além disso, também são jovens do interior paranaense que vivem nesse contexto de reconfiguração do novo caipira e fazem uso da variante retroflexa.

Finalizamos esta tese certos de que não foi possível esgotar todas as possibilidades de análise e interpretação das crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso da variante retroflexa, o “r caipira”. Todavia, temos a convicção de que ela poderá contribuir para amenizar ou eliminar o preconceito linguístico a partir de um ensino de língua portuguesa livre de preconceitos e reconhecedor das variantes linguísticas como constituidoras de identidades e que, apesar de as identidades serem mutáveis e múltiplas, elas nos tornam únicos e semelhantes ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS

- AGHA, Asif. *Language and social relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Doi: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511618284>
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas linguístico de Londrina*. 1987. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1987.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, maio/ago. 2008.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; KAILER, Dircel Aparecida. /r/ em coda silábica no Sul do Brasil: um estudo preliminar. In: KRAGH, Kirsten Jeppesen; LINDSCHOUW, Jan (ed.). *Les variations diasystématiques et leurs interdependences dans les langues romanes: actes du Colloque DIA II à Copenhague (19-21 nov.2012)*. Strasbourg: Editions de linguistique et de philology, 2012. p. 89-102.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Helen Cristina da. Dois momentos do /r/ retroflexo em Lavras-MG: no Atlas Linguístico de Minas Gerais e nos dados do projeto do Atlas Linguístico do Brasil. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 125-142, 2011. Doi: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2011.v8n1a7962>
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Helen Cristina da. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 58, n. 3, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1409-8>.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; SILVA, Helen Cristina da. Uma nova configuração do caipira: ecos do /r/ retroflexo. *Revista da Abralin*, Aracaju, v.14, n.1, p. 171-194, jan./jun. 2015.
- ALIB. *Projeto Atlas Linguístico do Brasil*. 2006. Disponível em: <https://alib.ufba.br/divisao-dialeta>. Acesso em: 5 maio 2024.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolingüística: parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo. Cortez, 2001. v.1, p. 21-47.
- ALMEIDA, Édina de Fatima de. *Os róticos em coda silábica na Região-Centro Oeste do Brasil*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- ALMEIDA, Édina de Fatima de. Os róticos em coda silábica presentes na região centro-oeste do Brasil. In: ENCONTRO DE SOCIOLINGÜÍSTICA, 10., 2020, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: [s.n.], 2020.

ALMEIDA, Édina de Fatima de; KAILER, Dircel Aparecida. A. Os róticos em coda silábica no interior de Santa Catarina. *In: JORNADAS INTERNACIONALES BEATRIZ LAVANDERA, SOCIOLINGÜÍSTICA Y ANÁLISIS DEL DISCURSO*, 2., 2020, Buenos Aires. *Libro de Resúmenes [...]*. Buenos Aires: Filo UBA, 2020. p. 929-945.

ALMEIDA, Édina de Fatima de; KAILER, Dircel Aparecida. Apagamento dos róticos em coda silábica no Sul do Brasil: estudo preliminar. *In: SEMINÁRIO DO GEL*, 61., 2013, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2015.

AMARAL Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1982[1920].

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. *Estereótipos y clichés*. Tradução e adaptação de Leila Gándara. Buenos Aires: Eudeba, 2001. Edição original: 1997.

APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: Ariel, 1996.

AQUINO, Thiago Antonio Avellar de. Atitude religiosa e crenças dos alunos de Psicologia. *Revista da Unipê*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 56-63, 2005.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; MENEZES, Cleusa Palmeira. *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. 2 v.

BARBOSA, Adriana de Oliveira. *Brasilienses e a ideia do não-sotaque no processo de formação de identidade lingüística*. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BARCELOS, A Ana Maria Ferreira. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982007000200006>

BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Crenças sobre aprendizagem de línguas, Linguística Aplicada e ensino de línguas. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 123-156, 2004.

BEM, Daryl J. *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. Traduçã: Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1973.

BERGAMASCHI, Maria Cristina Zandomeneghi. *Bilingüismo do dialeto italiano-português: atitudes lingüísticas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura regional) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

BISINOTO, Leila Salomão Jacob. *Atitudes sociolingüísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes, 2007.

BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário Unesp do português contemporâneo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BORDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. A Importância dos estudos de crenças e atitudes para a sociolinguística. *Signum: Estudos Linguísticos*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 102-131, jun. 2015.

BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do Paraná*. 2013. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2013.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *A geografia linguística do Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Aspectos sociolinguísticos de um dialeto rural. In: HORA, Dermeval da (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 61-69.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Nas trilhas do –R retroflexo. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 10, n. 2, p. 265-283, 2007. Doi: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2007v10n2p265>

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. O /r/ implosivo no norte do estado do Rio de Janeiro. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (org.). *Miscelânea de estudos linguísticos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 49-58.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Variação em coda silábica na fala popular fluminense. *Revista da Abralin*, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 177-89, jan./jun. 2008.

BRESCANCINI, Claudia; MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. O. Os róticos no sul do Brasil: panorama e generalizações. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v.11, n. 2, p. 51-66, dez. 2008. Doi: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2008v11n2p51>

BRIGHT, William. As dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella; NEVES, Moema F. (org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 17-23.

BROMMAERT, Jan. *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BUCHOLTZ, Mary. *White kids: language, race, and styles of youth identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Doi: 10.1017/CBO9780511975776.

BUCHOLTZ, Mary; HALL, Kira Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*, Abingdon, v. 7, p. 585-614, 2005. Doi: 10.1177/1461445605054407

BUENO, Francisco da Silva. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior: com suplementos histórico e literário segundo os programas oficiais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1944.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de fonética do português brasileiro*. 1981. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CALLOU, Dinah. *Variação e distribuição da vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROED, 1987.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil. In: KOCH, Ingedore Villaça. (org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Unicamp, 1997. v. 6, p. 465-493.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e em tempo real. *Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 14, p. 61-73, 1998.

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e tempo real. *Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 14, p. 61-72, 1998. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000300006>

CALLOU, Dinah; MORAES, João; LEITE, Yonne. Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /R/ no português do Brasil. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do Português Falado*, v. VI: Desenvolvimentos. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 1996.

CALLOU, Dinah; SERRA, Carolina. A interrelação de fenômenos segmentais e prosódicos: confrontando três comunidades. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 28., 2013, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: APL, 2013. p. 585-594.

CALLOU, Dinah; SERRA, Carolina. Variação do rótico e estrutura silábica. *Revista do GELNE*, Fortaleza, v. 14, n. 1/2, p. 41-57, 2012.

CALLOU, Dinah; SERRA, Carolina; CUNHA, Cláudia. Mudança em curso no português brasileiro: o apagamento do r no dialeto nordestino. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 195-219, jan./jun. 2015.

CALVET, Louis Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *História da linguística*. Tradução: Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 2008.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estruturalismo e a fonêmica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953.

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. *Listener perceptions of sociolinguistic variables: the case of (ing)*. Dissertation (Doctorate in Philosophy) -Stanford University, Stanford, 2006.

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. The nature of sociolinguistic perception. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 135-156, 2009. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0954394509000052>

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. The sociolinguistic variant as a carrier of social meaning. *Language Variation and Change*, Cambridge, v. 22, n. 3, p. 423-441, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0954394510000177>

CARVALHO, Lucirene da Silva. *Os róticos em posição de coda: uma análise variacionista e acústica do falar Piauiense*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

CARVALHO, Pricila Balan Picinato de. Relação entre língua e identidade: a fala denuncia quem somos. *Revista Diálogos*, Cuiabá, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2019.

CASIMIRO, Sérgio. A identidade nos estudos sociolinguísticos. In: ANDRADE, Gustavo da Silva (org.). *Estudos linguísticos: do falado ao escrito, do texto ao discurso*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 30-56.

CASTRO, Vandersi Sant'Ana. *A resistência de traços do dialeto caipira: estudo com base em atlas linguísticos regionais brasileiros*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2006.

CASTRO, Vandersi Sant'Ana. O "r caipira" em Mato Grosso do Sul: estudo baseado em dados do ALMS, atlas linguístico do Mato Grosso do Sul. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 566-575, jan./abr. 2014.

CASTRO, Vandersi Sant'Ana. O 'r caipira' no Estado de São Paulo: estudo com base em dados do Atlas Lingüístico do Brasil (ALIB). In: REUNIÃO DO GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 57. 2009, Ribeirão Preto. *Anais [...]*. Ribeirão Preto: Universidade de Ribeirão Preto, 2009.

CEDERGREN, Henriquetta Cecilia Jonas. *The interplay of social and linguistic factors in Panama*. 1973. Dissertation (Doctorate in Philosophy) - Cornen Universtty, New York, 1973.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-157.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *A língua do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976.

CHAVES DE MELO, Gladstone. *A língua do Brasil*. São Paulo: Editora Agir, 1946.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonca. Estudos da fala rural: a retroflexão do erre e a neutralização rural/urbano. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, 5., 2007. Belo Horizonte. *Caderno de Resumos [...]*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007. p. 407-408.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonca. O 'R' retroflexo no português brasileiro: descrição e percurso histórico. In: RAMOS, Jânia M. (org.). *Estudos*

sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da Anpoll. Belo Horizonte: Editora da Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 74-83.

CONDÉ, Valéria Gil. O conflito lingüístico na Galiza. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 2., 1998, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais_173.html. Acesso em: 20 janeiro 2022.

CORBARI, Clarice Cristina. *Atitudes linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste*. 2023 Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CORBARI, Clarice Cristina. Crenças e atitudes linguísticas de falantes de Irati (PR). *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, n. 15, n. 1, p. 111-127, jun. 2012. Doi: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2012v15n1p111>

COSERIU, Eugenio. A geografia linguística. In: COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Tradução: Carlos Alberto Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1987. p. 79-116.

CRISTÓFARO-SILVA, Thais. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CRYSTAL, David. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. *The SAGE handbook of qualitative research*. 3rd ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2006.

DEPREZ, Kas; PERSOONS, Yves. Attitude. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIER, K. J. (Org.). *Soziolinguistik: in internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin: de Gruyter, 1987. p. 125-132. v. 1.

DIAS, Luiz Antonio Xavie. Crenças e atitudes linguísticas no uso dos róticos de professores e professorandos de Jacarezinho – PR. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 4, n.2, p. 90-104, jul/dez 2014. Doi: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.4.4.2.90-104>.

7GRAUS. *Dicionário online de português*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/caipiras/>. Acesso em: 10 jul. 2024

DUBOIS, Jean. *A língua portuguesa na sua estrutura social*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

ECKERT, Penelope. *Jocks and Burnouts: Social categories and identity in the high school*. New York: Teachers College Press, 1989.

ECKERT, Penelope. *Linguistic variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, Penelope. The meaning of style. *In: TEXAS LINGUISTICS FORUM*, 47., 2004, Austin. *Proceeding [...]*. Austin: Eckert, 2004. p. 45-53.

ECKERT, Penelope. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of variation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 41, p. 87-100, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-092611-145828>

ECKERT, Penelope. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, Londres, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9841.2008.00374.x>

ECKERT, Penelope. Variation, convention, and social meaning. *In: ANNUAL MEETING OF THE LINGUISTIC SOCIETY OF AMERICA*, 2005, Oakland. *Proceeding [...]*. Oakland, CA: Linguistic Society of America, 2005.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. Tradução de Branca Falabella Babricio. *In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz. Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*, São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 93-107.

EDELWEISS, Frederico G. *O dialeto brasileiro: considerações preliminares*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1963.

FARACO, Carlos Alberto. A geolinguística do nordeste brasileiro: ontem e hoje. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GEOLINGÜÍSTICA PLURIDIMENSIONAL*, 2005, Kiel. *Anais [...]*. Kiel: Universidade de Kiel, 2005.

FÉLIX, Ademilde. *Crenças do professor sobre o melhor aprender de uma língua estrangeira na escola*. 1998. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FENNER, Any Lamb. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo comparativo de línguas em contato em duas comunidades do oeste paranaense*. 2013. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FERRAZ, Irineu da Silva. *Características fonético-acústicas do /R/ Retroflexo do português brasileiro: dados de informantes de Pato Branco (PR)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

FERREIRA NETTO, W. *Línguas indígenas em São Paulo*. [S.l.: s.n., 19--]. Manuscrito

FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009. CD-ROM.

FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nádia; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera Lucia Sampaio; ROSSI, Nelson; MOTA, Jacyra Andrade. *Atlas lingüístico de Sergipe (ALS)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura do Sergipe, 1987.

FISHBEIN, Martin. Prediction of interpersonal preferences and group member satisfaction from estimated attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 1, n. 6, p. 663–667, 1965. Doi: <https://doi.org/10.1037/h0022074>.

FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Language loyalty in the United States: the maintenance and perpetuation of non-english mother tongues by American ethnic and religious groups*. The Hague: Mouton. 1966.

FISHMAN, Joshua A. A sociologia da linguagem. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (org.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 25-40.

FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, São José Rio Preto, v. 56, n. 3, p. 917-944, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942012000300009>

FREITAS, A. A de. Vocabulário Nheengatu (Vernaculizado pelo português falado em São Paulo). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936

GARGILE, Edward. GILES, Howard.; RYAN, Ellen. B.; BRADAC, John. J. *Communication and Language: Contexts and Consequences*. London: SAGE Publications, 1994.

GILES, Howard; BERNSTEIN, Basil; COHEN, J. Laurry.; RYAN, Ellen B. *Sociopsycholinguistics*. In: GILES, Howard (ed.). *Language, ethnicity and intergroup relations*. London: Academic Press, 1979. p. 173-196.

GILES, Howard; BILLINGS, Andrew C. Assessing language attitudes: Speaker evaluation studies. In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine. *The handbook of applied linguistics*. Oxford: Wiley, 2004. Doi: <http://dx.doi.org/10.1002/9780470757000.ch7>

GILES, Howard; RYAN, Ellen Bouchard; SEBASTIAN, R. J. An integrative perspective for the study of attitudes toward language variation. In: GILES, Howard; RYAN, Ellen Bouchard (ed.). *Attitudes towards language variation: social and applied context*. London: Edward Arnold, 1982. p. 1-19. 130

GIMENEZ, Telma Nunes. *Learners becoming teacher: an exploratory study of beliefs held by prospective and practicing EFL teachers in Brazil*. 1994. Thesis (Doctoral) - Lancaster University, Lancaster, 1994.

GNU GENERAL PUBLIC LICENSE (GPL). *Audacity. Versão 1.3.5*. Disponível em: Acesso: 05 de maio 2022.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1963.

GÓMEZ MOLINA, José Ramón. *Actitudes lingüísticas en una comunidad bilingüe y multidialectal: area metropolitana de Valencia*. Valencia: Universit de Valencia, 1998 (Cuadernos de Filología, n. 28)

GÓMEZ MOLINA, José Ramón. *Actitudes lingüísticas en una comunidad bilingüe y multilectal: área metropolitana de València*. València: Universidad de València, 1998.

GREGIS, Hilaine. *O apagamento da vibrante pós-vocálica em Porto Alegre*. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GUIOTTI, Luciana Prudente. O estudo da variante retroflexa na comunidade de São José do Rio Preto. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) - Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2002.

GUMPERZ, John J. The speech community. *Encyclopedia of the Social Sciences*, v. 16, p. 381-384, 1968.

GUY, Gregory. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2001, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Abralin, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEAD, Brian F. Propriedades fonéticas e generalidades de processos fonológicos: o caso do “R caipira”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 13, p. 5-39, 1987.

HEAD, Brian F. Subsídios do Atlas Prévio dos Falares Baianos para o estudo de uma variante dialetal controversa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 1, p. 21-34, 1978.

HEAD, Franklin Brian. O estudo do “r caipira” no contexto social. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 67, n.8, p. 43-49, 1973.

HEWSTONE, Miles; GILES, Howard. Social groups and social stereotypes. In: COUPLAND, Nikolas; JAWORSKI, Adam (org.). *Sociolinguistics: a reader*. New York: St. Martin's Press, 1997. p. 271-283.

HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. *The handbook of language and gender*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999.

HORA, Dermeval da. Variação fonológica: consoantes em coda silábica. In: TRAVAGLIA, Luiz Carlos; HORA, Dermeval da (ed.). *Encontro na linguagem: estudos lingüísticos e literários*. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 81-101.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HYMES, Dell. The ethnography of speaking. In: GLADWIN, Thomas; STUTERVANT, William C. (org.). *Anthropology and human behavior*. Washington: The Anthropological Society of Washington, 1964.

JAKOBSON, Roman. *Fonema e fonologia: ensaios*. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967

- JUCÁ FILHO, Cândido. *A pronúncia brasileira*. Rio de Janeiro: Gráfica Apollo, 1939.
- KAILER, Dircel Aparecida. *Vogais pretônicas/e/e/o: um estudo em tempo aparente*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- KIESLING, Scott F. Constructing identity. In: CHAMBERS, Jack; SCHILLING, Natalie (ed.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2013. p. 448–467.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Maria das Graças Pinto. *A língua portuguesa: o contexto e a norma*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cleo Vilson; KLASSMANN, Mario Silfredo (org.) *ALERS: Atlas linguístico- etnográfico da região sul do Brasil: cartas fonéticas e morfossintáticas*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- LABOV, William. *Language in the Inner city: studies in the black english vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LABOV, William. *Principios del cambio lingüístico*. Tradução: Pedro Martín Butragueño. Madrid: Gredos, 1996. v.1: Fatores internos.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- LABOV, William. *The social stratification of english in New York City*. 2. ed. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1972.
- LACERDA, Willian Ferreira Furtado de; CAVALCANTE, Daiane Aparecida; LUCENA, Rubens Marques de. Crenças e atitudes linguísticas da comunidade de fala piranhense à luz da sociolinguística variacionista. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 27, p. 439-457, 2020.
- LAMBERT, Wallace E. A social psychology of bilingualism. *Journal of Social Issues*, Malden, v. 23, n. 2, p. 91-109, 1967. Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1967.tb00578.x>
- LAMBERT, Wallace E. attitudes toward speakers of different languages and dialects. *International Journal of American Linguistics*, Baltimore, v. 34, n. 1, p. 26-32, 1968.
- LAMBERT, Wallace E.; HODGSON, Richard C.; GARDNER, Robert C.; FILLENBAUM, Samuel. Evaluational reactions to spoken languages. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, New York, v. 60, n. 1, p. 44–51, 1960.
- LAMBERT, Willian W.; LAMBERT, Wallace E. *Psicologia social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. v. 3.

LEITE, Cândida Mara Britto. *Atitudes lingüísticas: a variante retroflexa em foco*. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LEITE, Cândida Mara Britto. Estereótipos sociais e suas implicações para os estudos sociolinguísticos. *Estudos da Língua(gem)*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 91-104, 2011. Doi: <https://doi.org/10.22481/el.v9i1.1141>

LEITE, Cândida Mara Britto. Estudo da variação linguística dos róticos no falar campineiro. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, v. 59, n. 1, p. 129-155, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1502-6>

LEITE, Cândida Mara Britto. *O /R/ em posição de coda silábica no falar campineiro*. Campinas, UNICAMP, 2010. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LEVON, Erez. Hearing “gay”: Prosody, interpretation, and the affective judgments of men’s speech. *American Speech*, New York, v. 81, n. 1, p. 56-78, 2006. Doi: <https://doi.org/10.1215/00031283-2006-003>

LEVON, Erez. Sexuality in context: variation and the sociolinguistic. *Language in Society*, Cambridge, v. 36, n. 4, p. 533-554, 2007. Doi: <https://doi.org/10.10170S0047404507070431>

LIMA, Alcides Fernandes de. *A variação do (r) posvocálico em Cametá - PA: uma abordagem geossociolinguística*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

LIMA, Márcia Maria de Oliveira. *As consoantes róticas no Português Brasileiro com notas sobre as róticas das variedades de Goiânia, Goiatuba e Uberlândia*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LÓPEZ MORALES, Humberto. *Sociolingüística*. Madri: Gredos, 2004.

LOURENÇO, Dayse de Souza. *Crenças e atitudes lingüísticas: tendências de reação de falantes curitibanos e londrinenses*. 2015. Dissertação (Mestrado - Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MALMBERG, Bertil. *A fonética: no mundo dos sons da linguagem*. Lisboa: Livros do Brasil, 1954.

MARGOTTI, Felício Wessling. *Difusão sócio-geográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARQUARDT, Lia Lourdes. *A vibrante no Rio Grande do Sul: uma análise computacional*. 1977. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.

MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996 [1934].

McNAMARA, Tim. Theorizing social identity: what do we mean by social identity? *TESOL Quarterly*, v. 31, n. 3, p. 561-567, 1997. Doi: <https://doi.org/10.2307/3587838>.

MELO, Ewerton. *Dialetos e linguística Geral*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

MELO, Ewerton. *O problema do dialeto no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1964.

MENDES, Ronald Beline. A terceira onda da sociolinguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Novos caminhos da linguística*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 103-123.

MENDES, Ronald Beline. *Percepção e performance de masculinidades: efeitos da concordância nominal de número e da pronúncia de /e/ nasal*. 2018. Tese (Livre Docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MENDES, Ronald Beline; OUSHIRO, Livia. A pronúncia de (-r) em coda silábica no português paulistano. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 8, p. 66-95, 2013.

MENDONÇA, Manuel. *Elementos de sociologia linguística*. Rio de Janeiro: Editora São José, 1948.

MENDONÇA, Manuel. *Introdução à dialetologia brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1936.

MILROY, Lesley. *Language and Social Networks*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

MILROY, Lesley. *Language and social networks*. 2. ed. Oxford: Blackweel, 1987 [1980].

MILROY, Lesley. *The Social Life of Language*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 2004.

MODARESSI-TEHRANI, Yahya. *A sociolinguistic analysis of modern persian*. Lawrence: University of Kansas, 1978.

MONARETTO, Ana Lúcia. *O Ensino de Língua Portuguesa no Contexto Sociolinguístico*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. *A vibrante: representação e análise sociolinguística*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguística Aplicada) - Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. Descrição da vibrante no português do sul do Brasil. In: BISOL, Leda; COLLISCHONN, Gisela (org.). *Português do sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 141-151.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. O apagamento da vibrante posvocálica nas capitais do sul do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 275-284, 2000.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. 1997. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira; QUEDNAU, Laura; HORA Dermeval da. As consoantes do português. In: BISOL, Leda (org.). *Introdução aos estudos de fonologia do português brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 207-238

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. A influência da etnia na vibrante catarinense. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSC, 8., 1998, Florianópolis. *Cadernos de resumos [...]*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1998. p. 330.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *La variación lingüística: teoría y práctica*. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Garimpo das origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1923].

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo. 1999.

OLIVEIRA, Adriana; SILVA, Maria Clara; SANTOS, João. *A Sociolingüística e os Estudos de Variedade Linguística no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Carolina Cardoso. *Aquisição das consoantes róticas no português brasileiro e no espanhol: um estudo comparativo*. 2006. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, José da Silva. *A linguística e a educação: contribuições e desafios*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; ZANOLI, Maria de Lurdes. O /r/ retroflexo no português caipira como resultado de "interferência" da língua geral de São Paulo: uma homenagem à obra de Amadeu Amaral. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 1159-1172, dez. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v50i3.3024>

OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Manutenção e apagamento do (r) final de vocábulo na fala de Itaituba*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. *Phonological variation and change in Brazilian Portuguese: the case of the liquids*. 1983. These (Doctorate in Philosophy) - University of Pennsylvania, Pennsylvania, 1983.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Reanalizando o processo de cancelamento do /r/ em final de sílaba. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 31-58, 1997.

OUSHIRO, Livia. Avaliações e percepções sociolinguísticas. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 318–336, 2021. Doi: <https://doi.org/10.21165/el.v50i1.3100>

OUSHIRO, Livia. *Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PARANÁ. Governo do Estado. Como Londrina alcançou o selo A no Mapa do Turismo. *Agência Estadual de Turismo*, 2019. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Como-Londrina-alcançou-o-selo-no-Mapa-do-Turismo>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PAES, Maria Helena Soares. *A variável (R) em coda silábica medial no bairro Várzea, em Lagoa Santa-MG*. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PAIVA, Vitor; DUARTE, M. A. *A linguística e o ensino: práticas e reflexões*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PAJARES, M. Frank. Teachers' beliefs and educational research: cleaning up a messy construct. *Review of Educational Research*, Washington, v. 62, n. 3, p. 307-332, 1992.

PASTORELLI, Daniele Silva. *Atitude linguística de falantes da cidade de Londrina-PR: positiva ou negativa?* 2009. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

PAULSTON, Christine Bratt; TUCKER, G. Richard (ed.) *Sociolinguistics: the essential readings*. New York: Blackwell, 2003.

PEIRCE, Charles Sanders. *Lógica e filosofia da linguagem*. Tradução: Maria de Fátima Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PENHA, Carlos. *O ensino da língua portuguesa no Brasil: reflexões sobre a prática e a teoria*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

PEREIRA, Marcos Emanuel. *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E.P.U. 2002.

PIERCE, Charles Sanders. *The fixation of belief*. *Popular Science Monthly*, [s.l.], v. 12, p. 1-15, 1877.

PINTO, Camila Maria Augusto; FRAGA, Letícia. Professores de língua em formação e o /r/ retroflexo: um estudo sobre atitudes linguísticas. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 12, n. 22, p. 150-179, 2011. Doi: <https://doi.org/10.5935/rl&l.v12i22.5774>

PODESVA, Robert J.; ROBERTS, Sarah J.; CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. Sharing resources and indexing meanings in the production of gay styles. In: PODESVA, Robert J.; CAMPBELL-KIBLER, Kathryn; WONG, Andrew; ROBERTS, Sarah J. (ed.).

Language and sexuality: contesting meaning in theory and practice. Stanford: CSLI Press, 2002. p.175–90.

PRESTON, Dennis R. Language with an attitude. *In*: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING-ESTES, Natalie (Org.). *The handbook of language variation and change*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 40-66.

PRESTON, Dennis R. *Perceptual dialectology: nonlinguists' views of areal linguistics*. Dordrecht: Foris. 1989.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? *In*: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 21- 45.

REINECKE, Katja. *Os róticos intervocálicos na gramática individual de falantes de Blumenau e Lages*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2006.

RENNICKE, Iiris Emilia. *As atitudes linguísticas perante o /r/ retroflexo em Belo Horizonte, MG*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

RIBEIRO, Celeste Maria da Rocha. O comportamento geolinguístico do (r) posvocálico nos atlas brasileiros publicados. *Letras Escreve*, Macapá, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2011.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio; PASSINI, José; GAIO, Antônio. *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977.

RICKFORD, John R. The need for new approaches to class analysis in sociolinguistics. *Language & Communication*, Oxford, n. 6, n. 3, p. 215-221, 1986. Doi: [https://doi.org/10.1016/0271-5309\(86\)90024-8](https://doi.org/10.1016/0271-5309(86)90024-8)

ROBL, Affonso. Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil. *Letras*, Curitiba, v. 34, p. 145-154, 1985

RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

RODRIGUES, Sérgio. *O problema do dialeto no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

ROKEACH, Milton. *Beliefs, attitudes, and values: a theory of organization and change*. San Francisco: Jossey-Bass, 1968.

ROSSI, Nelson. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1963.

SABADIN, Marlene Neri. *Crenças e atitudes linguísticas: aspectos da realidade na Tríplice Fronteira*. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Desde antes do português brasileiro. *Letras Norte@mentos*, Sinop, v. 6, n. 12, 2013.

SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou errado?* atitudes e crenças no ensino de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Preconceito linguístico, variação linguística e ensino. *Cadernos de Letras da UFF*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 13, 2008. Entrevista concedida a Juçara Abraçado.

SCHNEIDER, Maria Nilse. *Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades bilíngües alemão-português do Rio Grande do Sul*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHNEIDER, Maria Nilse; UFLACKER, Cristina Marques. Atitudes linguísticas e variedades dialetais alemãs. *Uniletras*, Ponta Grossa, v. 30, n. 1, p. 33-51, jan./jun. 2008. Doi: <https://doi.org/10.5212/uniletras.v30i1.186>

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. *Fonética e fonologia do português brasileiro: 2º período*. Florianópolis: UFSC, 2011.

SENE, Marcus Garcia de. *A percepção sociolinguística de gênero e sexualidade: efeitos da duração de /s/ e do pitch médio*. 2022. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

SENE, Marcus Garcia de. Percepções sociolinguísticas, avaliações subjetivas e atitudes linguísticas: três domínios complementares. *Todas as Letras: Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 304-323, 2019.

SETUBAL, Maria Alice. *Vivências caipiras: pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

SEVERO, Cristine Gorski. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. *Revista Voz das Letras*, Concórdia, n. 9, p. 1-19, jan./jun. 2008.

SEVERO, Terezinha. *O ensino da língua portuguesa: teorias e práticas no contexto educacional brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

SILVA NETO, Carlos. *A linguística moderna e suas aplicações*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Brasil, 1957.

SILVA NETO, Carlos. *Introdução à análise linguística*. São Paulo: Editora Ática, 1963.

SILVA NETO, Serafim. Um traço de pronúncia caipira. In: SILVA NETO, Serafim. *Língua, cultura e civilização: estudos de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1976. p. 67-90.

SILVA NETO, Serafim. Um traço de pronúncia caipira. *In: SILVA NETO, Serafim. Língua, cultura e civilização: estudos de filologia portuguesa.* Rio de Janeiro: Acadêmica, 1976. p. 67-90.

SILVA, Adelaide Hercília Pescatori.; ALBANO, Eleonora. Brazilian Portuguese rhotics and the phonetics/phonology boundary. *In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETIC SCIENCES, 14., 1999, San Francisco. Proceedings [...].* San Francisco: International Phonetic Association, 1999. v. 3, p. 2211-2214

SILVA, Eliane. *A linguística e a prática de ensino: desafios no contexto brasileiro.* São Paulo: Editora Cortez, 2004.

SILVA, Guilherme Antônio. *O /R/ em posição de coda silábica na cidade de Uberlândia.* 2016. Dissertação (Mestrado Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SILVA, Helen Cristina da. *O /R/ caipira do Triângulo Mineiro: um estudo dialetológico e de atitudes linguísticas.* 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SILVA, Helen Cristina da; AGUILERA, Vanderci de Andrade. O poder de uma diferença: um estudo sobre Crenças e atitudes linguísticas. *Alfa*, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 703-723, 2014.

SILVA, Kleber Aparecido da. *Crenças e aglomerados de crenças de alunos ingressantes em Letras (inglês).* 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SILVA, Kleber Aparecido da. Crenças no ensino-aprendizagem e na formação de professores de línguas: pontos e contrapontos. *In: SILVA, SILVA, Kleber Aparecido da. (org.). Crenças, discursos & linguagem.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. v. 2.

SILVA, Susiele Machry da. *Aprendizagem fonológica e alofônica em l2: percepção e produção das vogais médias do português por falantes nativos do espanhol.* 2014. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade a do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Thaís Cristófaru. *Fonética e fonologia.* São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística e bilingüismo: teoria e prática.* 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

SILVA-PORELI, Greize Alves da. A. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Pranchita-PR: um estudo das relações do português com línguas em contato.* 2010. Mestrado (Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

SILVEIRA, Giselle da. *O apagamento da vibrante na fala do sul do Brasil sob a ótica da palavra*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, Oxford, n. 23, p. 193-229. 2003. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0271-5309\(03\)00013-2](https://doi.org/10.1016/S0271-5309(03)00013-2)

SILVERSTEIN, Michael. Pragmatic indexing. In: MEY, Jacob L. *Concise encyclopedia of pragmatics*. London: Elsevier, p. 756-759. 2009.

SKEETE, Nadir Arruda. O uso variável de vibrante na cidade de João Pessoa. *Graphos*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 77-96, 1996.

SORIANO, Fátima. *A linguística e a educação: reflexões e práticas pedagógicas*. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SPESSATO, Marizete Bortolanza. *Marcas da história: características dialetais dos imigrantes italianos na fala Chapecó*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis, 2001.

TEM LONDRINA. *UEL abre duas vagas para concurso público de agente universitário; confira*. 23 maio 2024. Disponível em: <https://templondrina.com.br/concursos/uel-abre-duas-vagas-para-concurso-publico-de-agente-universitario-confira/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TARALLO, Fernando Luiz. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

THUN, Harald. A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005. p.63-92.

TRUDGILL, Peter. Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich. *Language in Society*, Cambridge, v. 1, n. 2, p. 179-195, 1974.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Seminário em pesquisa em ciência humanas da UEL*. Londrina, 2018. Disponível em: <https://sepechuel2018.wordpress.com/local/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

VASCONCELOS, Antônio. *Linguística e ensino: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1970.

VASSOLER, Aline; CAMACHO, Roberto Gomes. Crenças e Atitudes Linguísticas: a variante retroflexa na variedade rio-pretense. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 163-191, 2016. Doi: <https://doi.org/10.21165/gel.v13i2.1426>

VELOSO, R. Sobre as novas tendências da pesquisa sociolinguística: um estudo sobre variação estilística. In: JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE, 26., 2017, Recife. *Anais [...]*. Recife: Pipa Comunicação, 2017. p. 231-242.

VELOSO, Rafaela. As três ondas da Sociolinguística e um estudo em comunidades de práticas. In: CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 17., 2014, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 1740-1749.

VOTRE, Sebastião Josué. *Aspectos da variação fonológica na fala do Rio de Janeiro*. 1978. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

WEINREICH, Uriel. *Languages in contact, findings and problems linguistic*. New York: Circle of New York, 1953.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

WENGER, Etienne. *Communities of practice: learning, meaning, and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WOLFRAM, Walt. *A linguistic description of Detroit negro speech*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics. 1969.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 7-20.

YERO, Judith Lloyd. *Teaching in mind: how teacher thinking shapes education*. 2nd ed. Hamilton, MT: Mind Flight Publishing, 2010.